RELATÓRIO
DE GOVERNANÇA
CORPORATIVA

2026

2º TRIMESTRE

DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente

Welliton Marques de Albuquerque

Procurador-Chefe

Elton da Costa Ferreira

Diretor de Administração e Finanças

Arão Abrahão da Silva

Diretor de Previdência

Marcos Antônio de Souza

Diretor de Proteção Social dos Militares

Tem. Cel. Wanderson Antunes os Reis

SUMÁRIO

1 APRESENTAÇÃO 1
2 GESTÃO ESTRATÉGICA 3
2.1 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE PROGRAMAS E AÇÕES DE GOVERNO 3
2.1.1 Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos 7
2.1.2 Programa Governança Pública 8
2.1.3 Programa Manutenção da Gestão 15
3 DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS 18
3.1 QUANTITATIVOS DE SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS . 18
3.2 RECEITAS PREVIDENCIÁRIA – PODER EXECUTIVO 19
3.2.1 FINANPREV 19
3.2.2 FUNPREV 19
3.3 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA 20
3.3.1 Requerimentos da COMPREV 20
3.3.2 Valores da Compensação Financeira 21
3.4 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO 23
3.5 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO 24
3.5.1 Dívidas das Prefeituras 24
3.5.2 Rentabilidade dos Fundos de Investimento 25
3.6 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – PODER EXECUTIVO 26
3.6.1 FINANPREV e FUNPREV 26
3.7 RECEITAS E DESPESAS 28
3.8 RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – OUTRAS INSTITUIÇÕES 28
3.8.1 FINANPREV 28
4 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL 32
4.1 SEGREGAÇÃO DE MASSA DOS SEGURADOS DO RPPS 32
4.1.1 Massa de Segurados – FINANPREV 32
4.1.2 Massa de Segurados – FUNPREV 33
4.1.3 Massa de segurados - SPSM 33
4.2 EVOLUÇÃO DO RESULTADO DO PLANO DE CUSTEIO RELATIVO AOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS – COMPARATIVO ENTRE A EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ESTIMADAS E AS EFETIVAMENTE EXECUTADAS 33
4.3 EVOLUÇÃO DO RESULTADO DO PLANO DE CUSTEIO RELATIVO AOS ÚLTMOS EXERCÍCCIOS – COMPARATIVO ENTRE A EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ESTIMADAS E AS EFETIVAMENTE EXECUTADAS 34
4.4 HIPÓTESES ATUARIAIS 35

4.4.1 Hipóteses biométricas 35
As hipóteses biométricas relacionam-se com as probabilidades de ocorrências de eventos tais como: mortalidade, entrada em invalidez. 35
4.4.2 Hipóteses demográficas 35
4.4.3 Hipóteses econômico-financeiras 35
4.5 ALÍQUOTAS DO PLANO DE CUSTEIO PREVIDENCIÁRIO 36
4.5.1 Evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício 37
4.6 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS RELATIVA AO EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL 37
5.1 CARTEIRA GLOBAL 39
5.2 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CARTEIRA GLOBAL 42
5.3 CARTEIRA FINANPREV 45
5.3.1 Evolução do Rendimento - FINANPREV 45
5.3.2 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira – FINANPREV 46
5.3.3 Movimentação do FINANPREV 47
5.4 CARTEIRA SPSM 47
5.3.1 Evolução do Rendimento do SPSM 47
5.4.2 Evolução do Patrimônio Líquido do SPSM 47
5.4.3 Movimentação do SPSM 48
5.4 CARTEIRA DO FUNPREV 48
5.4.1 Evolução do Rendimento da Carteira – FUNPREV 48
5.4.2 Evolução do Patrimônio Líquido - FUNPREV 49
5.4.3 Movimentações do FUNPREV 50
5.4.4 Distribuição de Recurso por Segmento - FUNPREV 50
5.4.5 Arrecadação Previdenciária do FUNPREV 51
5.4.6 Rentabilidade e Meta Atuarial do FUNPREV 51
5.5 ATENDIMENTO À LEI COMPLEMENTAR Nº 115/2017 E 125/2019 – TRANSFERÊNCIA DO RENDIMENTO DO FUNPREV PARA O FINANPREV 53
5.6 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO 54
6 PUBLICAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS 55
6.1 REUNIÕES ORDINÁRIAS 55
6.1.1 Reuniões Ordinárias e Principais Decisões do Conselho Estadual de Previdência – CEP 55
6.1.2 Reuniões e Principais Decisões do Conselho Fiscal do RPPS/PA 57
6.1.3 Reuniões e Principais Decisões do Comitê de Investimento - COINV 58
7 ATIVIDADES INSTITUCIONAIS 59
7.1 GESTÃO DE PESSOAL 59

7.1.1 Movimentação e Registro do Quadro Funcional 59
7.1.2 Desenvolvimento de Habilidades e Capacitação dos Servidores 61
7.1.3 Ações e Projetos de Qualidade de Vida 63
7.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA 63
7.2.1 Poder Executivo 63
7.2.2 Poderes Legislativo e Judiciário 64
7.2.3 Todos os Poderes 66
7.2.4 FINANPREV, Poder Executivo, Sistema de Proteção Social Militar e Poderes Legislativo e Judiciário 67
7.2.5 IGEPPS 69
7.2.6 Encargos IGEPPS - Requisições de Pequeno Valor (RPV'S), Auxílio Funeral, Auxílio Morte/Acidente (SPSM) e Salário Família 73
7.2.7 Folhas de Pagamentos 76
7.3 GERENCIAMENTO DO CUSTEIO E CONTRATOS 84
7.4 CONTROLES INTERNOS E CONFORMIDADE 85
7.5 IMAGEM INSTITUCIONAL 94
7.6 CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS E ANÁLISES JURÍDICAS 94
7.6.1 Atuação do Gabinete - PROJUR 95
7.6.2 Atuação da Coordenação do Consultivo - CCON 96
7.6.3 – Atuação da Coordenação do Contencioso - CCOS 99
7.6.4.3 Precatórios 106
7.7 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 107
7.7.1.1 Pilar de Maturidade: 108
7.7.1.2 Pilar de Continuidade 108
7.7.1.3 Pilar de Segurança 108
7.7.2 Principais Resultados Institucionais 110
7.8 GESTÃO DE BENEFÍCIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL 110
7.8.2 Análise de Benefícios de Proteção Social - Pensão por Morte 111
7.8.3 Análise de Benefícios de Proteção Social – Pensão Militar Especial e Auxílio Morte 111
7.8.4 Diligências Tribunal de Contas do Estado – TCE/PA e Cumprimentos judiciais .. 112
7.9 GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS 113
7.9.1 Análise de Benefícios Previdenciários 113
7.9.2 Concessão de Benefícios Previdenciários: Aposentadoria e Pensão por Morte .. 115
7.9.3 Benefício Assistencial – Auxílio Funeral 116
7.9.4 Abono Permanência 117
7.9.5 Manutenção das Folhas de Inativos e Pensionistas do Estado do Pará 117

7.9.6 Evolução Monetária da Folha de Pagamento 118
7.9.7 Pagamento de Retroativos 121
7.9.8 Recuperação de Crédito via Folha de Pagamento 124
7.10 NÚCLEO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL 125
7.10.1 Atendimentos Psicossociais 126
7.10.2 Diligências Psicossociais 126
7.10.3 Análise psicossocial em processos de Pensão por Morte 127
7.10.4 Denúncias de nova união e de óbito apuradas 127
7.10.5 Relatórios Técnicos 127
7.10.6 Educação Previdenciária 128
8 CANAIS DE ATENDIMENTO 129
8.1 ESTRUTURA FÍSICA DE ATENDIMENTO PRESENCIAL 131
8.1.1 Caten, Estação Cidadania, Terminal Hidroviário e Unidades Móveis 131
8.1.2 Núcleos Regionais 133
8.1.2.1 Núcleo Regional de Castanhal 133
8.1.4 Núcleo Regional de Santarém 135
8.1.5 Núcleo Regional de Marabá 137
8.2 ATENDIMENTO REMOTO E VIRTUAIS 138
8.3 OUVIDORIA 139
8.3.1 – Manifestações Recepcionadas na ouvidoria 139
8.3.2 Total por tipo de atendimento 139
CONSIDERAÇÕES 142

1 APRESENTAÇÃO

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS), autarquia estadual com personalidade jurídica de Direito Público, criado pela Lei Complementar nº 44/2003 e posteriormente atualizada pela Lei Complementar nº 142/2021, é responsável pela gestão dos benefícios previdenciários vinculados ao Regime Próprio de Previdência do Estado do Pará – RPPS, e do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará, bem como do Plano de Custeio Previdenciário, e pela administração e governança dos Fundos Financeiro (FINANPREV), Previdenciário (FUNPREV) e Sistema de Proteção Social dos Militares Estaduais (SPSM), respectivamente.

O IGEPPS tem como propósito fundamental, basear sua gestão em ações sustentáveis, eficazes, atuariais e transparentes, priorizando a satisfação dos usuários do serviço público oferecido e garantindo, por meio de sua atuação, a realização do princípio constitucional da Dignidade Humana. Desse modo, a previdência pública estadual visa garantir aos seus segurados e beneficiários o amplo acesso aos benefícios previdenciários, bem como o custeio da assistência e proteção social dos militares e seus dependentes.

O Relatório de Governança Corporativa (RGC) constitui uma importante ferramenta de gestão, na medida em que possibilita aos diferentes atores envolvidos no processo organizacional (stakeholders) acompanhar as práticas, políticas e ações de gestão adotadas pela instituição. Dessa forma, contribui para o fortalecimento da transparência, da confiança, da ética e da responsabilidade institucional, além de disponibilizar informações qualitativas relevantes para subsidiar e aprimorar o processo de tomada de decisão.

Na oportunidade, ressaltamos que se trata de um instrumento formal de políticas de gestão e controle organizacional em geral, baseada em três pilares, sendo eles Controles Internos, Governança Corporativa e Educação Previdenciária, aos órgãos de controle e à sociedade, na medida em que se demonstram os resultados alcançados pelo IGEPPS ao longo do período que compreende o 2º Trimestre de 2026, apresentando a execução das ações constantes no Plano Plurianual - PPA de 2024-2027, em seus aspectos quantitativos e qualitativos, priorizando, assim, a Gestão Pública Eficiente e Presente, o fortalecimento da instituição e a satisfação progressiva dos anseios da sociedade paraense.

As informações e dados aqui apresentados foram fornecidos pelas Diretorias, Coordenações e Gerências que fazem parte do organograma institucional, respeitando as competências legais, regimentais e regulamentares de cada área de atuação. Cabe ao Núcleo de Planejamento – Nuplan/IGEPPS consolidar toda a base de elementos informativos coletados, realizar ajustes, formatar e selecionar, entre o material coletado, os tópicos que evidenciem de maneira clara e transparente os resultados e avanços da atual gestão devidamente alinhados aos indicadores do manual do Pró-Gestão versão 4.1.

1.1 Estrutura Patrimonial

O IGEPPS administra os recursos de dois regimes de previdência: o de repartição simples (Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará – FINANPREV), de capitalização, (Fundo Previdenciário do Estado do Pará – FUNPREV), além do Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM.

O Fundo Financeiro (FINANPREV) possui natureza contábil, em regime de repartição simples, com a finalidade de prover recursos para o pagamento de aposentadorias e pensões aos beneficiários civis do Regime de Previdência Estadual. Insta salientar que a Lei Complementar nº 112/2016 alterou a data de segregação de massa entre os Fundos, promovendo a migração das contribuições previdenciárias dos segurados e do patronal do FUNPREV para o FINANPREV, de todos os servidores que ingressaram no RPPS até 31 de dezembro de 2016. No fechamento do 2º Trimestre de 2026, o valor investido no FINANPREV, a título de Patrimônio Líquido, chegou ao valor de R$ 54.231.602,42 (cinquenta e quatro milhões duzentos e trinta e um mil seiscentos e dois reais e quarenta e dois centavos).

O Fundo Previdenciário (FUNPREV) é um fundo de natureza contábil, em regime de capitalização, com a finalidade de prover recursos exclusivamente para o pagamento dos benefícios de aposentadoria e pensão aos segurados do Regime de Previdência Estadual que ingressaram no Estado a partir de 1º de janeiro de 2017, conforme disposto na Lei Complementar nº 112/2016. O FUNPREV encerrou o 2º Trimestre de 2026, com Patrimônio Líquido elevado para R$ 4.759.572.745,35 (quatro bilhões setecentos cinquenta e nove milhões quinhentos e setenta e dois mil setecentos e quarenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), investidos em Fundos de Investimentos, Títulos Públicos e Título Privado.

Por fim, o Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM, instituído pela Lei Complementar nº 142/2021, é o conjunto integrado de direitos, serviços e ações permanentes e interativos, de remuneração, pensão, saúde e assistência, dos militares do Estado do Pará. O fundo do SPSM tem natureza contábil, com a finalidade de prover recursos exclusivamente para o pagamento de benefícios de aposentadoria, reserva remunerada, reforma, inatividade, incapacidade para o serviço e pensão aos dependentes do militar. Ao final do 2º Trimestre de 2026, O patrimônio Líquido desse fundo, chegou ao valor de R$ 13.516.418,87 (treze milhões quinhentos e dezesseis mil quatrocentos e dezoito reais e oitenta e sete centavos).

2 GESTÃO ESTRATÉGICA

2.1 AVALIAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA DE PROGRAMAS E AÇÕES DE GOVERNO

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS) encontra-se contemplado em três programas do Plano Plurianual (PPA) 2024-2027: Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, Governança Pública e Manutenção da Gestão, os quais abrangem, conjuntamente, 10 ações governamentais voltadas ao fortalecimento da gestão previdenciária, à promoção da cidadania e à manutenção das atividades administrativas necessárias ao funcionamento institucional, como demostrado no Quadro 1. Tais programas encontram-se alinhados aos objetivos estratégicos do Governo do Estado do Pará e às diretrizes de gestão estabelecidas para o período.

Quadro 1 - Programas e ações do PPA 2024-2027 - Exercício 2026

Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos		
Objetivo	**Ação**	**Produto**
Promover a Igualdade Racial e Direitos Humanos	Implementação da Estação Cidadania	Pessoa atendida
Programa Governança Pública		
Objetivo	**Ação**	**Produto**
Promover o Desenvolvimento e Assistência ao Servidor	Capacitação de Servidores Públicos	Servidor Capacitado
Prover a Governabilidade e Transparência do Poder Executivo	Construção e Ampliação de Imóveis Públicos Estaduais	Imóvel Construído/ Ampliado
	Educação Previdenciária	Usuário Beneficiado
	Gestão Previdenciária	Pessoa Atendida
Programa Manutenção da Gestão		
Objetivo	**Ação**	**Produto**
Viabilizar a Gestão Administrativa do Estado	Abastecimento de Unidades Móveis	Unidade Abastecida
	Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado
	Concessão de Auxílio Transporte	Servidor Beneficiado
	Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato Mantido
	Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado

Fonte: Sigplan/Nuplan/IGEPPS

Ao analisar a execução orçamentária e financeira dos programas vinculados ao PPA 2024–2027 no 2º Trimestre de 2026, verifica-se que a despesa realizada no período totalizou R$ 95.428.132,33 (noventa e cinco milhões, quatrocentos e vinte e oito mil, cento e trinta e dois reais e trinta e três centavos). No acumulado do exercício, a despesa executada alcançou R$ 186.968.340,79 (cento e oitenta e seis milhões, novecentos e sessenta e oito mil, trezentos e quarenta reais e setenta e nove centavos), representando 53,0% da dotação inicial, demonstrando evolução compatível com o cronograma de execução das despesas administrativas e operacionais previstas para o exercício.

A Tabela 1 apresenta a execução orçamentária consolidada por programa, evidenciando as dotações inicial e atualizada, bem como a despesa realizada no período e o acumulado do exercício.

Tabela 1 - Execução orçamentária/financeira - Por Programa no 2º Trimestre de 2026

Programas	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	Despesa Realizada Acumulada	(%)
Cidadania, Justiça e Direitos Humanos	154.000,00	106.910,32	-	-	-
Governança Pública	33.314.000,00	9.485.636,06	5.112.929,84	7.115.821,94	21,4
Manutenção da Gestão	319.577.127,0	344.378.184,07	90.315.202,49	179.852.518,85	56,3
Total	**353.045.127,00**	**353.970.730,45**	**95.428.132,33**	**186.968.340,79**	**53,0**

Fonte: Sigplan/Nuplan/IGEPPS.

Observa-se que o Programa Manutenção da Gestão concentrou a maior parcela da execução orçamentária do Instituto. A despesa executada alcançou R$ 90.315.202,49 (noventa milhões, trezentos e quinze mil, duzentos e dois reais e quarenta e nove centavos. No acumulado do ano, a despesa executada alcançou R$ 179.852.518,85 (cento e setenta e nove milhões, oitocentos e cinquenta e dois mil, quinhentos e dezoito reais e oitenta e cinco centavos), correspondendo a 56% da dotação inicial do programa.

Esse desempenho evidencia a predominância das despesas de natureza continuada, especialmente aquelas relacionadas à operacionalização das ações administrativas, gestão de contratos, tecnologia da informação, manutenção da infraestrutura institucional, benefícios funcionais e folha de pagamento. Tais despesas são indispensáveis para a sustentação das atividades finalísticas e administrativas do IGEPPS, assegurando condições adequadas para a gestão previdenciária estadual.

No âmbito do Programa Governança Pública, a despesa executada no período alcançou R$ 5.112.929,84 (cinco milhões, cento e doze mil, novecentos e vinte e nove reais e oitenta e quatro centavos), com execução acumulada de R$ 7.115.821,94 (sete milhões, cento e quinze mil, oitocentos e vinte e um reais e noventa e quatro centavos), equivalente a 21% da dotação inicial do programa.

O percentual de execução observado demonstra desempenho satisfatório das ações voltadas ao fortalecimento institucional, à gestão previdenciária, à educação previdenciária e à capacitação de servidores, contribuindo para o aprimoramento da governança pública e para o alcance das metas estratégicas previstas no Plano Plurianual. Ressalta-se que parte dessas ações possui cronogramas específicos de implementação e depende da formalização de contratações e processos administrativos, circunstância que influencia a dinâmica de execução ao longo do exercício.

Quanto ao Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, não houve registro de execução financeira no período analisado, embora a ação permaneça prevista na programação orçamentária do exercício. A execução encontra-se condicionada à formalização do Termo de Cooperação Técnica nº 01/2022, instrumento indispensável para viabilizar o destaque orçamentário e financeiro à Secretaria de Estado de Planejamento e Administração (SEPLAD). Dessa forma, a ausência de execução no período não caracteriza descontinuidade da ação governamental, decorrendo exclusivamente de procedimento administrativo ainda em tramitação.

A análise da execução por grupo de despesa demonstra que as Outras Despesas Correntes (ODC) concentraram o maior volume de recursos executados no 2º Trimestre de 2026, registrando despesa de R$ 85.402.486,37 (oitenta e cinco milhões, quatrocentos e dois mil, quatrocentos e oitenta e seis reais e trinta e sete centavos). No acumulado do exercício, a execução alcançou R$ 170.555.018,89 (cento e setenta milhões, quinhentos e cinquenta e cinco mil, dezoito reais e oitenta e nove centavos), correspondendo a 62% da dotação inicial do grupo e a aproximadamente 91% da despesa total executada pelo Instituto, evidenciando a predominância dos gastos destinados à manutenção das atividades administrativas e operacionais da Autarquia.

Em seguida, destacam-se as despesas com Pessoal e Encargos Sociais, que totalizaram R$ 5.815.616,33 (cinco milhões, oitocentos e quinze mil, seiscentos e dezesseis reais e trinta e três centavos) no Trimestre. No acumulado do exercício, foram executados R$ 10.538.198,90 (dez milhões, quinhentos e trinta e oito mil, cento e noventa e oito reais e noventa centavos), equivalentes a 21% da dotação inicial destinada ao grupo.

Já o grupo Investimentos apresentou execução de R$ 4.210.029,63 (quatro milhões, duzentos e dez mil, vinte e nove reais e sessenta e três centavos) no Trimestre e de R$ 5.875.123,00 (cinco milhões, oitocentos e setenta e cinco mil, cento e vinte e três reais) no acumulado do exercício, correspondendo a 19,6% da dotação inicial. Embora represente parcela reduzida da execução global, o montante aplicado demonstra a continuidade dos investimentos voltados à modernização da infraestrutura institucional, à ampliação da capacidade tecnológica e ao aperfeiçoamento dos serviços prestados aos segurados e beneficiários.

Tabela 2- Execução Orçamentária/Financeira – por Grupo de Despesa detalhada por Fonte de Recurso no 2º Trimestre de 2026

Execução Orçamentária/Financeira (R$)					
Grupo de Despesa	**Dotação Inicial**	**Dotação Real**	**Despesa Realizada 2º trimestre**	**Despesa Realizada Acumulada (jan – jun)**	**(%)**
Outras Despesas Correntes (ODC[1])					
01500000001 - Rec. Tesouro Ordinários [2]	2.000.000,00	571.462,50	-	-	-
01802000061- Rec. RPPS- Taxa de Administração	271.045.127,00	294.034.053,65	85.402.486,37	170.555.018,89	62,9
Investimento					
01802000061- Rec. Vinculados ao RPPS[3]	30.000.000,00	6.963.983,67	4.210.029,63	5.875.123,00	19,6
Pessoal e Encargos Sociais					
01802000061-Taxa Adm. - RPPS[3]	50.000.000,00	50.000.000,00	5.815.616,33	10.538.198,90	21,1
TOTAL	**353.045.127,00**	**351.569.499,82**	**95.428.132,33**	**186.968.340,79**	**53,0**
01500000001 - Rec. Tesouro Ordinários[2]	2.000.000,00	571.462,50	-	-	-
01802000061- Rec. RPPS- Taxa de Administração[3]	351.045.127,00	350.998.037,32	95.428.132,33	186.968.340,79	27,2
TOTAL	**353.045.127,00**	**351.569.499,82**	**95.428.132,33**	**186.968.340,79**	**53,0**

Fonte: SIAFE, SigPlan e Nuplan/IGEPPS.
Nota 1: O grupo Outras Despesas Correntes (ODC) é composto predominantemente por despesas custeadas com recursos da Taxa de Administração do RPPS. Adicionalmente, existe dotação específica vinculada à Fonte 01500000001 – Recursos Ordinários do Tesouro Estadual, destinada ao pagamento de auxílio-funeral executado pela UG 840250 – Encargos IGEPPS.
Nota 2: A Fonte 01500000001 – Recursos Ordinários do Tesouro Estadual compreende recursos não vinculados destinados ao custeio de despesas públicas, conforme classificação orçamentária adotada pelo Estado do Pará.
Nota 3: A Fonte 01802000061 – Recursos do RPPS – Taxa de Administração corresponde aos recursos destinados ao custeio das despesas administrativas do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará.

Para o exercício de 2026, a Lei Orçamentária Anual (LOA) consignou dotação inicial de R$ 351.045.127,00 (trezentos e cinquenta e um milhões, quarenta e cinco mil, cento e vinte e sete reais) na Fonte 01802000061 – Recursos do RPPS – Taxa de Administração, destinada ao custeio das despesas administrativas do Instituto. Adicionalmente, registra-se a previsão de recursos na Fonte 01500000001 – Recursos Ordinários do Tesouro Estadual, no valor de R$ 2.000.000,00 (dois milhões de reais), destinados à Unidade Gestora 840250 – Encargos IGEPPS para cobertura das despesas classificadas no grupo Outras Despesas Correntes. Essas despesas compreendem, principalmente, o pagamento de auxílio-funeral, salário-família e demais obrigações de caráter administrativo-previdenciário, observando-se a classificação econômica da despesa estabelecida na legislação orçamentária estadual.

Destaca-se, por fim, que a Taxa de Administração do RPPS para o exercício de 2026 permaneceu fixada em R$ 351.045.127,00 (trezentos e cinquenta e um milhões, quarenta e

cinco mil, cento e vinte e sete reais), constituindo o limite anual para o financiamento das despesas administrativas da Unidade Gestora. A execução acumulada até o 2º Trimestre de 2026 totalizou R$ 186.968.340,79 (cento e oitenta e seis milhões, novecentos e sessenta e oito mil, trezentos e quarenta reais e setenta e nove centavos), correspondente a 53% da dotação inicial, evidenciando compatibilidade com os limites orçamentários e financeiros estabelecidos para o exercício, sem indícios de extrapolação dos recursos destinados à administração do regime.

2.1.1 Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos

No segundo trimestre de 2026, o IGEPPS prosseguiu com a execução da ação Implementação da Estação Cidadania, no âmbito do Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos, reafirmando o compromisso institucional com a descentralização do atendimento previdenciário e a ampliação do acesso dos cidadãos aos serviços do RPPS/PA.

Objetivo: Promover a Igualdade Racial e Direitos Humanos - Ação de Implementação da Estação Cidadania.

A ação foi desenvolvida em três unidades localizadas na Região de Integração Guajará, sendo duas no município de Belém, instaladas nos Shopping Centers Bosque Grão-Pará e Pátio Belém, e uma unidade no município de Ananindeua, localizada no Shopping Metrópole Ananindeua. A atuação nessas unidades reforça a estratégia institucional de aproximação com os segurados, beneficiários e demais usuários dos serviços previdenciários, proporcionando atendimento em locais de grande circulação e fácil acesso à população.

As Estações Cidadania oferecem diversos serviços previdenciários e administrativos, como atualização cadastral, emissão de documentos, concessão e revisão de benefícios, inclusão de dependentes, auxílio-funeral e emissão de certidões. Essa ampla gama de atendimentos reforça a importância da iniciativa para a descentralização e ampliação do acesso aos serviços do Instituto.

Conforme demonstrado na Tabela 3, foram realizados 1.485 atendimentos no 2º Trimestre de 2026, totalizando 3.379 atendimentos no acumulado do exercício, o que corresponde a 45,1% da meta física anual estabelecida para a ação.

Tabela 3 - Execução Física da Ação Implementação da Estação Cidadania no 2º Trimestre de 2026

Região de Integração	Ação: Implementação da Estação Cidadania				
	Produto: Pessoa Atendida				
	Execução Física (Un)				
	Município	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Acumulada	(%)
Guajará	Belém	3.500	592	1.403	40,1
	Ananindeua	4.000	893	1.976	49,4
Total		**7.500**	**1.485**	**3.379**	**45,1**

Fonte: Sigplan/Nuplan/IGEPPS/SEPLAD.

A análise dos resultados evidencia que o município de Ananindeua registrou o maior volume de atendimentos no período, com 893 atendimentos realizados no 2º Trimestre. No acumulado do exercício, a unidade contabilizou 1.976 atendimentos, correspondendo a 49,4% da meta anual prevista para o município, demonstrando desempenho superior à média da ação.

Por sua vez, o município de Belém registrou 592 atendimentos no Trimestre, alcançando 1.403 atendimentos acumulados no exercício, o que representa 40,1% da meta anual estabelecida para a localidade. Embora tenha apresentado quantitativo inferior ao observado em Ananindeua, os resultados evidenciam a manutenção da oferta dos serviços e o avanço gradual da execução física da ação ao longo do exercício.

Os resultados alcançados evidenciam a importância das Estações Cidadania como instrumento de democratização do acesso aos serviços previdenciários, contribuindo para a ampliação da cobertura do atendimento, redução de barreiras geográficas e fortalecimento da relação entre o Instituto e seus usuários. A descentralização dos serviços possibilita maior capilaridade das ações institucionais, promovendo atendimento mais ágil, acessível e eficiente.

Considerando o desempenho observado até o encerramento do 2º Trimestre, verifica-se que a execução física da ação apresenta trajetória compatível com o planejamento estabelecido para o exercício de 2026. O percentual de realização acumulado demonstra evolução consistente da demanda atendida, indicando potencial de alcance das metas previstas até o final do exercício, especialmente em razão da continuidade das atividades de divulgação institucional, do fortalecimento dos canais de atendimento e da consolidação operacional das unidades instaladas na Região de Integração Guajará.

Destaca-se, ainda, que a ação possui relevante impacto social, ao proporcionar atendimento previdenciário próximo à população e contribuir para a efetivação dos princípios de acesso aos direitos, cidadania e inclusão, objetivos que fundamentam o Programa Cidadania, Justiça e Direitos Humanos no âmbito do Plano Plurianual 2024–2027.Dentro desta ação, o IGEPPS contribui para o Objetivo do Desenvolvimento Sustentável (ODS) - 10, que diz respeito à redução das desigualdades, sobretudo no tocante às metas 10.2 e 10.3. O Instituto, ao ofertar serviços previdenciários na estação cidadania promove a descentralização do atendimento, permitindo aos seus segurados, beneficiários e sociedade em geral, mais acessibilidade aos serviços, garantindo igualdade.

2.1.2 Programa Governança Pública

O PPA 2024-2027, instituído pela Lei nº 10.260, de 11 de dezembro de 2023, no art. 3º tem como principais diretrizes estratégicas: I – sociedade de direitos; II – crescimento inteligente; III – trabalho com responsabilidade; e IV – gestão pública presente. Nesse sentido,

o IGEPPS alinhou ações no programa temático Governança Pública, com o objetivo de contribuir para uma gestão pública eficiente, evidenciando a necessidade de fortalecer a gestão previdenciária do Estado do Pará por meio das boas práticas de gestão.

No âmbito do Programa Governança Pública, o Instituto executa cinco ações estratégicas: Capacitação de Agentes Públicos, Construção e Ampliação de Imóveis Públicos Estaduais, Educação Previdenciária, Gestão Previdenciária do Estado e Publicidade das Ações de Governo. Nesse contexto, serão apresentados, a seguir, os objetivos de cada ação, as principais atividades desenvolvidas, bem como os respectivos resultados da execução orçamentária e financeira referentes ao exercício de 2026.

Objetivo: Aprimorar o Desenvolvimento de Pessoas - Ação de Capacitação de Servidores Públicos.

No âmbito deste objetivo, desenvolve ações voltadas à capacitação de agentes públicos, contribuindo para o fortalecimento das competências institucionais e para a melhoria da prestação dos serviços públicos. O produto desta ação é o Servidor Capacitado, abrangendo servidores e conselheiros da instituição, com atuação na Região de Integração Guajará. A Tabela 4 apresenta os resultados da execução física da ação no 2º Trimestre de 2026.

Tabela 4 - Execução Física da Ação Capacitação de Agentes Públicos no 2º Trimestre 2026

Região de Integração	Ação: Capacitação de Agentes Públicos				
	Produto: Servidor Capacitado				
	Execução Física (Un)				
	Município	Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Acumulada	(%)
Guajará	Belém	260	37	159	61,2
Total		**260**	**37**	**159**	**61,2**

Fonte: Sigplan/Nuplan/IGEPPS.

No 2º Trimestre de 2026, foram capacitados 37 servidores, contribuindo para o alcance da meta anual estabelecida para a ação. Considerando a execução acumulada do exercício, o quantitativo de servidores capacitados atingiu 159 participantes, correspondendo a 61,2% da meta anual, fixada em 260 servidores.

Ressalta-se que o quantitativo informado se refere ao indicador "Servidor Capacitado", definido no Manual de Monitoramento do SigPlan, que contabiliza cada servidor apenas uma vez no exercício, independentemente da quantidade de capacitações realizadas. Dessa forma, o indicador mensura o número de pessoas alcançadas pela ação, evitando duplicidade de registros.

Destaca-se, contudo, que no período foram registradas 90 participações em ações de capacitação, número superior ao de servidores contabilizados no indicador, em razão da participação de alguns servidores em mais de uma atividade, os quais são computados uma única vez conforme a metodologia do SigPlan.

A execução orçamentária e financeira da ação Capacitação de Agentes Públicos alcançou, no 2º Trimestre de 2026, o montante de R$ 636.718,45 (seiscentos e trinta e seis mil, setecentos e dezoito reais e quarenta e cinco centavos). A Tabela 5 apresenta os resultados da execução orçamentária da ação no 2º Trimestre de 2026.

Tabela 5 - Execução Orçamentária/financeira da Ação Capacitação de Agentes Públicos no 2º Trimestre 2026

Região de Integração	Ação: Capacitação de Agentes Públicos						
	Produto: Servidor Capacitado						
	Execução Financeira (R$)						
	Município	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	Despesa Realizada Acumulada	(%)
Guajará	Belém	2.500.000,00	1.300.000,00	636.718,45	813.847,44	32,6
Total		**2.500.000,00**	**1.300.000,00**	**636.718,45**	**813.847,44**	**32,6**

Fonte: Sigplan/Nuplan/IGEPPS.

Considerando o acumulado do exercício até o período em análise, a despesa realizada totalizou R$ 813.847,44 (oitocentos e treze mil, oitocentos e quarenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), correspondente a 32,6% da dotação inicial. Os resultados demonstram evolução satisfatória da execução financeira da ação, refletindo o empenho institucional na promoção de capacitações voltadas ao desenvolvimento de competências dos servidores e conselheiros do IGEPPS.

Objetivo: Prover a Governabilidade e Transparência do Poder Executivo – Ação de Construção e Ampliação de Imóveis Públicos Estaduais.

Nesse objetivo, o IG também atua na ação de Construção e Ampliação de Imóveis Públicos Estaduais, cujo produto é imóvel construído/ampliado. Por meio desta ação, o instituto busca realizar reformas e manutenções prediais na Sede do Instituto, na Região Guajará e nas agências dos Núcleos Regionais – NUREG, como: Castanhal (agências de Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Santarém (agências de Santarém e Altamira) e Marabá (agências de Marabá e Paragominas).

Durante o 2º Trimestre de 2026, foram executados serviços contínuos de manutenção predial preventiva e corretiva nas dependências da Agência do IGEPPS em Belém, com o objetivo de assegurar a conservação das instalações, a segurança dos usuários e a adequada prestação dos serviços institucionais.

As atividades realizadas compreenderam a manutenção dos sistemas de abastecimento de água potável e de reutilização de água, incluindo reparos hidráulicos, substituição de tubulações, conexões e componentes das bombas de abastecimento, bem como a identificação e correção de vazamentos. Também foram executados serviços de manutenção hidrossanitária, com substituição de louças, metais, acessórios sanitários e reparos nas redes de água fria e esgoto.

Na área elétrica, foram realizados serviços de revisão preventiva e corretiva das instalações, inspeção de circuitos e pontos de energia, substituição de lâmpadas e luminárias defeituosas, além da adequação e implantação de pontos elétricos necessários ao atendimento das demandas operacionais da unidade.

Foram igualmente executados serviços de conservação e recuperação de elementos construtivos e de acabamento, incluindo correção de infiltrações, pintura de áreas internas e externas, manutenção e substituição de fechaduras, portas, vidros e componentes da fachada em pele de vidro, bem como reparos em persianas e demais itens de uso contínuo da edificação.

Com vistas à melhoria das condições de funcionamento dos ambientes institucionais, foram realizadas ações de readequação de layout dos espaços de trabalho, limpeza e conservação das áreas externas, lavagem e higienização da passarela de vidro, manutenção preventiva e corretiva do sistema de bombeamento, implantação de sistema de drenagem superficial e adequação dos mecanismos de captação e escoamento de águas pluviais.

As intervenções executadas no período caracterizam-se como serviços de manutenção e conservação predial, destinados à preservação do patrimônio público e à continuidade das atividades administrativas da Instituição, não configurando obras de construção ou ampliação de edificações.

Objetivo: Prover a Governabilidade e Transparência do Poder Executivo – Ação de Educação Previdenciária

Este objetivo visa ampliar a atuação do RPPS, tornando-o seguro e transparente, e fomentando boas práticas de gestão para fortalecer sua governança. Ele atua diretamente na missão e na visão institucionais e subsidia ações de educação previdenciária que consolidem a Previdência Social como política de Estado. Isso é feito por meio da formação e informação dos diversos atores envolvidos na gestão dos Regimes Próprios de Previdência Estadual.

Conforme o Pró-Gestão RPPS a educação previdenciária tem como objetivo capacitar indivíduos, abrangendo o conjunto de ações que envolvem a capacitação, qualificação, treinamento e formação específica. Estas são oferecidas aos servidores públicos do IGEPPS, segurados, beneficiários, gestores e conselheiros, bem como a diversos profissionais que se relacionam ou prestam serviços ao instituto (Manual do Pró-Gestão, 2025). A meta de cumprimento da ação específica sobre Educação Previdenciária é regionalizada por meio das Agências Regionais, alcançando também os beneficiários e segurados de outros municípios.

No período, foram desenvolvidas ações de educação previdenciária voltadas à disseminação de informações sobre o Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), à preparação dos servidores para a aposentadoria e ao fortalecimento do acolhimento institucional dos aposentados, totalizando 190 participantes nas atividades realizadas nos

meses de maio e junho.

Dentre as iniciativas executadas, destacaram-se as palestras educativas do projeto “Papo Previdenciário”, que proporcionaram orientações sobre direitos previdenciários, regras de aposentadoria e demais aspectos relacionados ao RPPS, contribuindo para o esclarecimento de dúvidas e para o fortalecimento da cultura previdenciária entre os segurados. Também foi realizado o Curso de Preparação para Aposentadoria, direcionado aos servidores em fase de transição para a inatividade, promovendo orientações sobre planejamento previdenciário, aspectos psicossociais da aposentadoria e qualidade de vida nesta nova etapa.

Complementarmente, foram promovidas as Rodas de Conversa para Servidores Aposentados do IGEPPS, espaço destinado ao compartilhamento de experiências, fortalecimento dos vínculos institucionais e incentivo ao envelhecimento ativo.

No conjunto dessas iniciativas, os atendimentos realizados no Trimestre refletem o compromisso com a promoção de ações integradas de educação previdenciária, alinhadas às diretrizes do planejamento institucional, voltadas à conscientização, ao acolhimento e à valorização dos servidores civis e militares do Estado do Pará, tanto na fase de transição quanto no período pós-aposentadoria. Na Tabela 6 é possível observar a ação, o produto, a execução física e a orçamentário-financeira do objetivo.

Tabela 6 - Execução orçamentária/financeira da Ação de Educação Previdenciária no 2º Trimestre de 2026

Ação: Educação Previdenciária					
Produto: Usuário Beneficiado					
Região de Integração	Município	Execução Física (Un)			
		Meta prevista	Meta realizada	Meta Acumulada	(%)
Baixo Amazonas	Santarém	40	-	-	-
Carajás	Marabá	40	-	-	-
Guajará	Belém	500	190	336	67,2
Guamá	Castanhal	40		-	-
Rio Caeté	Capanema	40		-	-
Tocantins	Abaetetuba	30		-	-
Rio Capim	Paragominas	30		-	-
Xingu	Altamira	40		-	-
Total		**760**	**190**	**336**	**67,2**

Fonte: Sigplan/Nuplan/IGEPPS.

Quanto à execução orçamentária e financeira, não houve movimentação financeira referente ao deslocamento de servidores para subsidiar o desenvolvimento das ações, pois estas foram realizadas na Região do Guajará em parceria com órgãos da Administração Pública, e parte delas também foram executadas no IGEPPS, bem como o suporte de contratos continuados de serviços terceirizados, cujos custos contribuem para a realização das atividades.

Objetivo: Prover a Governabilidade e Transparência do Poder Executivo – Ação de Gestão Previdenciária

A Ação Gestão Previdenciária tem como produto a pessoa atendida e objetiva assegurar e ampliar o acesso dos segurados, beneficiários e demais usuários aos serviços previdenciários ofertados pelo Estado. Para fins de monitoramento e avaliação, são contabilizados nesta ação todos os atendimentos realizados pelo IGEPPS, excetuando-se aqueles efetuados nas Estações Cidadania, que possuem registro em ação específica prevista no Plano Plurianual (PPA).

Os atendimentos são prestados de forma presencial na sede do Instituto, por meio da Central de Atendimento (CATEN), bem como nas agências vinculadas aos Núcleos Regionais (NUREG's) de Castanhal, Santarém e Marabá, abrangendo as unidades localizadas nos municípios de Castanhal, Capanema, Abaetetuba, Santarém, Altamira, Marabá e Paragominas. Complementam a rede de atendimento as ações desenvolvidas pelas unidades móveis do programa IGEPPS Itinerante.

Além dos atendimentos presenciais, o Instituto disponibiliza diversos canais remotos, incluindo Requerimento Virtual, Call Center (telefone, WhatsApp, Webchat, Totem Virtual e atendimento telefônico setorial), aplicativo móvel (APP Mobile) e Ouvidoria. Todos esses atendimentos compõem os resultados físicos da ação.

No 2º Trimestre de 2026, observou-se aumento significativo no volume de atendimentos realizados, impulsionado principalmente pela implantação do APP Mobile, que ampliou a oferta de serviços em ambiente digital, proporcionando maior acessibilidade, agilidade e comodidade aos usuários.

No período, foram realizados 47.725 (quarenta e sete mil setecentos e vinte e cinco) atendimentos, correspondendo a 49,8% da meta anual prevista de 95.160 atendimentos. Desse total, a Região de Integração Guajará concentrou o maior volume de registros, com 40.424 (quarenta mil quatrocentos e vinte e quatro) atendimentos acumulados, distribuídos entre os canais presenciais e remotos disponibilizados pelo Instituto. Destacam-se os serviços prestados pela sede do IGEPPS e CATEN, que registraram 11.996 (onze mil novecentos e noventa e seis) atendimentos, além dos canais de atendimento remoto, com destaque para o Call Center (16.515 atendimentos), APP Mobile (10.880 atendimentos), Requerimento Virtual (699 atendimentos) e Ouvidoria (314 atendimentos). No Terminal Hidroviário de Belém foram contabilizados 20 atendimentos.

Tabela 7 - Execução orçamentária/financeira da Ação de Gestão Previdenciária do Estado no 2º Trimestre de 2026.

Região de Integração	Ação: Gestão Previdenciária do Estado										
	Produto: Pessoa Atendida										
	Municípios	Execução Física (Un)					Execução Orçamentária/Financeira (R$)				
		Unidade de Atendimento	Meta prevista	Meta realizada	Acumulada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	Despesa Acumulada	(%) Despesa Acumulada
Guajará	Belém	Sede	70.000	11.996	40.332	57,6	2.094.000,00	1.394.000,00	266.181,76	436.346,50	20,8
		Terminal Hidroviário		20							
		Requerimento Virtual		699							
		Call Center		16.515							
		APP Mobile		10.880							
		Ouvidoria		314							
Guamá	Castanhal	Agência	5.000	1.913	1.913	38,3					
Baixo Amazonas	Santarém	Agência	5.000	1.825	1.825	36,5					
Carajás	Marabá	Agência	2.000	647	693	34,7					
Rio Capim	Paragominas	Agência	2.000	423	262	13,1					
Tocantins	Abaetetuba	Agência	3.000	1.124	939	31,3					
Rio Caeté	Capanema	Agência	6.000	1.124	1.124	18,7					
Xingu	Altamira	Agência	2.000	245	245	12,3					
		TOTAL	**95.160**	**47.725**	**47.425**	**49,8**	**2.094.000,00**	**1.394.000,00**	**266.181,76**	**436.346,50**	**20,8**

Fonte: Sigplan/Nuplan/IGEPPS.

Nas unidades regionais, foram registrados 7.301 atendimentos, distribuídos entre as agências de Castanhal (1.913), Santarém (1.825), Marabá (693), Paragominas (262), Abaetetuba (939), Capanema (1.124) e Altamira (245), evidenciando a capilaridade dos serviços previdenciários ofertados pelo IGEPPS no interior do Estado.

No que se refere à execução orçamentária e financeira da ação, a dotação inicial autorizada para o exercício correspondeu a R$ 2.094.000,00 (dois milhões e noventa e quatro mil reais), sendo posteriormente ajustada para R$ 1.394.000,00 (um milhão e trezentos e noventa e quatro mil reais). No 2º Trimestre de 2026, a despesa realizada totalizou R$ 266.181,76 (duzentos e sessenta e seis mil, cento e oitenta e um reais e setenta e seis centavos), alcançando o montante acumulado de R$ 436.346,50 (quatrocentos e trinta e seis mil, trezentos e quarenta e seis reais e cinquenta centavos), o que representa 20,84% da dotação inicial prevista para a ação.

Os resultados demonstram que a execução física apresentou desempenho satisfatório no período, alcançando praticamente metade da meta anual estabelecida, ao mesmo tempo em que a execução financeira permaneceu compatível com o cronograma de desembolso previsto para o exercício. Destaca-se, ainda, que a ampliação dos canais digitais de atendimento contribuiu significativamente para o aumento da produtividade institucional e para o fortalecimento do acesso aos serviços previdenciários em todas as regiões de integração do Estado.

2.1.3 Programa Manutenção da Gestão

O Programa Manutenção da Gestão tem por objetivo assegurar o funcionamento administrativo e operacional do Instituto, viabilizando a execução das atividades finalísticas por meio de ações voltadas ao suporte institucional. As iniciativas contemplam o abastecimento das unidades móveis, a concessão de auxílio-alimentação e auxílio-transporte aos servidores, a operacionalização das ações administrativas e a gestão dos recursos humanos, contribuindo para a melhoria da eficiência administrativa e para o fortalecimento da capacidade institucional do IGEPPS.

No 2º Trimestre de 2026, a ação Abastecimento de Unidades Móveis do Estado, cujo produto é a unidade abastecida, alcançou integralmente a meta trimestral estabelecida, registrando o abastecimento de 8 unidades móveis, correspondendo a 100% da meta prevista. A despesa realizada no período foi de R$ 161.990,77 (cento e sessenta e um mil, novecentos e noventa reais e setenta e sete centavos), totalizando R$ 249.798,62 (duzentos e quarenta e nove mil, setecentos e noventa e oito reais e sessenta e dois centavos) em despesas acumuladas, o que representa 50,0% da dotação inicial prevista para a ação.

A ação Concessão de Auxílio Alimentação, que tem como produto o servidor

beneficiado, atendeu 203 servidores no Trimestre, alcançando 81,2% da meta prevista. O quantitativo acumulado foi de 181 servidores beneficiados. A despesa realizada no período totalizou R$ 905.291,66 (novecentos e cinco mil, duzentos e noventa e um reais e sessenta e seis centavos), atingindo o montante acumulado de R$ 1.590.322,05 (um milhão, quinhentos e noventa mil, trezentos e vinte e dois reais e cinco centavos), equivalente a 31,8% da dotação inicial da ação.

No que se refere à ação Concessão de Auxílio Transporte, foram beneficiados 59 servidores, entre efetivos, temporários, comissionados e estagiários, correspondendo a 59 % da meta estabelecida para o período. A despesa realizada no Trimestre foi de R$ 19.242,19 (dezenove mil, duzentos e quarenta e dois reais e dezenove centavos), enquanto a despesa acumulada alcançou R$ 35.715,61 (trinta e cinco mil, setecentos e quinze reais e sessenta e um centavos), representando 23,8% da dotação inicial prevista.

A ação Operacionalização das Ações Administrativas, cujo produto é o contrato mantido, registrou a manutenção de 100 contratos administrativos, atingindo 100% da meta prevista para o Trimestre. O quantitativo acumulado alcançou 102 contratos, evidenciando o suporte prestado às diversas unidades administrativas do Instituto. A execução financeira da ação totalizou R$ 83.283.297,01 (oitenta e três milhões, duzentos e oitenta e três mil, duzentos e noventa e sete reais e um centavo) no período, com despesa acumulada de R$ 167.205.145,35 (cento e sessenta e sete milhões, duzentos e cinco mil, cento e quarenta e cinco reais e trinta e cinco centavos), correspondendo a 63,6% da dotação inicial prevista para a ação, demonstrando o elevado volume de recursos necessários à manutenção das atividades administrativas e operacionais do órgão.

Quanto à ação Operacionalização das Ações de Recursos Humanos, cujo produto é o servidor remunerado, foram contabilizados 248 servidores remunerados, entre efetivos, temporários, comissionados, cedidos e estagiários, alcançando 82,7% da meta prevista para o Trimestre. O quantitativo acumulado foi de 233 servidores. A despesa realizada no período correspondeu a R$ 5.945.380,86 (cinco milhões, novecentos e quarenta e cinco mil, trezentos e oitenta reais e oitenta e seis centavos), totalizando R$ 10.771.537,22 (dez milhões, setecentos e setenta e um mil, quinhentos e trinta e sete reais e vinte e dois centavos) em despesas acumuladas, o que representa 21,3% da dotação inicial destinada à ação.

De forma geral, a execução orçamentária e financeira manteve-se equilibrada, garantindo o funcionamento das unidades e a continuidade dos serviços do IGEPPS. A Tabela 7 apresenta o detalhamento da execução física e orçamentária/financeira das ações integrantes do Programa Manutenção da Gestão no 2º Trimestre de 2026.

Tabela 8 - Execução orçamentária/financeira das Ações do Programa Manutenção da Gestão no 2º Trimestre de 2026.

Ação	Produto	Execução Física (Un)				Execução Orçamentária/Financeira (R$)				
		Meta Prevista	Meta Realizada	Meta Acumulada	(%)	Dotação Inicial	Dotação Real	Despesa Realizada	Despesa Acumulada	(%)
Abastecimento de Unidades Móveis do Estado	Unidade Abastecida	8	8	7	100,0	500.000,00	500.000,00	161.990,77	249.798,62	50,0
Concessão de Auxílio Alimentação	Servidor Beneficiado	250	203	181	81,2	5.000.000,00	5.000.000,00	905.291,66	1.590.322,05	31,8
Concessão de Auxílio Transporte	Servidor Beneficiado	100	59	58	59,0	150.000,00	150.000,00	19.242,19	35.715,61	23,8
Operacionalização das Ações Administrativas	Contrato Mantido	100	100	102	100,0	262.817.127,00	287.118.184,07	83.283.297,01	167.205.145,35	63,6
Operacionalização das Ações de Recursos Humanos	Servidor Remunerado	300	248	233	82,7	50.610.000,00	50.610.000,00	5.945.380,86	10.771.537,22	21,3

Fonte: Sigplan/Nuplan/IGEPPS.

3 DADOS DOS SEGURADOS, RECEITAS E DESPESAS

3.1 QUANTITATIVOS DE SERVIDORES ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS

Ao final do 2º Trimestre de 2026, o quantitativo de segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará, na condição de ativos, inativos e pensionistas civis, abrangendo o poder Executivo, é de 96.406 e o quantitativo de 10.073 dos poderes Legislativo e Judiciário, perfazendo um total de 106.479, no FINANPREV e FUNPREV.

Tabela 9 - Quantitativo de servidores no FINANPREV e FUNPREV no 2º Trimestre de 2026

Poder Executivo							
FINANPREV				FUNPREV			
Segurado	Abril	Maio	Junho	Segurado	Abril	Maio	Junho
Ativo	46.936	46.794	46.619	Ativo	8.988	8.983	8.965
Inativo	31.982	32.028	32.115	Inativo	1	1	1
Pensionista	8.597	8.593	8.631	Pensionista	74	75	75
Total	**87.515**	**87.415**	**87.365**	**Total**	**9.063**	**9.059**	**9.041**
Poder Legislativo e Judiciário							
FINANPREV				FUNPREV			
Segurado	Abril	Maio	Junho	Segurado	Abril	Maio	Junho
Ativo	5.871	5.855	5.814	Ativo	1.965	1.987	1.989
Inativo	1.517	1.658	1.477	Inativo	-	-	-
Pensionista	782	782	783	Pensionista	10	10	10
Total	**8.170**	**8.295**	**8.074**	**Total**	**1.975**	**1.997**	**1.999**

Fonte: COAF/IGEPPS.

A tabela abaixo mostra quantitativamente, a massa de militares vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares. Na oportunidade, ressaltamos que a categoria militar ao final do 2º Trimestre de 2026, apresenta um quantitativo de 36.718 (trinta e seis mil e setecentos e dezoito) segurados incluídos os ativos, inativos e pensionistas, os quais continuam geridos pelo IGEPPS, muito embora sejam custeados pelo Sistema de Proteção Social dos Militares e não mais integrem o RPPS Estadual.

Tabela 10 - Quantitativo de militares no SPSM no 2º Trimestre de 2026

Militares SPSM			
Segurados	Abril	Maio	Junho
Ativo	20.150	20.122	21.266
Inativo	11.596	11.604	11.622
Pensionista	3.819	3.825	3.830
Total	**35.565**	**35.551**	**36.718**

Fonte: COAF/IGEPPS.

Ressalte-se que os quantitativos contidos nas tabelas da Coordenadoria de Arrecadação e Fiscalização – COAF são dinâmicos, variando mensalmente devido à concessão contínua de novos benefícios previdenciários, ao falecimento de ativos, inativos e pensionistas, à criação de cargos seguida da nomeação de novos servidores públicos ou militares, às exonerações, demissões e outras hipóteses legais de extinção do vínculo previdenciário ou funcional.

Com isso, o instituto assiste um total de 143.197 (cento e quarenta e três mil, cento e noventa e sete) segurados, entre inativos, pensionistas, civis e militares, dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, somando os quantitativos do FINANPREV, FUNPREV e SPSM.

3.2 RECEITAS PREVIDENCIÁRIA – PODER EXECUTIVO

O registro contábil das receitas previdenciárias é efetuado de forma segregada nas Unidades Gestoras (840201), FINANPREV (840202) e FUNPREV (840203). A partir de janeiro de 2021, foi criada a UG específica para o grupo de servidores militares (840240), com conta corrente de arrecadação e fonte específicas vinculadas ao Banpará.

3.2.1 FINANPREV

No 2º Trimestre de 2026, na tabela seguir, apresenta-se as receitas utilizadas pelo Poder Executivo do Estado do Pará, as quais totalizaram o montante de R$ 679.012.087,65 (seiscentos e setenta e nove milhões, doze mil, oitenta e sete reais e sessenta e cinco centavos), representando uma diminuição de 4,6**%** em relação ao mesmo período de 2025.

Tabela 11 - Receitas utilizadas do Poder Executivo (R$) – FINANPREV no 2º Trimestre de 2026

FINANPREV				
Meses	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	Rentabilidade	Sub Total 1
	0154/0254	0158/0258	LC 125/2019	
Abril	85.567.213,25	93.301.693,93	66.435.162,16	245.304.069,34
Maio	76.919.464,76	101.420.144,19	33.308.035,67	211.647.644,62
Junho	56.660.596,39	127.554.176,31	37.845.600,99	222.060.373,69
Total	**219.147.274,40**	**322.276.014,43**	**137.588.798,82**	**679.012.087,65**

Fonte: Siafem/Nuplan/COAF/IGEPPS
Nota: Receita complementar repassada pelo Tesouro Estadual.

3.2.2 FUNPREV

A Tabela 12 demonstra que as receitas provenientes da arrecadação das contribuições dos segurados e patronais mantiveram-se estáveis no 2º Trimestre de 2026, conforme apresentado a seguir.

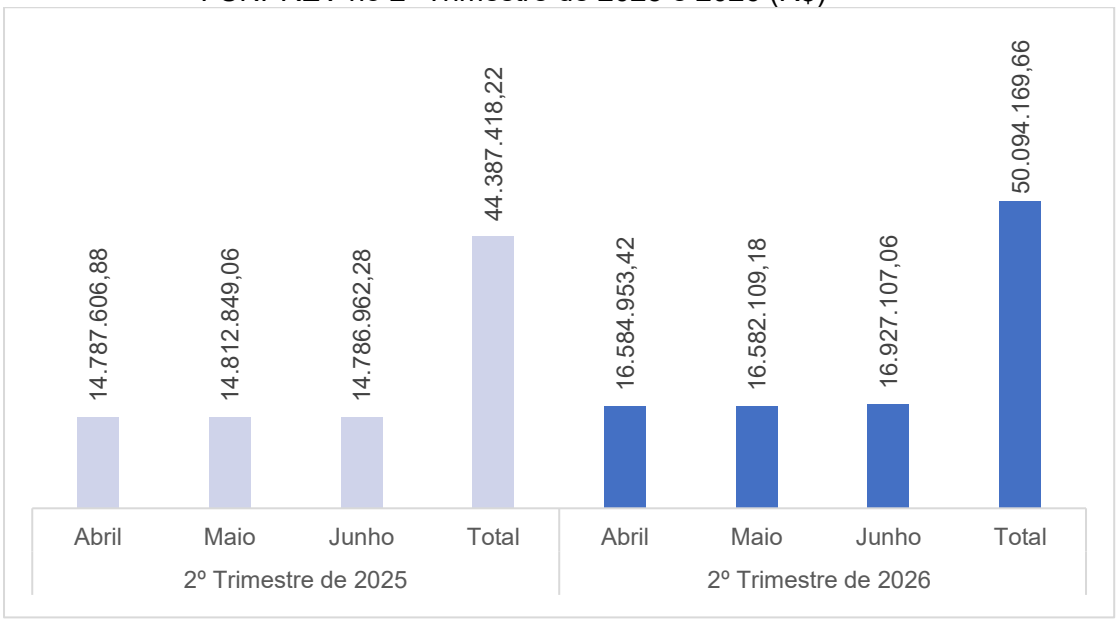
Tabela 12 - Receita de Contribuições Previdenciárias do Poder Executivo – FUNPREV no 2º Trimestre de 2026.

Poder Executivo – FUNPREV			
Mês	**Segurado**	**Patronal**	**Total**
Abril	8.292.476,71	8.292.476,71	16.584.953,42
Maio	8.291.054,59	8.291.054,59	16.582.109,18
Junho	8.463.533,53	8.463.533,53	16.927.107,06
Total	**25.047.084,83**	**25.047.084,83**	**50.094.169,66**

Fonte: COAF/IGEPPS.

No gráfico a seguir, apresenta-se uma análise comparativa das receitas arrecadadas pelo Poder Executivo do Estado do Pará. No 2º Trimestre de 2026, as receitas totalizaram R$ 50.094.169,66 (cinquenta milhões, noventa e quatro mil, cento e sessenta e nove reais e sessenta e seis centavos), representando um aumento de 12,9% em comparação com o mesmo período de 2025.

Gráfico 1 – Arrecadação de Contribuições Previdenciárias do Poder Executivo FUNPREV no 2º Trimestre de 2025 e 2026 (R$)



Fonte: COAF/IGEPPS

3.3 COMPENSAÇÃO PREVIDENCIÁRIA

3.3.1 Requerimentos da COMPREV

A Tabela 13 apresenta o consolidado de requerimentos de Compensação Previdenciária (COMPREV), segregados entre o Regime Geral (INSS) e demais Regimes Próprios (RPPS). Os dados evidenciam um estoque igual a 14.355 requerimentos em fase de processamento, os quais representam um expressivo potencial de recurso financeiro para o RPPS/PA, uma vez que o deferimento dessas solicitações converterá o passivo administrativo em receita efetiva para a unidade gestora.

Tabela 13 - Requerimentos de COMPREV no 2º Trimestre de 2026

Estado do Requerimento	Solicitante RPPS/PA	Solicitante RGPS	Solicitante RPPS/Outros	Total
Criado	-	-	-	**-**
Em exigência	297	410	65	**772**
Alterado	-	-	-	**-**
Aguardando análise	5.568	3.036	1.402	**10.006**
Aguardando análise médico	-	-	42	**42**
Em análise	14	-	-	**14**
Em análise médico	96	-	-	**96**
Deferido	3	-	-	**3**
Indeferido	562	57	5	**624**
Análise suspensa	17	52	163	**232**
Em compensação	4.103	67	3	**4.173**
Compensado/Cessado	2.109	38	-	**2.147**
Aguardando compensação de aposentadoria	23	247	36	**306**
Rejeitado	1.255	313	42	**1.610**
Exigência / Indeferido	39	154	-	**193**
Indeferido Ratificado	160	63	-	**223**
Criado / Rejeitado	-	-	-	**-**
Em conflito	109	57	21	**187**
Total de Requerimentos	**14.355**	**4.494**	**1.779**	**20.628**
Em Compensação + Deferido	4.106	67	3	**4.176**
Em Processamento	6.067	3.956	1.729	**11.752**

Fonte: Sistema Operacional COMPREV/WEB/COAF/IGEPPS.

3.3.2 Valores da Compensação Financeira

No 2º Trimestre de 2026, a arrecadação de COMPREV do RPPS/PA manteve trajetória estável, sustentada predominantemente pelas receitas recorrentes provenientes das competências de pró-rata mensal dos requerimentos já deferidos. Diferentemente de períodos anteriores, não foram observados ingressos expressivos de valores retroativos decorrentes do deferimento de novos passivos acumulados, o que demonstra que o desempenho da arrecadação no Trimestre foi impulsionado principalmente pela manutenção da carteira de requerimentos já compensados.

Tabela 14 - Ranking da Compensação Financeira no 2º Trimestre de 2026

Posição do RPPS/PA				
Mês	**Colocação entre os Estados e DF**	**Colocação Entre todos os RPPS**	**Valor Arrecadado**	**Variação em Relação ao Mês Anterior**
Abril	40º	15º	1.925.192,06	-
Maio	14º	16º	2.526.215,04	23,8%
Junho	Não Divulgado pelo MPS		2.460.412,60	-2,7%
Total			**6.911.819,70**	**-**

Fonte: Sistema Operacional Comprev/WEB/COAF/IGEPPS

No Trimestre analisado, o RPPS/PA arrecadou R$ 6.911.819,70 (seis milhões,

novecentos e onze mil, oitocentos e dezenove reais e setenta centavos) em receitas de compensação previdenciária. Observa-se crescimento de 23,79% no mês de maio em relação a abril, seguido de leve retração de 2,67% em junho. Apesar da oscilação mensal, o comportamento da arrecadação manteve-se dentro de um padrão de estabilidade, característica das receitas recorrentes oriundas da pró-rata mensal.

Adicionalmente, o RPPS/PA manteve posição de destaque no cenário nacional da compensação previdenciária, figurando entre os RPPS com maior volume de arrecadação. Tal desempenho demonstra a efetividade das ações de gestão e acompanhamento dos requerimentos junto ao sistema COMPREV.

O Instituto continua acompanhando os requerimentos pendentes de análise junto ao INSS e aos demais RPPS. O deferimento desses processos representa potencial incremento das receitas futuras e redução da dependência exclusiva das receitas correntes de pró-rata mensal.

A arrecadação bruta de COMPREV totalizou R$ 7.002.840,47 (sete milhões, dois mil, oitocentos e quarenta reais e quarenta e sete centavos) no 2º Trimestre de 2026. Após as deduções correspondentes às glosas e aos valores devidos ao RGPS, o montante líquido recuperado alcançou R$ 6.880.458,20 (seis milhões, oitocentos e oitenta mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e vinte centavos).

Durante o período, foram aprovados seis requerimentos, concentrados nos meses de maio e junho, contribuindo para o fortalecimento da base de compensação previdenciária do RPPS/PA. Ressalta-se ainda que não houve registro de valores recuperados sujeitos à prescrição, evidenciando a observância dos prazos legais para requerimento dos créditos previdenciários.

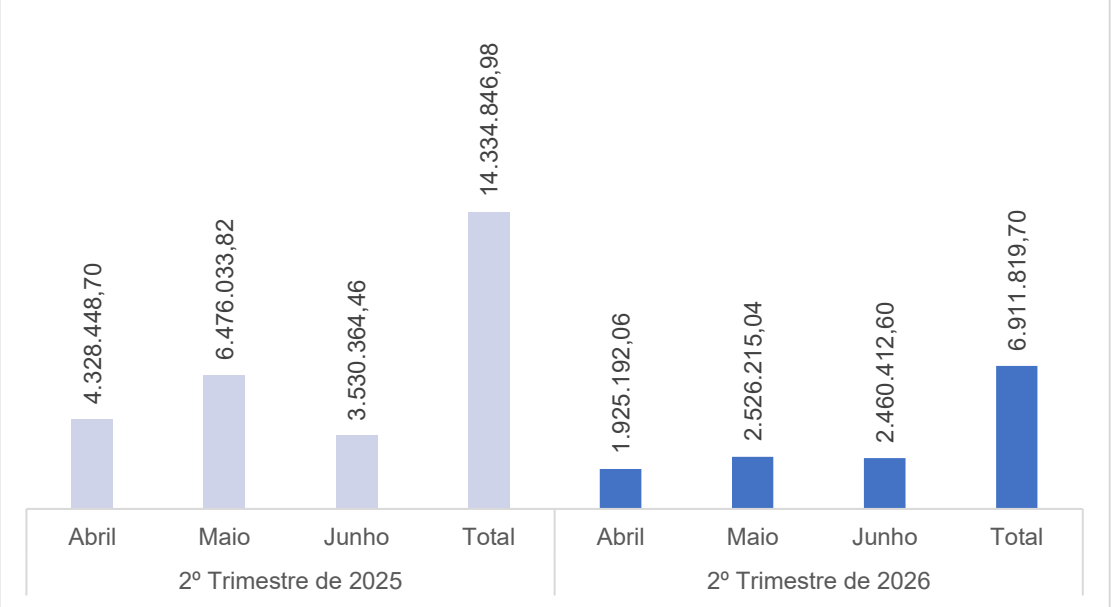
Tabela 15 - Valores Líquidos Recuperados por COMPREV (R$) no 2º Trimestre de 2026

Mês	Requerimentos		Valores			Líquido Recuperado
	Aprovados	Com Prescrição	Bruto	Glosas	Devido RGPS	
Abril	-	-	2.001.661,89	642,17	79.066,55	1.921.953,17
Maio	5	-	2.521.274,70	362,62	19.313,23	2.501.598,85
Junho	1	-	2.479.903,88	3.684,47	19.313,23	2.456.906,18
Total	**6**	**-**	**7.002.840,47**	**4.689,26**	**117.693,01**	**6.880.458,20**

Fonte: Sistema operacional COMPREV/WEB/COAF/IGEPPS.

Em síntese, os resultados observados demonstram a manutenção da capacidade arrecadatória da COMPREV, sustentada pelas receitas de pró-rata mensal e pelo contínuo acompanhamento dos requerimentos pendentes. O estoque de processos em análise constitui importante potencial de ampliação das receitas previdenciárias futuras, contribuindo para o fortalecimento do equilíbrio financeiro do RPPS/PA.

Gráfico 2 - Valores Líquidos Recuperados por COMPREV (R$) no 2º Trimestre de 2025 e 2026



Fonte: COAF/IGEPPS.

Em síntese, o desempenho do RPPS/PA no período evidencia uma gestão orientada à manutenção da receita recorrente, associada ao incremento estratégico de novos requerimentos em fase de análise. Esse movimento projeta potencial de ampliação das receitas futuras e contribui para o fortalecimento do equilíbrio financeiro e atuarial do regime.

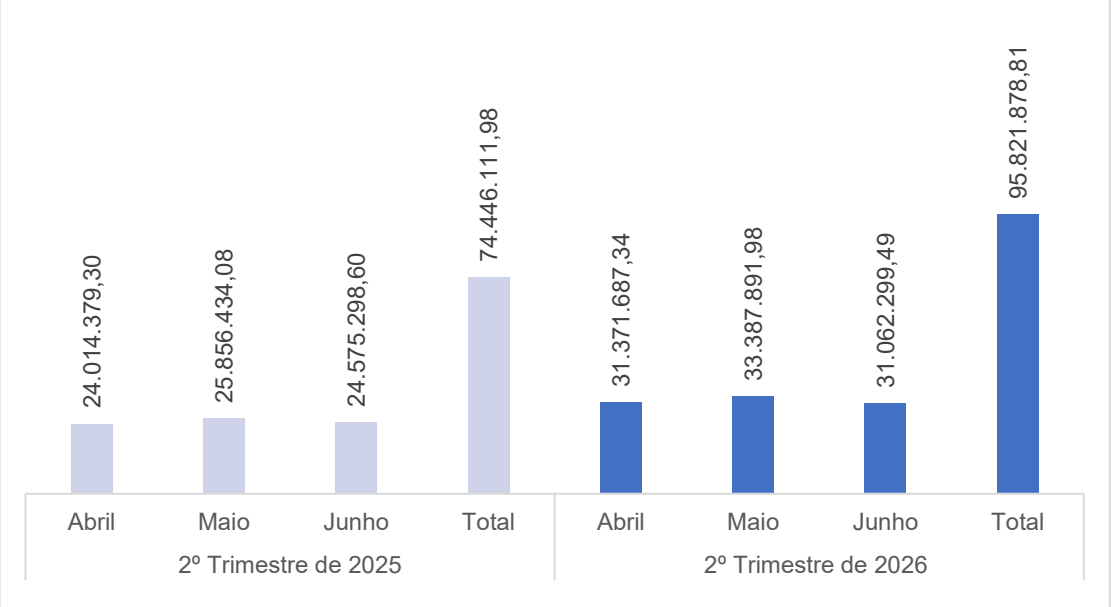
Ademais, a posição do RPPS/PA nos rankings nacionais de compensação previdenciária reforça a efetividade das ações de recuperação de ativos previdenciários, demonstrando alinhamento com as boas práticas de gestão e sustentabilidade do sistema.

3.4 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A Taxa de Administração foi instituída pela Lei Complementar nº 039, de 9 de janeiro de 2002, e regulamentada pelo Decreto nº 2.022, de 4 de dezembro de 2009. Desde março de 2010, as despesas administrativas do Instituto passaram a ser custeadas com recursos próprios provenientes dessa fonte, reduzindo a dependência de recursos do Tesouro Estadual.

No 2º Trimestre de 2026, a arrecadação da Taxa de Administração alcançou R$ 95.821.878,81 (noventa e cinco milhões, oitocentos e vinte e um mil, oitocentos e setenta e oito reais e oitenta e um centavos), representando um crescimento de 28,7% em relação ao mesmo período de 2025.

Gráfico 3 - Comparativo dos Valores da Taxa de Administração (R$) no 2º Trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: COAF/IGEPPS

O resultado evidencia a evolução da base contributiva que compõe o cálculo da Taxa de Administração, assegurando recursos necessários para a manutenção das atividades operacionais, administrativas e estratégicas do Instituto.

3.5 RECUPERAÇÃO DE CRÉDITO

3.5.1 Dívidas das Prefeituras

No 2º Trimestre de 2026, a COAF intensificou as ações de monitoramento, atualização cadastral e cobrança dos débitos dos municípios vinculados ao RPPS/PA. As atividades foram desenvolvidas com apoio do sistema SISPREV e complementadas por rotina diária de acompanhamento das conciliações bancárias, possibilitando maior controle dos valores pendentes e maior efetividade das cobranças realizadas.

Os dados demonstram redução expressiva do saldo das dívidas das prefeituras, que passou de R$ 919.731,03 (novecentos e dezenove mil, setecentos e trinta e um reais e três centavos) no 2º Trimestre de 2025 para R$ 122.012,61 (cento e vinte e dois mil, doze reais e sessenta e um centavos) no mesmo período de 2026.

Tabela 16 - Comparativo das Dívidas das Prefeituras no 2º Trimestre de 2025 e 2026

Mês	Taxa de Administração (R$)		Variação	%
	2025	2026		
Abril	363.125,71	54.550,49	-308.575,22	-0,8
Maio	400.928,65	27.876,95	-373.051,70	-0,9
Junho	155.676,67	39.585,17	-116.091,50	-0,7
Total	**919.731,03**	**122.012,61**	**-797.718,42**	**-0,9**

Fonte: COAF/IGEPPS

A variação registrada corresponde a uma redução de aproximadamente 87%, refletindo os resultados das ações de cobrança, acompanhamento financeiro e regularização

dos débitos municipais promovidas pelo Instituto.

3.5.2 Rentabilidade dos Fundos de Investimento

A Tabela 17 apresenta o desempenho da carteira de investimentos dos fundos previdenciários FUNPREV e FINANPREV no 2º Trimestre de 2026, em comparação com o mesmo período de 2025.

Tabela 17 - Rentabilidade dos Fundos (R$) no 2º Trimestre de 2026

Mês	FUNPREV			FINANPREV		
	2025	2026	%	2025	2026	%
Abril	61.965.585,98	66.435.162,16	0,1	1.214.208,34	992.737,26	-0,2
Maio	72.540.198,61	33.308.035,67	-0,5	937.596,50	628.212,11	-0,3
Junho	47.725.372,91	37.845.600,99	-0,2	836.744,70	754.755,44	-0,1
Total	**182.231.157,50**	**137.588.798,82**	**-0,2**	**2.988.549,54**	**2.375.704,81**	**-0,2**

Fonte: Sistema Operacional COMPREV/WEB/COAF/IGEPPS

A análise dos resultados demonstra que o FUNPREV registrou rentabilidade acumulada de R$ 137.588.798,82 (cento e trinta e sete milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, setecentos e noventa e oito reais e oitenta e dois centavos) no 2º Trimestre de 2026, ante R$ 182.231.157,50 no mesmo período de 2025. O resultado representa uma redução de aproximadamente 24,50% na rentabilidade acumulada do fundo.

No mesmo período, o FINANPREV apresentou rentabilidade acumulada de R$ 2.375.704,81 (dois milhões, trezentos e setenta e cinco mil, setecentos e quatro reais e oitenta e um centavos), em comparação com R$ 2.988.549,54 registrados no 2º Trimestre de 2025, correspondendo a uma redução de aproximadamente 20,51%.

Apesar da retração observada em relação ao exercício anterior, ambos os fundos apresentaram resultado positivo no período, contribuindo para a constituição de reservas previdenciárias e para a sustentabilidade financeira dos planos administrados pelo IGEPPS.

Os resultados refletem as condições do mercado financeiro no Trimestre, bem como a estratégia de alocação dos recursos adotada pela gestão dos investimentos, observando os princípios de segurança, rentabilidade, solvência, liquidez e transparência estabelecidos na política de investimentos do Regime Próprio de Previdência Social.

Em síntese, os resultados evidenciam a manutenção da capacidade dos fundos em gerar retornos positivos, mesmo em um cenário de desempenho inferior ao observado no exercício anterior. O acompanhamento contínuo da carteira de investimentos e a adoção de estratégias alinhadas às diretrizes do Conselho Monetário Nacional permanecem fundamentais para a preservação do equilíbrio financeiro e atuarial do RPPS/PA.

3.6 DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – PODER EXECUTIVO

3.6.1 FINANPREV e FUNPREV

No 2º trimestre de 2026, as despesas previdenciárias do FINANPREV totalizaram R$ 1.670.526.003,04 (um bilhão, seiscentos e setenta milhões, quinhentos e vinte e seis mil, três reais e quatro centavos), representando crescimento de 5,12% em relação ao 1º trimestre de 2026, quando alcançaram R$ 1.589.162.943,19 (um bilhão, quinhentos e oitenta e nove milhões, cento e sessenta e dois mil, novecentos e quarenta e três reais e dezenove centavos).

Em comparação ao 2º trimestre de 2025, quando as despesas somaram R$ 1.508.893.093,42 (um bilhão, quinhentos e oito milhões, oitocentos e noventa e três mil, noventa e três reais e quarenta e dois centavos), verificou-se aumento de 10,71%, decorrente da redução da demanda reprimida de processos previdenciários e da ampliação das concessões de aposentadorias e pensões, com consequente inclusão de novos beneficiários na folha de pagamento.

No FUNPREV, as despesas previdenciárias totalizaram R$ 359.947,78 (trezentos e cinquenta e nove mil, novecentos e quarenta e sete reais e setenta e oito centavos) no 2º trimestre de 2026, correspondendo a uma redução de 19,46% em relação ao 1º trimestre de 2026, quando foram registrados R$ 446.913,60 (quatrocentos e quarenta e seis mil, novecentos e treze reais e sessenta centavos).

Na comparação com o 2º trimestre de 2025, as despesas apresentaram redução de 13,40%, passando de R$ 415.664,44 (quatrocentos e quinze mil, seiscentos e sessenta e quatro reais e quarenta e quatro centavos) para R$ 359.947,78.

A despesa do FUNPREV permaneceu concentrada na folha de pensionistas civis, que representou 96,3% do total executado no trimestre, enquanto os inativos civis corresponderam a 3,7% das despesas.

..

Tabela 18 - Despesas folhas de inativos e pensionistas no 2º Trimestre de 2026

Despesas Previdenciárias (R$) – Poder Executivo - FINANPREV										
Mês	Folha Bruta Inativo				Folha Bruta Pensionista		Salário Família	Total Folha Bruta Inativos	Total Folha Bruta Pensionistas	Total das Despesas
	Civil	Saúde	Educação	Militar	Civil	Militar	Ativos			
Abril	93.326.453,84	7.013.775,95	205.489.087,65	161.708.024,67	52.175.341,16	33.551.503,34	-	**467.537.342,11**	**85.726.844,50**	**553.264.186,61**
Maio	93.606.336,11	7.005.685,92	206.378.981,79	162.127.638,33	52.036.664,75	33.545.458,33	-	**469.118.642,15**	**85.582.123,08**	**554.700.765,23**
Junho	93.451.613,19	6.990.595,62	213.769.838,82	162.131.160,36	52.597.378,15	33.620.465,06	-	**476.343.207,99**	**86.217.843,21**	**562.561.051,20**
Total	**280.384.403,14**	**21.010.057,49**	**625.637.908,26**	**485.966.823,36**	**156.809.384,06**	**100.717.426,73**	**-**	**1.412.999.192,25**	**257.526.810,79**	**1.670.526.003,04**

Despesas Previdenciárias (R$) – Poder Executivo - FUNPREV								
Mês	Folha Bruta Inativo				Folha Bruta Pensionista		Salário Família	Total das Despesas
	Civil	Militar	Saúde	Educação	Militar	Civil	Ativos	
Abril	4.501,31	-	-	-	-	127.734,51	-	**132.235,82**
Maio	4.501,31	-	-	-	-	104.930,07	-	**109.431,38**
Junho	4.501,31	-	-	-	-	113.779,27	-	**118.280,58**
Total	**13.503,90**	**-**	**-**	**-**	**-**	**346.443,85**	**-**	**359.947,78**

Fonte: COAF/IGEPPS

3.7 RECEITAS E DESPESAS

Apesar do Sistema de Proteção Social dos Militares criado em 2019, somente a partir de 2021 foi criada uma fonte própria de recursos. Sendo importante ressaltar que o SPSM é fortemente custeado com aporte do Tesouro Estadual, diante da insuficiência de receitas decorrentes da arrecadação contributiva dos militares ativos, inativos e pensionistas.

Com relação às despesas vinculadas ao SPSM, no 2º Trimestre de 2026, observa-se um aumento em decorrência da política de atual gestão do IGEPPS de conceder novos benefícios, reservas, reformas e pensões militares, conforme a tabela abaixo.

Tabela 19 - Receitas e Despesas SPSM (R$) no 2º Trimestre de 2026.

Receitas (R$) – SPSM			
Mês	**Inativo**	**Pensionista**	**Total**
Abril	28.037.524,53	45.520.261,33	73.557.785,86
Maio	31.074.804,86	46.609.940,98	77.684.745,84
Junho	30.882.759,20	47.240.500,60	78.123.259,80
Total	**89.995.088,59**	**139.370.702,91**	**229.365.791,50**
Despesas – SPSM			
Mês	**Inativo**	**Pensionista**	**Total**
Abril	161.708.024,67	33.551.503,34	195.259.528,01
Maio	162.127.638,33	33.545.458,33	195.673.096,66
Junho	162.131.160,36	33.620.465,06	195.751.625,42
Total	**485.966.823,36**	**100.717.426,73**	**586.684.250,09**

Fonte: COAF/IGEPPS

3.8 RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS – OUTRAS INSTITUIÇÕES

No âmbito do RPPS do Estado do Pará é relevante dar transparência nas receitas e despesas previdenciárias realizadas pelos demais poderes, segmentadas por Fundos (FINANPREV e FUNPREV), incluindo Defensoria Pública do Estado - DPE/PA, Assembleia Legislativa do Estado - Alepa, Tribunal de Contas do Estado - TCE, Tribunal de Contas dos Municípios - TCM, Tribunal de Justiça do Estado - TJE/PA e Justiça Militar - JME, Ministério Público do Estado - MPE, demonstrada nas tabelas a seguir.

3.8.1 FINANPREV

Tabela 20 - Receita Previdenciária da Defensoria Pública no 2º Trimestre de 2026

Mês	**Receita Previdenciária - DPE**		**Total**
	Contribuição Segurado	**Contribuição Patronal**	
Abril	1.941.023,67	3.118.607,08	5.059.630,75
Maio	1.875.502,91	3.142.116,33	5.017.619,24
Junho	1.925.089,26	5.402.724,16	7.327.813,42
Total	**5.741.615,84**	**11.663.447,57**	**17.405.063,41**

Fonte: COAF/IGEPPS

Tabela 21 - Despesa Previdenciária da Defensoria Pública no 2º Trimestre de 2026

Mês	Despesa Previdenciária - DPE		Total
	Inativo	Pensionista	
Abril	4.525.722,21	850.790,68	5.376.512,89
Maio	4.525.722,21	850.790,68	5.376.512,89
Junho	4.525.722,21	858.116,80	5.376.512,89
Total	**13.577.166,63**	**2.559.698,16**	**16.136.864,79**

Fonte: COAF/IGEPPS

Tabela 22 - Receita Previdenciária da Assembleia Legislativa Pará no 2º Trimestre de 2026

Mês	Receita Previdenciária - ALEPA		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Abril	3.181.142,04	4.567.762,98	7.748.905,02
Maio	2.802.422,48	4.602.925,80	7.405.348,28
Junho	2.787.764,21	4.579.898,34	7.367.662,55
Total	**8.771.328,73**	**13.750.587,12**	**22.521.915,85**

Fonte: COAF/IGEPPS

Tabela 23 – Despesa Previdenciária da Assembleia Legislativa Pará no 2º Tri de 2026

Mês	Despesa Previdenciária - ALEPA		Total
	Inativo	Pensionista	
Abril	5.791.154,25	1.614.092,80	7.405.247,05
Maio	5.716.584,45	1.604.571,24	7.321.155,69
Junho	5.716.584,45	1.747.489,93	7.464.074,38
Total	**17.224.323,15**	**4.933.943,16**	**22.190.477,12**

Fonte: COAF/IGEPPS

Tabela 24 – Receita Previdenciária do Tribunal de Contas do Pará no 2º Trimestre de 2026

Mês	Receita Previdenciária - TCE		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Abril	1.798.317,62	2.954.378,94	4.752.696,56
Maio	1.799.781,06	2.964.536,36	4.764.317,42
Junho	1.798.994,83	2.956.037,05	4.755.031,88
Total	**5.397.093,51**	**8.874.952,35**	**14.272.045,86**

Fonte: COAF/IGEPPS

Tabela 25 - Despesa Previdenciária do Tribunal de Contas do Pará no 2º Trimestre de 2026

Mês	Despesa Previdenciária - TCE		Total
	Inativo	Pensionista	
Abril	5.517.789,96	1.140.281,67	6.658.071,63
Maio	5.484.620,10	1.234.167,95	6.718.788,05
Junho	5.647.687,10	1.145.681,02	6.793.368,12
Total	**16.650.097,16**	**3.520.130,64**	**20.170.227,80**

Fonte: COAF/IGEPPS

Tabela 26 - Receita Previdenciária do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará no 2º Trimestre de 2026

Mês	Receita Previdenciária - TCM		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Abril	940.947,14	1.544.327,53	2.485.274,67
Maio	989.567,52	1.626.236,50	2.615.804,02
Junho	989.267,54	1.625.223,68	2.614.491,22
Total	**2.919.782,20**	**4.795.787,71**	**7.715.569,91**

Fonte: COAF/IGEPPS

Tabela 27 - Despesa Previdenciária do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará no 2º Trimestre de 2026

Mês	Despesa Previdenciária - TCM/PA		Total
	Inativo	Pensionista	
Abril	2.889.669,85	615.689,85	3.505.359,70
Maio	2.747.464,32	626.598,76	3.374.063,08
Junho	2.754.180,51	606.019,26	3.360.199,77
Total	**8.391.314,68**	**1.848.307,87**	**10.239.622,55**

Fonte: COAF/IGEPPS

Tabela 28 - Receita Previdenciária do Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado no 2º Trimestre de 2026.

Mês	Despesa Previdenciária – TJ /ME		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Abril	10.280.175,75	16.888.864,25	27.169.040,00
Maio	9.947.696,46	16.351.409,20	26.299.105,66
Junho	9.952.296,47	16.354.245,77	26.306.542,24
Total	**30.180.168,68**	**49.594.519,22**	**79.774.687,90**

Fonte: COAF/IGEPPS

Tabela 29 - Despesa Previdenciária do Tribunal de Justiça/Justiça Militar do Estado no 2º Trimestre de 2026.

Mês	Despesa Previdenciária - TJ /ME		Total
	Inativo	Pensionista	
Abril	16.160.915,77	4.582.486,31	20.743.402,08
Maio	16.146.778,41	4.676.711,97	20.823.490,38
Junho	17.319.583,86	4.601.001,66	21.920.585,52
Total	**49.627.278,04**	**13.860.199,94**	**63.487.477,98**

Fonte: COAF/IGEPPS

Tabela 30 - Receita Previdenciária do Ministério Público do Estado no 2º Trimestre de 2026

Mês	Receita Previdenciária - MPE		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Abril	4.178.482,55	6.864.649,93	11.043.132,48
Maio	3.977.341,85	6.534.694,94	10.512.036,79
Junho	3.939.619,52	6.472.232,08	10.411.851,60
Total	**12.095.443,92**	**19.871.576,95**	**31.967.020,87**

Fonte: COAF/IGEPPS

Tabela 31 - Despesa Previdenciária do Ministério Público do Estado no 2º Trimestre de 2026

Mês	Despesa Previdenciária - MPE		Total
	Inativo	Pensionista	
Abril	6.231.296,05	1.839.474,88	8.070.770,93
Maio	6.804.425,55	1.860.415,78	8,664.841,33
Junho	7.148.141,78	1.934.336,47	9.082.477,95
Total	**20.183.863,38**	**5.634.226,83**	**25.818.090,21**

Fonte: COAF/IGEPPS

Tabela 32 - Receita Previdenciária da Defensoria Pública - FUNPREV no 2º Trimestre de 2026

Mês	Receita Previdenciária- DPE		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Abril	242.924,35	242.924,35	485.848,70
Maio	250.536,74	250.536,74	501.073,48
Junho	247.140,02	247.140,02	494.280,04
Total	**740.601,11**	**740.601,11**	**1.481.202,22**

Fonte: COAF/IGEPPS

Tabela 33 - Receita Previdenciária do Tribunal de Contas do Estado - FUNPREV no 2º Trimestre de 2026

Mês	Receita Previdenciária- TCE		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Abril	488.140,51	488.140,51	976.281,02
Maio	498.866,37	498.866,37	997.732,74
Junho	542.636,71	542.636,71	1,085.273,42
Total	**1.529.643,59**	**1.529.643,59**	**3.059.287,18**

Fonte: COAF/IGEPPS

Tabela 34 - Receita Previdenciária do Tribunal de Justiça/Justiça Militar FUNPREV no 2º Trimestre de 2026

Mês	Receita Previdenciária - TJ/JME		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Abril	169.2015,29	1.692.015,29	3.384.030,58
Maio	1.715.380,87	1.715.380,87	3.430.761,74
Junho	1.718.903,69	1.718.903,69	3.437.807,38
Total	**5.126.399,85**	**5.126.299,85**	**10.252.599,70**

Fonte: COAF/IGEPPS

Tabela 35 - Receita Previdenciária do Ministério Público do Estado - FUNPREV no 2º Trimestre 2026

Mês	Receita Previdenciária - MPE		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Abril	550.787,67	550.787,67	1.101.575,34
Maio	555.226,76	555.226,76	1.110.453,52
Junho	551.409,02	551.409,02	1.102.818,04
Total	**1.657.423,45**	**1.657.423,45**	**3.314.846,90**

Fonte: COAF/IGEPPS

Tabela 36 - Receita previdenciária do Tribunal de Contas dos municípios - FUNPREV no 2º Trimestre 2026

Mês	Receita Previdenciária - TCM/PA		Total
	Contribuição Segurado	Contribuição Patronal	
Abril	90.673,49	90.673,49	181.346,98
Maio	121.426,09	121.426,09	242.852,18
Junho	112.765,74	112.765,74	225.531,48
Total	**324.865,32**	**324.865,32**	**649.730,64**

Fonte: COAF/IGEPPS

4 EVOLUÇÃO DA SITUAÇÃO ATUARIAL

As avaliações atuariais têm o objetivo de dimensionar os compromissos do Plano de Benefícios e estabelecer o Plano de Custeio para a observância do equilíbrio financeiro e atuarial dos RPPS, que deverão ser elaborados tendo os parâmetros técnicos estabelecidos nas Normas aplicáveis aos RPPS definidas pelas EC. Nº 103/2019, Lei nº 9.717/98 e Portaria MTP nº 1467/2022.

A Avaliação Atuarial é um estudo técnico baseado nas características biométricas, demográficas e econômicas da população analisada, com o objetivo principal de estabelecer, de forma suficiente e adequada, os recursos necessários para a garantia dos pagamentos dos benefícios previstos pelo plano.

Na elaboração das Avaliações Atuariais, do plano financeiro denominado FINANPREV e do plano previdenciário denominado FUNPREV foram utilizados os dados cadastrais e financeiros dos servidores dos seguintes Poderes e Órgãos Autônomos: Executivo, Tribunal de Justiça do Estado, Justiça Militar do Estado, Assembleia Legislativa Estadual, Tribunal de Contas do Estado, Tribunal de Contas dos Municípios, Ministério Público do Estado do Pará, Ministério Público junto ao Tribunal de Contas dos Municípios e do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Pará.

4.1 SEGREGAÇÃO DE MASSA DOS SEGURADOS DO RPPS

A Lei Complementar nº 039/2002 e suas alterações, através da LC nº 044/2003, LC nº 049/2005, LC nº 051/2006 e LC nº 128/2020 organiza o Sistema Previdenciário do Estado do Pará em dois regimes distintos integrantes do RPPS, Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (FINANPREV) e Fundo Previdenciário do Estado do Pará (FUNPREV). A Lei Complementar nº 142/2021 criou o Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM).

As bases de dados do utilizada nas 03 (três) últimas avaliações atuariais foram: DRAA 2024: agosto de 2023, DRAA 2025: setembro de 2024 e DRAA 2026: agosto de 2025.

4.1.1 Massa de Segurados – FINANPREV

O Regime Orçamentário em extinção destinado aos servidores que ingressaram até 31 de dezembro de 2016.

Tabela 37 - Quantitativo FINANPREV – 2024 a 2026

FINANPREV	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Ativos	58.083	55.168	53.486
Inativos	31.684	33.228	33.296
Pensionistas	8.990	9.292	9.269
Total	**98.757**	**97.688**	**96.051**

Fonte: INOVE - Consultoria Financeira e Atuarial

Nota-se que o quantitativo total de servidores do FINANPREV é decrescente no período de 2024 a 2026, confirmando a expectativa de extinção do Fundo.

4.1.2 Massa de Segurados – FUNPREV

O Regime Capitalizado, formado pelos servidores que ingressaram após janeiro de 2017.

Tabela 38 - Quantitativo FUNPREV – 2023 a 2026

FUNPREV	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Ativos	9.174	10.658	11.718
Inativos	2	6	4
Pensionistas	72	89	67
Total	**9.248**	**10.753**	**11.789**

Fonte: INOVE - Consultoria Financeira e Atuarial

Verifica-se que o quantitativo total de servidores do FUNPREV é crescente no período de 2024 a 2026, confirmando a expectativa de perpetuidade do Fundo.

4.1.3 Massa de segurados - SPSM

Com o advento da Lei Complementar nº 142/2021 os militares foram retirados do FINANPREV e FUNPREV.

Tabela 39 - Quantitativo SPSM – 2024 a 2026

SPSM	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Ativos	18.195	17.376	18.445
Inativos	10.192	10.809	11.367
Pensionistas	4.095	4.256	4.354
Total	**32.482**	**32.441**	**34.166**

Fonte: INOVE - Consultoria Financeira e Atuarial

Percebe-se que o quantitativo total de servidores do SPSM está na média das 32 mil vidas no período de 2024 a 2026, confirmando a expectativa de perpetuidade do Fundo.

4.2 EVOLUÇÃO DO RESULTADO DO PLANO DE CUSTEIO RELATIVO AOS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS – COMPARATIVO ENTRE A EVOLUÇÃO DAS RECEITAS ESTIMADAS E AS EFETIVAMENTE EXECUTADAS

Tabela 40 - Comparativo FINANPREV (R$) – 2024 a 2026

FINANPREV	2024	2025	2026
Receita Estimada	1.908.777	2.641.083	2.675.621
Receita Realizada	3.140.217	2.953.956	1.385.141
Variação %	**64,51%**	**11,85%**	**-48,23%**

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).
Nota: As informações das receitas realizadas em 2026, referem-se ao acumulado de janeiro a junho.

Em 2026, no acumulado de janeiro a junho, as receitas realizadas no FINANPREV estão inferiores às receitas estimadas atuarialmente em 48,23%.

Tabela 41 - Comparativo FUNPREV (R$) – 2024 a 2026

FUNPREV	2024	2025	2026
Receita Estimada	587.488	505.275	581.154
Receita Realizada	245.249	260.826	124.348
Variação %	**-58,25%**	**-48,38%**	**-78,60%**

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).
Nota: As informações das receitas realizadas em 2026 referem-se ao acumulado de janeiro a junho

Percebe-se que em 2026, no acumulado de janeiro a junho, as receitas realizadas no FUNPREV estão inferiores às receitas estimadas atuarialmente em 78,60%.

Tabela 42 - Comparativo SPSM (R$) – 2023 a 2026

SPSM	2024	2025	2026
Receita Estimada	963.685	1.036.482	1.091.463
Receita Realizada	931.031	938.735	449.157
Variação %	**-3,39%**	**-9,43**	**-58,85%**

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).
Nota: As informações das receitas realizadas em 2026 referem-se ao acumulado de janeiro a junho.

Observa-se que em 2026, no acumulado de janeiro a junho, as receitas realizadas no SPSM estão menores que às receitas estimadas atuarialmente em 58,85%.

4.3 EVOLUÇÃO DO RESULTADO DO PLANO DE CUSTEIO RELATIVO AOS ÚLTMOS EXERCÍCCIOS – COMPARATIVO ENTRE A EVOLUÇÃO DAS DESPESAS ESTIMADAS E AS EFETIVAMENTE EXECUTADAS

Tabela 43 - Comparativo FINANPREV (R$) – 2024 a 2026

FINANPREV	2024	2025	2026
Despesa Estimada	6.079.737	7.283.124	7.163.301
Despesa Realizada	4.892.260	5.144.092	2.448.545
Variação %	**-19,53%**	**-29,37%**	**-65,82**

Fonte: RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).
Nota: As informações das receitas realizadas em 2026 referem-se ao acumulado de janeiro a junho.

Em 2026, no acumulado de janeiro a junho, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 65,82%.

Tabela 54 - Comparativo FUNPREV (R$) – 2024 a 2026

FUNPREV	2024	2025	2026
Despesa Estimada	7.870	28.151	26.538
Despesa Realizada	1.096	1.669	1.013
Variação %	**-86,07%**	**-94,07%**	**-96,18%**

Fonte**:** RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).
Nota: As informações das receitas realizadas em 2026 referem-se ao acumulado de janeiro a junho

Em 2026, no acumulado de janeiro a fevereiro, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 96,18%.

Tabela 45 - Comparativo SPSM (R$) – 2024 a 2026

SPSM	2024	2025	2026
Despesa Estimada	2.060.384	2.285.651	2.386.926
Despesa Realizada	2.201.135	2.322.113	366.248
Variação %	**6,83%**	**1,60%**	**-84,66%**

Fonte**:** RREO (valores realizados) e Avaliação Atuarial (valores estimados).
Nota: As informações das receitas realizadas em 2026 referem-se ao acumulado de janeiro a junho

Em 2026, no acumulado de janeiro a fevereiro, as despesas realizadas foram inferiores às despesas estimadas atuarialmente em 52,67%.

4.4 HIPÓTESES ATUARIAIS

As hipóteses atuariais são parâmetros que estimam a ocorrência de eventos biométricos, demográficos e econômico-financeiros, conforme descrito a seguir.

4.4.1 Hipóteses biométricas

As hipóteses biométricas relacionam-se com as probabilidades de ocorrências de eventos tais como: mortalidade, entrada em invalidez.

Tabela 46 - Hipóteses biométricas – 2024 a 2026

Hipóteses Biométricas	2024	2025	2026
Mortalidade de válidos	RP2000 masculina	IPEA -NS	IPEA -NS
Mortalidade de inválidos	IBGE 2022	IPEA -NS	IPEA -NS
Entrada em invalidez	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas	Álvaro Vindas

Fonte: NUGIN/IGEPPS

4.4.2 Hipóteses demográficas

As hipóteses demográficas relacionam-se ao comportamento da população, conforme a tabela a seguir.

Tabela 47 - Hipóteses demográficas - 2024 a 2026

Hipóteses Demográficas	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Novos entrados	Grupo Fechado	Grupo Fechado	Grupo Fechado
Família média	Cônjuge feminino 3 anos mais novo e dois filhos (com 22 e 24 anos de diferença em relação à idade do servidor)	Cônjuge feminino 3 anos mais nova ou cônjuge masculino 3 anos mais velho	Cônjuge feminino 3 anos mais novo ou cônjuge masculino 3 anos mais velho
Idade de início da fase de contribuição	25 anos	25 anos	25 anos

Fonte: NUGIN/IGEPPS

4.4.3 Hipóteses econômico-financeiras

As hipóteses econômico-financeiras são fatores que servem para quantificar as reservas matemáticas, ou seja, as obrigações do Regime Próprio de Previdência Social.

Tabela 48 - Hipóteses Financeiras - FINANPREV - 2023 a 2026

FINANPREV	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Taxa de juros	3,00% a.a.	4,82% a.a.	5,42% a.a.
Taxa de crescimento real dos salários por mérito	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Regime Financeiro	Repartição Simples	Repartição Simples	Repartição Simples
Taxa de Administração	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano
Indexador da Meta atuarial	IPCA	IPCA	IPCA
Teto do RGPS	R$ 7.507,49	R$ 7.786,02	R$ 8.157,41

Fonte: NUGIN/IGEPPS

Tabela 49 - Hipóteses Financeiras - FUNPREV- 2023 a 2026

FUNPREV	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Taxa de juros	3,00% a.a.	6,51% a.a	5,96% a.a.
Taxa de crescimento real dos salários por mérito	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Regime Financeiro	Capitalização	Capitalização	Capitalização
Taxa de Administração	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano
Indexador da Meta atuarial	IPCA	IPCA	IPCA
Teto do RGPS	R$ 7.507,49	R$ 7.786,02	R$ 8.157,41

Fonte: NUGIN/IGEPPS

Tabela 50 - Hipóteses Financeiras SPSM- 2023 a 2026

SPSM	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Taxa de juros	3,00% a.a.	4,93% a.a.	5,48% a.a.
Taxa de crescimento real dos salários por mérito	1,00% a.a.	1,00% a.a.	1,00% a.a.
Regime Financeiro	Repartição Simples	Repartição Simples	Repartição Simples
Taxa de Administração	2% ao ano	2% ao ano	2% ao ano
Indexador da Meta atuarial	IPCA	IPCA	IPCA
Teto do RGPS	R$ 7.507,49	R$ 7.786,02	R$ 8.157,41

Fonte: NUGIN/IGEPPS

4.5 ALÍQUOTAS DO PLANO DE CUSTEIO PREVIDENCIÁRIO

As alíquotas indicam o percentual que deverá ser aplicado no cálculo das contribuições dos servidores e do Ente Público.

Tabela 51 - Custeio Previdenciário FINANPREV– 2023 a 2026

FINANPREV	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Ativo	14%	14%	14%
Inativo	14%	14%	14%
Pensionista	14%	14%	14%
Ente Público	23%	23%	23%

Fonte: NUGIN/IGEPPS

Tabela 52 - Custeio Previdenciário FUNPREV– 2024 a 2026

FUNPREV	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Ativo	14%	14%	14%
Inativo	14%	14%	14%
Pensionista	14%	14%	14%
Ente Público	14%	14%	14%

Fonte: NUGIN/IGEPPS.

Tabela 53 - Custeio Previdenciário SPSM– 2023 a 2026

SPSM	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Ativo	10,5%	10,5%	10,5%
Inativo	10,5%	10,5%	10,5%
Pensionista	10,5%	10,5%	10,5%
Ente Público	18%	18%	18%

Fonte: NUGIN/IGEPPS

As avaliações atuariais de 2024, 2025 e 2026 indicam que as alíquotas de Custeios Previdenciários permaneçam constantes e que os déficits dos fundos FINANPREV e SPSM sejam garantidos pelo tesouro estadual.

4.5.1 Evolução quantitativa e qualitativa dos custos por tipo de benefício

A reforma da previdência ocorrida em 2019 definiu que o rol de benefícios dos regimes próprios de previdência social ficará limitado às aposentadorias e à pensão por morte. As tabelas s seguir representam o histórico dos custeios calculados atuarialmente demonstrando os percentuais por fundos e benefícios.

Tabela 54 - Custos % por benefícios - FINANPREV– 2023 a 2026

Tipo de Benefício	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Aposentadoria Programada	28,75%	34,06%	34,24%
Aposentadoria por Invalidez	2,17%	0,65%	0,73%
Pensões	4,08%	0,29%	0,03%
Despesas Administrativas*	2,00%	2,00%	2,00%
Custo Normal Anual Total	**37,00%**	**37,00%**	**37,00%**

Fonte: NUGIN/IGEPPS

Tabela 55 - Custos % por benefícios - FUNPREV– 2023 a 2026

Tipo de Benefício	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Aposentadoria Programada	17,93%	22,76%	23,84%
Aposentadoria por Invalidez	3,93%	2,26%	2,13%
Pensões	3,57%	0,98%	0,03%
Despesas Administrativas*	2,57%	2,00%	2,00%
Custo Normal Anual Total	**28,00%**	**28,00%**	**28,00%**

Fonte: NUGIN/IGEPPS.

Tabela 56 - Custos % por benefícios - SPSM– 2023 a 2026

Tipo de Benefício	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Aposentadoria Programada	19,92%	25,52%	25,81%
Aposentadoria por Invalidez	2,30%	0,71%	0,69%
Pensões	4,28%	0,27%	0,00%
Despesas Administrativas*	2,00%	2,00%	2,00%
Custo Normal Anual Total	**28,50%**	**28,50%**	**28,50%**

Fonte: NUGIN/IGEPPS

4.6 EVOLUÇÃO DOS RESULTADOS RELATIVA AO EQUILÍBRIO FINANCEIRO E ATUARIAL

Para verificar se o Regime Próprio está em equilíbrio financeiro e atuarial é realizado o cálculo Atuarial que contemplará os valores dos seguintes termos:

- Ativo do Plano: Valor aplicado no mercado financeiro e seus respectivos rendimentos em 31 de dezembro do ano corrente.
- Prov. Matemática BC: Provisão Matemática dos Benefícios Concedido que representa o valor das obrigações previdenciárias dos servidores que se encontram em gozo de benefícios.
- Prov. Matemática BaC: Provisão Matemática dos Benefícios a Conceder que representa o valor das obrigações previdenciárias dos servidores que se encontram em gozo de benefícios;
- Prov. Matemática Total: Provisão Matemática Total que representa a soma da Prov. Matemática BC com a Prov. Matemática BC.

- Superávit (+) / Déficit (-): Representa a diferença entre o Ativo do Plano e a Prov. Matemática Total, quando o valor for positivo temos superávit, quando for negativo temos déficit e quando for igual a zero temos o equilíbrio financeiro e atuarial;
- Civil: Representa o valor do Superávit (+) / Déficit (-) dos servidores civis.

É importante esclarecer que as evoluções dos resultados são reflexas: das hipóteses atuariais adotadas no Cálculo Atuarial, como recomenda a Portaria MTP nº 1.467, de 2 de agosto de 2022, do salário de contribuição dos servidores e das informações cadastrais.

Tabela 6 - Evolução FINANPREV (R$) – 2023 a 2026

FINANPREV	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Ativo do Plano	439.072.034,89	-	-
Prov. Matemát. BC	47.351.577.347,36	49.647.728.490,75	47.250.235.351,39
Prov. Matemát. BaC	41.294.277.498,20	41.337.989.165,08	36.630.692.686,20
Prov. Matemát. Total	88.645.854.845,56	90.985.717.655,83	83.880.928.037,59
Superávit(+)/Déficit(-)	**-88.206.782.810,67**	**-90.985.717.655,83**	**-83.880.928.037,59**

Fonte: NUGIN/IGEPPS.

Tabela 58 - Evolução FUNPREV (R$) – 2023 a 2026

FUNPREV	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Ativo do Plano	4.264.686.028,14	4.342.922.859,38	4.626.011.472,67
Prov. Matemát. BC	52.034.404,83	66.206.900,11	17.801.068,09
Prov. Matemát. BaC	369.586.017,47	- 404.667.064,54	- 224.457.031,94
Prov. Matemát. Total	421.620.422,30	- 338.460.164,43	- 206.655.963,85
Superávit(+)/Déficit(-)	**3.843.065.605,84**	**4.681.383.023,81**	**4.832.667.436,52**

Fonte: NUGIN/IGEPPS.

Tabela 59 - Evolução SPSM (R$) – 2023 a 2026

SPSM	DRAA 2024	DRAA 2025	DRAA 2026
Ativo do Plano	-	-	-
Prov. Matemát. BC	23.656.707.540,55	23.396.105.428,80	20.248.366.032,64
Prov. Matemát. BaC	2.206.965.586,56	4.055.780.468,18	3.671.162.983,41
Prov. Matemát. Total	25.863.673.127,11	27.451.885.896,98	23.919.529.016,05
Superávit(+)/Déficit(-)	**-25.863.673.127,11**	**-27.451.885.896,98**	**-23.919.529.016,05**

Fonte: NUGIN/IGEPPS.

Os resultados das provisões matemáticas poderão sofrer modificações ao longo do tempo, tendo em vistas mudanças no perfil etário, previdenciário, salarial ou familiar dos segurados do regime previdenciário.

Por fim, é oportuno consignar que os modelos previdenciários são arranjos concebidos para longo tempo de maturação e, portanto, requerem planejamento de igual dimensão e ajustes imediatos, tão logo sejam identificados problemas estruturais ou conjunturais que venham a desequilibrar financeiro, econômica e atuarialmente o regime previdenciário. Assim, a manutenção do equilíbrio de qualquer fundo previdenciário requer constante e contínuo monitoramento das obrigações do ente federativo vis-à-vis a sua justa fundação.

5 GESTÃO DE INVESTIMENTOS

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS realiza a gestão própria dos investimentos, por meio do Núcleo Gestor de Investimentos (NUGIN), setor interno do Instituto responsável por monitorar os riscos, executar os investimentos e propor as estratégias de movimentações da carteira visando atingir a meta atuarial.

O 2º Trimestre de 2026 foi marcado pela adequação e aplicação dos recursos em conformidade com a nova Resolução CMN nº 5.272/2025, que passou a estabelecer diretrizes atualizadas para a gestão dos investimentos. Nesse contexto, a carteira foi conduzida em alinhamento às novas exigências normativas, com a devida observância aos critérios de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez, reforçando o compromisso com a governança e a boa gestão dos recursos administrados.

Os investimentos realizados ao longo do 2º Trimestre do ano de 2026 foram norteados pela Política Anual de Investimento 2026, aprovada pelo Conselho Estadual de Previdência.

5.1 CARTEIRA GLOBAL

A carteira de investimentos do IGEPPS Pará fechou o 2º Trimestre de 2026 composta por 70 ativos, distribuídos entre 44 fundos de investimentos sob a gestão de 19 gestores. Adicionalmente, incluem-se operações compromissadas (LFT) executadas pelo banco do Estado - Banpará, Títulos Públicos emitidos pelo Tesouro Federal e uma Letra Financeira emitida pelo banco BTG PACTUAL.

Esses ativos estão vinculados ao seu respectivo plano, quais sejam: Fundo Previdenciário (FUNPREV), Fundo Financeiro (FINANPREV) e Sistema Social de Proteção dos Militares (SPSM), bem como aos recursos provenientes da Taxa de Administração.

O rendimento acumulado dos recursos da carteira totalizou R$ 140.796.602,38 (cento e quarenta milhões, setecentos e noventa e seis mil, seiscentos e dois reais e trinta e oito centavos) no 2º Trimestre de 2026.

Em comparação ao Trimestre anterior, verificou-se uma redução aproximada de 10% no resultado, reflexo das condições observadas no mercado financeiro durante o período, que impactaram o desempenho da carteira do FUNPREV.

Tabela 60 - Carteira Global do IGEPPS no 2º Trimestre de 2026

Carteira	Receita Acumulada (R$)			Rendimento Acumulado	Patrimônio Líquido (30/06/2026)
	Aplicação	Resgate	Amortização		
FUNPREV	72.191.287,95	107.453.173,20	36.458.467,07	137.588.799,12	4.759.572.745,35
FINANPREV	592.256.622,75	616.661.397,88	-	2.375.704,81	54.231.602,42
SPSM	230.500.000,00	229.783.845,45	-	787.323,49	13.516.418,87
Taxa de Administração	45.276.707,51	120.236.513,39	-	44.774,96	-
Disponibilidade Financeira	-	-	-	-	144.879.166,44
Total	**45.276.707,51**	**1.074.134.929,92**	**36.458.467,07**	**140.796.602,38**	**4.827.320.766,64**

Fonte: NUGIN/IGEPPS
Nota: Disponibilidade Financeira é o recurso financeiro disponível em conta corrente de titularidade do IGEPPS.

Os ativos e seus respectivos recursos estão distribuídos entre as classes de renda fixa, renda variável, exterior e investimentos estruturados, enquadrados de acordo com a política de investimentos 2026. Observa-se que a estratégia de alocação da carteira é majoritariamente em renda fixa (81,47%), caracterizando o perfil conservador para a carteira previdenciária.

A equipe técnica do NUGIN realiza o monitoramento contínuo da carteira, com o objetivo de assegurar a aderência aos limites estabelecidos pela Resolução CMN nº 5.272/2025 e às diretrizes estratégicas definidas na Política de Investimentos 2026.

As estratégias a serem implementadas ao longo do exercício têm como finalidade o cumprimento da alocação alvo prevista na Política de Investimentos, garantindo alinhamento entre a gestão da carteira, o cenário macroeconômico e os objetivos atuariais do RPPS.

Tabela 671 - Enquadramento do IGEPPS de acordo com a Política de Investimentos no 2º Trimestre de 2026

Artigo	Tipo de Ativo	Valor (R$)	Carteira %	Limite Inferior	Estratégia Alvo	Limite Superior	Limite Legal
Renda Fixa		**3.932.848.842,04**	**81,47%**		**87,00%**		100,00%
Art. 7º I	Fundos ou ETF Renda Fixa 100% - Títulos Públicos	587.352.569,18	12,17%	0,00%	13,50%	100,00%	100,00%
Art. 7º II	Títulos do Tesouro Nacional (SELIC) primário/plataforma eletrônica	-	0,00%	0,00%	0,00%	100,00%	100,00%
Art. 7º III	Títulos Públicos Federais - Intermediação - Balcão	2.207.632.939,91	45,73%	0,00%	50,00%	100,00%	100,00%
Art. 7° IV	Operações Compromissadas com títulos públicos	-	0,00%	0,00%	0,00%	5,00%	5,00%
Art. 7° V	Fundos de Renda Fixa e ETF - Demais	1.027.775.653,02	21,29%	0,00%	22,00%	40,00%	80,00%
Art. 7° VI	Títulos de Instituições Financeiras	63.016.747,20	1,31%	0,00%	1,50%	5,00%	20,00%
Art. 7° VII	Fundos de Renda Fixa - Crédito Privado	44.684.153,12	0,93%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 7° VIII	Fundos de Debêntures Infraestrutura	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 7° IX	Sublasses sênior de FIDC ou FIC-FIDC	2.386.779,61	0,05%	0,00%	5,00%	0,00%	0,00%
Renda Variável		**442.025.187,97**	**9,16%**		**11,00%**		
Art. 8° I	Fundos de Ações	343.518.596,30	7,12%	0,00%	4,00%	10,00%	40,00%
Art. 8° II	Fundos de ETF de Ações	-	0,00%	0,00%	7,00%	10,00%	40,00%
Art. 8° III	Fundos de ETF BDR - Ações	98.506.591,68	2,04%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 8° IV	Fundos de ETF - Internacional	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Exterior		**129.835.701,48**	**2,69%**		**0,00%**		
Art. 9° I	Fundos Renda Fixa - Dívida Externa	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Art. 9° II	Fundos Exterior - Investidor Qualificado	129.835.701,48	2,69%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Art. 9° III	Fundos Exterior - Investidor Geral	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	10,00%
Estruturados		**322.611.035,16**	**6,68%**		**2,00%**		
Art. 10° I	Fundos Multimercado	92.808.979,49	1,92%	0,0%	2,00%	10,00%	15,0%
Art. 10° II	Fundos FIAGRO	-	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Art. 10° III	Fundos FIP e FIC-FIP	229.802.055,67	4,76%	0,0%	0,00%	0,00%	0,0%
Art. 10° IV	Fundos de Ações - Mercado de Acesso	-	0,00%	0,0%	0,00%	0,00%	0,0%
Fundos Imobiliários		**-**	**0,00%**		**0,0%**		10,0%
Art. 11º	Fundos Imobiliários (FII)	-	0,00%	0,0%	0,0%	5,0%	10,0%
Empréstimos Consignados		**-**	**0,00%**		**0,0%**		10,0%
Art. 12º, II	Empréstimos Consignados	-	0,00%	0,0%	0,0%	0,0%	10,0%
Total da Carteira		**4.827.320.766,64**	**100,00%**		**100,00%**		
Disponibilidade Financeira		**144.879.166,44**					
Total Geral		**4.972.199.933,08**					

Fonte: NUGIN/IGEPPS

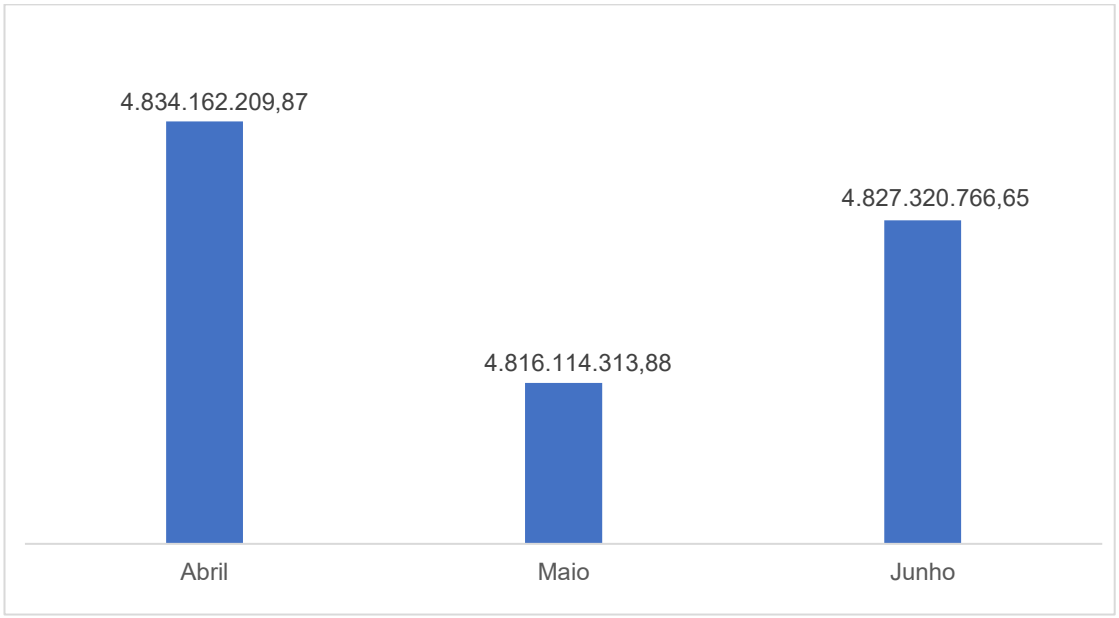
5.2 EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CARTEIRA GLOBAL

O patrimônio líquido global sob gestão do IGEPPS encerrou o 2º Trimestre de 2026 no montante de R$ 4.827.320.766,64 (quatro bilhões, oitocentos e vinte e sete milhões, trezentos e vinte mil, setecentos e sessenta e seis reais e sessenta e quatro centavos), desconsideradas as disponibilidades financeiras.

No período, observou-se comportamento predominantemente estável do patrimônio líquido, com variações pontuais ao longo dos meses. A retração registrada em maio decorreu, principalmente, da redução na arrecadação das carteiras FINANPREV em relação ao mês de março.

De forma geral, a oscilação verificada pode ser classificada como marginal, refletindo estabilidade da carteira e equilíbrio entre fluxos de entrada, saídas e a rentabilidade dos investimentos. Esse desempenho indica consistência na gestão dos recursos, com preservação do volume patrimonial mesmo diante de pequenas flutuações mensais.

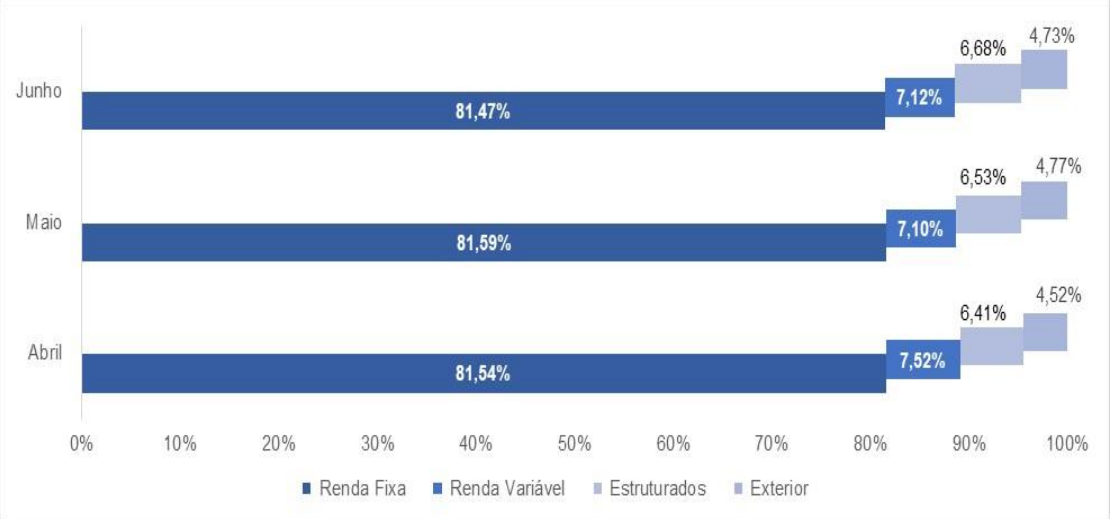
Gráfico 4 - Comparativo da Evolução do Patrimônio Líquido Aplicado (R$) no 2º Trimestre de 2026



Fonte: NUGIN/IGEPPS

Quanto ao segmento, a renda fixa representa posição majoritária da carteira de investimentos, terminando o 2º Trimestre com 81,47% da carteira, com o objetivo de alcançar até 87,0%, conforme política de investimentos 2026 aprovada. O segmento de renda fixa continuará sendo a base do portfólio de RPPS, especialmente com o cenário de juros elevados no Brasil.

Gráfico 5 - Distribuição do Patrimônio Líquido Aplicado por segmento no 2º Trimestre de 2026



Fonte: NUGIN/IGEPPS

Como forma de diversificação, os recursos são distribuídos entre diversas instituições financeiras, que passaram por um processo de credenciamento, o que demonstra que os recursos são aplicados em instituições idôneas e consolidadas no mercado. Quase a metade da carteira (46,17%) está aplicada em títulos do Tesouro Nacional, seguida de grandes bancos públicos ou privados como é o caso do Banco do Brasil, Itaú, Bradesco e Santander.

Tabela 62 - Patrimônio Líquido por Instituição Financeira no 2º Trimestre de 2026.

Instituições	30/04/2026		29/05/2026		30/06/2026	
	PL	%	PL	%	PL	%
Tesouro Nacional	2.201.313.199,82	46,06%	2.187.123.776,90	45,85%	2.207.632.939,91	46,17%
BB Asset Management	425.574.954,58	8,91%	393.847.511,79	8,26%	379.588.365,44	7,94%
Itaú	573.252.948,45	12,00%	578.782.922,51	12,13%	582.955.179,99	12,19%
Bradesco	396.345.494,04	8,29%	399.569.421,90	8,38%	403.711.498,13	8,44%
Santander	343.078.372,26	7,18%	366.702.698,00	7,69%	353.080.185,88	7,38%
BTG Pactual	304.560.234,84	6,37%	307.496.147,83	6,45%	312.967.133,64	6,54%
Caixa Econômico Asset	47.031.179,56	0,98%	51.225.558,57	1,07%	50.912.083,00	1,06%
Safra Asset Management	23.102.213,94	0,48%	21.688.160,63	0,45%	21.578.218,29	0,45%
Vinci Partners	141.291.800,07	2,96%	134.970.120,35	2,83%	136.826.002,99	2,86%
Kinea Investimentos	132.582.338,66	2,77%	132.500.820,10	2,78%	137.148.934,12	2,87%
Western Asset	44.810.737,37	0,94%	48.169.278,49	1,01%	47.594.508,67	1,00%
Bahia Asset	45.976.528,55	0,96%	42.539.311,35	0,89%	42.848.759,66	0,90%
XP Asset Management	47.800.822,34	1,00%	48.615.007,02	1,02%	47.276.919,28	0,99%
AZ Quest Investimentos	38.487.080,30	0,81%	36.011.884,66	0,75%	36.675.924,95	0,77%
Occam Brasil	32.466.173,15	0,68%	29.925.920,83	0,63%	29.835.704,93	0,62%
Pátria Investimentos	33.421.103,30	0,70%	33.911.138,18	0,71%	33.670.199,47	0,70%
BNP Paribas Asset	516.460,57	0,01%	496.751,59	0,01%	495.042,72	0,01%
Genial Banco	2.416.464,13	0,05%	2.402.722,17	0,05%	2.386.779,61	0,05%
Porto Seguro Investimentos	134.103,94	-	135.160,97	-	136.385,96	-
Total Aplicado	**4.834.162.209,87**	**100%**	**4.816.114.313,88**	**101%**	**4.827.320.766,64**	**100%**

Fonte: NUGIN/IGEPPS

5.3 CARTEIRA FINANPREV

Os recursos aplicados no FINANPREV, fundo financeiro, são provenientes da arrecadação previdenciária mensal.

A carteira do FINANPREV é composta, predominantemente, pelo BB Títulos Públicos Responsabilidade Limitada FIF Renda Fixa Referenciado, utilizado como fundo caixa, com a finalidade de proporcionar liquidez e rentabilidade de curto prazo aos recursos do plano. Adicionalmente, 0,39% do patrimônio líquido encontra-se alocado em três fundos de investimento que não recebem novos aportes e cujas cotas permanecem indisponíveis para resgate em razão de bloqueios judiciais incidentes sobre esses ativos, impossibilitando sua movimentação até decisão judicial definitiva.

Tabela 63 - Carteira FINANPREV (R$) no 2º Trimestre de 2026.

Ativos por Enquadramento	Saldo Líquido (R$) 30/06/2026	% do Portfólio
Art. 7º I Fundos ou ETF Renda Fixa 100% - Títulos Públicos	**54.015.536,65**	**99,60%**
BB Títulos Públicos Resp. Limitada FIF Renda Fixa Referenciado DI LP	54.015.536,65	99,60%
Ativos por Enquadramento	**Saldo Líquido 30/06/2026**	**% do Portfólio**
Art. 7° V Fundos de Renda Fixa e ETF - Demais	**154.380,17**	**0,28%**
ITAÚ Institucional Resp Limitada FIF Renda Fixa Referenciado DI	17.994,21	0,03%
Porto Seguro Clássico Resp Limitada FIF CIC Renda Fixa LP	136.385,96	0,25%
Ativos por Enquadramento	**Saldo Líquido 30/06/2026**	**% do Portfólio**
Art. 7º VII Fundos de Renda Fixa - Crédito Privado	**61.685,60**	**0,11%**
BTG Pactual YIELD DI FIF Renda Fixa	61.685,60	0,11%
Total	**54.231.602,42**	**100%**

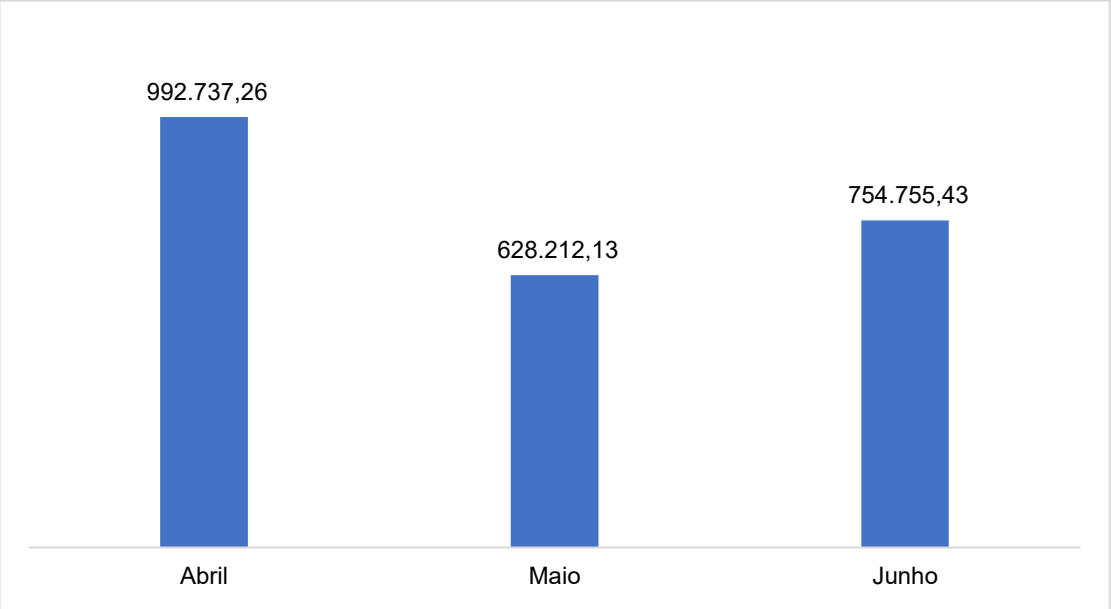
Fonte: NUGIN/IGEPPS

5.3.1 Evolução do Rendimento - FINANPREV

O rendimento mensal da carteira apresentou comportamento oscilante durante o 2º Trimestre de 2026. Após registrar o maior resultado em abril, de R$ 992.737,26 (novecentos e noventa e dois mil, setecentos e trinta e sete reais e vinte e seis centavos), houve redução para R$ 628.212,13 (seiscentos e vinte e oito mil, duzentos e doze reais e treze centavos) em maio, equivalente a uma queda de aproximadamente 36,7%, em razão do menor patrimônio aplicado no período.

Em junho, a carteira apresentou recuperação parcial, alcançando rendimento de R$ 754.755,43 (setecentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e três centavos), representando crescimento de cerca de 20,1**%** em relação ao mês anterior. Apesar da melhora, o resultado permaneceu inferior ao observado em abril, evidenciando a volatilidade do mercado sobre o desempenho dos investimentos no período.

Gráfico 6 - Evolução do Rendimento do FINANPREV (R$) no 2º Trimestre de 2026

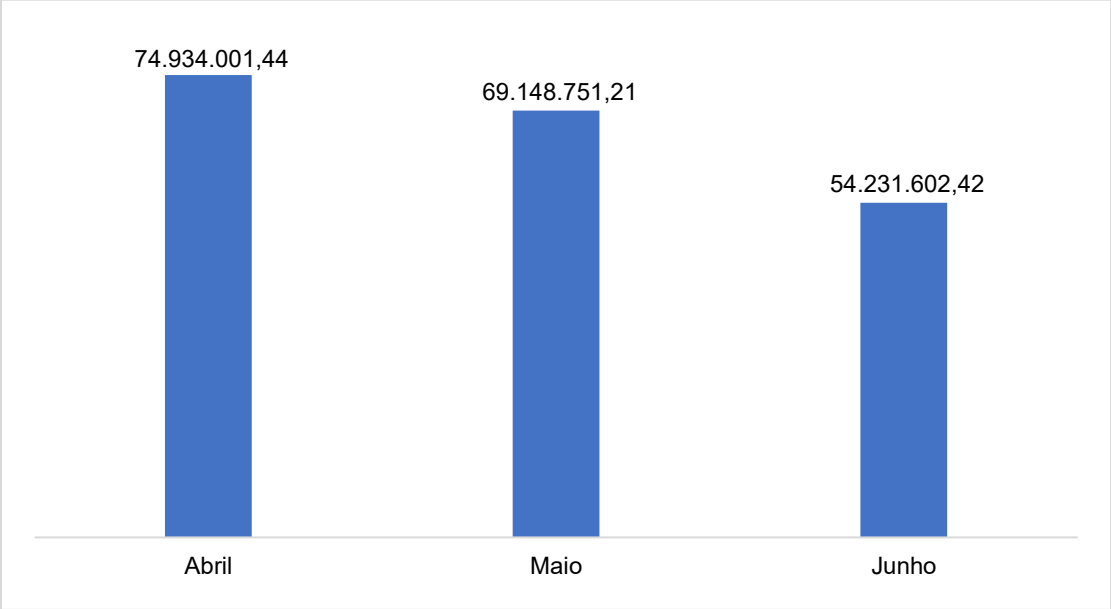


Fonte: NUGIN/IGEPPS

5.3.2 Evolução do Patrimônio Líquido da Carteira – FINANPREV

No 2º Trimestre de 2026, o patrimônio líquido demonstra tendência de redução dos valores ao longo do Trimestre. O indicador passou de R$ 74.934.001,44 (setenta e quatro milhões, novecentos e trinta e quatro mil e um reais e quarenta e quatro centavos) em abril para R$ 69.148.751,21 (sessenta e nove milhões, cento e quarenta e oito mil, setecentos e cinquenta e um reais e vinte e um centavos) em maio (-7,72%) e R$ 54.231.602,42 (cinquenta e quatro milhões, duzentos e trinta e um mil, seiscentos e dois reais e quarenta e dois centavos) em junho (-21,57%), acumulando retração de 27,63% no Trimestre.

Gráfico 7 - Evolução do Patrimônio Líquido FINANPREV (R$) no 2º Trimestre de 2026



Fonte: NUGIN/IGEPPS

5.3.3 Movimentação do FINANPREV

Tabela 64 - Movimentações Financeiras – FINANPREV (R$) no 2º Trimestre de 2026.

Mês	FINANPREV (R$)	
	Aplicação	Resgate
Abril	233.669.000,00	235.988.408,55
Maio	184.765.634,91	191.179.097,27
Junho	173.821.987,84	189.493.892,06
Total	**592.256.622,75**	**616.661.397,88**

Fonte: NUGIN/IGEPPS

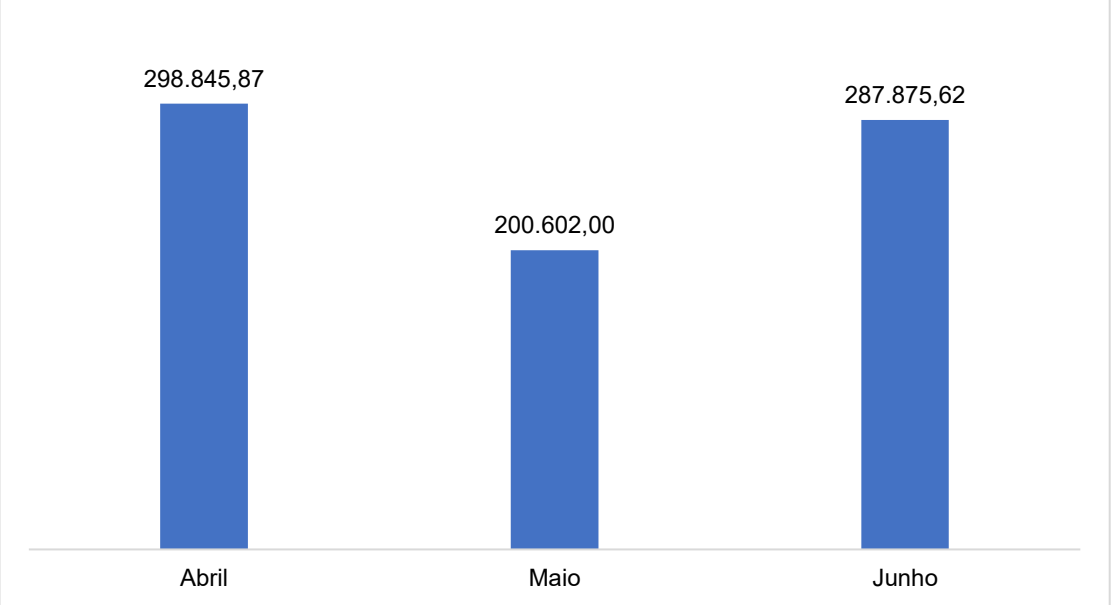
5.4 CARTEIRA SPSM

5.3.1 Evolução do Rendimento do SPSM

Os recursos aplicados no SPSM são provenientes da arrecadação previdenciária mensal dos militares. A carteira do FINANPREV é composta, predominantemente, pelo BB Títulos Públicos Responsabilidade Limitada FIF Renda Fixa Referenciado, utilizado como fundo caixa, com a finalidade de proporcionar liquidez e rentabilidade de curto prazo aos recursos do plano.

No 2º Trimestre, o rendimento dessas aplicações totalizou R$ 787.323,49 (setecentos e oitenta e sete mil, trezentos e vinte e três reais e quarenta e nove centavos) O gráfico apresenta a evolução desse rendimento ao longo do Trimestre.

Gráfico 8 - Evolução do Patrimônio Líquido do SPSM (R$) no 2º Trimestre de 2026



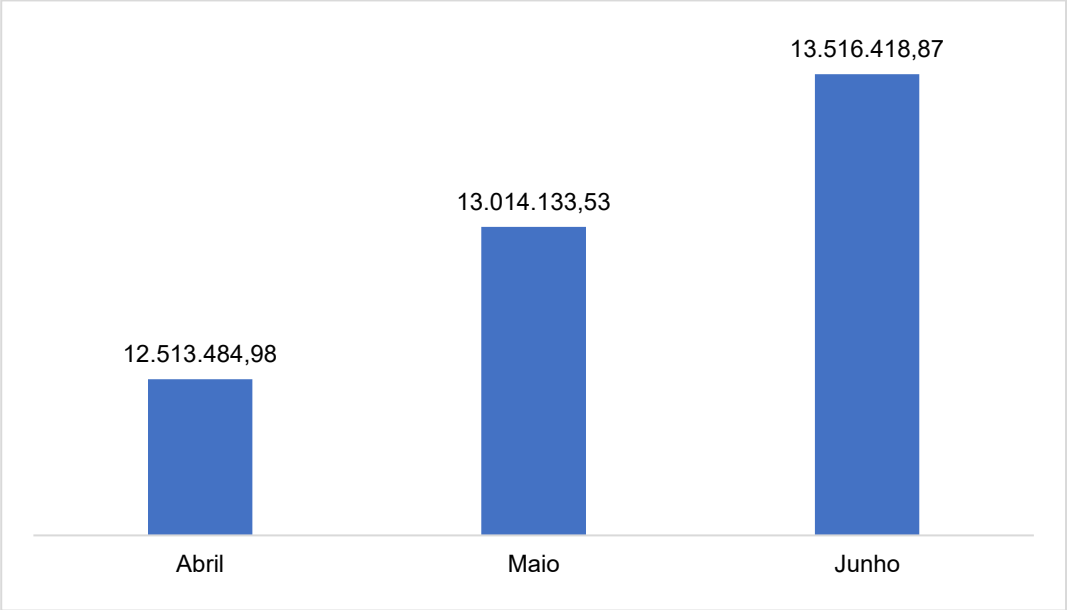
Fonte: NUGIN/IGEPPS

5.4.2 Evolução do Patrimônio Líquido do SPSM

A carteira SPSM exerce a função de fluxo de caixa destinado ao pagamento da folha de seus beneficiários. O gráfico evidencia a evolução positiva do patrimônio líquido ao longo do 2º Trimestre de 2026, com crescimento contínuo entre os meses de abril, maio e junho.

Esse comportamento demonstra o fortalecimento da base patrimonial da carteira, resultado da combinação entre a rentabilidade positiva dos investimentos e o ingresso de novos recursos no período.

Gráfico 9 - Evolução do Rendimento do SPSM (R$) no 2º Trimestre de 2026



Fonte: NUGIN/IGEPPS

5.4.3 Movimentação do SPSM

Tabela 65 - Movimentações Financeiras – SPSM (R$) no 2º Trimestre de 2026

Mês	SPSM (R$)	
	Aplicação	Resgate
Abril	75.000.000,00	74.798.301,72
Maio	77.500.000,00	77.199.953,45
Junho	78.000.000,00	77.785.590,28
Total	**230.500.000,00**	**229.783.845,45**

Fonte: NUGIN/IGEPPS

No 2º Trimestre de 2026, operações de aplicação e resgates movimentaram cerca de R$ 230 milhões de reais.

5.4 CARTEIRA DO FUNPREV

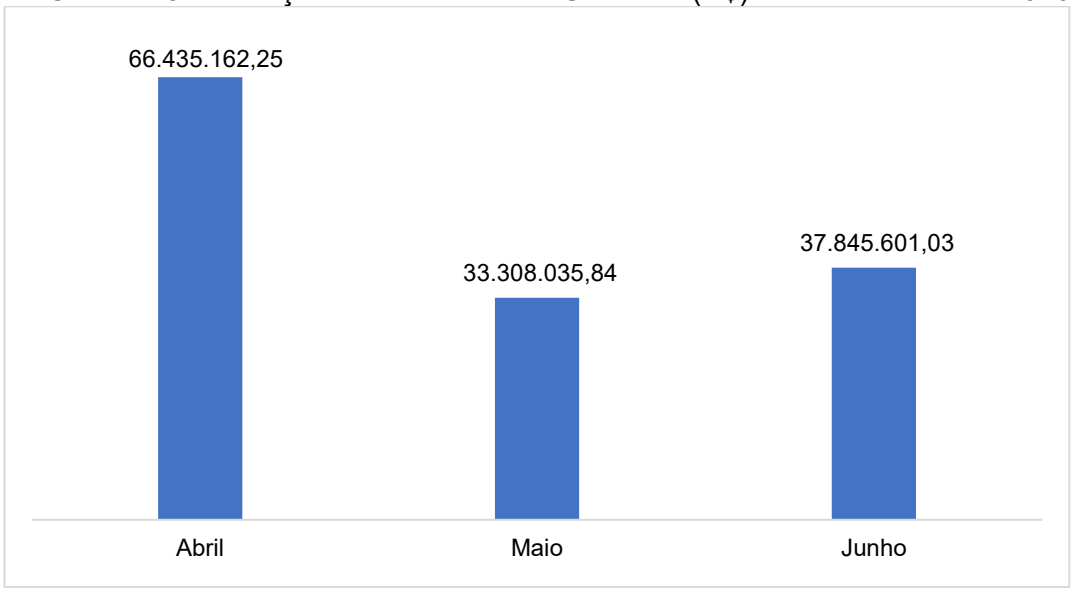
5.4.1 Evolução do Rendimento da Carteira – FUNPREV

No 2º Trimestre de 2026, a carteira do FUNPREV apresentou resultados positivos em todos os meses, embora com redução da rentabilidade após o desempenho expressivo registrado em abril. O resultado passou de R$ 66.435.162,25 (sessenta e seis milhões, quatrocentos e trinta e cinco mil, cento e sessenta e dois reais e vinte e cinco centavos) em abril para R$ 33.308.035,84 (trinta e três milhões, trezentos e oito mil, trinta e cinco reais e oitenta e quatro centavos) em maio, com recuperação parcial para R$ 37.845.601,03 (trinta e sete milhões, oitocentos e quarenta e cinco mil, seiscentos e um reais e três centavos) em junho.

A redução da rentabilidade decorreu, principalmente, do desempenho dos fundos de investimento, influenciado por um ambiente de maior cautela dos investidores, volatilidade nos mercados financeiros e incertezas relacionadas à política monetária e ao cenário fiscal. Ressalta-se, contudo, que essa redução não representa deterioração da carteira de investimentos, mas sim uma acomodação dos resultados em um contexto de maior oscilação dos mercados.

Assim, mesmo diante da redução da rentabilidade em relação ao pico observado em abril, a carteira permaneceu gerando resultados positivos ao longo de todo o Trimestre, demonstrando que a estratégia de diversificação e a predominância de ativos de menor volatilidade continuaram adequadas aos objetivos de longo prazo do RPPS e à preservação do equilíbrio entre risco e retorno.

Gráfico 10 - Evolução do Rendimento FUNPREV (R$) no 2º Trimestre de 2026.



Fonte: NUGIN/IGEPPS

5.4.2 Evolução do Patrimônio Líquido - FUNPREV

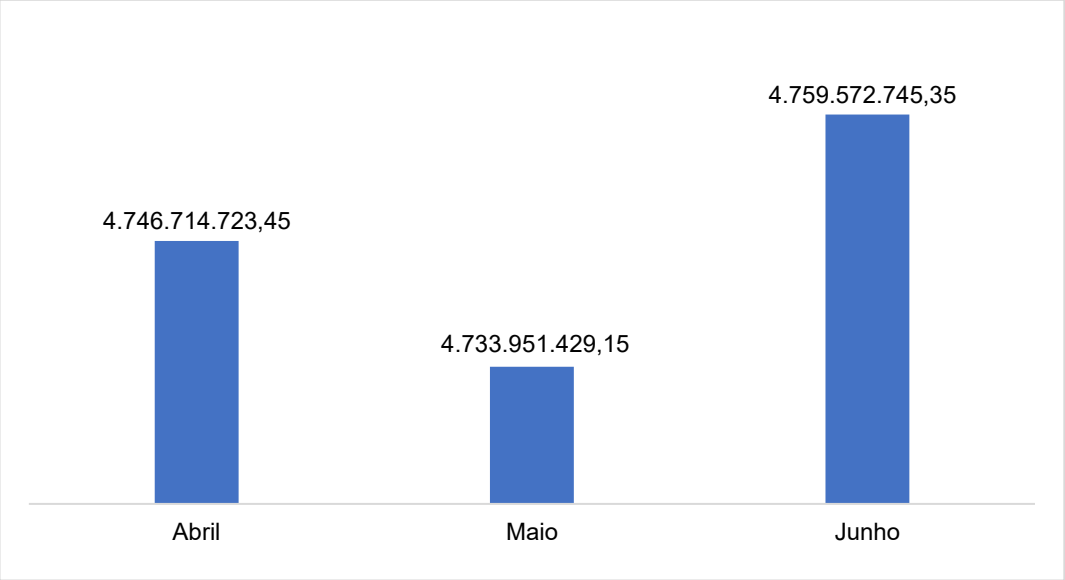
O patrimônio da carteira do FUNPREV apresentou comportamento estável ao longo do 2º Trimestre de 2026, encerrando o período com evolução positiva. Em abril, o patrimônio totalizava R$ 4.746.714.723,45 (quatro bilhões, setecentos e quarenta e seis milhões, setecentos e quatorze mil, setecentos e vinte e três reais e quarenta e cinco centavos), reduzindo-se para R$ 4.733.951.429,15 (quatro bilhões, setecentos e trinta e três milhões, novecentos e cinquenta e um mil, quatrocentos e vinte e nove reais e quinze centavos) em maio, variação que reflete, principalmente, os efeitos das oscilações observadas nos mercados financeiros sobre os ativos marcados a mercado, especialmente os fundos de investimento.

Em junho, a carteira registrou crescimento do patrimônio, alcançando R$ R$ 4.759.572.745,35 (quatro bilhões, setecentos e cinquenta e nove milhões, quinhentos e setenta

e dois mil, setecentos e quarenta e cinco reais e trinta e cinco centavos) favorecido pela recuperação do desempenho dos mercados e, sobretudo, pelo maior volume de aplicações de recursos realizadas no mês, que ampliou a base patrimonial do fundo.

Assim, a redução verificada em maio deve ser interpretada como uma oscilação conjuntural, compatível com o comportamento dos mercados financeiros. A recuperação observada em junho demonstra a resiliência da estratégia de alocação adotada, sustentada por uma carteira diversificada e por uma parcela relevante de recursos investidos em títulos públicos federais marcados na curva, característica que contribui para conferir maior estabilidade e previsibilidade aos resultados de longo prazo.

Gráfico 11 - Evolução do Patrimônio Líquido do FUNPREV (R$)
no 2º Trimestre de 2026



Fonte: NUGIN/IGEPPS

5.4.3 Movimentações do FUNPREV

Tabela 66 - Movimentações Financeiras - FUNPREV (R$) no 2º Trimestre de 2026.

Mês	FUNPREV (R$)		
	Aplicação	Resgate	Amortização
Abril	21.330.024,26	34.754.761,62	-
Maio	20.928.613,91	30.541.476,97	36.458.467,07
Junho	29.932.649,78	42.156.934,61	-
Total	**72.191.287,95**	**107.453.173,20**	**36.458.467,07**

Fonte: NUGIN/IGEPPS

5.4.4 Distribuição de Recurso por Segmento - FUNPREV

A composição da carteira do FUNPREV manteve-se praticamente inalterada ao longo do 2º Trimestre de 2026, refletindo a continuidade da estratégia de alocação adotada desde o 1º Trimestre do exercício.

As pequenas variações observadas decorreram das oscilações de mercado e da valorização natural dos ativos, sem alterações relevantes na distribuição dos recursos entre

as classes de ativos.

Essa estabilidade evidencia o alinhamento da gestão à Política de Investimentos, preservando a estratégia de diversificação e a busca por retornos consistentes e compatíveis com os objetivos atuariais do RPPS.

Gráfico 12 - Distribuição de Recurso por Segmento FUNPREV no 2º Trimestre de 2026.



Fonte: NUGIN/IGEPPS

5.4.5 Arrecadação Previdenciária do FUNPREV

Os recursos oriundos de arrecadação previdenciária aplicados no FUNPREV no 2º Trimestre de 2026 somaram R$ 62.341.604,35 (sessenta e dois milhões, trezentos e quarenta e um mil, seiscentos e quatro reais e trinta e cinco centavos) e foram aplicados em fundos com liquidez D+0 e retorno CDI, visando a formação de caixa, com o objetivo de cumprir futuros compromissos como Chamadas de Capital e resgates para atendimento da Lei Complementar 125/2019.

Tabela 67 - Arrecadação para aplicação FUNPREV (R$) no 2º Trimestre de 2026.

Mês	Arrecadação para aplicação - FUNPREV
Abril	20.871.644,60
Maio	20.363.832,12
Junho	21.106.127,63
Total	**62.341.604,35**

Fonte: NUGIN/IGEPPS

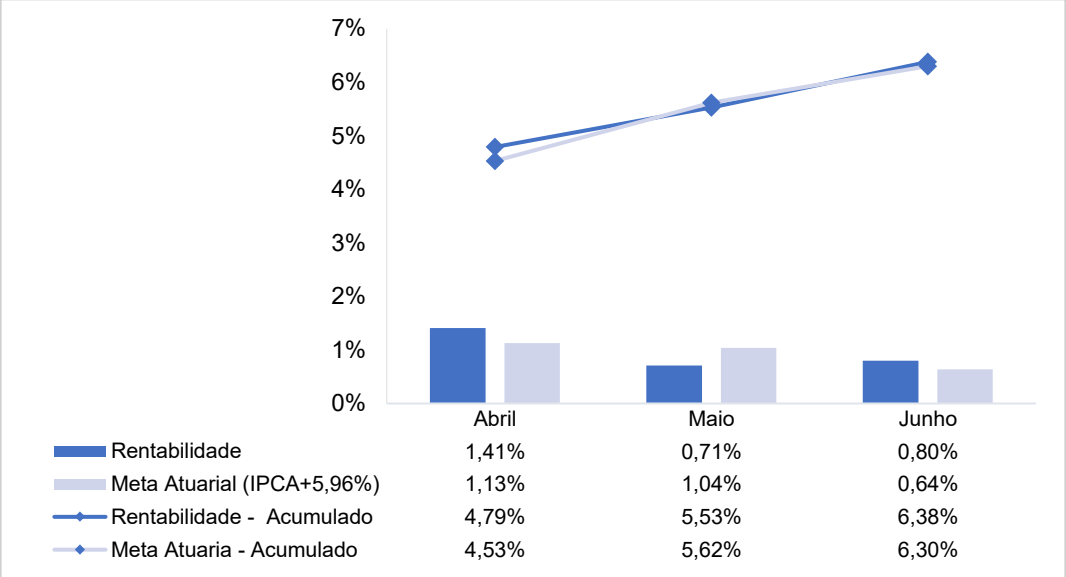
5.4.6 Rentabilidade e Meta Atuarial do FUNPREV

A meta atuarial do FUNPREV para 2026 é de IPCA + 5,96%. No 2º Trimestre de 2026, a carteira apresentou rentabilidade acumulada de 6,38%, frente a uma meta de 6,30%, permanecendo praticamente em linha com o objetivo estabelecido.

O gráfico demonstra que a carteira do FUNPREV apresentou desempenho consistente

ao longo do 2º Trimestre de 2026, alternando períodos de superação e de desempenho inferior à meta atuarial mensal. A rentabilidade observada em maio foi impactada pelas oscilações dos mercados financeiros, especialmente sobre os fundos de investimento com maior exposição ao risco de mercado, o que resultou em desempenho inferior ao objetivo atuarial no mês de maio.

Gráfico 13 - Rentabilidade FUNPREV em relação a Meta Atuarial no 2º Trimestre de 2026



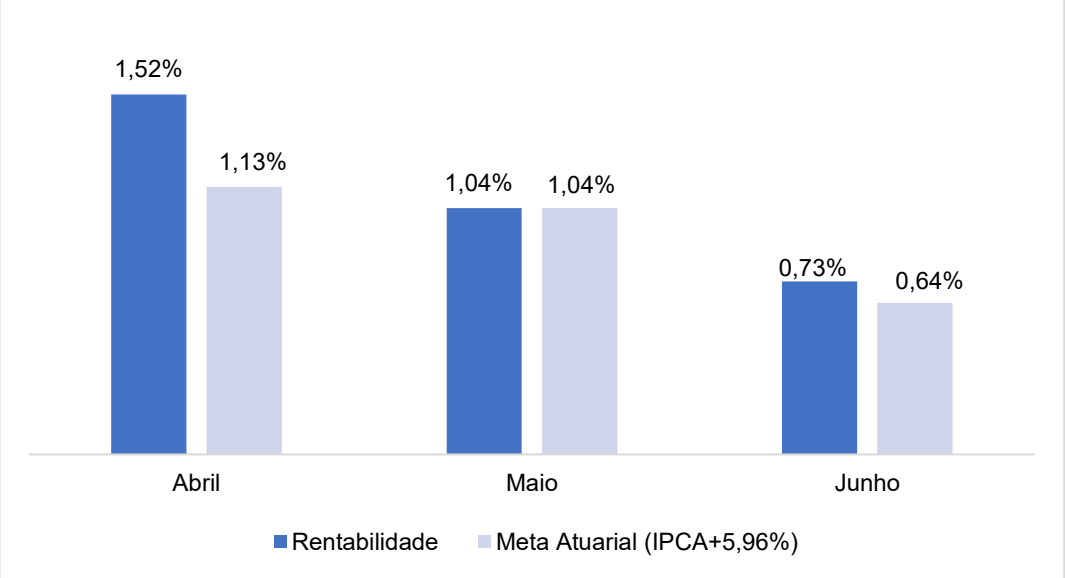
	Abril	Maio	Junho
Rentabilidade	1,41%	0,71%	0,80%
Meta Atuarial (IPCA+5,96%)	1,13%	1,04%	0,64%
Rentabilidade - Acumulado	4,79%	5,53%	6,38%
Meta Atuaria - Acumulado	4,53%	5,62%	6,30%

Fonte: NUGIN/IGEPPS

Entretanto, a recuperação registrada em junho permitiu que a carteira encerrasse o semestre com rentabilidade acumulada superior à meta atuarial, evidenciando a capacidade da estratégia de investimentos de absorver oscilações conjunturais sem comprometer o desempenho de longo prazo. Esse resultado reforça a adequação da política de alocação adotada, pautada na diversificação dos ativos e na manutenção de parcela relevante dos recursos em títulos públicos marcados na curva, contribuindo para o cumprimento dos objetivos atuariais do RPPS.

O 2º Trimestre de 2026 foi marcado por um ambiente de elevada volatilidade, influenciado pelo agravamento das tensões geopolíticas no Oriente Médio, pelas incertezas quanto ao ritmo de flexibilização da política monetária nas principais economias e pela deterioração das expectativas fiscais e inflacionárias no Brasil. Apesar desse cenário, conforme demonstrado nos gráficos de composição da carteira e de rentabilidade em relação à meta atuarial, a estratégia de investimentos do FUNPREV permaneceu consistente ao longo do período, sem alterações relevantes na alocação dos recursos entre as classes de ativos.

Gráfico 14 - Rentabilidade FUNPREV em relação a Meta Atuarial no 2º Trimestre de 2026.



Fonte: NUGIN/IGEPPS

No 2º trimestre de 2026, a carteira do FUNPREV manteve desempenho consistente, sustentado principalmente pela predominância da renda fixa, que representou cerca de 81% do patrimônio e contribuiu para a estabilidade dos resultados. Apesar da volatilidade observada no mercado, especialmente em maio, a recuperação do crédito privado em junho favoreceu o desempenho desse segmento. A renda variável e os investimentos no exterior, embora impactados pelo aumento da aversão ao risco e pelas oscilações dos mercados internacionais, continuaram desempenhando papel relevante na diversificação da carteira.

A rentabilidade superou a meta atuarial em abril e junho, mantendo o resultado acumulado do semestre acima do objetivo estabelecido. Os resultados demonstram que a estratégia de alocação, baseada na predominância da renda fixa e na diversificação entre diferentes classes de ativos, preservou o equilíbrio entre risco e retorno, garantindo aderência à Política de Investimentos e às necessidades atuariais do RPPS.

5.5 ATENDIMENTO À LEI COMPLEMENTAR Nº 115/2017 E 125/2019 – TRANSFERÊNCIA DO RENDIMENTO DO FUNPREV PARA O FINANPREV

Para atendimento à Lei Complementar 115/2017, alterada pela 125/2019, já foi transferido do FUNPREV para o FINANPREV o valor de R$ R$ 4.526.585.023,84 (quatro bilhões, quinhentos e vinte e seis milhões, quinhentos e oitenta e cinco mil, vinte e três reais e oitenta e quatro centavos), no período de 2016 até junho de 2026.

Tabela 68 - Transferências do FUNPREV para o FINANPREV no 2º Trimestre de 2026.

Ano	Descrição	Valor (R$)
2016	Transferência Rendimento Ano de 2016	652.065.924,15
2017	Transferência Rendimento Ano de 2017	576.435.802,81
2018	Transferência Rendimento Ano de 2018	411.344.663,66
2019	Transferência Rendimento Ano de 2019	629.863.135,36
2020	Transferência Rendimento Ano de 2020	209.416.677,77
2021	Transferência Rendimento Ano de 2021	80.224.987,67
2022	Transferência Rendimento Ano de 2022	181.288.571,28
2023	Transferência Rendimento Ano de 2023	502.287.572,90
2024	Transferência Rendimento Ano de 2024	389.014.418,54
2025	Transferência Rendimento Ano de 2025	603.875.951,38
2026	Transferência Rendimento Ano de 2026	290.767.318,32
TOTAL		**4.526.585.023,84**

Fonte: NUGIN/IGEPPS.

No 2º Trimestre de 2026, o FUNPREV já transferiu ao FINANPREV o montante de R$ 137.588.799,12 (cento e trinta e sete milhões, quinhentos e oitenta e oito mil, setecentos e noventa e nove reais e doze centavos).

Tabela 69 - Transferências do FUNPREV para o FINANPREV no 2º Trimestre de 2026

Mês	Rendimento mensal (R$)	Saldo a transferir* (R$)
Abril	66.435.162,25	66.435.162,25
Maio	33.308.035,84	33.308.035,84
Junho	37.845.601,03	37.845.601,03
Total	**137.588.799,12**	**137.588.799,12**

Fonte: NUGIN/IGEPPS.
Nota: O saldo é transferido no mês subsequente

5.6 TAXA DE ADMINISTRAÇÃO

A taxa de administração é a taxa de manutenção para atender as despesas administrativas do IGEPPS/PA, sendo financiada de forma rateada pelos recursos dos fundos FUNPREV, FINANPREV e SPSM.

O total utilizado para taxa de administração no 2º Trimestre de 2026 foi de R$ 95.821.878,81 (noventa e cinco milhões, oitocentos e vinte e um mil, oitocentos e setenta e oito reais e oitenta e um centavos), distribuída conforme tabela abaixo.

Tabela 70 - Utilização da taxa de administração (R$) no 2º Trimestre de 2026

Mês	Taxa de Administração			
	FUNPREV	FINANPREV	SPSM	Total
Abril	1.458.500,43	24.597.322,49	5.315.864,42	31.371.687,34
Maio	1.552.286,96	26.177.639,75	5.657.965,27	33.387.891,98
Junho	1.447.503,16	24.383.905,10	5.230.891,23	31.062.299,49
Total	**4.458.290,55**	**75.158.867,34**	**16.204.720,92**	**95.821.878,81**

Fonte: COAF/NUGIN/IGEPPS

6 PUBLICAÇÃO DAS ATIVIDADES DOS ÓRGÃOS

No 2º Trimestre de 2026, os Órgãos Colegiados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará desempenharam suas atribuições institucionais por meio da realização de reuniões ordinárias e extraordinárias. As pautas concentraram-se no acompanhamento da governança, na supervisão da gestão previdenciária e na análise da política de investimentos do IGEPPS.

De modo geral, as atividades desenvolvidas no período demonstram o cumprimento regular das competências legais e regimentais desses órgãos, evidenciando uma atuação comprometida com: o fortalecimento da governança previdenciária, o aprimoramento dos instrumentos de planejamento e o monitoramento contínuo da gestão financeira e atuarial do IGEPPS.

6.1 REUNIÕES ORDINÁRIAS

No 2º Trimestre de 2026, os Órgãos Colegiados do RPPS/PA realizaram suas reuniões ordinárias com foco na análise, fiscalização e aprimoramento da gestão previdenciária e dos investimentos do IGEPPS.

6.1.1 Reuniões Ordinárias e Principais Decisões do Conselho Estadual de Previdência – CEP

O Conselho Estadual de Previdência (CEP) realizou duas reuniões ordinárias no período, nas quais foram analisados e apreciados instrumentos estratégicos e normativos relevantes para a gestão previdenciária.

Entre as principais matérias tratadas destacam-se a minuta da Política de Investimentos para o exercício de 2026, os Planos Anuais de Trabalho dos exercícios de 2025 e 2026, relatórios de governança corporativa, relatórios de análise de hipóteses atuariais, bem como a revisão do Planejamento Estratégico 2024–2028.

Também foram apreciados os Regimentos Internos do CEP e do IGEPPS e o Termo de Inexistência de Atos que ultrapassaram a alçada da Diretoria Executiva, reforçando os mecanismos de controle, transparência e conformidade administrativa.

Quadro 2 - Reunião e principais decisões do CEP no 2º Trimestre de 2026

Data	Classificação	Principais Pautas e Decisões
30/04/2026	Ordinária	1. Avaliação Atuarial 2026; 2. Relatório Anual da Carteira de Investimentos do IGEPPS 2026 3. Relatórios Mensais da Carteira de Investimentos do IGEPPS, referentes aos meses de janeiro, fevereiro e março/2026.
Membros Participantes		
• Welliton Marques de Albuquerque – Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS (Membro Titular) • Iris Alves Miranda Negrão – Secretário de Planejamento e Administração do Estado do Pará – SEPLAD (Membro Suplente) • Lourival de Barros Barbalho Júnior – Secretaria da Fazenda – SEFA (Membro Suplente) • Sérgio Oliva Reis – Representante da Procuradoria-Geral do Estado do Pará – PGE (Membro Titular) • Massoud Tufi Salim Filho – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA (Membro Titular) • Waldete Vasconcelos Seabra Gomes – Representante da Associação dos Servidores da Assembleia • Marcelo Amaral Teixeira – Representante dos Segurados Ativos do Estado do Pará (Membro Titular) • Pedro Fernandes de Souza Filho – Representante dos Servidores Inativos do Estado do Pará (Membro Titular) • Marly dos Anjos Belo da Silva – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Suplente)		
Data	**Classificação**	**Principais Pautas e Decisões**
01/06/2026	Ordinária	1. Relatório de Governança Corporativa IGEPPS – 1º Trimestre 2026 2. Relatório de Controle Interno – 1º Trimestre 2026
Membros Participantes		
• Welliton Marques de Albuquerque – Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS (Membro Titular) • Ivaldo Renaldo de Paula Ledo – Representante da Secretaria de Planejamento e Administração do Estado do Pará – SEPLAD (Membro Titular) • René de Oliveira e Sousa e Júnior – Secretário da Fazenda – SEFA (Membro Titular) • Sérgio Oliva Reis – Representante da Procuradoria-Geral do Estado do Pará – PGE (Membro Titular) • Massoud Tufi Salim Filho – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA (Membro Titular) • Waldete Vasconcelos Seabra Gomes – Representante da Associação dos Servidores da Assembleia Legislativa do Estado do Pará – ASALP (Membro Titular) • Marcelo Amaral Teixeira – Representante dos Segurados Ativos do Estado do Pará (Membro Titular) • Pedro Fernandes de Souza Filho – Representante dos Servidores Inativos do Estado do Pará (Membro Titular) • Marly dos Anjos Belo da Silva – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Suplente)		

Fonte: GAPRE/IGEPPS.

6.1.2 Reuniões e Principais Decisões do Conselho Fiscal do RPPS/PA

No 2º Trimestre de 2026, o Conselho Fiscal de Previdência (CF) realizou duas reuniões ordinárias. Abaixo segue o quadro com a data, classificação, principais pautas, decisões e participantes.

Quadro 3 - Reuniões e principais decisões do Conselho Fiscal no 2º Trimestre de 2026

Data	Classificação	Principais pautas e decisões
29/04/2026	Ordinária	1. Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos do IGEPPS janeiro, fevereiro e março/2026; 2. Relatório de Governança Corporativa 2025.
Membros participantes		
• Utan Dias de Lima – Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Titular) • Ingrid da Silva Alencar de Lima – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular) • Miguel Evangelista Miranda da Cruz – Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular) • Marcus Vinicius Gomes Holanda – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular) • Ten. Cel. QOPM Albino Rodrigues Lima – Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Suplente) • Ten. Cel. QOPM Raimundo Nonato de Araújo Miranda Junior – Representante dos Militares Inativos do Estado do Pará (Membro Titular)		
Data	**Classificação**	**Principais pautas e decisões**
26/05/2026	Ordinária	1. Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos do IGEPPS abril2026; 2. Relatório de Governança Corporativa IGEPPS – 1º Trimestre de 2026.
Membros participantes		
• Utan Dias de Lima – Representante do Governo do Estado do Pará (Membro Titular) • Ingrid da Silva Alencar de Lima – Representante do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (Membro Titular) • Miguel Evangelista Miranda da Cruz – Representante da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (Membro Titular) • Marcus Vinicius Gomes Holanda – Representante dos Pensionistas do Estado do Pará (Membro Titular) • Ten. Cel. QOPM Albino Rodrigues Lima – Representante dos Servidores Militares em Atividade do Estado do Pará (Membro Suplente) • Ten. Cel. QOPM Raimundo Nonato de Araújo Miranda Junior – Representante dos Militares Inativos do Estado do Pará (Membro Titular)		

Fonte: GAPRE/IGEPPS.

6.1.3 Reuniões e Principais Decisões do Comitê de Investimento - COINV

No 2º Trimestre de 2026, o Comitê de Investimentos (COINV) realizou três reuniões ordinárias. Abaixo segue o quadro com a data, classificação, principais pautas, decisões e participantes.

Quadro 4 - Reuniões e principais decisões do Comitê de Investimentos no 2º Trimestre de 2026

Data	Classificação	Principais pautas e decisões
22/04/2026	Ordinária	1. Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS em março/2026.
Membros participantes		
• Welliton Marques de Albuquerque – Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS (Membro Titular) • Henrique Pereira Mascarenhas – Membro do Comitê de Investimentos • Silvina Kelly Gomes da Silva – Membro do Comitê de Investimentos • Utan Dias de Lima – Membro do Comitê de Investimentos • Suhelem Cristina Pinto Vieira – Membro do Comitê de Investimentos		
Data	**Classificação**	**Principais pautas e decisões**
2705/2026	Ordinária	1. Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS em abril/2026.
Membros participantes		
• Welliton Marques de Albuquerque – Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS (Membro Titular) • Henrique Pereira Mascarenhas – Membro do Comitê de Investimentos • Silvina Kelly Gomes da Silva – Membro do Comitê de Investimentos • Utan Dias de Lima – Membro do Comitê de Investimentos • Suhelem Cristina Pinto Vieira – Membro do Comitê de Investimentos		
Data	**Classificação**	**Principais pautas e decisões**
24/06/2026	Ordinária	1. Relatório Mensal de Avaliação da Carteira de Investimentos IGEPPS em maio/2026.
Membros participantes		
• Welliton Marques de Albuquerque – Presidente do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS (Membro Titular) • Henrique Pereira Mascarenhas – Membro do Comitê de Investimentos • Silvina Kelly Gomes da Silva – Membro do Comitê de Investimentos • Utan Dias de Lima – Membro do Comitê de Investimentos • Suhelem Cristina Pinto Vieira – Membro do Comitê de Investimentos		

Fonte: GAPRE/IGEPPS.

A atuação regular dos órgãos colegiados demonstra o fortalecimento da governança institucional e dos mecanismos de supervisão, controle e participação, contribuindo para maior segurança na gestão previdenciária e na administração dos investimentos.

7 ATIVIDADES INSTITUCIONAIS

7.1 GESTÃO DE PESSOAL

O investimento contínuo na valorização do capital humano configura-se como um dos pilares essenciais para uma gestão de pessoas eficaz e orientada a resultados. Para tanto, é fundamental considerar componentes estruturantes que sustentam uma atuação estratégica: motivação, comunicação, trabalho em equipe, conhecimento e competência, além de treinamento e desenvolvimento. Esses elementos norteiam, de forma integrada, as atividades da Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas (CODP).

Compete à CODP planejar, gerenciar e avaliar as ações voltadas ao desenvolvimento de pessoal, sempre em alinhamento com as diretrizes estratégicas institucionais. Dentre suas atribuições, destaca-se a indicação de representante da área de Recursos Humanos para atuação como Agente de Desenvolvimento e Capacitação, responsável por apoiar tanto a execução de programas internos de treinamento quanto as iniciativas realizadas em parceria com a Escola de Governança Pública do Estado do Pará (EGPA).

Adicionalmente, a Coordenadoria participa de projetos interinstitucionais na área de gestão de pessoas, contribuindo para o fortalecimento da atuação integrada entre órgãos e entidades da administração pública.

No 2º Trimestre de 2026, as ações desenvolvidas pela CODP foram relevantes para o aprimoramento das competências técnicas e comportamentais dos servidores. Para fins de organização e melhor acompanhamento, a gestão de pessoas no âmbito do IGEPPS estrutura-se em três eixos principais:

- Movimentação e Registro Funcional
- Capacitação e Treinamento
- Qualidade de Vida no Trabalho

Esses eixos atuam de forma complementar e articulada, contribuindo para a consolidação de uma política de gestão de pessoas voltada à excelência no serviço público e à promoção do bem-estar dos servidores.

7.1.1 Movimentação e Registro do Quadro Funcional

No 2º Trimestre, a área de Movimentação e Registro continuou a promover uma gestão eficaz dos dados dos colaboradores, mantendo a precisão e a atualização das informações pertinentes a cada servidor.

Tabela 71 - Quadro Funcional por Tipo de Vínculo no 2º Trimestre de 2025 e 2026

Servidores	2025			2026		
	Abril	Maio	Junho	Abril	Maio	Junho
Efetivo	85	85	85	81	81	79
Temporários	85	84	84	80	80	78
Cedidos	10	11	11	12	12	12
Comissionados	40	37	37	32	31	31
Disposição DPSM	3	3	3	3	3	6
Total	**223**	**220**	**220**	**208**	**207**	**206**

Fonte: CODP/IGEPPS

Ao analisar o quadro funcional por tipo de vínculo do 2º trimestre de 2025 em comparação com o mesmo período de 2026, observa-se uma redução de 14 servidores no quadro total do Instituto, correspondente a aproximadamente 6,4%. Essa variação decorre, principalmente, da cessão e exoneração de servidores efetivos, do encerramento de contratos temporários oriundos do PSS 2023, bem como da substituição gradual desses profissionais por novos servidores contratados por meio do PSS 2025. Observa-se, ainda, que as mudanças administrativas decorrentes da troca de gestão ocorrida em março de 2025 ocasionaram significativa movimentação nos cargos exclusivamente comissionados, em razão das exonerações e nomeações registradas no período.

As alterações ocorridas na composição do quadro funcional refletiram diretamente nos valores da folha de pagamento ao longo do 2º trimestre de 2025. Em contrapartida, no mesmo período de 2026, observa-se maior estabilidade nos valores registrados, evidenciando menor variação na estrutura de pessoal e nos vínculos funcionais do Instituto.

Gráfico 15 - Evolução da Folha de Pagamento do IGEPPS no 2º Trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: CODP/IGEPPS

7.1.2 Desenvolvimento de Habilidades e Capacitação dos Servidores

Em continuidade às atividades desenvolvidas no primeiro Trimestre de 2026, prosseguiram as ações de capacitação previstas no Plano de Ação de Capacitação (PAC) 2026, visando ao fortalecimento das competências dos servidores do IGEPPS, ao aprimoramento da eficiência operacional e ao cumprimento dos requisitos da manutenção da certificação Pró-Gestão Nível IV.

No período analisado, foram registradas 411 participações em eventos de capacitação, concentradas principalmente no mês de maio, em decorrência da realização de ações institucionais de caráter coletivo voltadas ao desenvolvimento técnico e comportamental dos servidores.

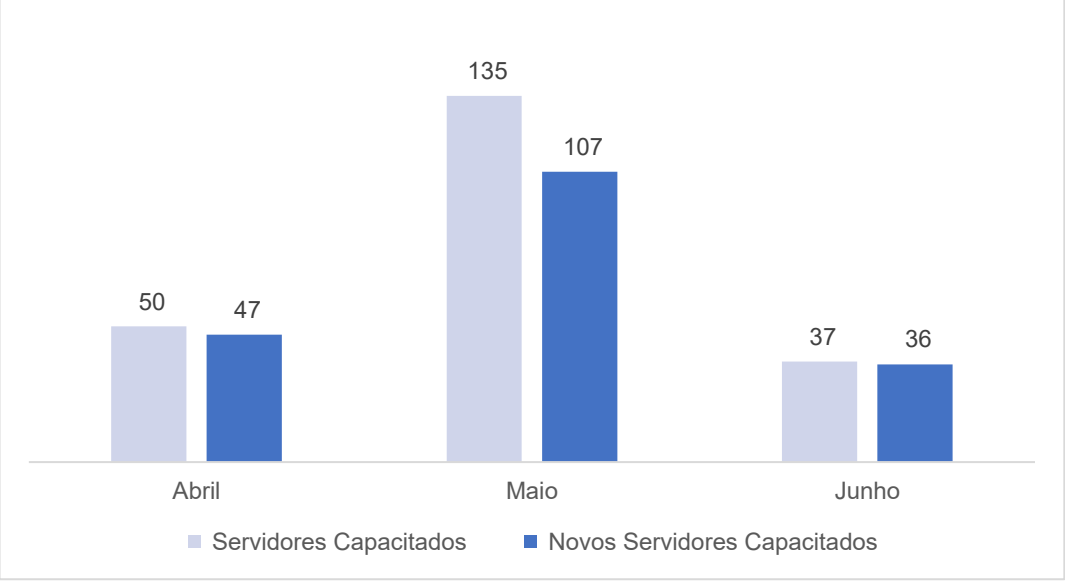
Tabela 72 - Participações em Eventos de Capacitação no 2º Trimestre de 2026

Participações em Eventos	Abril	Maio	Junho	Total
Servidores Capacitados	50	135	36	**221**
Novos Servidores Capacitados	47	107	36	**190**
Total	**97**	**242**	**72**	**411**

Fonte: CODP/IGEPPS

O expressivo aumento das participações registrado no mês de maio está diretamente relacionado à realização da Semana de Privacidade e Proteção de Dados (LGPD), promovida nos dias 5 e 6 de maio de 2026. A iniciativa teve como objetivo fortalecer a cultura de proteção de dados pessoais no âmbito do Instituto, promovendo a disseminação de conhecimentos acerca dos princípios, diretrizes e obrigações estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Além disso, o evento contribuiu para o aprimoramento dos mecanismos de governança, controle interno e segurança da informação.

Gráfico 16 – Participações em Eventos de Capacitação no 2º Trimestre de 2026



Fonte: CODP/IGEPPS.

O gráfico evidencia o crescimento das participações em ações de capacitação ao longo

do trimestre, demonstrando o fortalecimento da política institucional de desenvolvimento de pessoas e o compromisso do Instituto com a qualificação contínua de seus servidores.

O desempenho alcançado no período reforça o compromisso do IGEPPS com a valorização do capital humano, contribuindo para o aprimoramento da gestão, o aumento da eficiência organizacional e o atendimento às boas práticas preconizadas pelo Programa Pró-Gestão RPPS.

As ações de capacitação realizadas foram distribuídas entre os seguintes eixos temáticos prioritários:

Tabela 73 - Participações em Capacitações 12por Eixo Temático no 2º Trimestre de 2026

Servidores Capacitados	Abril	Maio	Junho	Total
Capacitação Técnica Especializada	11	0	1	**12**
Formação Básica em RPPS	15	0	29	**44**
Gestão e Administração Pública	24	135	7	**166**
Total	**50**	**135**	**37**	**222**

Fonte: CODP/IGEPPS

Observa-se que o eixo Gestão e Administração Pública concentrou o maior número de participações, com 166 registros, representando aproximadamente 75% do total das capacitações realizadas no período. Em seguida, destacam-se as ações de Formação Básica em RPPS, com 44 participações, e de Capacitação Técnica Especializada, com 12 participações. Essa distribuição evidencia o alinhamento das ações de desenvolvimento de pessoas às demandas institucionais e às competências estratégicas necessárias ao cumprimento da missão institucional.

No âmbito da Formação Básica em RPPS, destaca-se a participação de servidores, no mês de junho, no 59º Congresso Nacional da ABIPEM, evento de reconhecida relevância para o aperfeiçoamento dos profissionais que atuam na gestão previdenciária. A participação possibilitou a atualização de conhecimentos em temas relacionados à governança, aos investimentos, aos benefícios previdenciários, à compensação previdenciária, aos aspectos atuariais e à gestão administrativa, além de proporcionar o aprofundamento das discussões acerca das recentes alterações legislativas e normativas aplicáveis aos Regimes Próprios de Previdência Social (RPPS).

De forma geral, os resultados obtidos no segundo trimestre de 2026 demonstram o fortalecimento das ações de desenvolvimento de pessoas no âmbito do IGEPPS, evidenciando o investimento contínuo na qualificação dos servidores e o compromisso institucional com a melhoria dos processos de trabalho, da eficiência administrativa e da qualidade dos serviços prestados aos segurados.

7.1.3 Ações e Projetos de Qualidade de Vida

Em continuidade às atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Desenvolvimento de Pessoas – CODP, no decorrer do 2º trimestre de 2026, foram promovidas ações voltadas à qualidade de vida dos servidores e colaboradores, por meio de iniciativas integradas de saúde, bem-estar e valorização profissional. Essas iniciativas contribuíram para a manutenção de um ambiente de trabalho saudável, produtivo e humanizado, conforme demonstrado a seguir.

Tabela 74 - Participação nas Ações e Projetos de Qualidade de Vida no 2º Trimestre de 2026

Ações	Abril	Maio	Junho	Total
Ginástica Laboral	490	261	247	**998**
Feira do Empreendedor e Pequeno Produtores	19	25	27	**71**
Dia das Mães	-	94	-	**94**
Total	**509**	**380**	**274**	**1.163**

Fonte: CODP/IGEPPS

Quanto às ações de qualidade de vida, observa-se evolução significativa em relação ao mesmo período do exercício anterior. Enquanto no 2º trimestre de 2025 parte das atividades previstas não foi executada em razão da paralisação temporária do Programa Você é Capaz, sem registro consolidado de participantes, no 2º trimestre de 2026 foram contabilizadas 1.163 participações nas ações promovidas pela CODP. Dentre elas, destacam-se a Ginástica Laboral (998 participações), a Feira do Empreendedor e dos Pequenos Produtores (71 participações) e a ação comemorativa alusiva ao Dia das Mães (94 participações). Os resultados demonstram a retomada e o fortalecimento das iniciativas voltadas à promoção da saúde, do bem-estar e da valorização dos servidores, contribuindo para um ambiente organizacional mais saudável e participativo.

7.2 GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

7.2.1 Poder Executivo

O Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS) é responsável não apenas pela gestão administrativa, técnica, patrimonial e financeira de suas atividades institucionais, mas também pela administração dos recursos vinculados ao Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (FINANPREV), ao Fundo Previdenciário do Estado do Pará (FUNPREV) e ao Fundo do Sistema de Proteção Social dos Militares do Estado do Pará (SPSM).

Os dados apresentados foram extraídos do Sistema Integrado de Administração Financeira para Estados e Municípios (SIAFE) e evidenciam a execução das despesas por unidade gestora no 2º trimestre de 2026, permitindo avaliar o comportamento dos gastos públicos e a execução orçamentária e financeira das unidades sob gestão do Instituto.

Tabela 75 - Despesas Executadas (R$) – Poder Executivo no 2º Trimestre de 2026

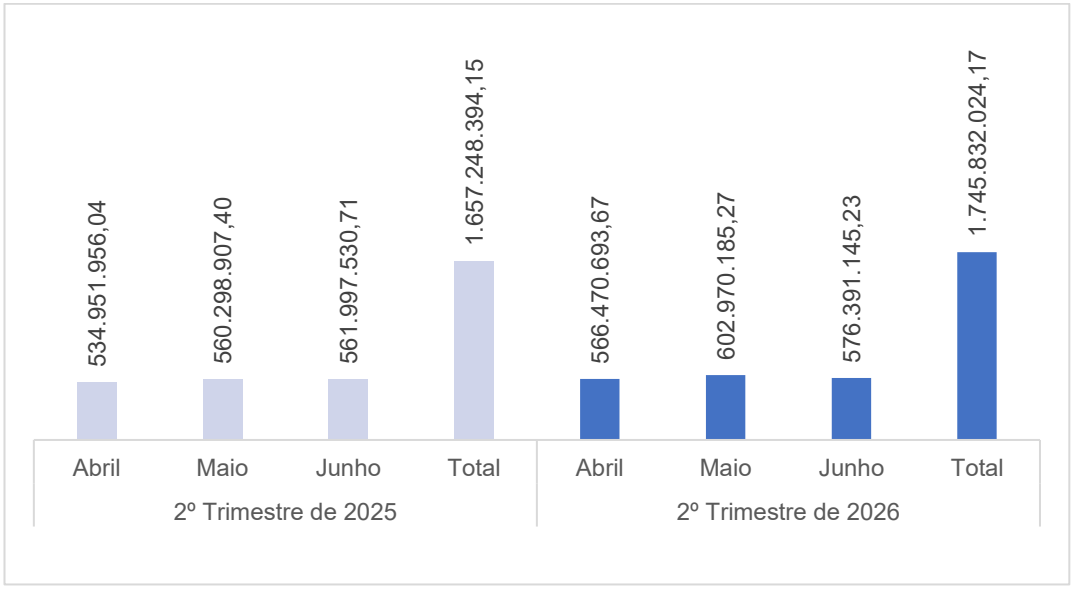
UG	Abril	Maio	Junho	Total
IGEPPS	32.391.499,30	31.971.249,41	31.065.383,62	95.428.132,33
FINANPREV	300.715.567,15	305.932.199,14	313.244.271,68	919.892.037,97
FUNPREV	34.369.311,45	66.544.593,54	33.426.316,25	134.340.221,24
SPSM	193.326.676,28	193.621.809,09	194.190.107,23	581.138.592,60
Encargos IGEPPS	5.667.639,49	4.900.334,09	4.465.066,45	15.033.040,03
Total	**566.470.693,67**	**602.970.185,27**	**576.391.145,23**	**1.745.832.024,17**
Variação (%)	**0,96%**	**6,44%**	**-4,41%**	**3,93%**

Fonte: SIAFE/COFIN/IGEPPS.

Os valores apresentados contemplam exclusivamente as despesas executadas pelas unidades gestoras vinculadas ao Poder Executivo. Para fins de transparência e melhor análise dos resultados, os créditos correspondentes aos Poderes Legislativo e Judiciário foram segregados da Unidade Gestora 840202 (FINANPREV) e serão detalhados em tópico específico deste relatório.

Conforme demonstrado no gráfico a seguir, as despesas executadas no 2º trimestre de 2026 apresentaram acréscimo de 5,35% em comparação ao mesmo período de 2025, indicando aumento no volume de recursos executados pelas unidades gestoras sob responsabilidade do Poder Executivo.

Gráfico 17 - Despesas Executadas (R$) – Poder Executivo no 2º Trimestre de 2025 e 2026



Fonte: SIAFE/IGEPPS.

7.2.2 Poderes Legislativo e Judiciário

As despesas executadas pelas unidades gestoras vinculadas aos Poderes Legislativo e Judiciário no 2º trimestre de 2026 estão demonstradas na tabela a seguir, bem como a respectiva variação mensal observada no período

Tabela 76 - Despesas Executadas (R$) – Poderes Legislativo e Judiciário no 2º Trimestre de 2026

UG	Abril	Maio	Junho	Total
Defensoria Fundo Financeiro	5.383.839,01	5.402.559,25	5.397.352,18	16.183.750,44
ALEPA Fundo Financeiro	8.585.305,32	7.263.645,21	7.464.074,38	23.313.024,91
TCE Fundo Financeiro	6.662.318,53	6.955.222,96	7.013.101,09	20.630.642,58
TCE Fundo Previdenciário	9.107,50	11.687,46	9.107,50	29.902,46
TCM Fundo Financeiro	3.377.652,80	3.631.388,40	3.671.718,61	10.680.759,81
TJE Fundo Financeiro	22.200.282,83	21.016.213,24	20.783.725,19	64.000.221,26
TJE Fundo Previdenciário	18.291,44	17.705,41	36.548,57	72.545,42
M.P. Fundo Financeiro	11.090.754,97	8.711.569,20	9.225.097,23	29.027.421,40
Total	**57.327.552,40**	**53.009.991,13**	**53.600.724,75**	**163.938.268,28**
Variação (%)	**1,32%**	**- 7,53%**	**1,11%**	**-2,76%**

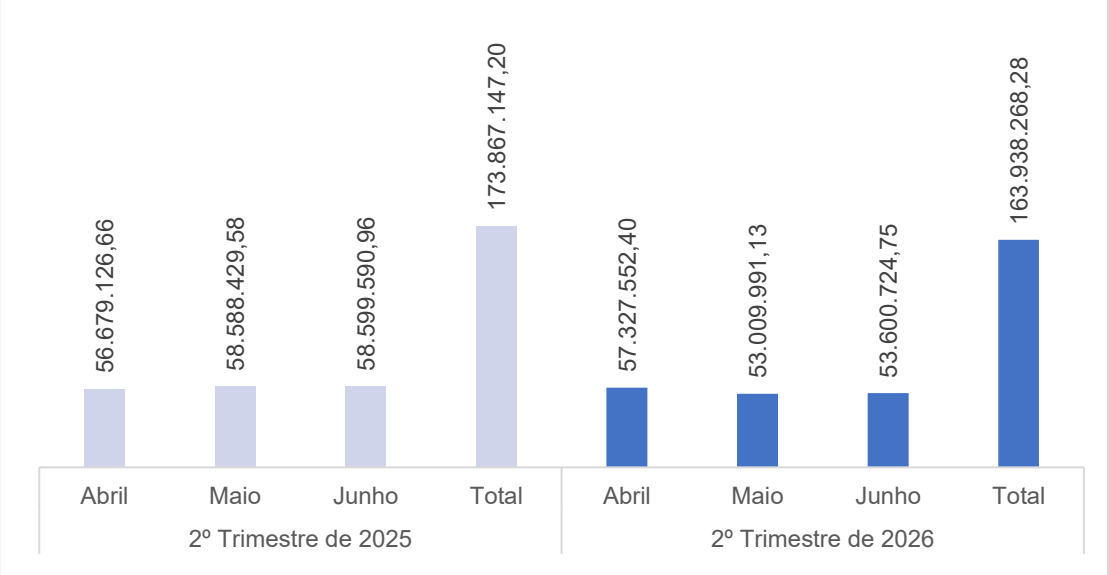
Fonte: SIAFE/IGEPPS

Observa-se que as despesas executadas pelos Poderes Legislativo e Judiciário totalizaram R$ 163.938.268,28 (cento e sessenta e três milhões, novecentos e trinta e oito mil, duzentos e sessenta e oito reais e vinte e oito centavos) no 2º trimestre de 2026. Entre as unidades gestoras analisadas, o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE) – Fundo Financeiro apresentou o maior volume de despesas executadas, alcançando R$ 64.000.221,26 (sessenta e quatro milhões, duzentos e vinte e um reais e vinte e seis centavos), o que corresponde a aproximadamente 39,0% do total executado no período. Em seguida, destacam-se o Ministério Público – Fundo Financeiro, com R$ 29.027.421,40 (vinte e nove milhões, vinte e sete mil, quatrocentos e vinte e um reais e quarenta centavos), e a Assembleia Legislativa do Estado do Pará (ALEPA) – Fundo Financeiro, com R$ 23.313.024,91 (vinte e três milhões, trezentos e treze mil e vinte e quatro reais e noventa e um centavos).

Na análise da evolução mensal, verifica-se redução das despesas executadas em maio, quando comparadas ao mês de abril, resultando em variação negativa de 7,53%. Em junho, observou-se retomada do crescimento das despesas, com variação positiva de 1,11% em relação ao mês anterior. Ainda assim, o trimestre foi encerrado com redução acumulada de 2,76%, refletindo um comportamento de relativa estabilidade na execução financeira das unidades gestoras vinculadas aos referidos Poderes.

O gráfico a seguir apresenta o comparativo das despesas executadas no 2º trimestre de 2025 e no 2º trimestre de 2026.

Gráfico 18 - Despesas Executadas (R$) – Poderes Legislativo e Judiciário, no 2º Trimestre de 2025 e 2026



Fonte: SIAFE/IGEPPS

Conforme demonstrado no gráfico, as despesas executadas pelos Poderes Legislativo e Judiciário apresentaram redução de 5,71% no 2º trimestre de 2026 em comparação ao mesmo período de 2025. Esse resultado indica uma diminuição no volume de recursos executados pelas unidades gestoras analisadas, evidenciando um comportamento mais conservador da execução orçamentária e financeira no período. A variação observada pode estar associada às particularidades da programação financeira, ao cronograma de execução das despesas e às demandas específicas de cada órgão ao longo do exercício.

7.2.3 Todos os Poderes

A tabela a seguir apresenta o total das despesas executadas pelas unidades gestoras vinculadas ao Poder Executivo e pelos órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, referentes ao 2º trimestre de 2026, bem como a variação percentual observada no período.

Tabela 77 - Despesas Executadas (R$) – Todos os Poderes no 2º Trimestre de 2026

Mês	Executivo - IGEPPS/FINANPREV/ FUNPREV/SPSM/ Encargos IGEPPS	Defensoria/Alepa/TCE/TCM/TJE/ MP/MPC/MPTCM	Total	Variação (%)
Abril	566.470.693,67	57.327.552,40	623.798.246,07	0,99%
Maio	602.970.185,27	53.009.991,13	655.980.176,40	5,16%
Junho	576.391.145,23	53.600.724,75	629.991.869,98	-3,96%
Total	**1.745.832.024,17**	**163.938.268,28**	**1.909.770.292,45**	**3,32%**

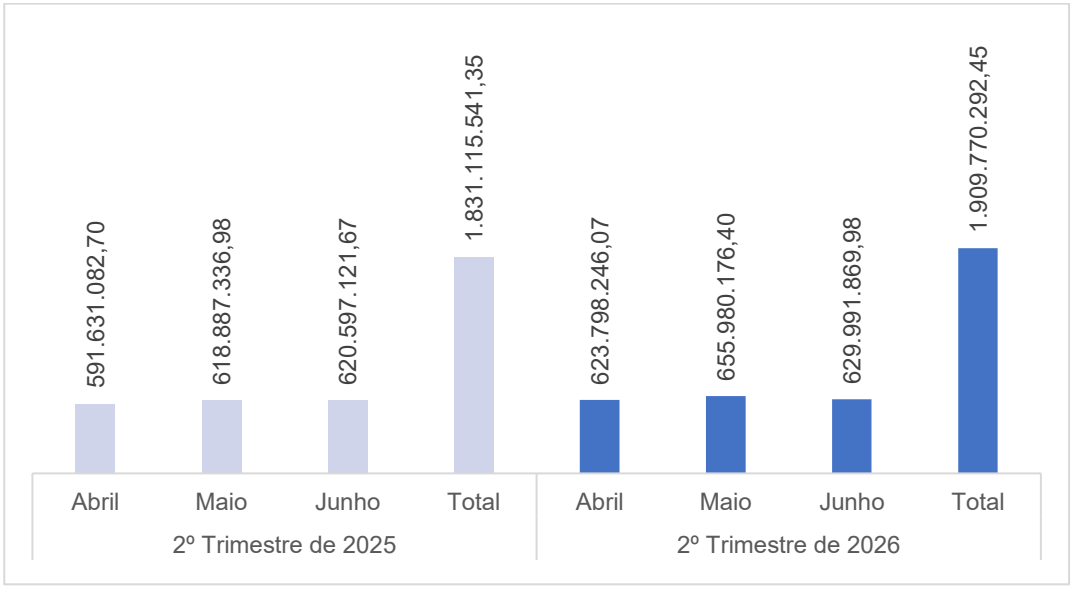
Fonte: SIAFE/IGEPPS

Observa-se que, no 2º trimestre de 2026, as despesas executadas no âmbito de todos os Poderes totalizaram R$ 1.909.770.292,45 (um bilhão, novecentos e nove milhões, setecentos e setenta mil, duzentos e noventa e dois reais e quarenta e cinco centavos). Desse

montante, R$ 1.745.832.024,17 (um bilhão, setecentos e quarenta e cinco milhões, oitocentos e trinta e dois mil, vinte e quatro reais e dezessete centavos) correspondem às despesas executadas pelas unidades gestoras vinculadas ao Poder Executivo, enquanto R$ 163.938.268,28 (cento e sessenta e três milhões, novecentos e trinta e oito mil, duzentos e sessenta e oito reais e vinte e oito centavos) referem-se às despesas dos Poderes Legislativo e Judiciário.

Na análise da execução mensal, verifica-se crescimento de 5,16% em maio em relação a abril, seguido de redução de 3,96% em junho. Apesar da oscilação observada entre as competências, o trimestre encerrou com variação positiva acumulada de 3,32%, evidenciando a manutenção do crescimento das despesas executadas no período. O gráfico a seguir apresenta o comparativo das despesas executadas no 2º trimestre de 2025 e no 2º trimestre de 2026.

Gráfico 19 - Despesas Executadas (R$) – Todos os Poderes no 2º Trimestre de 2025 e 2026



Fonte: SIAFE/IGEPPS

Conforme demonstrado no gráfico, as despesas executadas por todos os Poderes apresentaram acréscimo de 4,30% no 2º trimestre de 2026 em comparação ao mesmo período de 2025. Esse resultado evidencia o aumento do volume de recursos executados no período, refletindo o comportamento da execução orçamentária e financeira das unidades gestoras analisadas.

7.2.4 FINANPREV, Poder Executivo, Sistema de Proteção Social Militar e Poderes Legislativo e Judiciário

Os valores apresentados na tabela a seguir contemplam as despesas executadas com recursos vinculados ao Fundo Financeiro de Previdência do Estado do Pará (FINANPREV), ao Fundo Previdenciário do Estado do Pará (FUNPREV), ao Sistema de Proteção Social dos

Militares do Estado do Pará (SPSM), aos Encargos do IGEPPS e às unidades gestoras dos Poderes Legislativo e Judiciário. Também é apresentada a variação percentual observada entre as competências do 2º trimestre de 2026.

Tabela 78 - Despesas Executadas (R$) – FINANPREV, Poder Executivo, Sistema de Proteção Social Militar, Poderes Legislativo e Judiciário no 2º Trimestre de 2026

Fonte de Recurso	Abril	Maio	Junho	Total
Ordinários	273.903.613,46	237.895.478,50	272.365.555,89	784.164.647,85
Plano Previdenciário	34.396.710,39	66.573.986,41	163.936,65	101.134.633,45
FINANPREV-Patronal	266.504.569,72	294.616.210,61	267.858.053,83	828.978.834,16
SPSM	73.932.440,54	77.933.242,60	78.831.629,07	230.697.312,21
Superavit FINAPREV-Servidor	-	-	33.308.035,67	33.308.035,67
Superavit FINAPREV-Patronal	-3.034,94	-	-	-3.034,94
Total	**648.734.299,17**	**677.018.918,12**	**652.527.211,11**	**1.978.280.428,40**
Variações (%) - (Autorizado x Executado)	**1,20%**	**4,36%**	**-3,62%**	**3,85%**

Fonte: SIAFE/IGEPPS

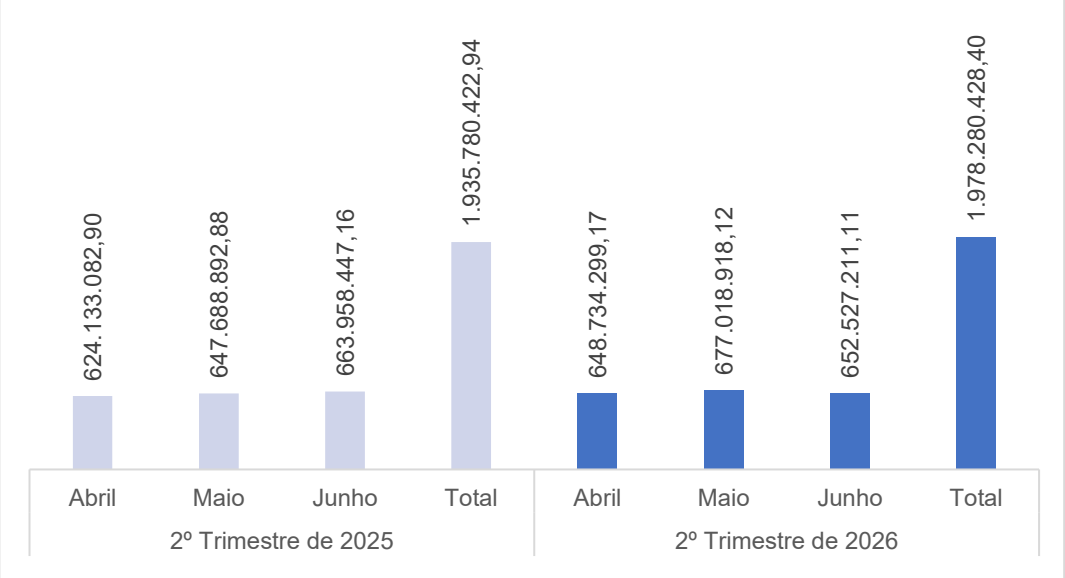
Observa-se que as despesas executadas totalizaram R$ 1.978.280.428,40 (um bilhão, novecentos e setenta e oito milhões, duzentos e oitenta mil, quatrocentos e vinte e oito reais e quarenta centavos) no 2º trimestre de 2026.

Entre as fontes de recursos, destacam-se os recursos provenientes do FINANPREV-Patronal, que registraram execução de R$ 828.978.834,16 (oitocentos e vinte e oito milhões, novecentos e setenta e oito mil, oitocentos e trinta e quatro reais e dezesseis centavos), correspondendo à maior participação no período, seguidos pelos Recursos Ordinários, com R$ 784.164.647,85 (setecentos e oitenta e quatro milhões, cento e sessenta e quatro mil, seiscentos e quarenta e sete reais e oitenta e cinco centavos), e pelos recursos vinculados ao Sistema de Proteção Social Militar (SPSM), que totalizaram R$ 230.697.312,21 (duzentos e trinta milhões, seiscentos e noventa e sete mil, trezentos e doze reais e vinte e um centavos).

Na análise da execução mensal, verifica-se crescimento de 4,36% no mês de maio em relação a abril, seguido de redução de 3,62% em junho. Apesar da oscilação observada entre as competências, o trimestre encerrou com variação positiva acumulada de 3,85%, evidenciando a manutenção do nível de execução financeira das fontes de recursos administradas pelo Instituto.

O gráfico a seguir apresenta o comparativo das despesas executadas no 2º trimestre de 2025 e no 2º trimestre de 2026. Verifica-se crescimento de 2,20% no montante executado, demonstrando a estabilidade da execução orçamentária e financeira das principais fontes de recursos administradas pelo IGEPPS. O resultado evidencia a capacidade de financiamento dos benefícios previdenciários e das despesas vinculadas ao Sistema de Proteção Social Militar durante o período analisado.

Gráfico 20 - Despesas Executadas (R$) – FINANPREV, Poder Executivo, SPSM, Poderes Legislativo e Judiciário no 2º Trimestre de 2025 e 2026



Fonte: SIAFE/IGEPPS.

7.2.5 IGEPPS

As tabelas a seguir apresentam o demonstrativo das despesas executadas pela Unidade Gestora 840201 (IGEPPS), discriminadas por grupo e elemento de despesa, permitindo a análise da composição dos gastos e da evolução da execução orçamentária ao longo do 2º trimestre de 2026.

Tabela 79 - Demonstrativos de Valores Executados por Despesa com Pessoal (R$) no 2º Trimestre de 2026

Despesa Pessoal	Abril	Maio	Junho	Total
Contratação por tempo determinado	552.743,66	553.851,51	562.412,20	**1.669.007,37**
Contribui a entidades fechadas de previdência	6.020,25	8.514,71	8.541,61	**23.076,57**
Vencimentos e vantagens fixas - pessoal civil	1.076.486,14	1.125.458,89	1.091.819,24	**3.293.764,27**
Vencimentos e vantagens fixas - pes. militar	12.520,55	9.324,65	15.111,92	**36.957,12**
Obrigações patronais	131.630,41	139.609,29	142.249,06	**413.488,76**
Outras despesas variáveis - pessoal civil	2.016,92	1.118,24	1.085,85	**4.221,01**
Obrigações patronais - op.intra - orçamentárias	120.496,12	127.700,97	126.904,14	**375.101,23**
Total	1.901.914,05	1.965.578,26	1.948.124,02	**5.815.616,33**
Variações (%)	**7,50%**	**3,35%**	**-0,89%**	**23,14%**

Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS.

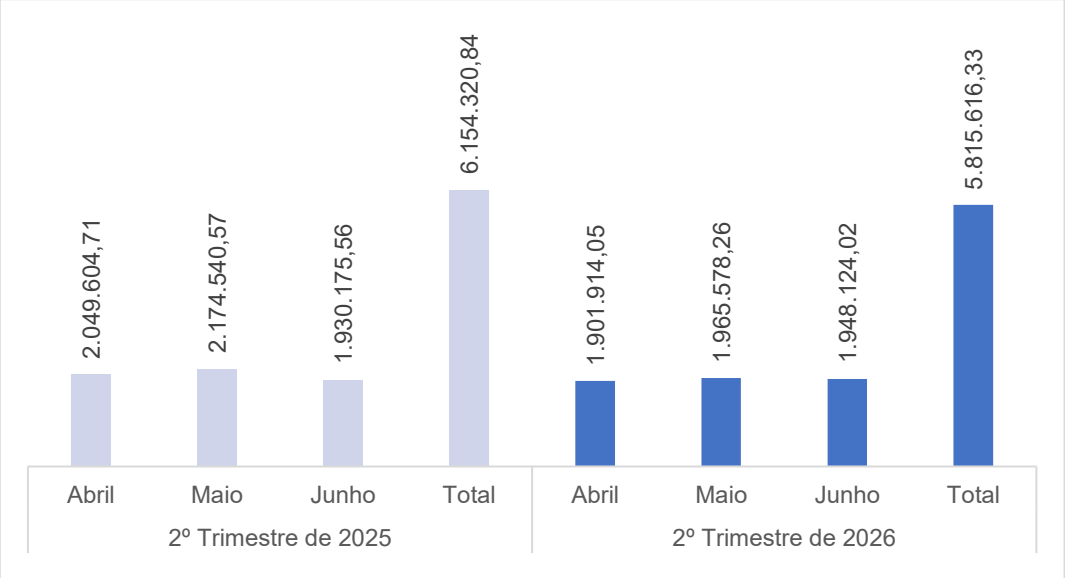
Observa-se que as despesas com pessoal totalizaram R$ 5.815.616,33 (cinco milhões, oitocentos e quinze mil, seiscentos e dezesseis reais e trinta e três centavos) no 2º trimestre de 2026. As maiores participações concentraram-se nos elementos Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil, que somaram R$ 3.293.764,27 (três milhões, duzentos e noventa e três mil, setecentos e sessenta e quatro reais e vinte e sete centavos), e Contratação por Tempo

Determinado, que alcançou R$ 1.669.007,37 (um milhão, seiscentos e sessenta e nove mil, sete reais e trinta e sete centavos).

Na análise da execução mensal, verifica-se crescimento de 3,35% em maio, em comparação a abril, seguido de leve redução de 0,89% em junho. Ao final do trimestre, registrou-se variação acumulada positiva de 23,14%, refletindo a dinâmica das despesas de pessoal e dos encargos associados às atividades administrativas do Instituto.

O gráfico a seguir apresenta o comparativo das despesas com pessoal executadas no 2º trimestre de 2025 e no 2º trimestre de 2026.

Gráfico 21 - Despesas Executadas por Elemento de Despesa com pessoal – IGEPPS – Comparativo entre o 2º Trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS.

Conforme demonstrado no gráfico, as despesas com pessoal apresentaram redução de 5,50% em relação ao mesmo período do exercício anterior, indicando diminuição no volume de recursos destinados a esse grupo de despesa no período analisado.

A tabela a seguir apresentam o demonstrativo das despesas executadas pelo IGEPPS classificadas como Outras Despesas Correntes (ODC), discriminadas por elemento de despesa, permitindo identificar a composição dos gastos necessários à manutenção e ao funcionamento das atividades institucionais.

Tabela 80 - Demonstrativo das Despesas Executadas com Outras Despesas Correntes (R$) - IGEPPS no 2º Trimestre de 2026

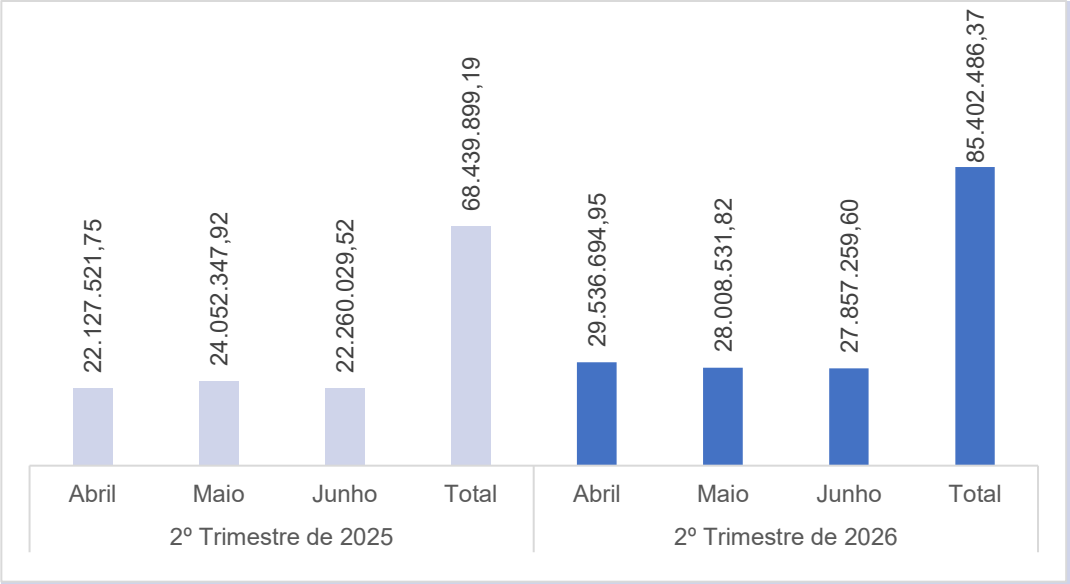
Natureza de Despesa	Outras Despesas Correntes	Abril	Maio	Junho	Total
335041	Contribuições	-	5.500,00	-	**5.500,00**
339008	Outros benef.assist.do servidor ou do militar	1.621,00	-	-	**1.621,00**
339014	Diárias - civil	91.376,94	70.128,65	105.212,26	**266.717,85**
339015	Diárias - militar	40.135,07	28.040,09	108.716,28	**176.891,44**
339030	Material de consumo	66.105,59	57.695,78	51.581,40	**175.382,77**
339033	Passagens e despesas com locomoção	535.040,99	761.068,58	705.600,02	**2.001.709,59**
339035	Serviços de consultoria	329.450,00	316.000,00	316.000,00	**961.450,00**
339036	Outros serviços de terceiros - pessoa física	33.377,61	33.552,48	42.395,97	**109.326,06**
339037	Locação de mão-de-obra	4.684.625,88	3.747.849,97	5.198.716,47	**13.631.192,32**
339039	Outros serviços de terceiros - pessoa jurídica	5.964.977,80	5.548.256,73	5.698.953,95	**17.212.188,48**
339040	Serv.de tec. da inf. e com.- pessoa jurídica	11.126.763,22	13.130.625,94	15.085.484,37	**39.342.873,53**
339046	Auxílio - alimentação	301.090,90	304.875,72	299.325,04	**905.291,66**
339047	Obrigações tributarias e contributivas	79,45	-	-	**79,45**
339049	Auxílio-transporte	6.080,93	6.848,17	6.313,09	**19.242,19**
339092	Despesas de exercícios anteriores	6.201.212,74	3.963.091,71	189.000,00	**10.353.304,45**
339139	Outros Serv. Terc. PJ-OP Intra Orçamentária	127.085,00	34.998,00	36.210,00	**198.293,00**
339140	Serv de .Tecno da Infor e Comum - P Jurídica	2.250,00	-	-	**2.250,00**
339147	Obrigações tributarias e contributivas	25.421,83	-	13.750,75	**39.172,58**
Total		**29.536.694,95**	**28.008.531,82**	**27.857.259,60**	**85.402.486,37**
Variação (%)		**-6,12%**	**-5,17%**	**-0,54%**	**0,29%**

Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS.

No ano de 2026, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima. Assim, tivemos um acréscimo de 0,29% de março em relação aos dois Trimestres do ano; com dados fechados e de acordo com as demandas setoriais.

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 2º Trimestre de 2025 e o 2º Trimestre de 2026, onde demonstra que houve um aumento de 24,78% em valores.

Gráfico 22 - Despesas Realizadas por programas Elemento de Despesa – IGEPPS no 2º Trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS.

Já a tabela abaixo discriminada, apresenta o demonstrativo de despesas internas do IGEPPS (UG 840201), discriminadas por elemento de despesa. Assim, passamos a demonstrar os Investimentos; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados Comparativos ao 2º Trimestre de 2026, como segue.

Tabela 81 - Demonstrativos de Despesas Realizadas de investimentos na UG 840201 no 2º Trimestre de 2026

Descrição	Abril	Maio	Junho	Total
Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica	952.890,30	1.997.139,33	1.260.000,00	4.210.029,63
Total	**952.890,30**	**1.997.139,33**	**1.260.000,00**	**4.210.029,63**
Variações (%)	**100,00%**	**-52,29%**	**-36,91%**	**152,84%**

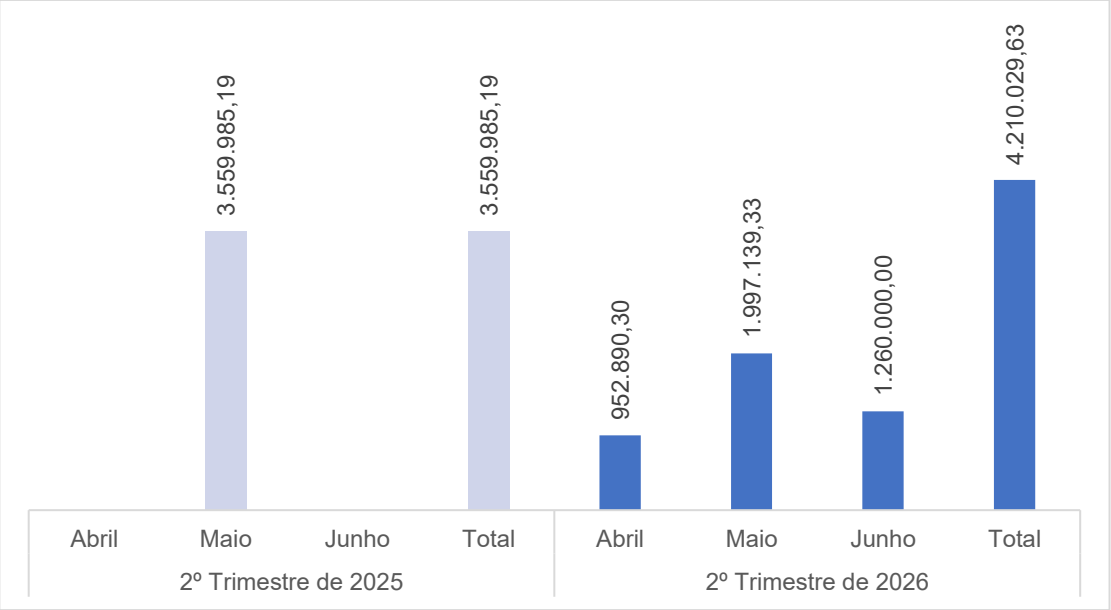
Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS

Em 2026, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima para Despesas com Investimentos deste IGEPPS no período analisado. Assim, tivemos um acréscimo de 152,84% ao final do 2º Trimestres do ano corrente; de acordo com dados fechados no período e com as demandas setoriais.

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 2º Trimestre de 2025 e o 2º Trimestre de 2026, onde demonstra que houve um decréscimo de

18,26% em valores.

Gráfico 23 - Despesas Realizadas por Programas e Elementos da Despesa com Investimento 2º Trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS

7.2.6 Encargos IGEPPS - Requisições de Pequeno Valor (RPV'S), Auxílio Funeral, Auxílio Morte/Acidente (SPSM) e Salário Família

Em 2026, foram registradas variações entre as competências do período em análise, no caso das despesas com RPV's (requisição de pequeno valor), auxílio funeral, Auxílio morte/acidente e salário família deste IGEPPS (UG 840250 – encargo), conforme demonstrado a seguir.

Tabela 82 - Demonstrativo Despesas Realizadas (R$) de Encargos IGEPPS no 2º Trimestre de 2026

Nome	Abril	Maio	Junho	Total
Sentenças Judiciais (DEA)	1.592.991,47	747.311,31	1.269.117,41	3.609.420,19
Sentenças Judic - Peq Valor-Inat/Pens. Civil	1.211.775,91	1.390.093,93	752.946,03	3.354.815,87
Sentenças Judic. Peq Valor-Inat / Pens. Militar	239.337,48	183.832,22	24.701,13	447.870,83
Auxílio Funeral	172.673,17	170.329,93	117.527,48	460.530,58
Salário Família Seg. Inativos/ Pensionistas – diversas áreas	5.137,44	5.137,44	5.137,44	15.412,32
Salário Família Seg. Inativos/ Pensionistas - área educação	77,84	77,84	77,84	233,52
Salário Família Seg. Inativos/ Pensionistas - área saúde	467,04	467,04	467,04	1.401,12
Salário Família Seg. Inativos/ Pensionistas – Outros benef assist. do servidor ou do militar	155,68	155,68	155,68	467,04
Encargos Especiais – SPSM - Indenizações	140.000,00	110.000,00	30.000,00	280.000,00
Total	**3.362.616,03**	**2.607.405,39**	**2.200.130,05**	**8.170.151,47**

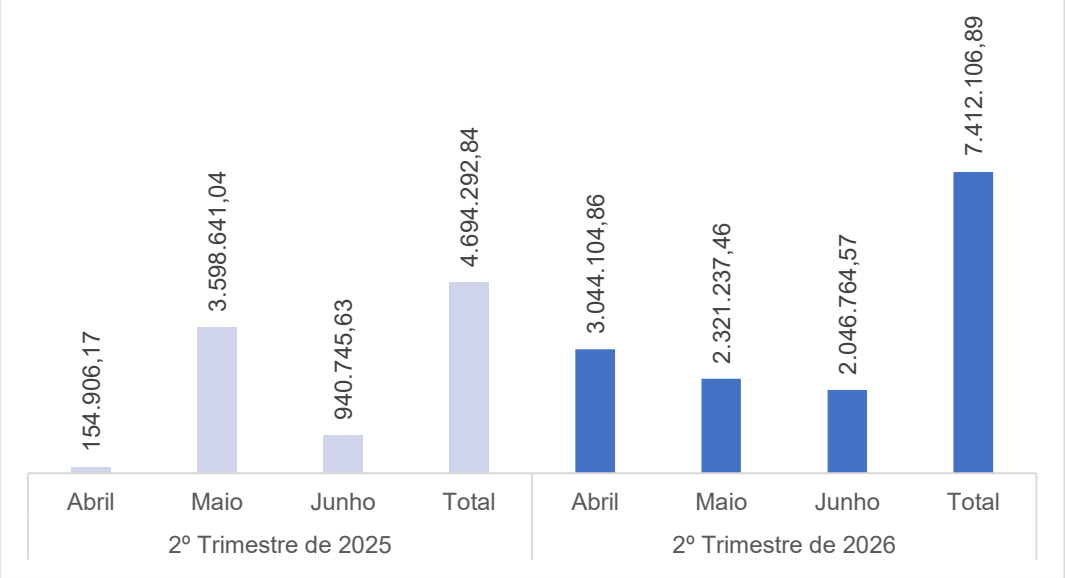
Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS

7.2.6.1 Requisições de Pequeno Valor (RPV'S)

No exercício de 2026, observam-se variações entre as competências do período, conforme demonstrado anteriormente. Ao final do 2º trimestre, as despesas executadas totalizaram R$ 7.412.106,89 (sete milhões, quatrocentos e doze mil, cento e seis reais e oitenta e nove centavos), representando um acréscimo de 57,90% em relação ao montante registrado no mesmo período de 2025, que foi de R$ 4.694.292,84 (quatro milhões, seiscentos e noventa e quatro mil, duzentos e noventa e dois reais e oitenta e quatro centavos). Os dados apresentados refletem os registros financeiros consolidados e as demandas setoriais atendidas no período.

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa das despesas executadas no 2º trimestre de 2025 e no 2º trimestre de 2026, evidenciando o crescimento de 57,90% no valor executado.

Gráfico 24 - Despesas Executadas com RPV's no 2º Trimestre de 2025 e 2026



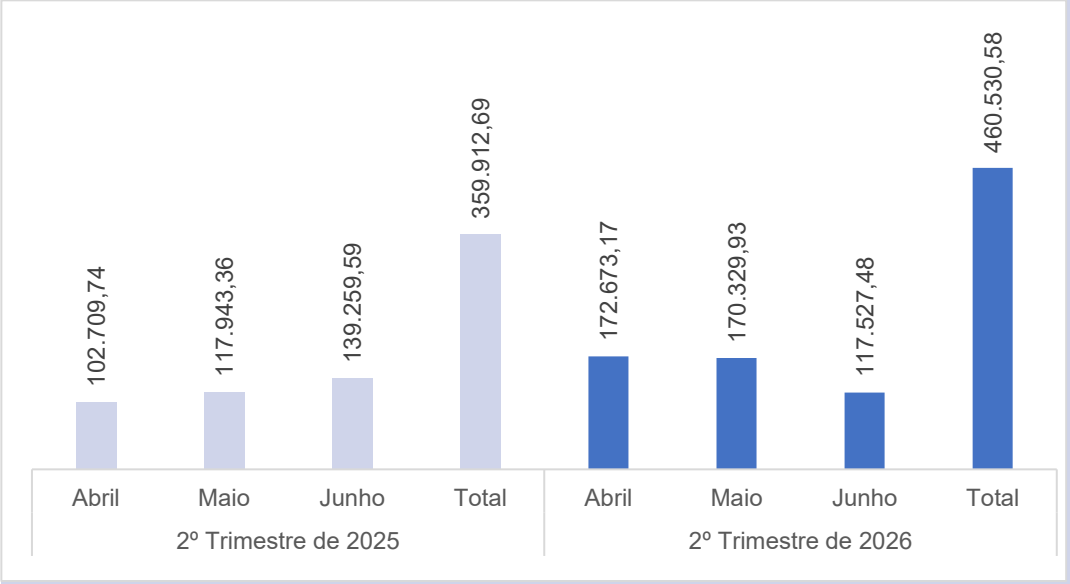
Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS.

7.2.6.2 Auxílio Funeral

No exercício de 2026, observam-se variações percentuais entre as competências do período, conforme demonstrado anteriormente. Ao final do 2º trimestre, verificou-se acréscimo de 146,76% nas despesas executadas, com base nos dados financeiros consolidados e nas demandas atendidas no período.

O gráfico a seguir apresenta uma análise comparativa das despesas executadas com Auxílio Funeral no 2º trimestre de 2025 e no 2º trimestre de 2026, evidenciando crescimento de 27,96% no valor liquidado. A variação observada decorre do comportamento da demanda por esse benefício ao longo do período, refletindo as solicitações processadas e os pagamentos efetuados pelo Instituto.

Gráfico 25 - Despesas Executadas com Auxílio Funeral (R$) no 2º Trimestre de 2025 e 2026.



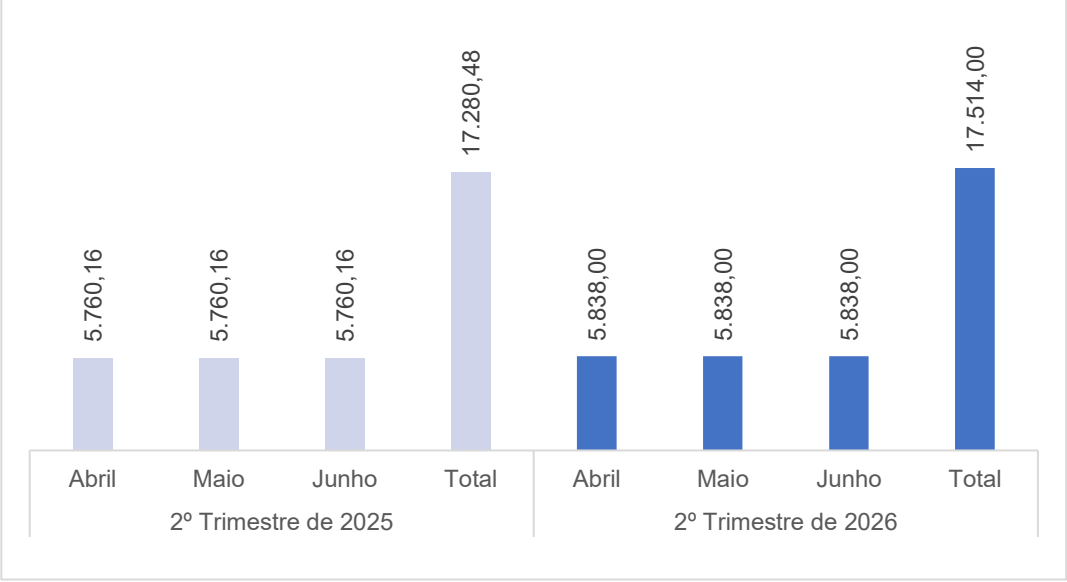
Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS

7.2.6.3 Salário Família

Em 2026, as despesas com Salário-Família apresentaram pequena variação entre as competências do período, registrando redução de 0,44% ao final do 2º trimestre, conforme os dados consolidados. Ressalta-se que os recursos destinados ao pagamento do benefício são provenientes de recursos próprios do IGEPPS.

O gráfico a seguir apresenta o comparativo das despesas executadas no 2º trimestre de 2025 e no 2º trimestre de 2026, evidenciando acréscimo de 1,35% no valor executado.

Gráfico 26 - Despesas Executadas com Salário Família (R$) no 2º Trimestre de 2025 e 2026.



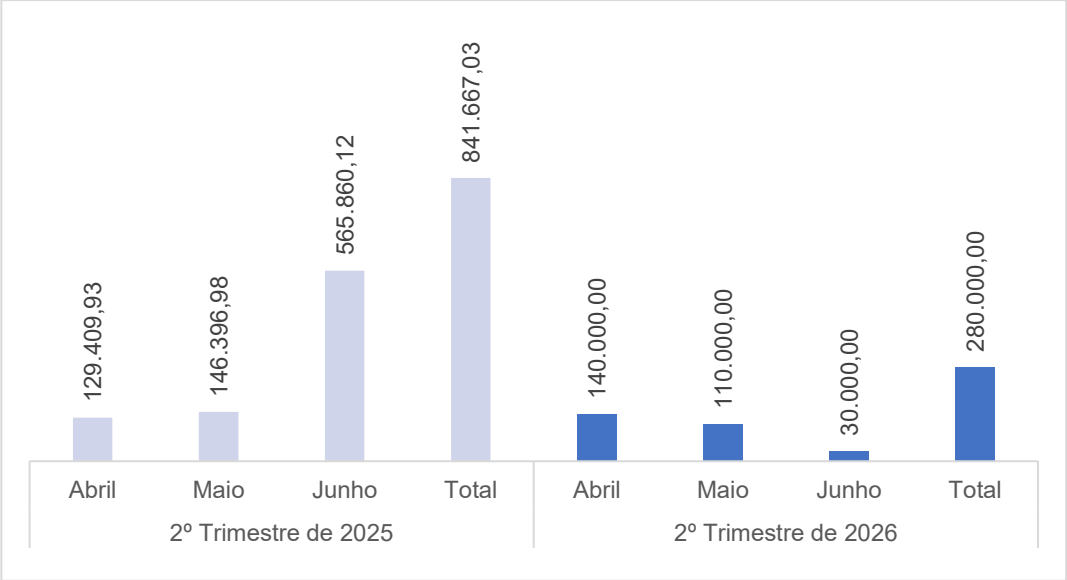
Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS

7.2.6.4 Auxílio Morte / Auxílio Acidente - SPSM

Em 2026, as despesas com Auxílio-Morte e Auxílio-Acidente do Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM) apresentaram variação entre as competências do período, registrando redução de 70,20% ao final do 2º trimestre, conforme os dados consolidados.

O gráfico a seguir apresenta o comparativo das despesas executadas no 2º trimestre de 2025 e no 2º trimestre de 2026, evidenciando decréscimo de 66,73% no valor executado.

Gráfico 27 - Despesas Executadas com Auxílio Morte / Auxílio Acidente - SPSM (R$) no 2º Trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS.

7.2.7 Folhas de Pagamentos

7.2.7.1 Folhas de Pagamento – IGEPPS

A tabela a seguir apresenta os valores executados com folhas de pagamento de inativos, pensionistas e beneficiários do Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM), discriminados por unidade gestora, referentes ao 2º trimestre de 2026.

Tabela 83 - Demonstrativo de Despesas Executadas com Folhas de Pagamentos Inativos, Pensão por Morte, Pensão Especial e SPSM (R$) no 2º Trimestre de 2026.

UG	Descrição	Abril	Maio	Junho	Total
840240	Inativo Militar	93.407.115,36	93.380.535,83	93.160.448,74	279.948.099,93
840220	Inativo Defensoria	3.013.551,82	3.019.174,40	3.019.084,47	9.051.810,69
840202	Inativo Civil - Educação	136.096.516,82	136.772.488,31	142.820.939,42	415.689.944,55
840202	Inativo Civil - Saúde	5.784.382,85	5.771.199,59	5.753.313,88	17.308.896,32
840202	Inativo. Civil - Outros	65.531.036,26	65.743.750,50	65.703.812,12	196.978.598,88
840234	Pensão TJ-Pa - FUNPREV	16.777,63	16.191,60	30.399,09	63.368,32
840220	Pensão - Defensoria	544.527,10	543.169,52	538.753,82	1.626.450,44
840203	Pensão. Civil. - FUNPREV	120.573,36	98.361,00	105.782,85	324.717,21
840221	Pensão - ALEPA	1.200.485,68	1.190.056,40	1.281.891,08	3.672.433,16
840224	Pensão TJ-Pa - FINANPREV	3.342.446,67	3.416.576,16	3.354.066,44	10.113.089,27
840202	Pensão Civil - FINANPREV	38.649.011,49	38.458.373,78	38.899.257,09	116.006.642,36
840240	Pensão Militar	20.878.593,92	20.830.722,86	20.867.655,83	62.576.972,61
840240/840250	Pensão Especial Militar	1.901.096,35	1.867.792,36	1.851.342,04	5.620.230,75
840203	Inativo Civis outros - FUNPREV	4.501,31	4.501,31	4.501,31	13.503,93
Total		**370.490.616,62**	**371.112.893,62**	**377.391.248,18**	**1.118.994.758,42**
Variações (%)		**3,86%**	**0,17%**	**1,69%**	**4,59%**

Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS

Tabela 14: Comparativo de Valores Executados em Folhas de Pagamentos - IGEPPS de 01 à 13º/2026. Valores relativos à 10 e 12/2026 estão somados aos Pagtº das 1ª e 2ª Parcela de Adiantamento de 13º/2026.

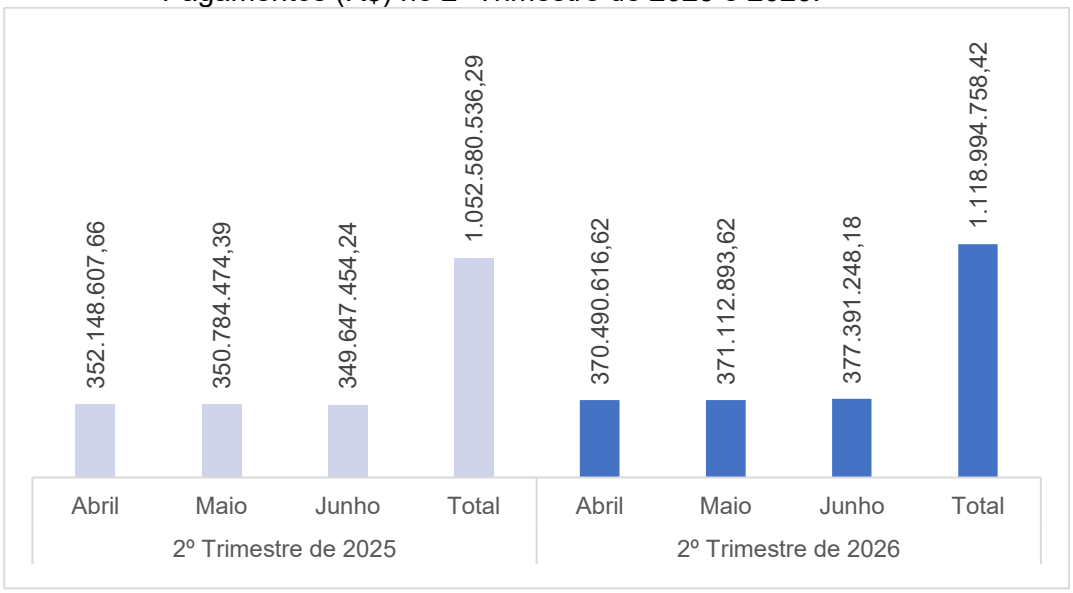
Observações: A partir de 02/2026, Execuções relativas às Pensões Especiais de Inativos SPSM, passaram a se vincular à UG 840250 - Encargos IGEPPS. De acordo com as orientações dispostas ao PAE E-2026/2274190.

No 2º trimestre de 2026, as despesas executadas com folhas de pagamento totalizaram R$ 1.118.994.758,42 (um bilhão, cento e dezoito milhões, novecentos e noventa e quatro mil, setecentos e cinquenta e oito reais e quarenta e dois centavos), registrando crescimento de 4,59% em relação ao período de referência.

Os maiores volumes de execução concentraram-se nos benefícios de Inativos Civis da Educação, que somaram R$ 415.689.944,55 (quatrocentos e quinze milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, novecentos e quarenta e quatro reais e cinquenta e cinco centavos), e de Inativos Militares, com R$ 279.948.099,93 (duzentos e setenta e nove milhões, novecentos e quarenta e oito mil, noventa e nove reais e noventa e três centavos).

O gráfico a seguir apresenta o comparativo das despesas executadas com folhas de pagamento no 2º trimestre de 2025 e no 2º trimestre de 2026, evidenciando um acréscimo de 6,31**%** no montante executado.

Gráfico 28 - Despesas Executadas com Folhas de Pagamentos Folhas de Pagamentos (R$) no 2º Trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS.

7.2.7.2 Consignações - Inativos civis e pensionistas civis, SPSM e outros poderes

No que tange à execução de valores referentes às Consignações Facultativas em Folhas de Pagamentos no IGEPPS; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativo ao 2º Trimestre de 2026, como descrito na tabela a seguir.

Tabela 84 - Despesas Realizadas - Consignações nas Folhas de Pagamentos(R$) no 2º Trimestre de 2026

Consignatária	Abril	Maio	Junho	Total
SINTEP	134.556,70	134.581,37	132.884,15	402.022,22
ASFEPA	181.349,95	172.158,48	172.489,45	525.997,88
ADPEP	17.844,76	17.844,77	17.844,77	53.534,30
SINDSAUDE	7.971,48	7.937,34	7.936,20	23.845,02
SINDPOL	245.106,13	249.007,36	248.512,63	742.626,12
SEPUB	12.534,17	12.547,90	12.527,64	37.609,71
SINDTRAN	1.300,71	1.374,63	1.374,63	4.049,97
FASUEPA	30.407,88	30.458,08	30.305,03	91.170,99
SINDELP/PA	27.833,77	28.284,63	28.049,35	84.167,75
ADEPOL	304.863,99	304.418,07	214.356,72	823.638,78
FASPM	42,63	-	-	42,63
APEPA	1.803,20	1.803,20	1.803,20	5.409,60
SINDIFISCO	124.251,70	124.010,98	124.382,76	372.645,44
ASPA	30.647,28	36.624,83	36.396,55	103.668,66
UNIBRAS	6.404,85	6.404,85	6.395,05	19.204,75
CAPEMI	29.691,21	29.553,36	29.397,88	88.642,45
ASPBRAS	1.042,72	1.042,72	2.174,62	4.260,06
UPASP	77.626,51	77.504,01	76.181,01	231.311,53
PROASP	4.711,94	6.449,57	9.442,00	20.603,51
BANCLUB	15.298,91	15.210,73	15.106,43	45.616,07
ASCM/PA	60,76	60,76	60,76	182,28
ALIANÇA/FAP	4.371,09	4.371,10	4.371,09	13.113,28
INDESPCMEPA	9.408,00	9.290,40	9.408,00	28.106,40
ADECIMPA	294,00	294,00	294,00	882,00
ASMEOP	83,39	100,78	118,18	302,35
SINDSFEPA	1.423,04	1.437,93	1.437,93	4.298,90
FEMPA	11.590,29	16.923,12	22.122,34	50.635,75
ASEMIPPA	788,90	788,90	788,90	2.366,70
ASSUBSAR	525,03	525,03	525,03	1.575,09
AME/ACSPMBMPA	83,39	111,12	138,85	333,36
APPOMIBOMNP	77,43	98,26	119,09	294,78
FUNSAU	428,09	478,09	478,09	1.384,27
ASDAP	653,27	653,27	653,27	1.959,81
SS CARD	271.017,53	333.208,81	332.593,17	936.819,51
Total	**1.559.068,29**	**1.628.773,85**	**1.543.884,17**	**4.731.726,31**

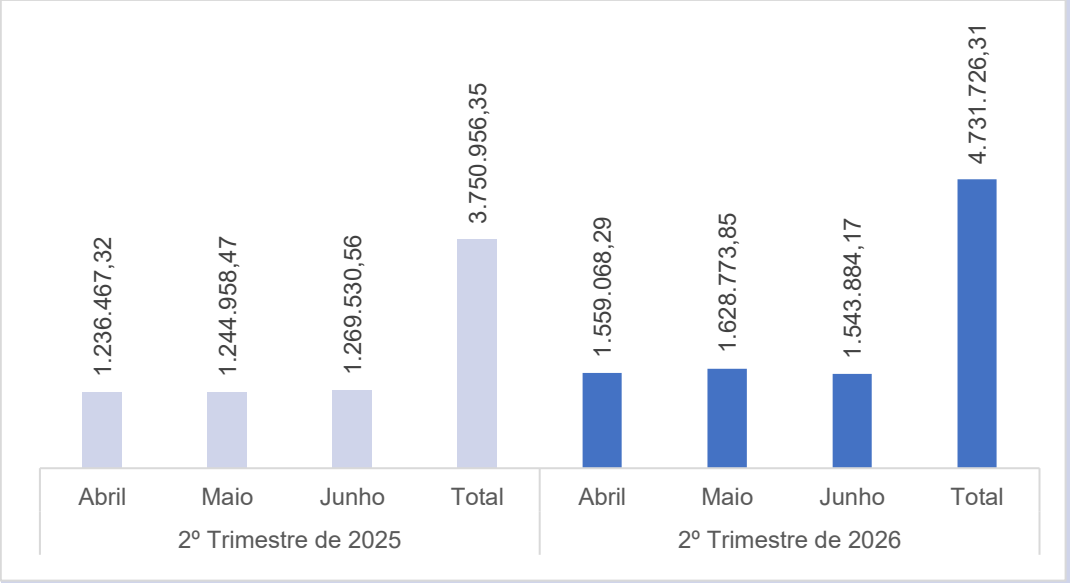
Fonte: SIAFE - Despesa Realizada.

No ano 2026, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima. Assim, tivemos um acréscimo de 20,16% de março em relação aos 2 Trimestres do ano; com dados fechados e de acordo com as demandas setoriais.

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 2º Trimestre de 2025 e o 2º Trimestre de 2026, o qual demonstra que houve um acréscimo de

26,15% em valores.

Gráfico 29 - Consignações nas Folhas de Pagamento Inativos/ Pensionistas Civis/Executivo/Outros Poderes no 2º Trimestre de 2025 e 2026



Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS

7.2.7.3 Consignações – em Folhas de Pagamento - Inativos / SPSM

No que tange à execução de valores referentes às Consignações Facultativas em Folhas de Pagamentos no IGEPPS; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente aos dados do 2º Trimestre de 2026, descrito na tabela a seguir.

Tabela 85 - Despesas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/Inativos SPSM - (R$) no 2º Trimestre de 2026. continua

Consignatária	Abril	Maio	Junho	Total
APPOMIBOMNP	43.565,21	53.161,15	64.940,90	161.667,26
FUNSAU	446.507,40	449.942,61	452.379,89	1.348.829,90
ASPOMIRE	33.094,61	32.989,60	32.884,61	98.968,82
FASPM	399.152,37	398.875,16	396.127,77	1.194.155,30
ASSUBSAR	81.991,44	81.903,93	81.816,43	245.711,80
ACSPMBMPA	157.184,32	213.973,28	257.715,02	628.872,62
COPM	26.283,60	26.283,60	26.283,60	78.850,80
SICOOB	457.178,41	452.093,43	455.027,55	1.364.299,39
ASPA	13.885,43	16.343,56	16.725,95	46.954,94
UNIBRAS	2.094,69	2.094,69	2.084,89	6.274,27
CAPEMI	10.520,26	10.520,26	10.520,26	31.560,78
ASPBRAS	290,57	290,57	1.370,53	1.951,67
UPASP	13.394,57	13.589,59	13.589,59	40.573,75

Fonte: Siafe - relativos à Despesa Realizada.

Tabela 85 - Despesas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/Inativos SPSM - (R$) no 2º Trimestre de 2026.

conclusão

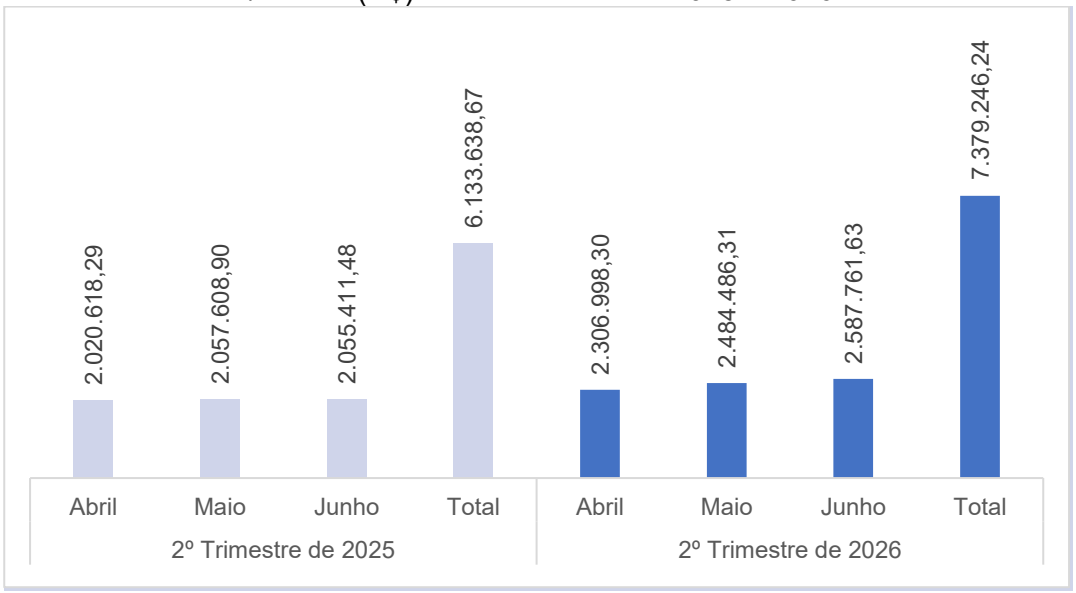
Consignatária	Abril	Maio	Junho	Total
PROASP	856,52	2.482,73	5.737,21	9.076,46
BANCLUB	1.681,53	1.681,53	1.681,53	5.044,59
ASCM/PA	3.584,84	3.645,60	3.645,60	10.876,04
ALIANÇA/FAP	738,43	738,43	738,43	2.215,29
INDESPCMEPA	233.970,30	233.160,62	231.857,22	698.988,14
ADECIMPA	9.213,96	9.140,46	9.140,46	27.494,88
ADMSPEP	357,36	411,36	465,36	1.234,08
ASMEOP	8.755,31	10.582,24	12.408,72	31.746,27
IDC	127,09	127,09	127,09	381,27
FEMPA	93.961,07	135.877,05	177.857,57	407.695,69
ASEMIPPA	5.822,18	5.822,18	5.763,38	17.407,74
SS CARD	262.786,83	328.755,59	326.872,07	918.414,49
Total	**2.306.998,30**	**2.484.486,31**	**2.587.761,63**	**7.379.246,24**

Fonte: Siafe - relativos à Despesa Realizada.

No ano 2026, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima. Assim, tivemos um acréscimo de 16,85% de março em relação aos 2 Trimestres do ano; com dados fechados e de acordo com as demandas setoriais.

O gráfico abaixo apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 2º Trimestre de 2025 e o 2º Trimestre de 2026, onde demonstra que houve um acréscimo de 20,31% em valores.

Gráfico 30 - Despesas Realizadas - Consignações nas Folhas de Pagamentos/ Inativos / SPSM (R$) no 2º Trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS.

7.2.7.4 Consignações / Convênios em Folhas de Pagamento em Geral - Banpará/Iasep

No que tange à execução de valores referentes ao Consignado Banpará e ao Plano de Saúde IASEP – Governo do estado do Pará em Folhas de Pagamentos no IGEPPS; bem como o percentual de variação entre o montante das Despesas Realizadas, relativamente ao 2º Trimestre de 2026, descrito na tabela a seguir.

Tabela 86 - Despesas Realizadas – Folhas de Pagamentos - Consignações/Convênios - Banpará/Iasep (R$) no 2º Trimestre de 2026.

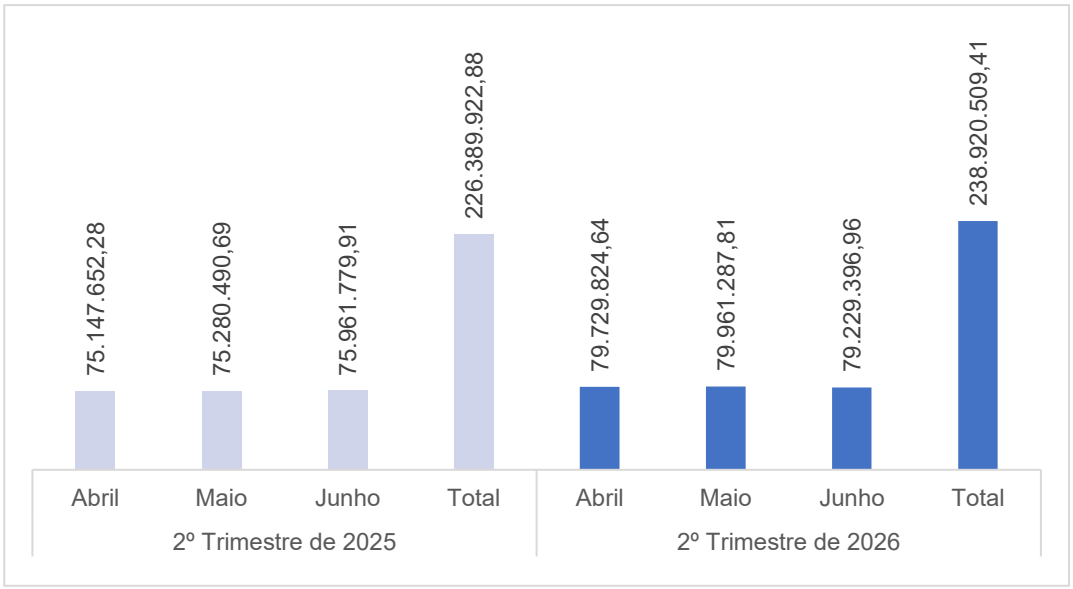
Consignatárias	Abril	Maio	Junho	Total
Banpará	54.731.117,04	54.848.665,44	53.597.820,11	163.177.602,59
Iasep/PAS	24.998.707,60	25.112.622,37	25.631.576,85	75.742.906,82
Total	**79.729.824,64**	**79.961.287,81**	**79.229.396,96**	**238.920.509,41**
Variações (%)	**2,35%**	**0,29%**	**-0,92%**	**2,34%**

Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS.

No 2º Trimestre de 2026, houve variações percentuais entre as competências do período, como demonstrado acima. Assim, tivemos um acréscimo de 2,34% de março em relação aos dois Trimestres do ano; com dados fechados e de acordo com as demandas setoriais.

O Gráfico a seguir apresenta uma análise comparativa das despesas realizadas entre o 2º Trimestre de 2025 e o 2º Trimestre de 2026, o qual demonstra que houve um acréscimo de 5,34% em valores.

Gráfico 31 - Despesas – Folhas de Pagamentos - Banpará/Iasep (R$) no 2º Trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: Siafe - relativos à Despesa Realizada

7.2.7.5 Retenções - Contribuições Previdenciária/IRRF/Pensões Alimentícias

No que se refere à execução dos valores relativos às retenções obrigatórias em folha de pagamento no âmbito do IGEPPS, bem como à variação percentual das despesas realizadas no 2º Trimestre de 2026, observa-se o comportamento descrito na tabela a seguir.

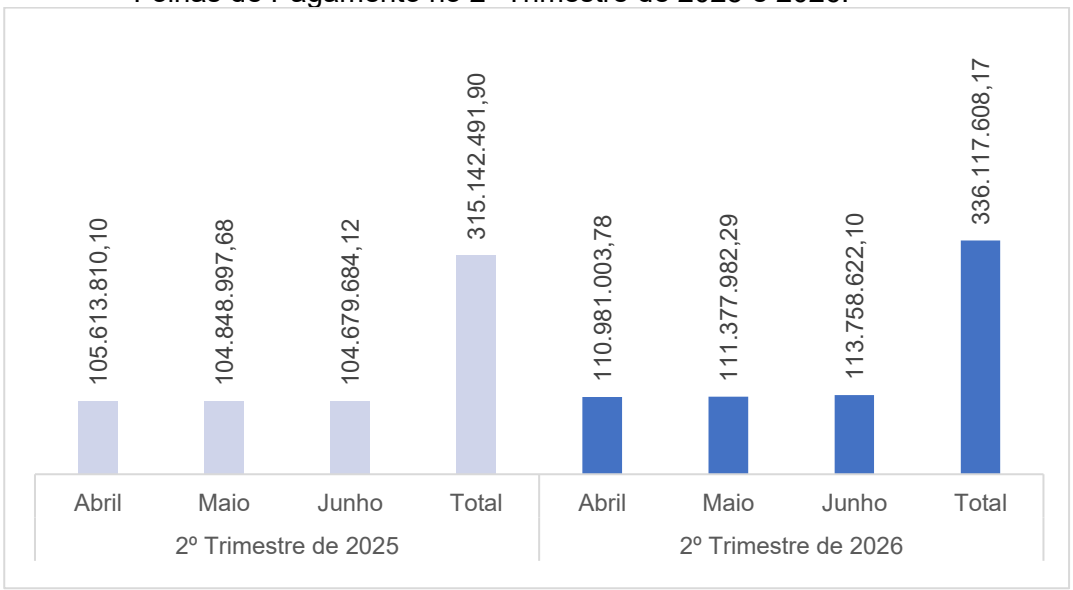
Tabela 87 - Despesas Realizadas das Folhas de Pagamentos/Retenções (R$) no 2º Trimestre 2026

UG	Descrição	Contribuições	IRRF	Pensão Alimentícia
840240	Inativo-Militar	45.566.036,34	21.793.738,03	3.976.568,57
840220	Inativo-Defensoria	1.453.497,81	590.833,95	44.470,60
840202	Inativo Civil - Educação	29.310.949,78	28.396.183,20	243.129,47
840202	Inativo Civil - Saúde	148.842,66	287.396,36	7.762,21
840202	Inativo Civil - Outros	18.105.391,71	9.924.847,41	726.048,14
840234	Pensão TJ-Pa - FUNPREV	-	4.635,67	-
840220	Pensão-Defensoria	253.349,01	139.157,25	-
840203	Pensão Civil - FUNPREV	-	1.638,86	-
840221	Pensão - ALEPA	290.309,59	211.448,79	-
840224	Pensão. TJ-Pa -FINANPREV	941.938,51	613.899,39	8.656,43
840202	Pensão Civil - FINANPREV	6.810.382,60	5.234.308,14	46.308,75
840240	Pensão - Militar	9.174.316,10	3.324.911,88	6.600,10
Total		**112.055.014,11**	**208.808.075,10**	**5.059.544,27**

Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS

Em 2026, observou-se variação de 2,14% entre as competências do período, conforme demonstrado acima. O gráfico a seguir apresenta o comparativo entre o 2º trimestre de 2025 e o 2º trimestre de 2026, evidenciando acréscimo de 6,66% nos valores retidos, refletindo o crescimento das retenções obrigatórias processadas em folha de pagamento no período analisado.

Gráfico 32 - Despesas Realizadas de Consignações/Retenções Obrigatórias em Folhas de Pagamento no 2º Trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS

As pensões alimentícias correspondem a valores retidos mensalmente por decisões administrativas e judiciais. No 2º Trimestre de 2026, observou-se variação entre as competências do período, conforme registros consolidados e alinhados às demandas setoriais.

7.3 GERENCIAMENTO DO CUSTEIO E CONTRATOS

No 2º trimestre de 2026, o Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS), por meio da Coordenadoria de Administração e Serviços (Coas), deu continuidade às ações voltadas ao gerenciamento, controle e fiscalização dos contratos administrativos, visando assegurar maior eficiência, economicidade, transparência e conformidade nos processos de contratação e execução contratual.

Em observância às disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, foram realizados novos procedimentos de contratação, bem como o acompanhamento, a análise e a revisão dos instrumentos contratuais vigentes. Essas ações contribuíram para o fortalecimento da governança administrativa, a mitigação de riscos e o aprimoramento dos mecanismos de controle e monitoramento dos contratos, convênios, apostilamentos e termos aditivos celebrados pelo Instituto.

A atuação da Coas concentrou-se, ainda, na manutenção da regularidade contratual, na observância dos prazos de vigência e na adoção das providências necessárias à continuidade dos serviços essenciais ao funcionamento institucional.

A Tabela 88 apresenta a evolução do quantitativo de contratos administrados pelo IGEPPS no período de abril a junho de 2026.

Tabela 88 - Quantitativo dos Contratos Mantidos pelo IGEPPS no 2º Trimestre de 2026.

Mês	Novos Contratos	Contratos Finalizados	Contratos Mantidos
Abril	1	6	99
Maio	2	2	99
Junho	3	2	100
Total	**6**	**10**	**100**

Fonte: COAS/IGEPPS

Observa-se que, ao longo do trimestre, foram celebrados seis novos instrumentos contratuais e encerrados dez contratos, mantendo-se estável a carteira contratual do Instituto, que encerrou o período com 100 contratos vigentes sob gestão e acompanhamento da Coas.

A Tabela 88 demonstra a distribuição das contratações e instrumentos formalizados por modalidade durante o 2º trimestre de 2026.

Tabela 89 - Modalidades dos Contratos Realizados pelo IGEPPS no 2º Trimestre de 2026.

Modalidade	Abril	Maio	Junho	Total
Inexigibilidade	1	-	0	1
Apostilamento	-	1	1	2
Termos Aditivos	1	2	1	4
Pregão Eletrônico	1	1	1	3
Dispensa Eletrônica	-	1	1	2

Fonte: COAS/IGEPPS

Verifica-se que os termos aditivos representaram a modalidade mais recorrente no período, totalizando quatro instrumentos formalizados, evidenciando a necessidade de

adequação e continuidade das contratações em execução. Destacam-se também os procedimentos realizados por pregão eletrônico, que somaram três ocorrências no trimestre, reforçando a utilização de mecanismos que promovem maior competitividade, transparência e eficiência nas aquisições públicas. As demais modalidades, como inexigibilidade, dispensa eletrônica e apostilamento, atenderam demandas específicas da Administração, observadas as hipóteses legais aplicáveis.

7.4 CONTROLES INTERNOS E CONFORMIDADE

O Núcleo de Controle Interno (NCI) encontra-se estruturado em três áreas de atuação: previdenciária, de proteção social e administrativa, cada uma responsável pela execução de atividades de controle e conformidade em processos específicos da gestão institucional.

A área previdenciária é responsável pela análise de conformidade dos processos de concessão de aposentadoria e pensão por morte dos segurados civis vinculados aos fundos FINANPREV e FUNPREV. Já a área de proteção social realiza a análise de conformidade dos processos de concessão de reserva remunerada, reforma e pensão por morte dos militares vinculados ao Sistema de Proteção Social dos Militares (SPSM). Em ambas as áreas, a atuação do NCI tem caráter preventivo e corretivo, visando assegurar a observância da legislação vigente, a regularidade dos atos concessórios e a aderência às diretrizes e procedimentos estabelecidos pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA).

A área administrativa, por sua vez, é responsável pela análise de conformidade da execução orçamentária, financeira e patrimonial dos processos que envolvem dispêndio de recursos públicos, abrangendo, entre outros, diárias, capacitações, requisições de pequeno valor (RPV), contratos administrativos, quitação definitiva, liberação de crédito, auxílio-morte, auxílio-funeral e folha de pagamento. Tal atribuição decorre da Portaria nº 122/2008 da Controladoria-Geral do Estado (CGE), consolidando o papel do controle interno como mecanismo de prevenção de riscos e fortalecimento da governança pública.

Também integra o escopo de atuação da unidade a análise, ratificação e avaliação de manifestações técnicas relacionadas às Despesas de Exercícios Anteriores (DEA), procedimento que demanda controle reforçado em razão de seu caráter excepcional e dos riscos associados ao reconhecimento extemporâneo de obrigações.

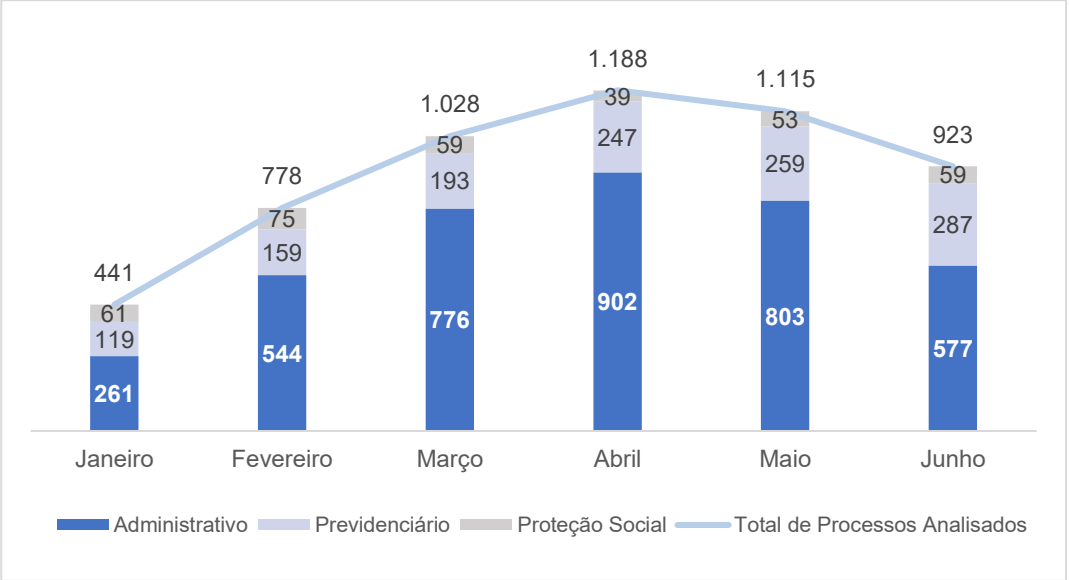
Além disso, a área administrativa é responsável pela análise de conformidade das conciliações bancárias e pelo monitoramento das ações necessárias à manutenção e ao aperfeiçoamento da certificação institucional no Programa Pró-Gestão RPPS. Nesse contexto, o NCI atua como componente essencial do sistema de governança do IGEPPS, promovendo maior transparência, integridade, conformidade normativa e mitigação de riscos institucionais.

7.4.1 Evolução da demanda de processos analisados pelo NCI

O gráfico a seguir apresenta a distribuição dos processos administrativos,

previdenciários e de proteção social analisados pelo Núcleo de Controle Interno no período de janeiro a junho de 2026, evidenciando a evolução da demanda e a dinâmica das atividades desenvolvidas pela unidade.

Gráfico 33 - Quantitativo de processos administrativos, previdenciários e de proteção social analisados no 1º semestre de 2026.



Fonte: NCI/IGEPPS

Observa-se, pelo gráfico acima, a tendência de crescimento contínuo do volume de análises entre janeiro e abril, quando o total de processos passou de 441 para 1.188, representando um aumento de aproximadamente 169% no período. Esse crescimento foi impulsionado, principalmente, pelo aumento das análises administrativas, que evoluíram de 261 para 902 processos (246%), refletindo maior demanda encaminhada ao NCI.

As análises previdenciárias civis também apresentaram crescimento expressivo ao longo do semestre, passando de 119 processos em janeiro para 287 em junho. Embora tenham registrado pequena redução em maio, encerraram o semestre com aumento de aproximadamente 141% em relação ao início do período, indicando ampliação consistente da demanda.

Na área de proteção social, o comportamento foi distinto. Após redução gradual entre fevereiro e abril, atingindo o menor quantitativo (39 processos), houve recuperação nos meses seguintes, encerrando junho com 59 processos, volume semelhante ao observado em janeiro. Essa estabilidade sugere menor oscilação da demanda quando comparada às demais áreas.

Após o pico registrado em abril, verifica-se redução do volume total de análises em maio (1.115 processos) e junho (923 processos), correspondente a uma diminuição de aproximadamente 22% em relação ao maior patamar do semestre. Essa retração decorreu, sobretudo, da redução das análises administrativas, enquanto as demandas previdenciárias mantiveram trajetória de crescimento, aumentando sua participação relativa no total de processos analisados.

De forma geral, o gráfico evidencia uma mudança no perfil da demanda atendida pelo NCI ao longo do semestre. Embora a área administrativa permaneça responsável pela maior parte das análises, observa-se crescimento acelerado da demanda previdenciária, caracterizada por maior número de servidores lotados no setor de concessão de benefícios.

Tabela 90 - Quantitativo de processos analisados pelo NCI no 2º Trimestre de 2026.

Período	Total		Administrativo		Previdenciário		Proteção Social	
	Nº	Variação (%)	Nº	Variação (%)	Nº	Variação (%)	Nº	Variação (%)
Abril	1.188	16%	902	16%	247	28%	39	-34%
Maio	1.115	-6%	803	-11%	259	5%	53	36%
Junho	923	-17%	577	-28%	287	11%	59	11%
Total	**3.226**	**44%**	**2.282**	**44%**	**793**	**68%**	**151**	**-23%**

Fonte: NCI/IGEPPS

A Tabela 90 apresenta a evolução mensal e trimestral das análises realizadas pelo Núcleo de Controle Interno (NCI), evidenciando o comportamento da demanda nas áreas administrativa, previdenciária e de proteção social ao longo do primeiro semestre de 2026.

No 2º Trimestre de 2026, o NCI analisou 3.226 processos, representando um crescimento de 44% em relação ao Trimestre anterior, quando foram analisados 2.247 processos. Esse aumento demonstra a ampliação da atuação do Núcleo e o fortalecimento de sua participação nos processos de controle preventivo do Instituto.

A área administrativa permaneceu concentrando o maior volume de análises, com 2.282 processos (71% do total), registrando crescimento de 44% em relação ao 1º Trimestre. Apesar desse aumento no acumulado trimestral, observa-se redução gradual da demanda entre os meses de abril, maio e junho (-11% e -28%, respectivamente), indicando desaceleração após o pico registrado no início do Trimestre.

O maior destaque foi a área previdenciária, que analisou 793 processos, correspondentes a 25% do total analisado, e apresentou crescimento de 68% em comparação ao Trimestre anterior, o maior entre todas as áreas. Diferentemente do observado nas análises administrativas, a demanda previdenciária manteve trajetória de crescimento durante todo o Trimestre, com aumentos sucessivos em abril (28%), maio (5%) e junho (11%). Esse comportamento evidencia uma mudança no perfil da demanda encaminhada ao NCI, com incremento das análises de maior complexidade técnica, especialmente relacionadas aos atos concessórios previdenciários civis.

Por sua vez, a área de proteção social totalizou 151 processos, representando 5% das análises, com redução de 23% em relação ao Trimestre anterior. Embora tenha ocorrido queda expressiva em abril (-34%), observa-se recuperação nos meses subsequentes, com crescimento de 36% em maio e 11% em junho, indicando estabilização da demanda ao final do período.

A análise dos dados demonstra que, embora o volume global de processos tenha apresentado redução entre abril e junho, o desempenho do 2º Trimestre foi fortemente influenciado pelo expressivo crescimento da demanda previdenciária. Esse cenário evidencia a necessidade de contínua adequação da capacidade operacional do NCI, de forma quantitativa e qualitativa, considerando que o aumento de processos de maior complexidade ocorreu em um contexto de corpo técnico reduzido, o que pode impactar na tempestividade das análises.

Em perspectiva consolidada, os dados demonstram aumento progressivo da carga de trabalho do NCI no 2º Trimestre de 2026, em relação ao Trimestre anterior, com expansão significativa da demanda previdenciária civil, especialmente a partir de fevereiro, sinalizando maior pressão sobre a capacidade operacional da unidade e necessidade de monitoramento contínuo da distribuição de demandas entre as áreas, a fim de assegurar equilíbrio alocativo, eficiência operacional e manutenção dos padrões de tempestividade e qualidade das análises técnicas.

7.4.2 Análise do 2º Trimestre por assunto

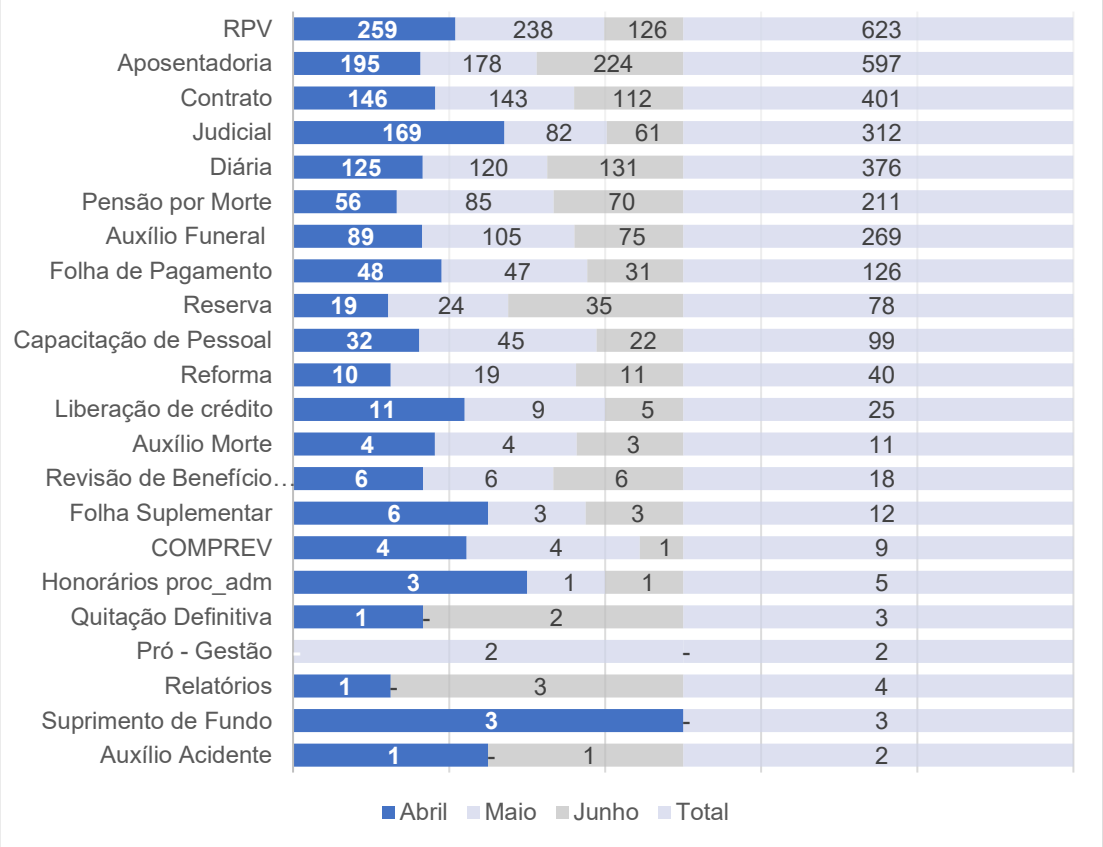
O Gráfico 33 apresenta a distribuição das análises realizadas pelo Núcleo de Controle Interno (NCI) por tipo de processo no 2º Trimestre de 2026, permitindo identificar os assuntos que concentraram maior demanda ao longo do período.

Observa-se que as análises estiveram fortemente concentradas em um grupo reduzido de processos. Os Requerimentos de Pequeno Valor (RPV) constituíram a principal demanda do Trimestre, com 623 processos analisados, correspondendo a aproximadamente 19,31% do total de análises realizadas pelo NCI. Em seguida, destacam-se os processos de Aposentadoria (18,51%), Contratos (12,43%), Diárias (11,66%) e judiciais (9,67%), que, em conjunto, representam parcela significativa (71,57%) da carga de trabalho do Núcleo.

Entre os processos previdenciários, merece destaque o comportamento das aposentadorias, cujo volume apresentou crescimento contínuo ao longo do Trimestre, passando de 195 processos em abril para 224 em junho, evidenciando o aumento da demanda por análises de atos concessórios previdenciários civis. Considerando a maior complexidade técnica dessas análises, esse comportamento reforça a tendência observada em outras seções do relatório quanto ao incremento das atividades da área previdenciária.

Os processos de RPV mantiveram elevado volume ao longo de todo o Trimestre, embora tenham apresentado redução gradual entre abril (259) e junho (126), indicando concentração da demanda no início do período. Situação semelhante foi observada nos processos judiciais, que reduziram de 169 para 61 análises no 2º trimestre.

Gráfico 34 - Quantitativo dos processos administrativos, previdenciários e de proteção social analisados no 2º Trimestre de 2026.



Fonte: NCI/IGEPPS

Por outro lado, alguns assuntos apresentaram crescimento ao longo do Trimestre, como os processos de Reserva, que passaram de 19 para 35 análises, e de Diárias, cujo quantitativo aumentou de 125 para 131 processos em junho. Os processos de Pensão por Morte e Auxílio Funeral oscilaram durante o período, mas mantiveram volumes relativamente estáveis.

Os demais tipos processuais — como Folha de Pagamento, Capacitação de Pessoal, Reforma, COMPREV, Revisão de Benefício Previdenciário, Folha Suplementar e outros — representaram demanda residual, embora sejam igualmente importantes para assegurar a conformidade dos atos administrativos e previdenciários, com destaque para os processos de folhas de pagamentos dos segurados do Instituto.

De forma geral, a distribuição das análises evidencia que a atuação do NCI está concentrada em processos de maior impacto financeiro, jurídico e previdenciário para o Instituto. O crescimento das análises de aposentadoria, aliado à manutenção da elevada demanda por processos administrativos, demonstra uma mudança gradual no perfil das atividades do Núcleo, reforçando a necessidade de adequação contínua da capacidade operacional, especialmente da equipe técnica especializada, e do aperfeiçoamento da instrução processual pelas unidades demandantes, a fim de reduzir retrabalhos e ampliar a eficiência do controle interno.

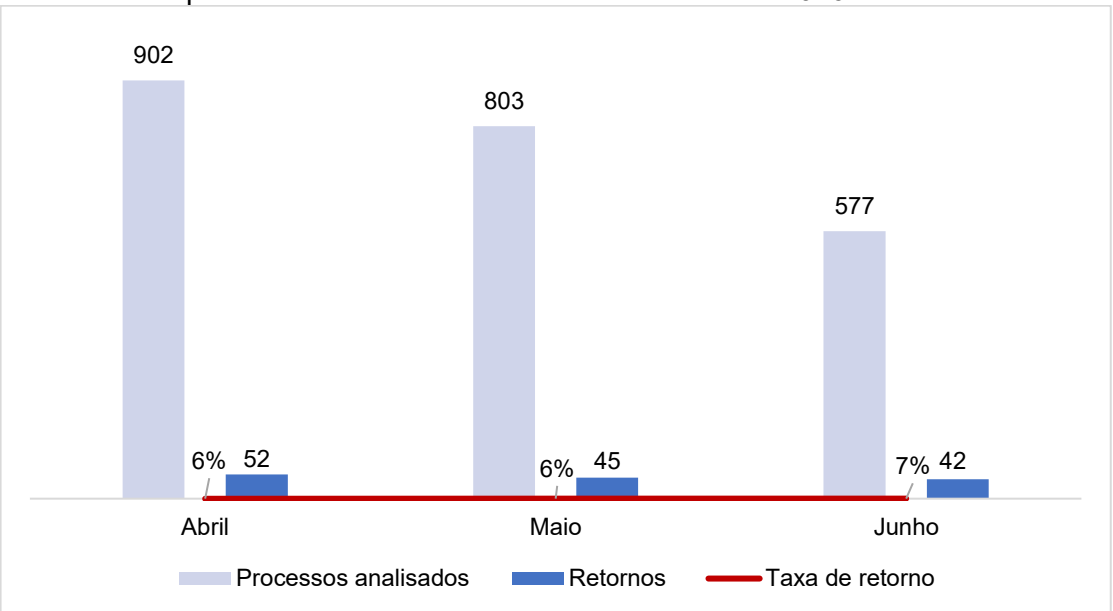
Nesse contexto, recomenda-se o atendimento dos fluxos processuais, a padronização de checklists e orientações técnicas, bem como a alocação estratégica da força de trabalho, visando mitigar riscos recorrentes, aumentar a eficiência das análises e reduzir o retrabalho.

Além disso, o gráfico acima demonstra que a atuação do Núcleo de Controle Interno é contínua e abrangente, alcançando não apenas os processos de concessão de benefícios a civis e militares, mas todas as demandas submetidas aos Agentes Públicos de Controle. Essa atuação fortalece a governança, assegura a observância dos parâmetros legais e a adequada aplicação dos recursos públicos, além de subsidiar o controle externo e fomentar o controle social.

7.4.3 Taxa de Retorno para Regularização

No âmbito administrativo, foram analisados 2.282 processos no 2º Trimestre de 2026. O gráfico a seguir apresenta o quantitativo mensal de análises realizadas e de processos devolvidos para regularização, no período de abril a junho de 2026. Ademais, destaca-se que as análises de conformidade na área administrativa concentraram-se sobre os documentos que formalizam as etapas da despesa pública — notadamente notas de empenho, documentos de liquidação e ordens bancárias —, instrumentos essenciais à verificação da regularidade dos atos de empenho, liquidação e pagamento.

Gráfico 35 - Quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos administrativos no 2º Trimestre de 2026



Fonte: NCI/IGEPPS

Quanto à esfera administrativa, nota-se que dentre os processos encaminhados à apreciação, a média de retornos à Diretória de Administração e Finanças é de 6%. Esses retornos ocorreram normalmente devido à instrução processual precária com inconsistências nos documentos; necessidade de ajustes nos documentos orçamentários/ financeiros; falha na elaboração de relatório de viagem em processos de concessão de diárias a servidor.

Em relação a área previdenciária, responsável pela análise de conformidade dos processos de aposentadoria e pensão por morte dos segurados civis, destaca-se que as aposentadorias passaram a ser submetidas ao NCI em 2020, em alinhamento às orientações do Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE/PA). Já os processos de pensão por morte passaram a integrar esse fluxo a partir de junho de 2024, conforme a Ordem de Serviço nº 001/2024[1] (PAE nº 2024/664654), que determinou o envio ao NCI de todos os processos de concessão e revisão de benefícios previdenciários para análise de conformidade.

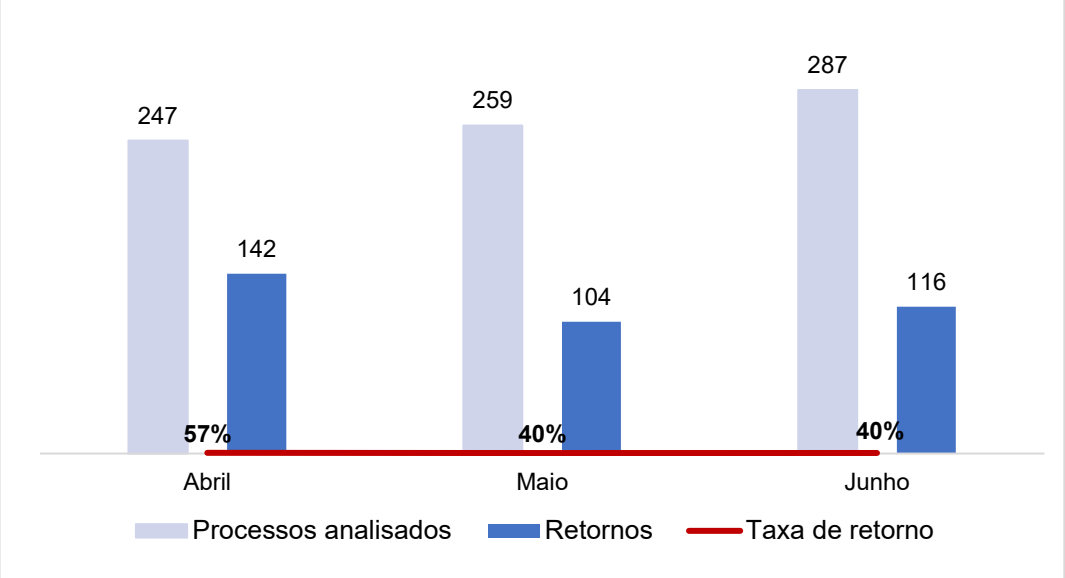
Essa dinâmica apresenta uma dupla verificação de conformidade dos atos concessórios de aposentadoria e pensão por morte, com o objetivo de mitigar falhas e inconsistências que possam ser identificadas em auditorias externas. Essa dupla verificação proporciona um notável ganho institucional frente aos Órgãos de Controle Externo, pois demonstra uma atuação pautada na prevenção e detecção de riscos, em consonância com as boas práticas de controle interno preconizadas pelo modelo COSO (*Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*).

Verifica-se que no 2º Trimestre de 2026, foram examinados um total de 793 processos de aposentadorias e pensões civis no âmbito previdenciário. O gráfico a seguir ilustra o quantitativo mensal de análises, o número de retornos para regularização dos processos, e a taxa de retorno no período de abril a junho de 2026.

Segundo o Gráfico 35, no período analisado, o volume de processos aumentou de 247 para 287 (16,2%), enquanto a taxa de retorno apresentou comportamento favorável, reduzindo-se de 51% em abril para 40% em maio, percentual que se manteve em junho, mesmo diante do aumento do volume de processos analisados. Esse resultado indicia melhora na qualidade da instrução processual ou maior conformidade dos processos encaminhados ao NCI, reduzindo a necessidade de devoluções para correção.

[1] A Ordem de Serviço nº 01/2024 - Memorando Circular n14/2024 (PAE nº 2024/664654), determinou que todos os processos de concessão e revisão, seja de benefícios previdenciários ou congêneres, seja encaminhado ao NCI para análise de conformidade. Sendo os processos de Reserva e Reforma da DPSM, só serão encaminhados a partir de julho de 2024.

Gráfico 36 - Quantitativo mensal de análises e retornos para regularização dos processos previdenciários no 2º Trimestre de 2026.



Fonte: NCI/IGEPPS

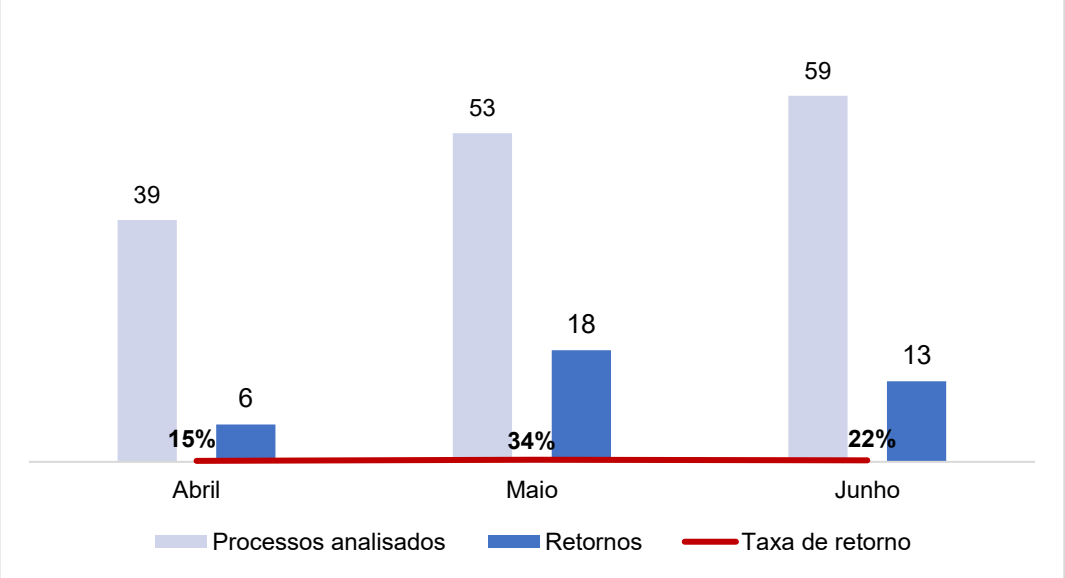
Ainda assim, a média de devoluções à Coordenadoria de Cadastro e Habilitação (CCAH) ainda é alta, em torno de 44%, sendo motivada principalmente por inconsistências na fundamentação legal, nos cálculos e valores dos benefícios, divergências de interpretação normativa e necessidade de complementação de informações. Reforça-se que os retornos para regularização visam assegurar a conformidade dos atos antes da publicação da Portaria de concessão e do respectivo registro pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA).

Embora o setor de concessão tenha ampliado significativamente seu quadro de pessoal, o NCI permaneceu com quadro reduzido de servidores na área previdenciária, gerando impacto na capacidade operacional e sobrecarga nas análises. Em resposta, foi solicitada a ampliação da equipe do Núcleo e implementadas reuniões periódicas entre a CCAH e o NCI para padronização de entendimentos, aperfeiçoamento da instrução processual e redução do retrabalho.

De forma geral, os resultados demonstram avanços na atuação preventiva do controle interno, mas evidenciam a necessidade de fortalecer a estrutura técnica do NCI e aprimorar a qualidade da instrução processual pelas unidades demandantes, de modo a reduzir o índice de retornos e aumentar a eficiência do fluxo de análise.

Em relação a área de proteção social, responsável pela análise de conformidade dos processos de concessão de reserva remunerada, reforma e pensão por morte de militares, foram examinados 151 processos no 2º Trimestre de 2026. O Gráfico 36 seguir ilustra o quantitativo mensal de análises, o número de retornos para regularização dos processos, e a taxa de retorno no período de abril a junho de 2026.

Gráfico 37 - Quantitativo mensal de análise e retornos para regularização dos processos Proteção Social no 2º Trimestre de 2026



Fonte: NCI/IGEPPS.

Conforme demonstrado no Gráfico 37, a área de Proteção Social apresentou crescimento no volume de processos analisados, passando de 39 em abril para 59 em junho, representando aumento de aproximadamente 51,3% no período. Em relação aos retornos, houve elevação de 6 processos em abril para 18 em maio, seguida de redução para 13 em junho, refletindo uma melhora na taxa de retorno, que encerrou o período em 22%, após atingir 34% em maio.

Embora tenha apresentado menor variação no volume de análises e devoluções em comparação à área previdenciária, a área de Proteção Social registrou aumento no índice médio de retornos para regularização, passando de 11% no Trimestre anterior para 24% no 2º Trimestre de 2026, indicando a necessidade de aprimoramento da instrução processual e do alinhamento técnico com o setor de concessão dos militares para redução de retrabalhos.

De modo geral, no 2º Trimestre de 2026, o NCI apresentou crescimento significativo da demanda em relação ao Trimestre anterior, apesar da redução pontual do volume mensal de análises entre abril e junho. Destaca-se o aumento de 68% nas análises de atos concessórios previdenciários civis, evidenciando a ampliação da atuação do Núcleo em uma área de alta complexidade e relevância para a segurança jurídica do Instituto e para a mitigação de riscos perante os órgãos de controle externo.

Esse cenário foi enfrentado diante de limitações na capacidade operacional, especialmente em razão do quadro reduzido de servidores responsáveis pelas análises previdenciárias. Soma-se a isso o elevado índice de processos devolvidos para regularização, que evidencia fragilidades na instrução processual pelas unidades demandantes e reforça a necessidade de aprimoramento dos fluxos de trabalho, da padronização de entendimentos técnicos e do fortalecimento da estrutura do NCI, visando assegurar maior tempestividade e

qualidade nas análises.

Como resposta aos desafios identificados, foram adotadas medidas institucionais, como a solicitação de reforço da equipe técnica e a realização de reuniões periódicas de alinhamento entre as áreas envolvidas, demonstrando atuação preventiva da gestão na redução de gargalos operacionais e no aperfeiçoamento dos processos internos.

Verifica-se, portanto, evolução na atuação preventiva do sistema de controle interno do IGEPPS, com fortalecimento da cultura de conformidade e gestão de riscos. Contudo, o aumento da demanda, associado ao volume de retornos para regularização e às limitações estruturais identificadas, demonstra a necessidade de continuidade dos esforços de aprimoramento, especialmente quanto à qualidade da instrução processual, à integração entre as áreas e à adequação da capacidade operacional do Núcleo.

Nesse sentido, permanece essencial o fortalecimento do corpo técnico especializado e o aperfeiçoamento dos procedimentos adotados pelas unidades demandantes, com o objetivo de reduzir retrabalhos, diminuir devoluções e ampliar a eficiência do controle interno.

7.5 IMAGEM INSTITUCIONAL

A Assessoria de Comunicação do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado é responsável pela produção de materiais gráficos, cobertura jornalística e divulgação de todas as ações, campanhas e iniciativas institucionais. Os conteúdos produzidos são publicados no site oficial do Instituto, na intranet e no portal de notícias do Governo do Estado, Agência Pará, garantindo ampla visibilidade às atividades desenvolvidas.

Em razão da desativação temporária das redes sociais e do site eletrônico institucional do IGEPPS, os quais permanecem disponibilizando apenas os serviços essenciais, em observância às restrições aplicáveis ao período de vedação da publicidade institucional, a Assessoria de Comunicação encontra-se impossibilitada de realizar a extração e consolidação dos dados referentes às publicações efetuadas durante o 2º Trimestre de 2026.

Dessa forma, não será possível apresentar, neste Relatório de Governança Corporativa, informações relativas à produção de conteúdo institucional, tais como quantitativo de publicações, alcance de visualizações, indicadores de engajamento e demais métricas associadas às mídias institucionais, considerando que sua divulgação poderá caracterizar publicidade institucional durante o período de vedação eleitoral.

7.6 CUMPRIMENTO DE DECISÕES JUDICIAIS E ANÁLISES JURÍDICAS

A Procuradoria Jurídica – PROJUR do IGEPPS é a unidade de representação judicial, consultoria e assessoramento jurídico do IGEPPS e do FUNPREV, com prerrogativas processuais de Fazenda Pública, diretamente subordinada à Presidência. Para tanto, a PROJUR é composta por Gabinete próprio e por três Coordenadorias, a saber: Coordenação do Consultivo (CCON), Coordenação do Contencioso (CCOS) — que compreende o Núcleo

de Recuperação de Crédito — e Coordenação da Execução (CEXEC).

7.6.1 Atuação do Gabinete - PROJUR

O Gabinete da Procuradoria atua diretamente na análise e no acompanhamento de processos administrativos de maior relevância institucional, especialmente aqueles relacionados a processos de pensão alimentícia, atendimentos judiciais, expedição de alvarás judiciais e prestação de informações ao Juízo.

7.6.1.1 Processos de Pensão Alimentícia

Os processos administrativos decorrentes de ordens judiciais para inclusão de pensão alimentícia são devidamente autuados e encaminhados à Gerência da Projur, à qual compete proceder à análise jurídica do comando judicial, promover a adequada instrução processual e operacionalizar o seu cumprimento junto às unidades administrativas competentes, observados os prazos legais e os normativos aplicáveis.

No 2º Trimestre de 2026, foram analisados 268 (duzentos e sessenta e oito) processos dessa natureza, quantitativo significativamente superior ao registrado no mesmo período do exercício de 2025, quando foram processados 78 (setenta e oito) pedidos. Tal variação corresponde a um crescimento aproximado de 243% na comparação entre os períodos.

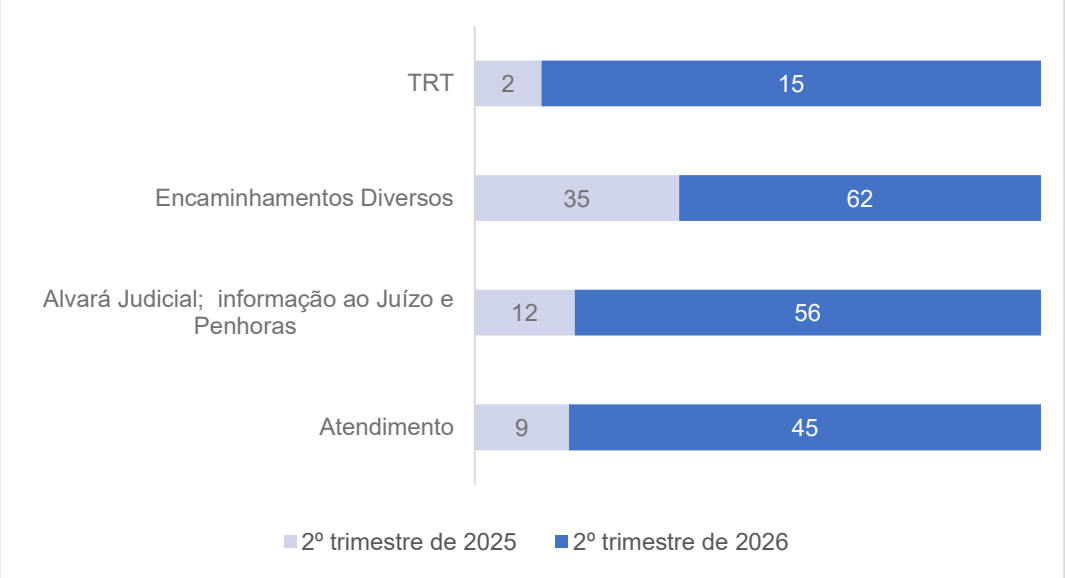
Esse aumento expressivo evidencia a intensificação da demanda judicial incidente sobre o Instituto, refletindo maior complexidade operacional e exigindo o contínuo fortalecimento da capacidade técnica e administrativa da Projur, de modo a assegurar a regularidade jurídica dos atos, a tempestividade no cumprimento das decisões judiciais e a salvaguarda do erário.

7.6.1.2 Atendimentos Judiciais, Alvarás e Informações ao Juízo

Os processos relativos a atendimentos judiciais, expedição de alvarás e requisições de informações formuladas por órgãos do Poder Judiciário são analisados pela Projur, que elabora manifestações técnicas, despachos e respostas formais, promovendo o encaminhamento às instâncias competentes, tais como Juízos, Varas e o Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), em observância às normas processuais e administrativas vigentes.

No 2º Trimestre de 2026, foram analisados 178 (cento e setenta e oito) processos dessa natureza, conforme no gráfico a seguir.

Gráfico 38 - Comparativo do quantitativo dos processos analisados no 2º Trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: SISJUD/Plano de Controle Assessoria.

7.6.2 Atuação da Coordenação do Consultivo - CCON

A Coordenação do Consultivo atua exercendo atividades de consultoria e orientação jurídica aos gestores e unidades administrativas, com foco no controle prévio de legalidade dos atos administrativos e na uniformização dos entendimentos jurídicos.

7.6.2.1. Elaboração de Pareceres, Manifestações, Despachos, Nota Técnica e Memorandos

As demandas administrativas que envolvem controvérsias jurídicas são submetidas à Coordenadoria do Consultivo para emissão de pareceres e manifestações jurídicas, elaborados com o assessoramento dos Técnicos Previdenciários. Após sua conclusão, os autos são submetidos à aprovação do Procurador-Chefe e posteriormente restituídos ao setor consulente para adoção das providências cabíveis.

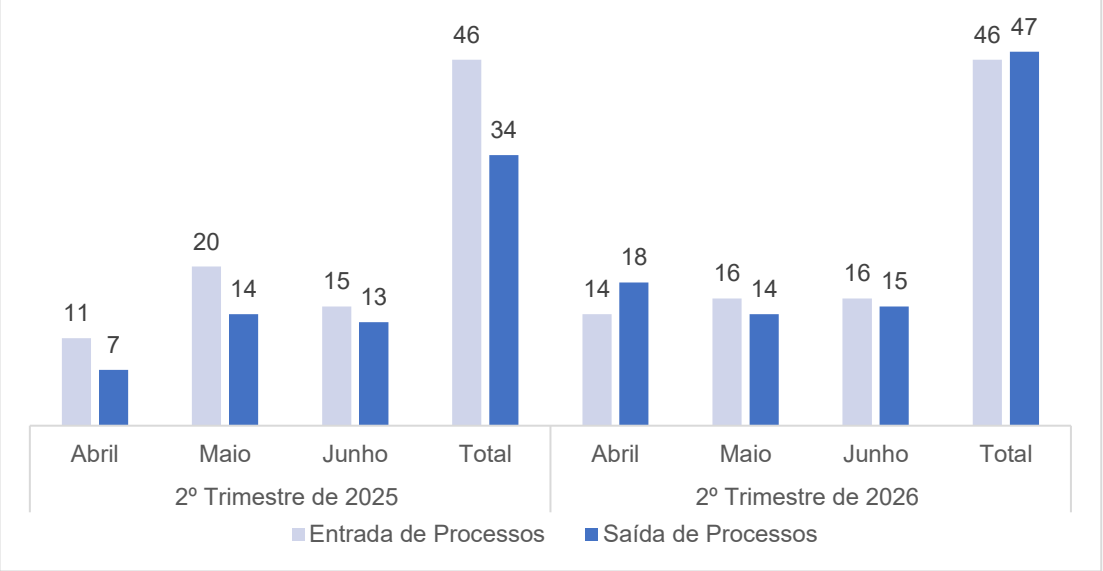
Neste 2º Trimestre de 2026, algumas demandas se destacaram com a devida relevância tanto para o regime de proteção social dos militares quanto para o regime de previdência dos servidores civis.

Cumpre registrar que a atuação da Coordenadoria do Consultivo possui características próprias, razão pela qual sua produtividade não deve ser aferida exclusivamente sob a perspectiva quantitativa. A elaboração de pareceres e manifestações jurídicas envolve a análise de questões frequentemente complexas, que demandam aprofundado estudo da legislação, da doutrina, da jurisprudência e dos precedentes administrativos, além da construção de entendimentos aptos a orientar a atuação institucional do IGEPPS. Assim, os resultados produzidos pelo setor refletem não apenas o número de manifestações emitidas, mas sobretudo a relevância técnica das soluções jurídicas oferecidas, os impactos

preventivos decorrentes da orientação administrativa e a segurança jurídica conferida às decisões da Administração.

Sem prejuízo dessa dimensão qualitativa, apresenta-se, a seguir, o demonstrativo quantitativo das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria do Consultivo no período de abril a junho de 2026, contemplando os processos recebidos, concluídos e encaminhados aos respectivos setores.

Gráfico 39 — Quantitativo Mensal de Processos do Consultivo no 2º Trimestre de 2025 e 2026



Fonte: CCON/IGEPPS

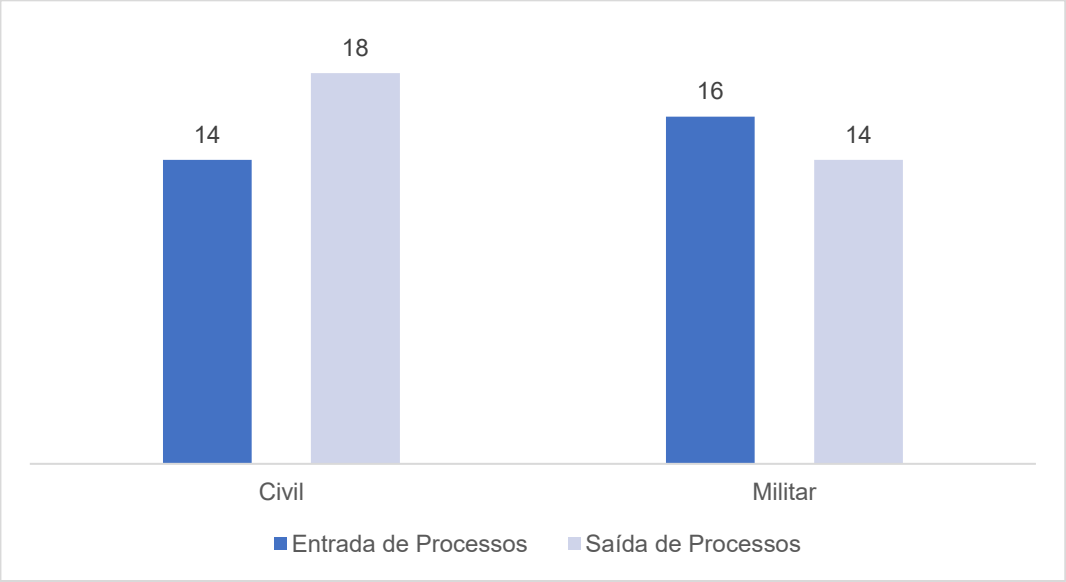
A análise evidencia que o setor demonstrando atuação eficiente e redução do estoque processual. As variações mensais refletem o nível de dúvidas encaminhadas, com equilíbrio entre a demanda por orientação e a capacidade de resolução e assimilação dos entendimentos.

Os dados do período indicam um desempenho superavitário no início do exercício, no qual o setor não apenas acompanha o fluxo de demandas, mas também contribui para sua organização. Esse resultado demonstra capacidade operacional e impacto direto na estabilização e qualificação das demandas administrativas.

A análise do fluxo trimestral evidência que o setor consultivo atua como um instrumento de regulação das demandas administrativas, acompanhando o nível de dúvidas jurídicas dos setores internos. As oscilações observadas ao longo do período refletem momentos de maior necessidade de orientação técnica, seguidos por fases de maior estabilidade decorrente da assimilação dos entendimentos já firmados.

Esse comportamento demonstra que a atuação do setor contribui diretamente para a redução de incertezas e organização dos fluxos administrativos, permitindo maior segurança na tomada de decisões e evitando a recorrência de demandas sobre matérias já consolidadas.

Gráfico 40 - Demandas do Consultivo nas áreas civil e militar no 2º Trimestre de 2026



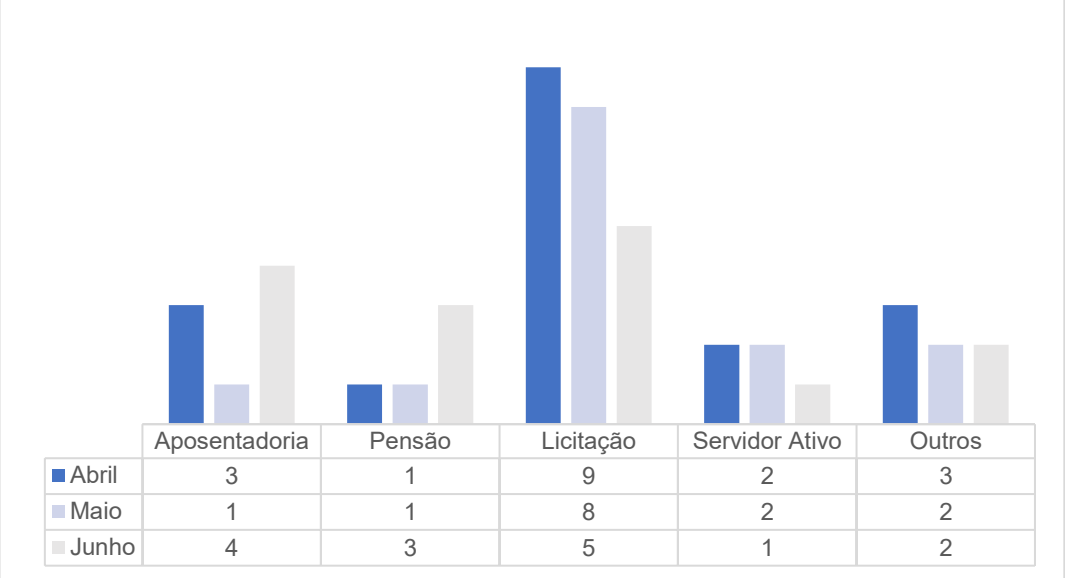
Fonte: CCON/IGEPPS

A segmentação entre as áreas civil e militar evidencia a atuação do setor em contextos normativos distintos, com demandas que refletem especificidades próprias de cada regime jurídico.

Os dados do período de abril a junho de 2026 evidenciam que as demandas submetidas ao Setor Consultivo se concentraram, predominantemente, em matérias relacionadas aos segurados civis. Neste aspecto, observa-se, ainda, a manutenção de demandas relevantes, especialmente em matérias relacionadas à aposentadoria e à pensão. Os processos envolvendo servidores ativos também apresentaram participação significativa no período, abrangendo temas relacionados à gestão de pessoal, previdência complementar, teletrabalho, averbação de tempo de serviço e demais questões funcionais. A recorrência dessas matérias demonstra a importância do assessoramento jurídico preventivo na implementação de políticas institucionais e na orientação dos setores administrativos.

A distribuição das demandas por matéria demonstra que o Setor Consultivo atua de forma estratégica nos temas mais sensíveis à Administração, contribuindo para a uniformização de entendimentos, redução de controvérsias, racionalização dos fluxos internos e fortalecimento da segurança jurídica. O panorama observado no Trimestre revela não apenas a capacidade de resposta da equipe diante das demandas apresentadas, mas também a consolidação de orientações jurídicas que promovem maior previsibilidade e eficiência na tomada de decisões administrativas.

Gráfico 41 - Demandas do Consultivo segmentada por matéria no 2º Trimestre de 2026



	Aposentadoria	Pensão	Licitação	Servidor Ativo	Outros
Abril	3	1	9	2	3
Maio	1	1	8	2	2
Junho	4	3	5	1	2

Fonte: CCON/IGEPPS

A distribuição das demandas por matéria permite identificar os temas de maior recorrência e complexidade jurídica no âmbito da Administração, evidenciando as áreas que exigem atuação mais intensa do setor consultivo. A concentração de manifestações em matérias específicas reflete uma atuação técnica orientada à consolidação de entendimentos, à prevenção de controvérsias e ao fortalecimento da segurança jurídica e da conformidade dos atos administrativos.

A comparação entre os exercícios por matéria evidencia um processo de consolidação e amadurecimento dos entendimentos jurídicos, refletido no comportamento das demandas ao longo do tempo.

A atuação contínua do consultivo contribui para a internalização das orientações pelos setores administrativos, resultando em maior previsibilidade, redução de dúvidas recorrentes e fortalecimento do ambiente institucional sob a perspectiva da segurança jurídica e eficiência administrativa.

7.6.3 – Atuação da Coordenação do Contencioso - CCOS

A Coordenação do Contencioso tem por objetivo gerenciar, acompanhar e instruir os processos administrativos decorrentes de ações judiciais em curso envolvendo o IGEPPS, prestando apoio técnico-jurídico à Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE) e garantindo o adequado cumprimento das decisões judiciais.

7.6.3.1 – Apoio Jurídico à PGE através do SISJUD

A partir de 03/09/2024, as solicitações de informações e documentos que visam instruir a elaboração da peça processual cabível pelo Estado, na fase de conhecimento, bem como,

os cumprimentos de decisões judiciais passaram a ocorrer por encaminhamento, via PAE, pela PGE.

A fim de garantir o controle, a distribuição igualitária entre a equipe, evitar a litispendência administrativa e ter transparência no fluxo do processo, utilizando a ferramenta SISJUD para auxiliar na máxima efetividade do serviço público.

7.6.3.2 – Análise Jurídica dos processos administrativos

Os processos administrativos de competência da Coordenação do Contencioso (CCOS), especialmente os relacionados aos processos judiciais em curso, envolvem uma série de atividades e providências necessárias para assegurar o cumprimento das decisões judiciais e atender as solicitações de informação oriundas da PGE a fim de subsidiar a defesa do Estado e o correto andamento dos processos.

Normalmente, esses processos podem ser formalizados e monitorados por meio do PAE (Processo Administrativo Eletrônico), que é uma plataforma utilizada para formalizar e acompanhar a tramitação de processos administrativos, proporcionando mais eficiência e transparência nas atividades de gestão de processos.

As principais etapas e áreas que a Coordenação do Contencioso (CCOS) autuou por meio de PAE foram, verificação de sentenças e decisões; emissão de orientações internas; solicitações de ações administrativas; contato com órgãos externos; identificação de riscos; verificação de conformidade; relatórios e pareceres e controles e prazos.

No 2º Trimestre de 2026, de acordo com informações extraídas do Sistema SISJUD, foram recebidos 786 processos e analisados 684 processos, ficando atualmente a caixa com um total de 102 processos.

Tabela 91 - Relatório Trimestral de Processos – SISJUD no 2º Trimestre de 2026

Mês	Processos recebidos	Processos Concluídos	Litispendência	Ativo ou Vencido
Abril	314	294	1	20
Maio	248	223	0	25
Junho	224	167	0	57
Total	**786**	**684**	**1**	**102**

Fonte: CCON/IGEPPS

7.6.3.3 – Controle das decisões judiciais

A CCOS tem exercido o controle dos prazos judiciais pelo sistema SISJUD, que apresenta como principais vantagens dessa abordagem, a centralização das informações; agilidade no cumprimento e melhoria na gestão de fluxos.

Conforme dados extraídos do sistema SISJUD, relativos ao período supracitado (01/04/2026 a 30/06/2026) devidamente atualizados em 13/08/2026, constam exatamente na CCOS - 786 processos concluídos, 102 vencidos, os quais, em muitos casos aguardam resposta de outros setores para serem finalizados.

7.6.3.4 Recuperação de Crédito

As principais ações da área de recuperação de crédito como resultados, indicadores e avanços, destacam-se iniciativa voltada à modernização de processos, à implantação de soluções tecnológicas e ao aprimoramento das estratégias operacionais, com foco no aumento da eficiência e na maximização da recuperação de ativos.

Tabela 92 – Processos Validados no 2º Trimestre de 2026

Processos Validados	Quantitativo
Cobranças Emitidas	54
Atendimento	30
Acordos Realizados	15
Valor Total dos Acordos (R$)	R$ 157.728,98

Fonte: CCOS/IGEPPS

a) Validação de processos de Cobrança

No período, foram validados 100 processos aptos para emissão de cobrança, assegurando a conformidade documental e a aderência aos critérios operacionais estabelecidos para o prosseguimento das ações de recuperação de crédito.

b) Atualização Monetária de Processos

Foram realizados procedimentos sistemáticos de atualização monetária em 38 processos, alcançando um valor previsto para recuperação de R$ 293.042,82 (duzentos e noventa e três mil, quarenta e dois reais e oitenta e dois centavos).

A atualização contínua dos valores constitui etapa fundamental para: assegurar a consistência e a confiabilidade das informações financeiras; garantir maior efetividade das ações de cobrança administrativa e judicial; permitir a correta mensuração dos créditos; subsidiar a tomada de decisões estratégicas; manter os valores dos créditos compatíveis com os critérios de atualização aplicáveis.

c) Investigação Social

A investigação social permaneceu como etapa estratégica para a avaliação da recuperabilidade dos créditos e para a definição das abordagens de cobrança mais adequadas.

No período, foram concluídas investigações em 85 novos processos. Essa atividade contribui para ampliar a assertividade das ações de cobrança, reduzir riscos operacionais e direcionar os esforços da equipe para situações com maior potencial de recuperação.

d) Emissão de Cobrança

As ações de cobrança foram intensificadas, com foco na formalização das notificações e na continuidade dos processos de recuperação de crédito. Como resultado, foram emitidas 54 cartas de cobrança, fortalecendo a comunicação formal com os devedores e contribuindo para o cumprimento dos fluxos operacionais estabelecidos.

e) Atendimento e Agendamentos

Foram realizados 30 agendados e 25 atendimentos presenciais realizados, proporcionando orientação aos devedores, esclarecimento de dúvidas e encaminhamento de demandas relacionadas à regularização dos débitos.

f) Novo Tipo de Cobrança - Licenciados

Como parte do aprimoramento das estratégias de recuperação de crédito, foi implementado um novo tipo de cobrança direcionado aos licenciados, totalizando 44 emissões e cobranças no período.

A iniciativa amplia o alcance das ações de cobrança e contribui para a diversificação dos mecanismos utilizados pela área na busca pela regularização dos créditos.

g) Celebração e Acordos

No primeiro Trimestre de 2026, foram celebrados 15 acordos, com estimativa de recuperação no montante de R$ 157.728,98 (cento e cinquenta e sete mil, setecentos e vinte e oito reais e noventa e oito centavos).

Os resultados demonstram a relevância da negociação direta com os devedores como instrumento de regularização de passivos e recuperação de ativos, possibilitando soluções consensuais e contribuindo para a redução do estoque de créditos pendentes.

A celebração de acordos também representa uma alternativa eficiente para promover a regularização dos débitos, considerando a possibilidade de adequação das condições de pagamento às situações identificadas durante o processo de cobrança.

7.6.4 Atuação da Coordenadoria de Execução - CEXEC

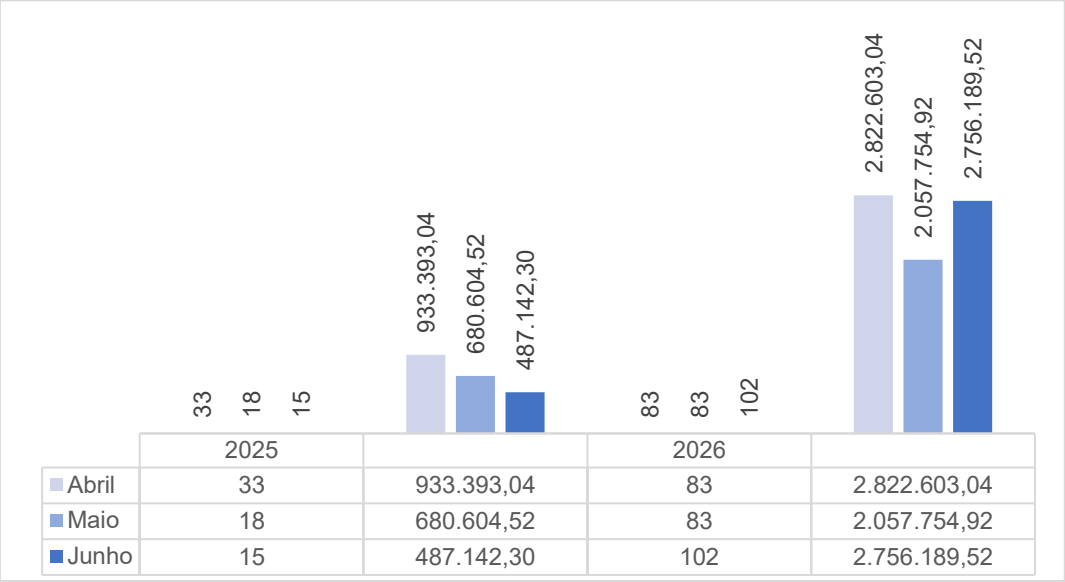
7.6.4.1 Requisições de Pequeno Valor (RPV)

A Requisição de Pequeno Valor (RPV) é a espécie de requisição de pagamento de quantia em que o ente público foi condenado por meio de processo judicial. Cada ente devedor poderá fixar um valor para expedição de RPV, desde que não seja inferior ao valor do maior benefício do Regime Geral de Previdência Social. O valor fixado acima dessa quantia terá o pagamento feito mediante precatório.

No estado do Pará, o pagamento da RPV ocorre quando os valores compreendem até 40 salários-mínimos. No setor de RPV da Coordenadoria de Execução (CEXEC) da Procuradoria Jurídico do IGEPPS, são realizadas às análises dos processos, bem como o encaminhamento para a execução.

No 2º Trimestre de 2026, foram analisados 268 processos que totalizaram um valor aproximado de R$ 7.636.547,48 (sete milhões seiscentos e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e sete reais e quarenta e oito centavos), conforme apresentado no gráfico abaixo.

Gráfico 42 - Quantitativo e Valores (R$) de Requisição de Pequeno Valor (RPV) analisados no 2º Trimestre de 2025 e 2026.

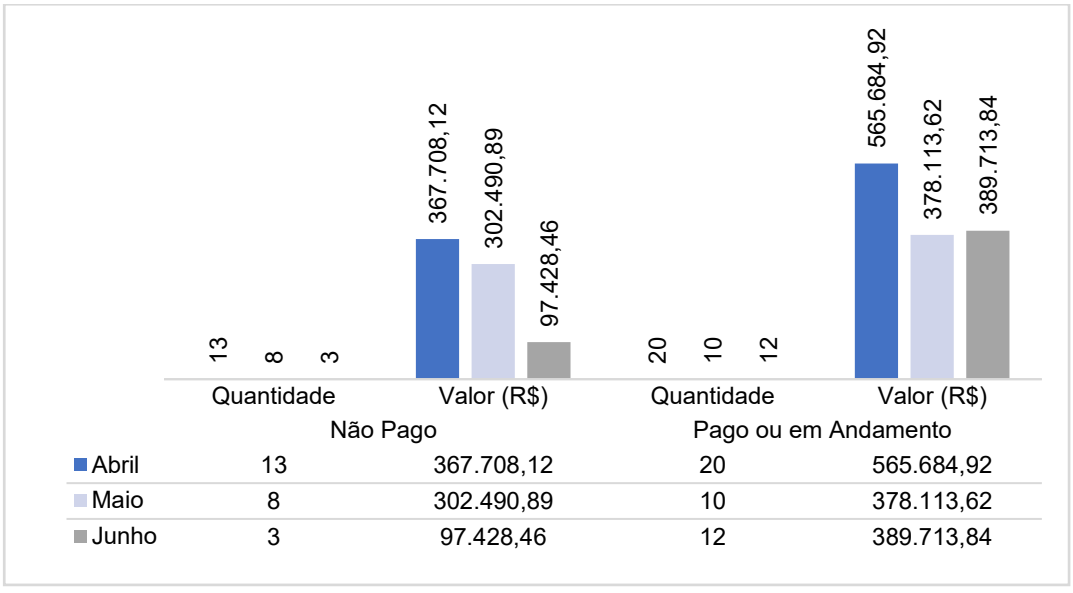


	2025		2026	
Abril	33	933.393,04	83	2.822.603,04
Maio	18	680.604,52	83	2.057.754,92
Junho	15	487.142,30	102	2.756.189,52

Fonte: CEXEC/Projur/IGEPPS.

No 2º Trimestre de 2026, foram analisados 268 processos, que totalizaram aproximadamente 7.636.547,48 (sete milhões seiscentos e trinta e seis mil, quinhentos e quarenta e sete reais e quarenta e oito centavos), como demonstrado acima, evidenciando o volume expressivo de demandas sob responsabilidade da unidade no período. O Valor total analisado no mesmo período de 2025 foi de R$ 2.101.139,86 (dois milhões cento e um mil cento e trinta e nove reais e oitenta e seis centavos), com aumento de 263%.

Gráfico 43 - Valores do RPV pagos, não pagos ou em andamento (R$) – 2º Trimestre de 2026.



	Não Pago		Pago ou em Andamento	
	Quantidade	Valor (R$)	Quantidade	Valor (R$)
Abril	13	367.708,12	20	565.684,92
Maio	8	302.490,89	10	378.113,62
Junho	3	97.428,46	12	389.713,84

Fonte: CEXEC/Projur/IGEPPS

7.6.4.2 Requisições de Impugnações

Como podemos observar na tabela a seguir, os processos do setor de Impugnação podem ser agrupados segundo as seguintes modalidades: piso salarial, pensão por morte, Lei nº 7.807 e Lei nº 8.229, Cálculo do contador, Progressão Salarial, Aposentadoria, Execução Honorários e “Outros”.

No 2º Trimestre de 2026, foram realizados cálculos em 179 processos, distribuídos entre as diversas modalidades. Destaca-se a categoria outros, que totalizou 50 processos, correspondendo a aproximadamente 27,9% da demanda do setor no período. Apesar do expressivo volume processual, não houve pendências de cálculos ao final do trimestre, evidenciando a efetividade e a eficiência do fluxo de trabalho desenvolvido pela equipe.

Tabela 93 - Quantidade de processos por modalidade do setor de Impugnação no 2º Trimestre 2026

Modalidade	Abril	Maio	Junho	Total
Lei nº 7.807	2	2	1	**5**
Lei nº 8.229	0	3	1	**4**
PC	1	0	1	**2**
Cálculo contador	21	12	10	**43**
Outros	12	18	20	**50**
Pensão por morte	10	17	10	**37**
Piso salarial	2	1	1	**4**
RPV	1	0	0	**1**
Danos Morais	0	3	4	**7**
Sem Classificação	5	1	0	**6**
Exe. Honorários	2	3	4	**9**
Aposentadoria	5	0	3	**8**
Progressão Funcional	2	0	1	**3**
Total	**63**	**60**	**56**	**179**

Fonte: CEXEC/Projur/IGEPPS

Do total de processos analisados, após a elaboração dos cálculos de impugnação, apurou-se que o valor efetivamente devido pelo IGEPPS aos segurados envolvidos em litígios judiciais correspondeu a R$ 19.560.231,33 (dezenove milhões, quinhentos e sessenta mil, duzentos e trinta e um reais e trinta e três centavos). Para fins de análise, esse montante será tratado como Valor Devido (Calculado).

No 2º Trimestre de 2026, registraram-se os seguintes montantes consolidados: valor Executado: R$ 69.962.775,49 (sessenta e nove milhões, novecentos e sessenta e dois mil, setecentos e setenta e cinco reais e quarenta e nove centavos); valor Devido (Calculado): R$ 19.560.231,33 (dezenove milhões, quinhentos e sessenta mil, duzentos e trinta e um reais e trinta e três centavos); e excesso de Execução: R$ 52.254.777,06 (cinquenta e dois milhões, duzentos e cinquenta e quatro mil, setecentos e setenta e sete reais e seis centavos).

Na Tabela 94 estão apresentados em suma, esses valores foram apurados com base

em métodos rigorosos de cálculos, baseados na legislação vigente. É importante destacar que o setor de Impugnação do IGEPPS se tornou referência para vários órgãos estaduais que lidam com cálculos de processos judiciais.

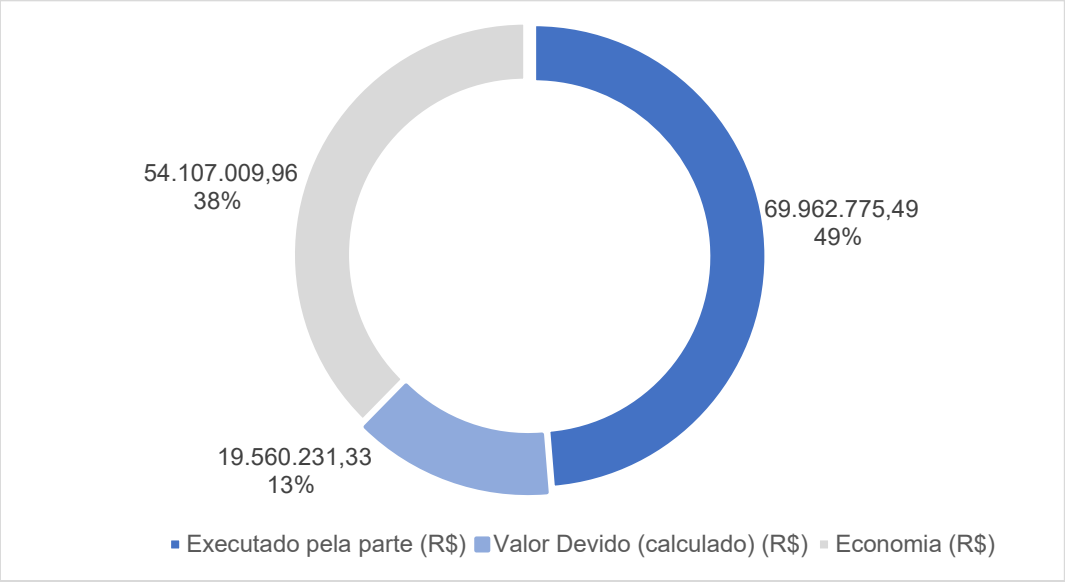
Tabela 94 - Valor Executado, Valor Calculado e Excesso no 2º Trimestre de 2026

Mês	Tema	Executado pela parte (R$)	Valor devido (calculado) (R$)	Excesso (R$)
Abril	Lei nº 7.807	329.573,84	551.377,51	-
	Aposentadoria	13.617.674,60	1.281,49	13.616.393,11
	Cálculo contador	6.593.961,41	4.707.102,98	1.897.589,79
	Outros	1.047.533,37	1.223.798,79	99.777,07
	Pensão por morte	23.547.897,69	2.936.193,57	20.848.745,31
	Piso salarial	121.440,00	184.886,57	-
	Exe. Honorários	30.929,76	29.829,17	1.100,59
	PC	30.957,48	-6.475,64	37.433,12
	Progressão Funcional	112.329,97	1.510,25	110.819,72
	RPV	6.193,01	6.193,01	-
	Total	45.438.491,13	9.635.697,70	36.611.858,71
Maio	Lei nº 7.807	187.888,93	171.558,26	16.330,67
	Lei nº 8.229	125.256,43	53.641,31	71.615,12
	Cálculo contador	824.422,42	753.148,97	71.304,66
	Danos Morais	26.803,82	25.949,10	1.516,62
	Outros	2.186.523,89	1.812.288,73	661.809,84
	Pensão por morte	6.823.771,59	4.605.182,91	2.745.795,22
	Piso salarial	77.926,36	30.680,41	47.245,95
	Total	10.252.593,44	7.452.449,69	3.615.618,08
Junho		464.066,50	386.152,83	77.913,67
	Aposentadoria	219.873,69	360.827,82	-
	Cálculo contador	495.167,20	486.237,26	37.995,62
	Outros	1.719.453,41	1.187.726,40	556.154,28
	Danos Morais	12.460,37	11.900,43	788,14
	Pensão por morte	11.173.441,29	-30.505,13	11.236.632,24
	Exe. Honorários	2.004,41	2.336,60	-
	PC	102.091,15	68.134,22	33.956,93
	Progressão Funcional	83.132,90	-726,49	83.859,39
	Total	14.271.690,92	2.472.083,94	12.027.300,27
Total Geral		**69.962.775,49**	**19.560.231,33**	**52.254.777,06**

Fonte: CEXEC/Projur/IGEPPS

Por meio do setor de impugnação foi possível identificar a diferença de R$ R$ 4.359.203,70 (quatro milhões, trezentos e cinquenta e nove mil, duzentos e três reais e setenta centavos), 25,36% a menor do valor executado, encontrado por meio da comparação entre os valores apresentados pelo exequente e Valores calculados pelo IGEPPS. Esse montante será convertido em economia para o instituto, pois não precisará ser pago ao requerente devido à contestação do cálculo apresentado.

Gráfico 44- Valor Executado, Valor Calculado e Excesso (R$) no 2º Trimestre de 2026



Fonte: CEXEC/Projur/IGEPPS

Entretanto, a economia possibilitada pelo subsetor de impugnação, não se refere apenas aos valores advindos da impugnação do cálculo citado; é possível que tal economia seja realizada por meio da concordância do instituto com o cálculo apresentado pela parte, quando ela apresenta valor menor do que o cálculo feito pelo setor de execução. Portanto, temos valores de economia advindas das duas formas citadas.

Tabela 95 - Valor Executado, Valor Calculado e Economia (R$) no 2º Trimestre de 2026

Mês	Executado pela parte	Valor Devido (calculado)	Economia
Abril	5.360.505,10	4.232.911,01	1.316.624,29
Maio	6.172.729,31	6.004.799,41	1.557.793,50
Junho	5.652.787,05	3.760.381,31	2.656.059,88
Total	**17.186.021,46**	**13.998.091,73**	**5.530.477,67**

Fonte: CEXEC/ Projur/IGEPPS

Portanto, no 2º Trimestre de 2026 houve economia ao instituto no valor de R$ 5.530.477,67 (cinco milhões quinhentos e trinta mil, quatrocentos e setenta e sete reais e sessenta e sete centavos) valor a maior quando comparado apenas com o excesso apresentado na tabela acima, pois conforme destacado anteriormente, é proveniente tanto da impugnação quanto da concordância do cálculo do exequente, subsidiada pelo cálculo feito pelos técnicos da coordenadoria de execução.

7.6.4.3 Precatórios

O precatório é a espécie de requisição de pagamento de quantia certa feita ao ente público, em virtude de decisão judicial definitiva e condenatória, que possibilita ao requerente receber o crédito da condenação. Os precatórios são emitidos pelo Tribunal de Justiça do Pará (TJ-PA) e encaminhados à Procuradoria-Geral do Estado do Pará (PGE) para pagamento; no entanto, a partir de janeiro de 2024, o pagamento de precatórios passou a ser

responsabilidade do IGEPPS, por meio da CEXEC.

Os precatórios inscritos até 2 de abril do ano corrente deverão ser pagos até o final do exercício do ano seguinte; os inscritos após essa data deverão ser pagos até o final de dois exercícios seguintes, em conformidade com a resolução nº 303/2019 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Portanto, o novo subsetor está lidando com as diligências de processos judiciais que já se encontram na fase de cumprimento de sentença e que foram encaminhados ao instituto. Devido à mudança de competência de pagamento ocorrida, os precatórios com prazo de pagamento até o final do exercício de 2024 ainda serão pagos pela PGE, em virtude da disponibilidade orçamentária. O novo subsetor está tratando apenas dos precatórios cujo pagamento deve ocorrer a partir do final de 2025.

O setor vem se estruturando e está em fase de formação de fluxo para o melhor atendimento da nova demanda, que trouxe consigo novas responsabilidades, tais como o cálculo de correção monetária e juros da dívida para prosseguimento do pagamento, bem como fornecimento de informações que subsidiem a previsão orçamentária para os respectivos pagamentos.

Até o 1º Trimestre de 2025, houve o cadastramento de mais 141 processos até 2 de abril de 2024, com o objetivo de serem pagos até o final do exercício de 2025. Os processos já registrados totalizaram uma estimativa de pagamento em 31 de dezembro de 2025 no valor de R$ 30.141.594,90 (trinta milhões, cento e quarenta e um mil, quinhentos e noventa e quatro reais e noventa centavos), como apresentado na tabela abaixo.

Tabela 96 — Detalhamento precatórios cadastrados no 2º Trimestre de 2025.

Precatórios	Quantidade	Valor da Dívida (R$)	Estimativa atualizado a pagar em 31/12/2025
Alimentar	135	20.945.851,51	28.483.240,86
Comum	2	181.131,95	290.394,25
Super preferência	4	1.326.840,13	1.367.959,79
Total	**141**	**22.453.823,59**	**30.141.594,90**

Fonte: CEXEC/Projur/IGEPPS.

7.7 TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Coordenação de Tecnologia da Informação (CTIN) promoveu avanços estruturantes na modernização do ambiente tecnológico institucional. O 2º Trimestre de 2026, consolida as ações, projetos e indicadores de tecnologia executados pelo Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS.

7.7.1 Metodologia de Organização

As informações foram organizadas conforme os eixos estratégicos da TI do IGEPPS, baseadas em evidências executivas. A apresentação foca nos seguintes pilares:

- ✓ Maturidade: Governança de TI, Planejamento Estratégico (PDTIC) e

Normatização;

✓ Continuidade: Infraestrutura, Reestruturação de Data Center e Segregação de Ambientes;

✓ Segurança: Cibersegurança, Implementação de Soluções (Netskope/CyberArk), testes de vulnerabilidade (Pentera), Treinamentos (Trend Day) e Privacidade (LGPD).

7.7.1.1 Pilar de Maturidade:

No período, a CTIN obteve avanços expressivos na formalização de seus processos internos e na consolidação da governança exigida pelo Pró-Gestão Nível IV:

✓ Validação das Normativas de 01 a 08, estabelecendo os alicerces regulatórios operacionais e de segurança da tecnologia no Instituto.

✓ As Normativas de 09 a 13 encontram-se em processo de conclusão, ampliando a cobertura do compliance normativo e consolidando a estrutura de governança de TI.

✓ O Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC 2026-2027) encontra-se em processo de conclusão, como instrumento tático e estratégico destinado a direcionar as contratações, prioridades e metas de TI do IGEPPS.

7.7.1.2 Pilar de Continuidade

As ações de Continuidade Operacional focaram exclusivamente no fortalecimento do núcleo tecnológico da autarquia:

✓ Reestruturação e Saneamento do Data Center: Executou-se um amplo saneamento lógico e organizacional nos servidores do Data Center institucional, mitigando falhas estruturais e melhorando a performance dos serviços críticos.

✓ Saneamento do File Server: Organização, limpeza e reestruturação do servidor de arquivos da rede corporativa, facilitando a gestão documental e o controle de armazenamento.;

✓ Segregação de Ambientes (OpenShift): Implementou-se o projeto técnico de segregação do ambiente de homologação dos clusters OpenShift em relação ao ambiente de produção. Essa separação garante que atualizações e testes sejam realizados sem qualquer risco de impacto ou indisponibilidade nos sistemas em produção acessados pelos servidores e segurados.

7.7.1.3 Pilar de Segurança

a) Implementação de Soluções de Segurança e Elaboração do PSI v2.0

A CTIN materializou a governança de cibersegurança e proteção do perímetro lógico do IGEPPS através de implantações efetivas:

✓ PSI v2.0 em processo de conclusão: consolidação da nova Política Corporativa de Segurança da Informação (v2.0), baseada no framework NIST CSF 2.0 e direcionada a atuar

como principal instrumento normativo de defesa de dados.

✓ Implementação do Netskope: Início da implantação da solução de segurança e governança de tráfego (CASB/SWG) para monitoramento e prevenção de ameaças em nuvem;

✓ Re-Implementação do CyberArk: Avanço na Re-implantação da solução corporativa para Gestão de Contas Privilegiadas (PAM), garantindo a proteção e rastreabilidade rigorosa de acessos administrativos críticos.

b) Gestão de Vulnerabilidades e Auditoria Contínua

A CTIN adotou uma postura proativa na identificação e correção de brechas de segurança no ambiente tecnológico, baseando-se em inteligência de ameaças e auditorias especializadas:

✓ Relatórios de Segurança IT Protect: Implementação de diversas melhorias operacionais e de hardening (fortalecimento da infraestrutura) guiadas pelas análises táticas fornecidas pela equipe da IT Protect;

✓ Validação de Segurança Automatizada (Pentera): A equipe da Bravonix conduziu avaliações de segurança e testes de intrusão automatizados através da plataforma Pentera. Os resultados permitiram a correção cirúrgica de vulnerabilidades antes que pudessem ser exploradas, blindando proativamente a infraestrutura do IGEPPS contra-ataques reais.

c) LGPD e Anonimização de Dados

Para conformidade com a LGPD e proteção direta do segurado, a CTIN iniciou os testes práticos de anonimização de dados com a nova ferramenta de software em fase de testes. Esta ação assegura que dados sensíveis extraídos de bases de produção para homologação não exponham informações pessoais identificáveis.

Adicionalmente, foi realizada a Semana de Proteção de Dados (LGPD), iniciativa voltada à conscientização institucional sobre privacidade, segurança da informação e boas práticas no tratamento de dados pessoais. A ação reforçou a cultura de proteção de dados no âmbito do IGEPPS, contribuindo para o fortalecimento da governança, da conformidade legal e da responsabilidade dos servidores no uso adequado das informações dos segurados.

Também foi realizado trabalho técnico de análise e encaminhamento das minutas de contrato padrão com cláusulas específicas de LGPD para o IGEPPS-PA, contemplando diretrizes sobre tratamento de dados pessoais, responsabilidades das partes, atuação do IGEPPS como controlador, obrigações da contratada como operadora, comunicação de incidentes de segurança e medidas de conformidade durante a execução contratual. Essa ação contribuiu para padronizar os instrumentos contratuais e fortalecer a segurança jurídica e a governança de proteção de dados nas contratações institucionais.

7.7.2 Principais Resultados Institucionais

As realizações supramencionadas refletem resultados concretos e econômicos para o Fundo:

✓ O saneamento do Data Center e do File Server otimizou recursos de armazenamento, postergando a necessidade imediata de aquisição de novos hardwares (economia de capital);

✓ A segregação do OpenShift aumentou a resiliência (Uptime) do ambiente de produção, reduzindo perdas de produtividade por indisponibilidade sistêmica;

✓ As validações de segurança (Pentera) mitigaram ativamente o risco de ataques cibernéticos, evitando vazamentos e multas severas da Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD);

✓ A validação das Normativas de 01 a 08, somada ao processo de conclusão do PDTIC, da PSI v2.0 e das Normativas de 09 a 13, fortalece a segurança regulatória necessária para a manutenção do Pró-Gestão Nível IV.

7.8 GESTÃO DE BENEFÍCIOS DE PROTEÇÃO SOCIAL

No Estado do Pará, a Lei Complementar n.º 142, de 16/12/2021, posteriormente alterada pela Lei Complementar n.º 149, de 20/05/2022, instituiu o Sistema de Proteção Social dos Militares, estabelecendo que a gestão dos benefícios referentes à inatividade e pensão militar é de competência do Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS).

Ressalta-se que compete ao IGEPPS a gestão dos seguintes benefícios militares: Reserva remunerada; Reforma "*ex offício"*; Auxílio acidente, instituído pela Lei Complementar nº 149/2022; Pensão militar por morte; Pensão militar por extravio; Pensão militar especial e o Auxílio morte, instituído pela Lei Complementar nº 149/2022.

Assim, todas as demandas acima referidas do Sistema de Proteção Social dos Militares são geridas pela Diretoria de Proteção Social dos Militares - DPSM e as Coordenadorias de Proteção Social dos Militares, subdivididas da seguinte forma:

- Coordenadoria de Proteção Social dos Militares de Reserva e Reforma (CPSM/RESREF): responsável pela análise dos processos de benefícios (reserva e reforma), auxílio acidente, reversão ao serviço ativo, revisões de benefícios, dentre

outras atribuições correlatas;

- Coordenadoria de Proteção Social dos Militares de Pensão (CPSM/PENSÃO): responsável pela análise dos processos de benefícios (pensão por morte/pensão especial) e os de auxílio morte, continuidade de pensão, revisões de benefícios, dentre outros.

No que tange à gestão dos benefícios, continuamente são empreendidos esforços para a melhoria da rotina de análise e concessão dos benefícios protetivos sociais dos

militares. Observa-se, relativa estabilidade no número de concessões de benefícios no ano 2026, reduzindo o estoque passivo e aumentando o número de concessões e análise de diversas demandas administrativas do setor, tais como revisão de benefício, prestação de contas e cumprimento de demandas judiciais, diligências do Tribunal de Contas do Estado entre outros.

7.8.1 Benefícios de Proteção Social – Reserva e Reforma

No 2º Trimestre de 2026, a CPSM/RESREF – Reserva e Reforma, analisou um total de 180 processos relacionados à inatividade dos militares estaduais. Dentre os processos analisados, conforme a tabela seguir.

Tabela 97 - Quantitativo de processos de inatividade pela CPSM-Reserva e Reforma no 2º Trimestre de 2026

Processos de Inatividade	Polícia Militar	Bombeiro Militar	Total
Concessões	53	1	54
Revisão	88	14	102
Reversão	1	-	1
Devolvidos	23	-	23
Total	**165**	**15**	**180**

Fonte: EPREV/SISPREVWEB/IGEPPS

Convém esclarecer que no 2º Trimestre 2026, ainda não foram analisados processos de auxílio acidente, tendo em vista a necessidade de alocação de recursos financeiros necessários ao pagamento.

7.8.2 Análise de Benefícios de Proteção Social - Pensão por Morte

No 2º Trimestre de 2026 foram analisados o total de 27 processos de pensão por morte militar pela CPSM-Pensão, da seguinte forma.

Tabela 98 - Quantitativo de processos de inatividade pela CPSM- Pensão por Morte no 2º Trimestre de 2026

Processos de Inatividade	Polícia Militar	Bombeiro Militar	Total
Concessões	20	4	24
Revisão	3	0	3
Total	**23**	**4**	**27**

Fonte: EPREV/SISPREVWEB/IGEPPS

A análise dos dados demonstra a predominância das concessões sobre as revisões no período, o que indica fluxo regular de novos requerimentos de benefícios previdenciários decorrentes de óbito de segurados. Assim como observado na área de reserva e reforma, há maior concentração de demandas oriundas da Polícia Militar, em consonância com a composição do efetivo estadual.

7.8.3 Análise de Benefícios de Proteção Social – Pensão Militar Especial e Auxílio Morte

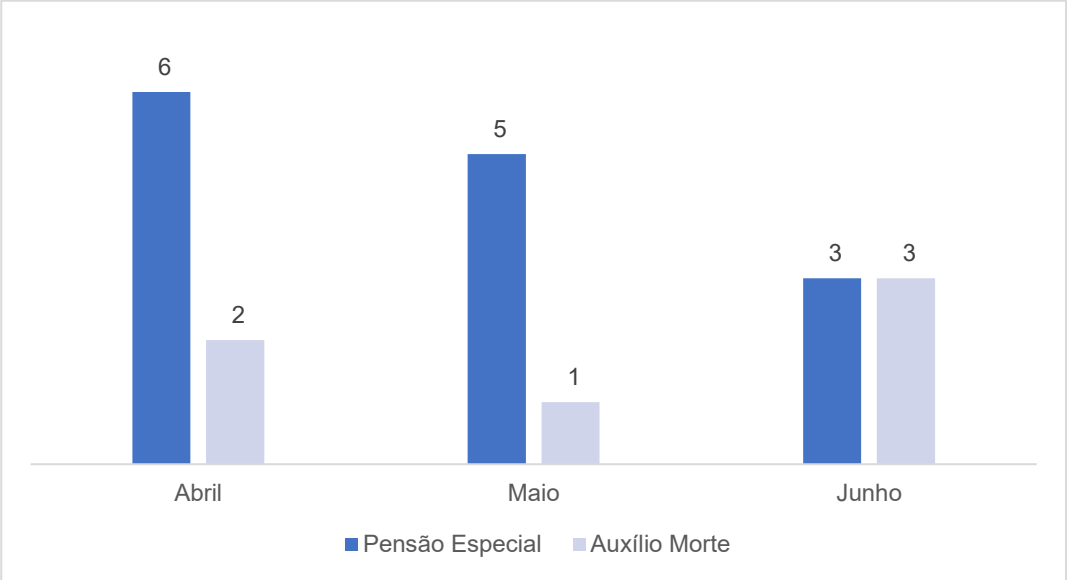
Compete ao Instituto de Gestão Previdenciária e de Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS), a gestão, a concessão e o pagamento de auxílio-morte aos beneficiários de

pensão militar especial, conforme determina a LC nº 149/2022. Além disso, os beneficiários de aposentadoria militar especial têm direito ao pagamento de auxílio-morte, após o registro da mencionada aposentadoria pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará, conforme previsto no artigo. 17 – B da LC nº 149/2022, motivo pela qual se encontra em estoque no setor CPSM/Pensão.

Nesse sentido, a Diretoria analisa documentalmente os autos, e encaminha a Procuradoria Jurídica desta autarquia para análise e emissão de parecer jurídico, para que posteriormente seja encaminhado para análise da Procuradoria Geral do Estado. Após a aprovação, os veículos são enviados à Casa Civil para elaborar o Decreto concessório e, em seguida, para o registro do Tribunal de Contas. E somente após o registro, retorna os autos à Casa Civil para confecção definitiva do Decreto, bem como publicação no diário oficial e implantação em folha de pagamento por este Instituto.

Assim, considerando o fluxo de pensão especial estabelecido, no 2º Trimestre de 2026 foram concedidos em sistema 14 processos de pensão militar especial e 6 processos de auxílio-morte, conforme descrito no gráfico abaixo.

Gráfico 45 - Quantitativo dos processos analisados no 2º Trimestre de 2026



Fonte: EPREV/SISPREVWEB/IGEPPS

7.8.4 Diligências Tribunal de Contas do Estado – TCE/PA e Cumprimentos judiciais

Desde 2023, as demandas de diligências encaminhadas pelo Tribunal de Contas do Estado do Pará (TCE-PA), relacionadas aos benefícios de pensão por morte militar e reforma *ex officio*, passaram a ser de competência da Diretoria de Proteção Social dos Militares.

Entre as principais atribuições do setor destacam-se a análise e a instrução das diligências processuais expedidas pelo TCE-PA. Nesse contexto, os técnicos previdenciários realizam exame detalhado de cada demanda, avaliando os aspectos técnicos e jurídicos pertinentes, com fundamento na legislação aplicável, pareceres técnicos, memorandos e

entendimentos institucionais vigentes. Ao final da análise, são emitidas manifestações quanto ao atendimento ou não das determinações emanadas pela Corte de Contas.

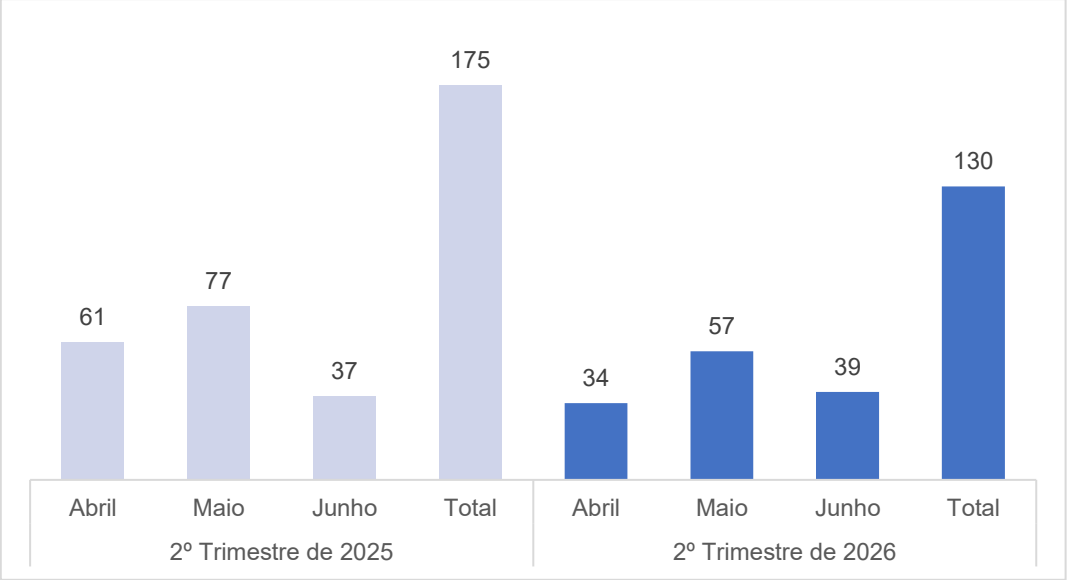
As demandas oriundas do TCE-PA são recebidas por meio de processos eletrônicos tramitados no Sistema e-Jurisdicionado, distinto do Processo Administrativo Eletrônico (PAE) utilizado pelo Instituto.

No 2º trimestre de 2026, foram analisados 10 processos relacionados às diligências do Tribunal, dos quais um refere-se à pensão especial militar registrada pela Corte de Contas e nove correspondem a respostas em cumprimento de diligências.

Além disso, foram realizadas análises referentes ao cumprimento de decisões judiciais, abrangendo a prestação de informações processuais e a adoção das providências necessárias ao atendimento das determinações judiciais.

No 2º trimestre de 2026, foram analisados 130 processos, frente a 175 processos registrados no mesmo período de 2025, representando uma redução de 25,7%, conforme o gráfico a seguir.

Gráfico 46 - Quantitativo dos processos analisados no 2º Trimestre de 2025 e 2026



Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS

Apesar da redução no volume total de processos analisados, o setor manteve o atendimento das demandas de diligências do TCE-PA e dos cumprimentos judiciais, garantindo a continuidade das atividades de análise e instrução processual no período.

7.9 GESTÃO DE BENEFÍCIOS PREVIDENCIÁRIOS

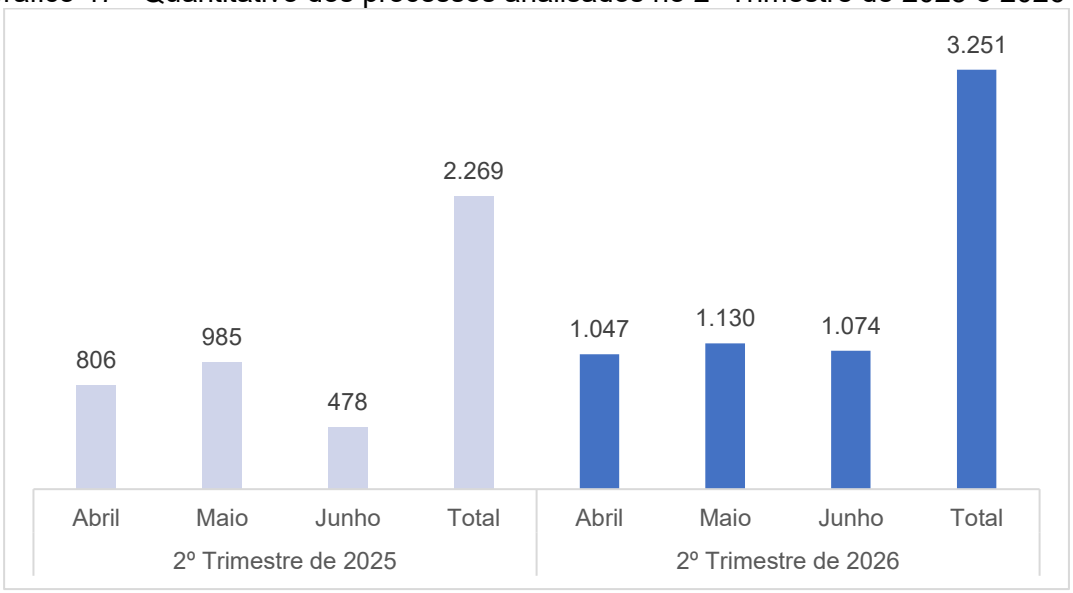
7.9.1 Análise de Benefícios Previdenciários

A Coordenadoria de Cadastro e Habilitação (CCAH), diretamente ligada à Diretoria de Previdência, é o setor responsável pela análise dos processos de benefícios previdenciários (aposentadoria e pensão por morte) e os de auxílio funeral, abono de permanência, declaração de tempo utilizado, revisões de benefícios, prestações de informações em

processos judiciais, dentre outros.

No 2º Trimestre de 2026, foram analisados 3.251 processos, distribuídos por mês e por tipo de processo, conforme o gráfico a seguir.

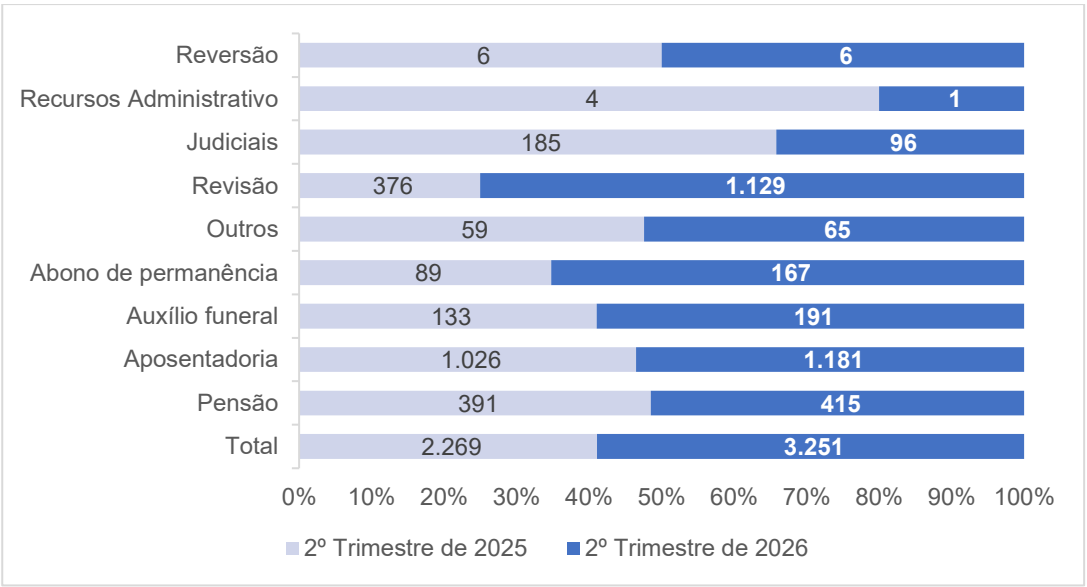
Gráfico 47 - Quantitativo dos processos analisados no 2º Trimestre de 2025 e 2026



Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS

Verifica-se que no 2º Trimestre de 2026 apresentou um aumento de 43,3% em relação ao mesmo período de 2025, quando foram analisados 2.269 processos. Esse resultado evidencia um avanço significativo na produtividade da área, contribuindo para a redução do passivo processual e para a maior celeridade na tramitação dos processos.

Gráfico 48 - Quantitativo por tipo de processos analisados no 2º Trimestre de 2025 e 2026



Fonte: SISPREV/CCHA/IGEPPS

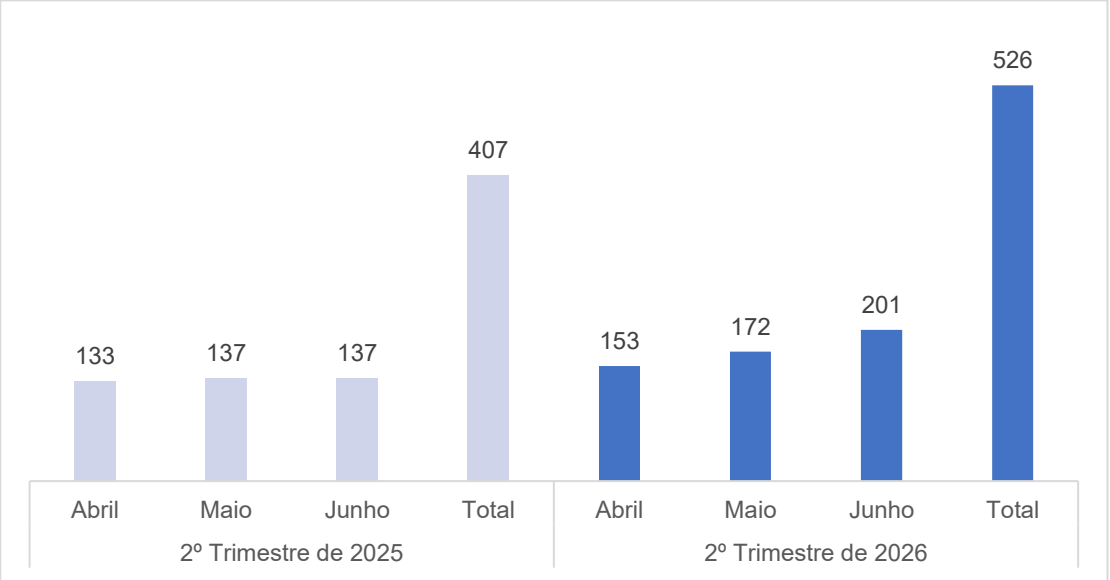
Destaca-se que o número crescente nas análises de processos de revisão se deve ao plano de gestão do setor para resolver o passivo de revisão, que neste 2º Trimestre permaneceu voltado para a resolução dos processos a serem indeferidos.

7.9.2 Concessão de Benefícios Previdenciários: Aposentadoria e Pensão por Morte

7.9.2.1 Concessão de Benefícios Previdenciários: Aposentadoria

No 2º Trimestre de 2026, a CCAH concedeu 526 aposentadorias dentre as 1.181 análises empreendidas. O gráfico a seguir demonstra o número de concessões de aposentadorias por folha de pagamento.

Gráfico 49 - Quantitativo das aposentadorias concedidas no 2º Trimestre de 2025 e 2026



Fonte: SISPREV/CCAH/IGEPPS.

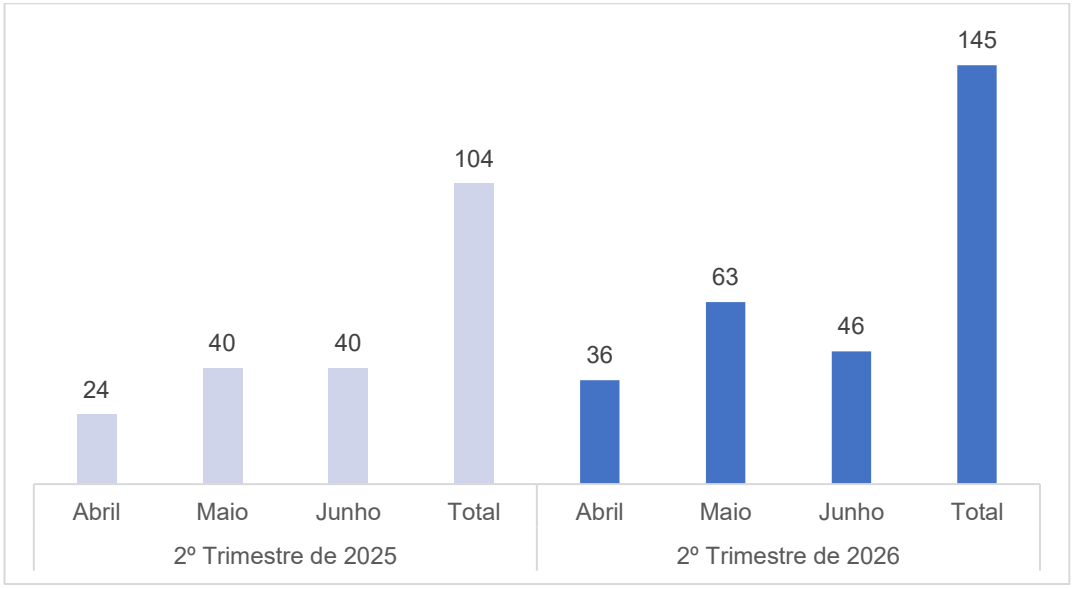
Em relação ao mesmo período de 2025, no qual foram concedidas 407 aposentadorias, verificou-se um aumento de 30% no número de benefícios deferidos. Tal desempenho decorre do aperfeiçoamento das rotinas de análise processual, da melhoria contínua dos procedimentos de trabalho e do fortalecimento da capacidade técnica da equipe responsável pela instrução e conclusão dos processos previdenciários.

7.9.2.2 Concessão de Benefícios Previdenciários: Pensão por Morte

A tramitação dos processos de pensão por morte manteve desempenho operacional estável no período analisado. O tempo médio de análise permaneceu em 4 dias, contados desde a distribuição do processo à equipe técnica, refletindo a efetividade dos procedimentos de instrução processual e a consistência dos fluxos de trabalho adotados para o atendimento dessa demanda previdenciária.

No 2º trimestre de 2026, foram concedidas 145 pensões por morte, representando um aumento de aproximadamente 40% em relação ao mesmo período de 2025, quando foram deferidos 104 benefícios, conforme o gráfico a seguir. .

Gráfico 50 - Quantitativo das pensões por morte concedidas por folha de pagamento no 2º Trimestre de 2025 e 2026

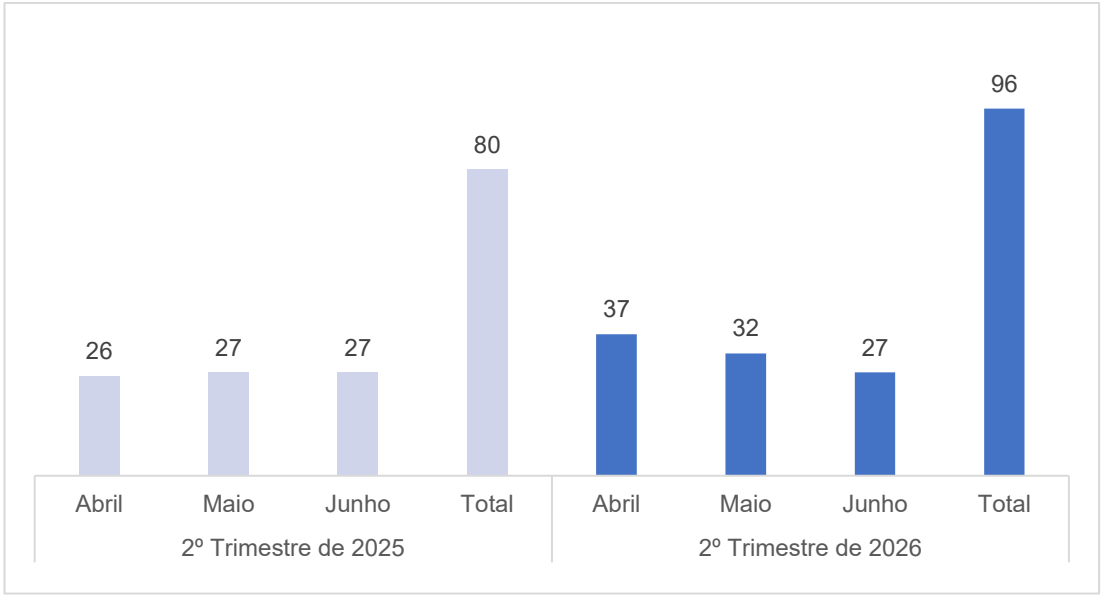


Fonte: SISPREVWEB/IGEPPS

7.9.3 Benefício Assistencial – Auxílio Funeral

No 2º trimestre de 2026, foram analisados 191 processos de auxílio-funeral, com 96 deferimentos. Em relação ao 2º trimestre de 2025, houve crescimento de 20,0% nas concessões, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 51 - Quantitativo de auxílios funerais analisados no 2º Trimestre de 2025 e 2026

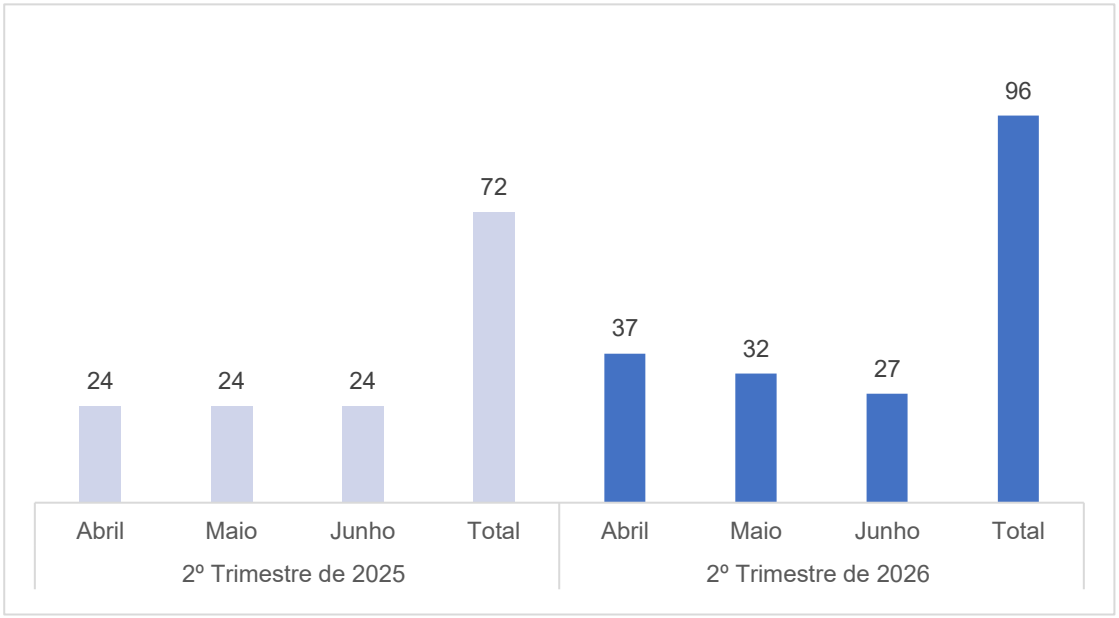


Fonte: SISPREVWEB/IGEPPS

7.9.4 Abono Permanência

No 2º Trimestre de 2026, foram analisados 167 pedidos de abonos de permanência, sendo 96 deles deferidos, distribuídos por mês calendário, representando um acréscimo de 20% processos analisados no mesmo período de 2025, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 52 - Quantitativo dos abonos de permanência concedidos, 2º Trimestre de 2025 e 2026



Fonte: SISPREVWEB/IGEPPS

Ressaltamos que a quantidade de deferimentos até o momento encontra amparo no Parecer da Procuradoria Geral do Estado do Pará – PGE/PA de nº 626/2023, o qual esclarece que apenas os servidores efetivos fazem jus ao abono de permanência.

Salientamos ainda que neste trimestre foi finalizado o passivo do abono de permanência, contamos atualmente na caixa de entrada do setor apenas com processos de reanálises e processos com entrada diária totalizando 15 processos na data deste relatório.

7.9.5 Manutenção das Folhas de Inativos e Pensionistas do Estado do Pará

A folha de pagamento do IGEPPS é responsável pela gestão de mais de 57 mil benefícios previdenciários, abrangendo inativos e pensionistas, civis e militares, do Estado do Pará. Essa atuação compreende, de forma contínua, os processos de implantação, manutenção e exclusão de benefícios na folha de pagamento, assegurando a regularidade e a conformidade das informações processadas.

Além dessas atribuições, o setor desenvolve atividades estratégicas em diferentes frentes, dentre as quais se destacam: a análise da evolução monetária da folha, com a apresentação de dados consolidados por grupos; o acompanhamento de pagamentos retroativos realizados aos beneficiários por meio da folha; e as ações de recuperação de

crédito, voltadas à restituição de valores aos cofres públicos.

O presente relatório tem por objetivo apresentar a consolidação dessas atividades no período de abril a junho de 2026, incluindo análises comparativas com o mesmo período do exercício de 2025, a fim de subsidiar a avaliação da governança, eficiência e resultados do setor.

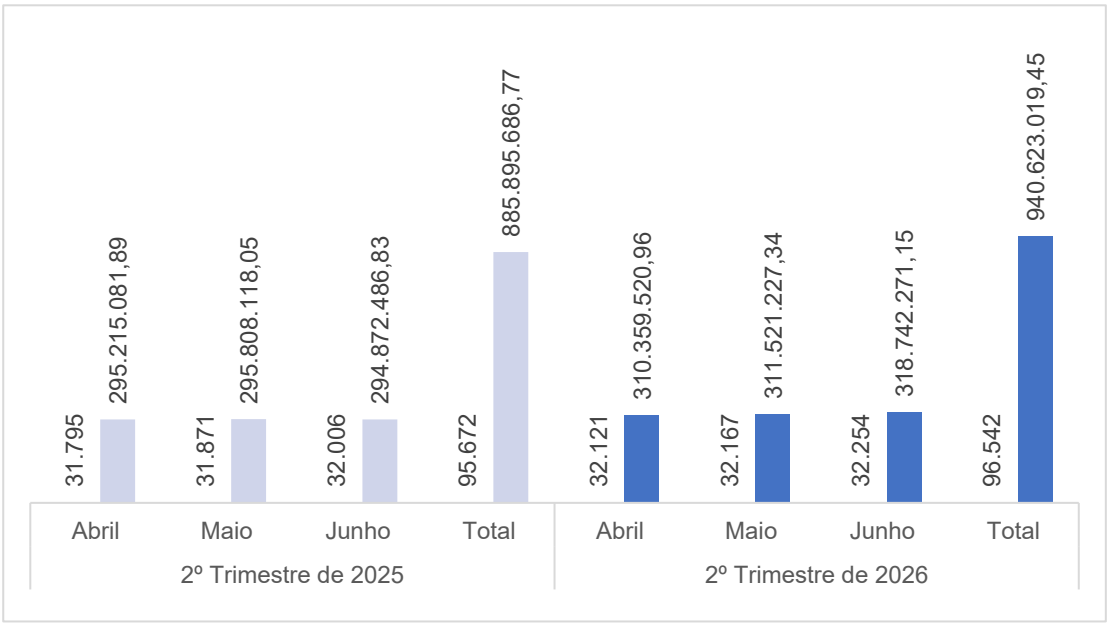
7.9.6 Evolução Monetária da Folha de Pagamento

Para as demonstrações da folha de pagamento de 2026, foram considerados os valores brutos efetivamente executados orçamentária e financeiramente. Dessa forma, foram excluídos os registros classificados como “outros descontos”, uma vez que tais valores não representam desembolso financeiro relativo ao pagamento de benefícios previdenciários e de proteção social dos militares, não compondo, portanto, a execução orçamentária e financeira da folha.

7.9.6.1 Inativos Civis

No 2º trimestre de 2026, foram processados 96.542 pagamentos de benefícios destinados aos segurados inativos civis, totalizando R$ 940.623.019,45 (novecentos e quarenta milhões, seiscentos e vinte e três mil, dezenove reais e quarenta e cinco centavos), observa-se incremento de 6,18% no valor da folha previdenciária em comparação ao mesmo período de 2025, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 53 – Quantitativo de Inativos Civis e Evolução da Folha de Pagamentos no 2º Trimestre de 2025 e 2026

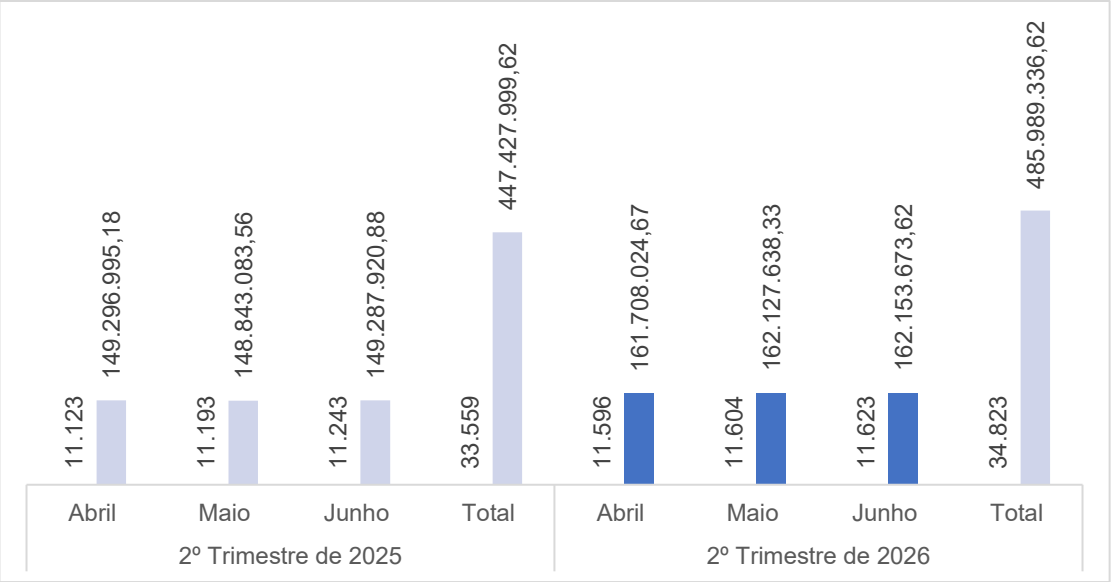


Fonte: E-prev – CCOB/DIPRE/IGEPPS.

7.9.6.2 Inativos Militares

No 2º trimestre de 2026, foram registrados 34.823 pagamentos de benefícios a segurados inativos militares, totalizando R$ 485.989.336,62 (quatrocentos e oitenta e cinco milhões, novecentos e oitenta e nove mil, trezentos e trinta e seis reais e sessenta e dois centavos), com um acréscimo financeiro de 8,62% em comparação ao mesmo período de 2025, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 54 – Quantitativo de Inativos Militares e Evolução da Folha de Pagamentos no 2º Trimestre de 2025 e 2026



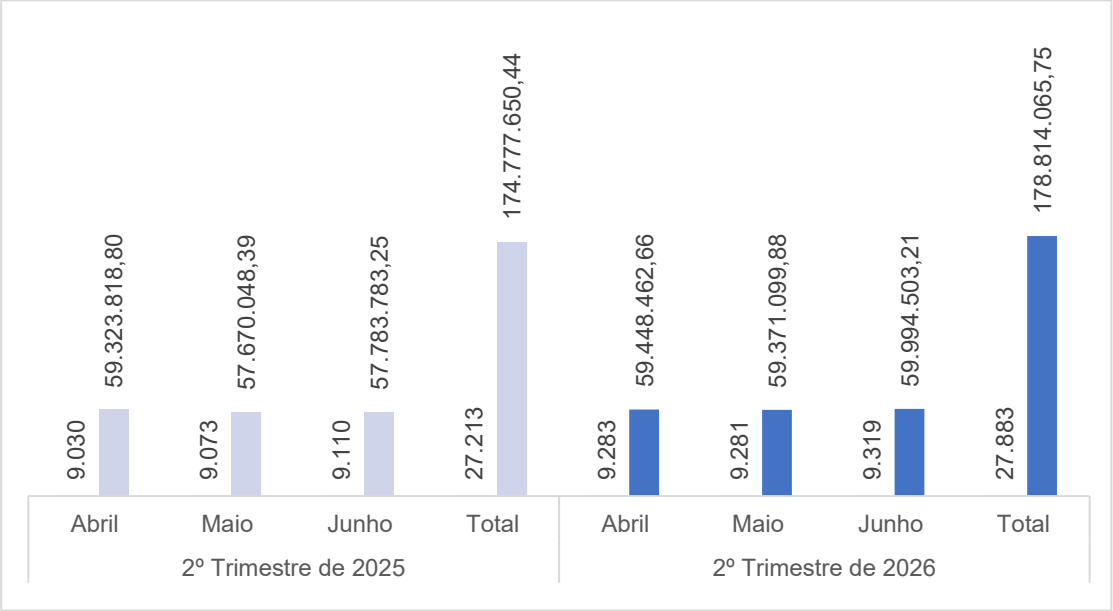
Fonte: Sisprev – CCOB/DIPRE/IGEPPS.

7.9.6.3 Pensionistas Civis

No 2º trimestre de 2026, a folha de pagamento dos pensionistas civis totalizou R$ 178.814.065,75 (cento e setenta e oito milhões, oitocentos e quatorze mil, sessenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), correspondentes a 27.883 pagamentos.

Em comparação ao mesmo período de 2025, quando foram desembolsados R$ 174.777.650,44 (cento e setenta e quatro milhões, setecentos e setenta e sete mil, seiscentos e cinquenta reais e quarenta e quatro centavos) em 27.213 pagamentos, observa-se um crescimento financeiro de 2,31%, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 55 - Quantitativo de Pensão por morte e Evolução da Folha de Pagamentos de Pensionistas civis no 2º Trimestre de 2025 e 2026.

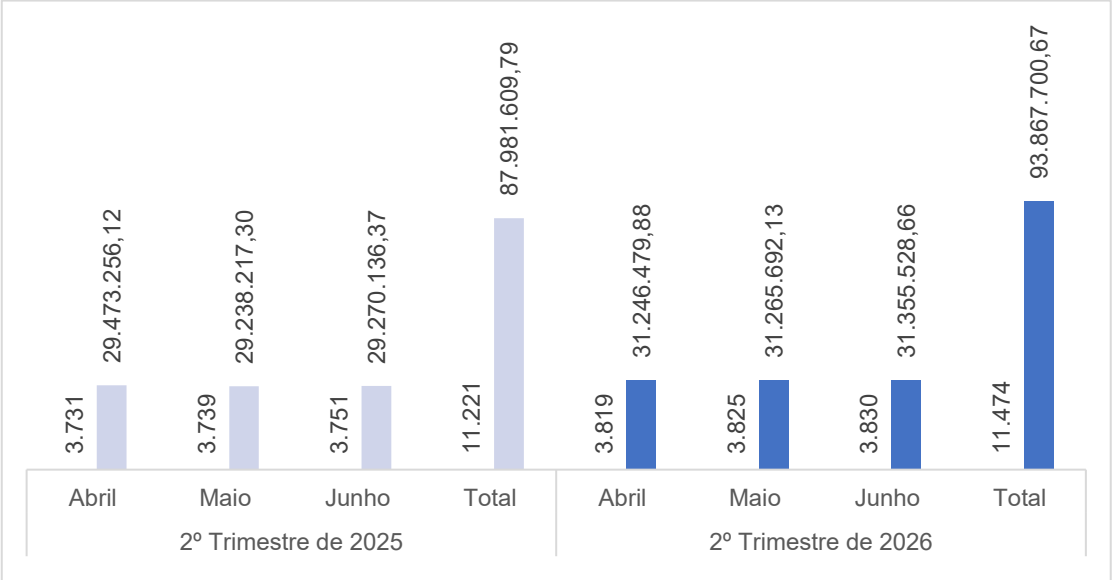


Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/IGEPPS.

7.9.6.4 Pensionistas Militares

Quanto à evolução da folha de pagamento dos pensionistas militares, no Trimestre de 2026, foram efetuados 11.474 pagamentos com valor total de R$ 93.867.700,67 (noventa e três milhões, oitocentos e sessenta e sete mil, setecentos reais e sessenta e sete centavos), um acréscimo financeiro de 6,69%, em comparação ao mesmo período de 2025, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 56 - Quantitativo de Pensão por Morte Militar no 2º Trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/IGEPPS

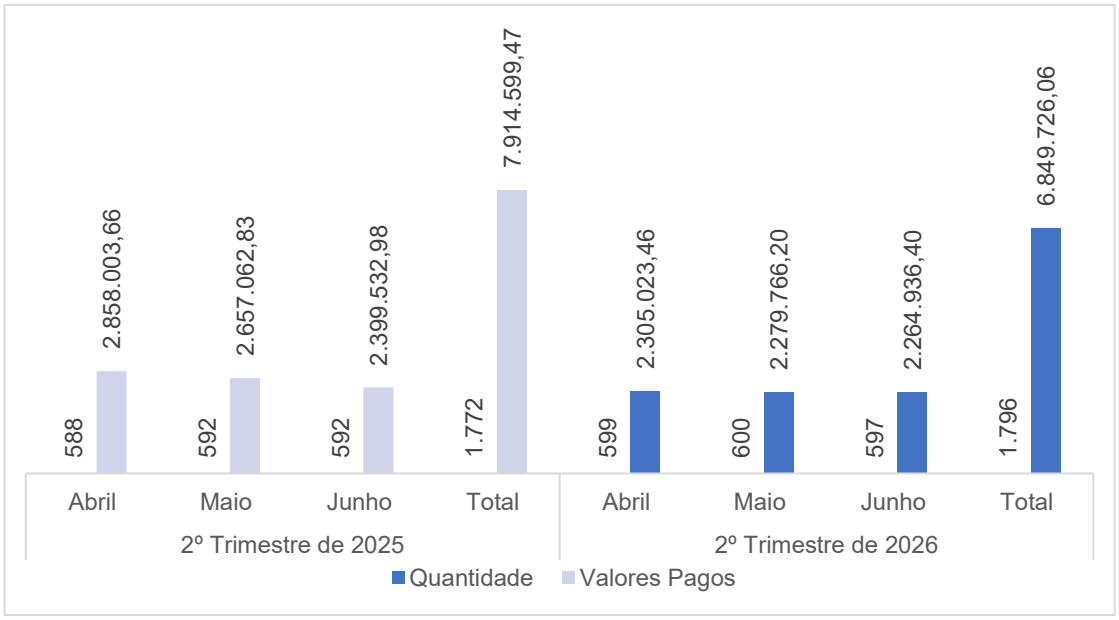
O crescimento financeiro de 6,69% está dentro dos parâmetros observados entre os óbitos e concessões de benefícios de pensão por morte realizados dentro do período

analisado, considerando que o IGEPPS/PA tem realizado um relevante trabalho na gestão do Sistema de Proteção Social dos Militares - SPSM.

7.9.6.5 Pensão Especial

No 2º trimestre de 2026, foram realizados 1.796 pagamentos de pensão especial, totalizando R$ 6.849.726,06 (seis milhões, oitocentos e quarenta e nove mil, setecentos e vinte e seis reais e seis centavos). Em comparação ao mesmo período de 2025, verificou-se aumento de 1,35% no quantitativo de pagamentos e redução de 13,45% no valor da folha, indicando diminuição da despesa com esse benefício, mesmo diante do crescimento do número de pagamentos realizados, conforme demonstrado no gráfico a seguir.

Gráfico 57 - Quantitativo de Pensões Especiais e Valores Pagos (R$) no 2º Trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/IGEPPS

A redução financeira de 13,45% foi devido à redução de valores de retroativos que são pagos no momento da implantação da pensão especial, evidenciando uma redução no lapso temporal entre o momento do requerimento da pensão especial até a efetivação de sua implantação, evidenciando a boa gestão que está sendo realizada pelo IGEPPS no Sistema de Proteção Social dos Militares – SPSM.

7.9.7 Pagamento de Retroativos

Os pagamentos de valores retroativos no âmbito do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará – IGEPPS decorrem, em sua essência, de reajustes, revisões e regularizações de benefícios previdenciários e assistenciais, referentes a valores que, embora devidos, não foram oportunamente percebidos pelos segurados e pensionistas. Tais situações podem resultar de atualizações legais, reanálises administrativas ou correções de inconsistências identificadas na concessão ou manutenção dos benefícios.

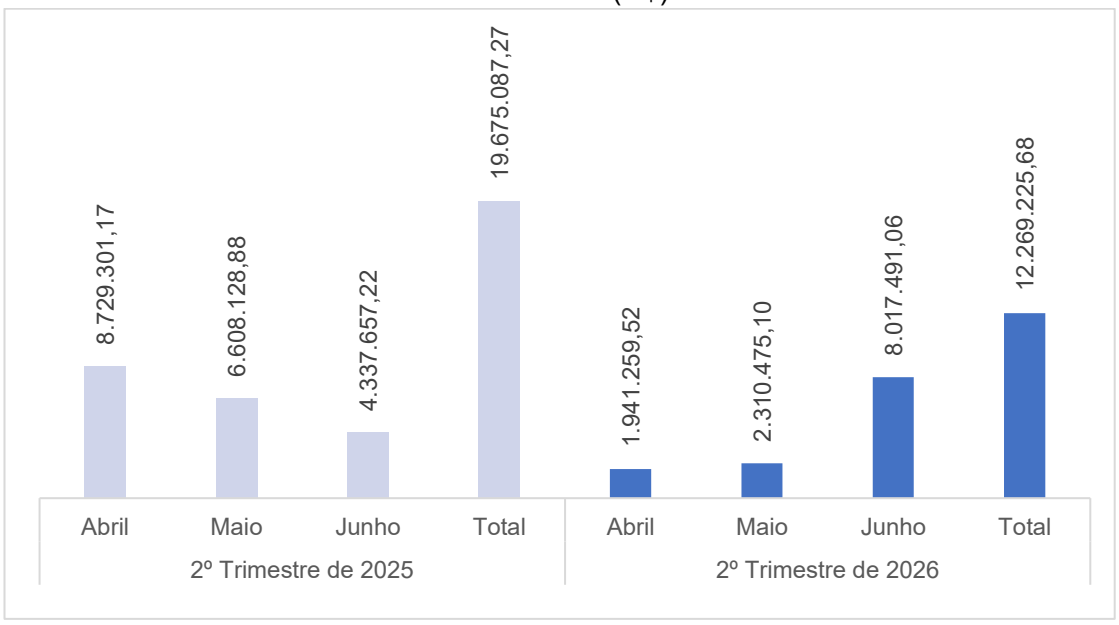
Nesse contexto, os valores retroativos representam a recomposição de direitos já constituídos, assegurando aos beneficiários o recebimento integral das quantias a que fazem jus, em observância aos princípios da legalidade, eficiência e proteção social.

Ressalta-se que o processamento desses pagamentos é realizado pela folha de pagamento do IGEPPS, mediante prévia validação dos cálculos pela Diretoria de Previdência ou pela Diretoria de Proteção Social dos Militares, conforme a natureza do benefício. Após essa etapa, os valores são submetidos à autorização da Presidência do Instituto, garantindo a conformidade técnica e administrativa necessária à efetivação do pagamento.

7.9.7.1 Retroativos – Inativos

No 2º trimestre de 2026, foram pagos R$ 12.269.225,68 (doze milhões, duzentos e sessenta e nove mil, duzentos e vinte e cinco reais e sessenta e oito centavos) em valores retroativos de benefícios previdenciários de inativos (aposentadoria, reserva remunerada e reforma), correspondentes a 6.770 pagamentos. observa-se redução de 37,6% no valor pago e aumento de 42,3% no quantitativo de pagamentos, em comparação ao mesmo período de 2025.

Gráfico 58 - Retroativos de Intivos – Valores (R$) no 2º Trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/IGEPPS

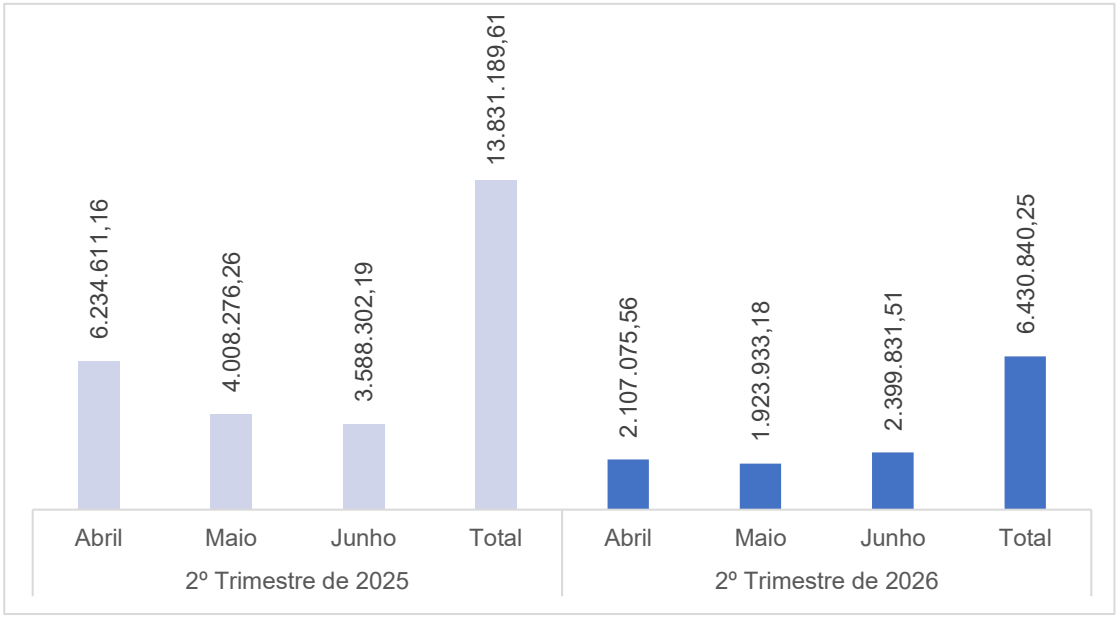
7.9.7.2 Retroativos – Pensionistas

No 2º trimestre de 2026, foram pagos R$ 6.430.840,25 (seis milhões, quatrocentos e trinta mil, oitocentos e quarenta reais e vinte e cinco centavos) a título de retroativos de benefícios de pensão por morte, correspondentes a 798 pagamentos.

Em comparação ao mesmo período de 2025, quando foram desembolsados R$ 13.831.189,61 (treze milhões, oitocentos e trinta e um mil, cento e oitenta e nove reais e sessenta e um centavos) em 2.115 pagamentos, observou-se redução de 53,5% no valor

pago e de 62,3% no quantitativo de pagamentos.

Gráfico 59 - Retroativos de Pensão - Valores (R$) no 2º Trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/IGEPPS

É imperioso ressaltar que os pagamentos de valores retroativos tantos para pensão por morte quanto para os inativos, foram apurados por meio de todas as rubricas constantes no sistema que se referiam a retroativo no período, quais sejam: 145 RRA, 110 Retroativo Ano Vigente, 107 Retroativo de Reajuste, 110.1 Retroativo Ano Vigente, 145.1 Retroativo de RRA/RFB.

A análise dos valores pagos a título de retroativos, tanto para inativos quanto para pensionistas, evidencia uma redução significativa no montante desembolsado e na quantidade de pagamentos realizados no 2º Trimestre de 2026 em comparação ao mesmo período de 2025.

No caso dos inativos, observa-se uma diminuição expressiva tanto no volume financeiro quanto no número de ocorrências, cenário que se repete no recorte dos pensionistas. Tal comportamento indica uma tendência consistente de redução na geração de passivos retroativos.

Esse resultado reflete, de forma direta, o aprimoramento dos processos de gestão, com maior celeridade na análise e concessão dos benefícios, além do fortalecimento de mecanismos de controle e prevenção de inconsistências. Como consequência, há menor necessidade de regularizações posteriores por meio de pagamentos retroativos.

Dessa forma, os dados apresentados demonstram que a atuação administrativa mais eficiente tem contribuído significativamente para a redução dos pagamentos retroativos, promovendo maior previsibilidade orçamentária e melhor gestão dos recursos públicos.

7.9.8 Recuperação de Crédito via Folha de Pagamento

A atividade de recuperação de crédito via folha de pagamento foi retomada a partir de julho de 2023, em decorrência da recomposição da equipe técnica. Atualmente, o setor conta com três técnicos que, além de atuarem nessa frente, acumulam outras atribuições institucionais relevantes, destacando-se as demandas relacionadas à análise da DIRF e ao E-Social.

No período de abril a junho de 2026, foram analisados 128 processos administrativos de recuperação de crédito. Dentre esses:

- 27 foram instruídos e encaminhados à PROJUR, em razão da inexistência de herdeiros em folha de pagamento para viabilizar a cobrança;
- 69 processos foram arquivados, seja por apresentarem valores apurados inferiores a R$ 1.000,00, por ocorrência de prescrição, ou ainda por regularização integral do débito mediante devolução bancária;
- 32 processos seguiram o trâmite regular com vistas à efetiva recuperação de crédito.

Em comparação ao 2º trimestre de 2025, que registrou 293 análises processuais, o 2º trimestre de 2026 apresentou 128 processos analisados, representando uma redução de 56,31% no volume processado.

No período analisado de 2026, dos 128 processos examinados, 32 foram considerados aptos à recuperação de crédito, resultando na restituição de R$ 750.767,45 (setecentos e cinquenta mil, setecentos e sessenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) ao Fundo. No mesmo período de 2025, o montante recuperado alcançou R$ 3.664.830,86 (três milhões, seiscentos e sessenta e quatro mil, oitocentos e trinta reais e oitenta e seis centavos). Comparativamente, verificou-se uma redução de 79,51% no valor restituído aos cofres públicos.

A redução observada nos indicadores de 2026 está relacionada, principalmente, à capacidade operacional disponível e às características dos processos analisados. Atualmente, a atividade é desempenhada por três técnicos, que exercem simultaneamente outras atribuições institucionais de elevada relevância, especialmente aquelas relacionadas à DIRF e ao eSocial, cujos prazos e exigências demandam dedicação prioritária.

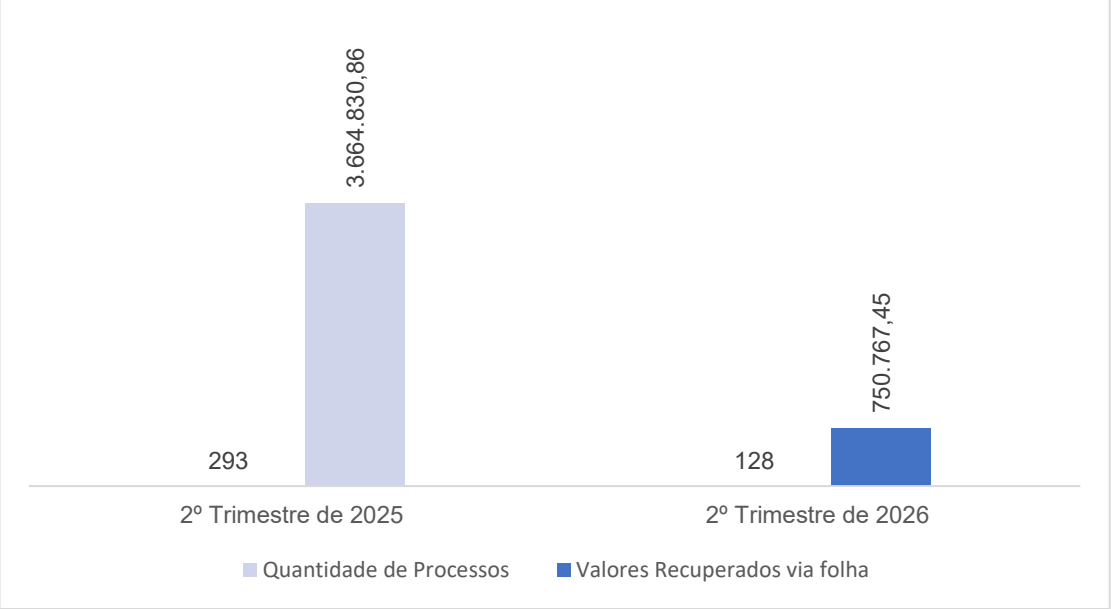
Além disso, o potencial de recuperação financeira é diretamente influenciado pela situação de cada processo. Dos 128 processos analisados, apenas 32 apresentaram condições para recuperação por meio da folha de pagamento, enquanto 27 processos foram encaminhados à Procuradoria Jurídica em razão da inexistência de herdeiros em folha, e 69 processos foram arquivados por apresentarem valor inferior a R$ 1.000,00 (mil reais), estarem prescritos ou terem sido integralmente regularizados mediante devolução bancária.

Embora tenha sido verificada redução no número de processos analisados e nos

valores recuperados em comparação ao exercício anterior, a equipe manteve a continuidade das atividades, promovendo a análise de 128 processos, a recuperação de R$ 750.767,45 (setecentos e cinquenta mil, setecentos e sessenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) e o saneamento processual necessário para o adequado encaminhamento das demandas.

Dessa forma, os resultados do período refletem, sobretudo, a limitação de recursos humanos disponíveis, a concorrência com atividades institucionais prioritárias e o menor quantitativo de processos efetivamente passíveis de recuperação financeira, sem prejuízo da relevância estratégica da atividade para a recomposição do erário e para a sustentabilidade do RPPS.

Gráfico 60 – Quantitativo de Processos e Valores Recuperados (R$) no 2º Trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: SISPREV – CCOB/Dipre/IGEPPS

7.10 NÚCLEO DE ATENÇÃO PSICOSSOCIAL

O Núcleo de Atenção Psicossocial (NAPS), vinculado à Diretoria de Previdência, atua na análise de situações que envolvem aspectos sociais, familiares, econômicos e emocionais dos segurados. Entre suas atribuições, destacam-se os atendimentos psicossociais, estudos técnicos, diligências, verificações cadastrais, apuração de denúncias e ações de educação previdenciária.

As atividades do Núcleo subsidiam decisões administrativas, especialmente em casos que demandam análise ampliada da realidade dos usuários. Além disso, sua atuação busca alcançar todas as Regiões de Integração do Estado, ampliando o acesso aos serviços para beneficiários que residem distantes da sede administrativa do Instituto.

Atualmente, o NAPS é composto por seis servidores, quantitativo reduzido diante da abrangência de sua atuação e do universo aproximado de 55 mil beneficiários atendidos pelo IGEPPS. Ainda assim, a equipe atua de forma estratégica, priorizando demandas de maior

complexidade e impacto social, assegurando qualidade técnica nas análises e atendimentos realizados.

7.10.1 Atendimentos Psicossociais

Os atendimentos psicossociais são realizados por Técnica Previdenciária do NAPS, assistente social ou psicóloga, com o objetivo de garantir o acesso aos direitos previdenciários e contribuir para a resolução de entraves que possam comprometer o andamento dos processos administrativos.

O serviço é ofertado de forma contínua desde 2020, ocorrendo duas vezes por semana: presencialmente às terças-feiras e, às quartas-feiras, na modalidade on-line, por meio de salas multimídia disponibilizadas nas agências do IGEPPS.

Tabela 99 - Total de Atendimentos Psicossocial no 2º Trimestre de 2025 e 2026.

Atendimento	2º Trimestre de2025	2º Trimestre de 2026
Psicossocial (Presencial)	13	26
Psicossocial (On-line)	4	10
Total	**17**	**36**

Fonte: Naps/IGEPPS

A análise dos dados demonstra crescimento expressivo dos atendimentos realizados pelo NAPS. No 2º trimestre de 2026 foram registrados 36 atendimentos, frente a 17 atendimentos no mesmo período de 2025, representando um aumento de 111,8%. O crescimento ocorreu tanto nos atendimentos presenciais quanto nos on-line, evidenciando a ampliação da procura pelos serviços e o fortalecimento das ações de apoio aos segurados.

7.10.2 Diligências Psicossociais

As diligências psicossociais compreendem visitas domiciliares, institucionais e demais deslocamentos necessários à realização de estudos psicossociais em processos de pensão por morte, verificação cadastral e apuração de denúncias de óbito, nova união ou não convivência marital.

Tabela 100 - Total de Diligências Psicossocial no 2º Trimestre de 2025 e 2026

Diligências Psicossocial	2º Trimestre de2025	2º Trimestre de 2026
Região Metropolitana	9	8
Regiões de Integração	-	7
Total	**9**	**15**

Fonte: Naps/IGEPPS

Em comparação ao mesmo período do exercício anterior, observa-se aumento significativo das diligências realizadas, passando de 9 em 2025 para 15 em 2026, o que representa crescimento de 66,7%. Destaca-se ainda a expansão da atuação para as Regiões de Integração do Estado, que registraram sete diligências no período, reforçando a interiorização das atividades do Núcleo.

7.10.3 Análise psicossocial em processos de Pensão por Morte

Os processos de pensão por morte encaminhados ao NAPS são aqueles em que a documentação apresentada não se mostra suficiente para comprovar a condição de dependente previdenciário, especialmente quanto à existência de relação conjugal ou união estável.

Nesses casos, a análise psicossocial complementa a instrução processual, contribuindo para a tomada de decisão administrativa quanto à concessão do benefício. Por se tratar de processos sensíveis e diretamente relacionados à garantia de direitos previdenciários, possuem caráter prioritário no fluxo de trabalho do setor.

No 2º trimestre de 2026, foram concluídas 11 análises psicossociais em processos de pensão por morte, frente a 8 análises realizadas no mesmo período de 2025, representando aumento de 37,5%.

7.10.4 Denúncias de nova união e de óbito apuradas

O NAPS é responsável pela recepção e apuração de denúncias relacionadas à nova união, não convivência marital e óbito de beneficiários.

A investigação de nova união verifica situações em que beneficiários de pensão por morte possam ter constituído nova união estável após o óbito do instituidor do benefício. Já as apurações de não convivência marital buscam verificar se a condição de dependente previdenciário estava efetivamente configurada desde o início da concessão do benefício. As denúncias de óbito têm por finalidade confirmar a veracidade da informação e evitar pagamentos indevidos.

No 2º trimestre de 2026 foram apuradas 3 denúncias, contra 6 denúncias no mesmo período de 2025. Embora tenha ocorrido redução quantitativa, as atividades de apuração permanecem relevantes para o controle dos benefícios previdenciários e a prevenção de pagamentos indevidos.

Tabela 101 - Total de Denúncias no 2º Trimestre de 2025 e 2026

Denúncia	2º Trimestre de2025	2º Trimestre de 2026
De nova união	1	2
De não convivência	5	1
Total	**6**	**3**

Fonte: Naps/IGEPPS

7.10.5 Relatórios Técnicos

Os relatórios técnicos constituem o produto final dos estudos psicossociais realizados pelo NAPS, subsidiando decisões administrativas em processos de maior complexidade.

No 2º trimestre de 2026 foram elaborados 14 relatórios técnicos, em comparação a 13 relatórios produzidos no mesmo período de 2025, demonstrando estabilidade da produção técnica do setor, com leve crescimento de 7,7%.

7.10.6 Educação Previdenciária

As ações de educação previdenciária promovidas pelo NAPS são voltadas à disseminação de informações sobre direitos previdenciários, cidadania, qualidade de vida, envelhecimento ativo e preparação para a aposentadoria. Além de contribuírem para a melhoria dos serviços prestados aos segurados, essas iniciativas fortalecem as práticas de governança e os critérios de avaliação do Pró-Gestão RPPS.

Na Tabela 102 são apresentados os eventos de educação previdenciária realizados pelo NAPS no 2º trimestre de 2026, com a identificação do público-alvo, local de realização, Região de Integração e quantitativo de participantes.

Tabela 102 - Total de Eventos de Educação Previdenciária no 2º Trimestre de 2026

Descrição	Público	Local	Região de Integração	Nº de participantes
Papo Previdenciário	Servidores da SESPA em pré-aposentadoria	Auditório da SESPA-PA	Guajará (Belém)	115
Curso de preparação para Aposentada	Servidores da SESPA em pré-aposentadoria.	Auditório da SESPA-PA	Guajará (Belém)	15
Rodas de Conversa	Servidores aposentados do IGEPPS.	Mini-Auditório IGEPPS	Guajará (Belém)	8
Rodas de Conversa Bem viver a aposentadoria	Servidores aposentados do IGEPPS	Mini-Auditório IGEPPS	Guajará (Belém)	7
Papo Previdenciário	Servidores em fase de pré-aposentadoria da Polícia Civil	Auditório da EGPA	Guajará (Belém)	24
Curso de preparação para Aposentada	Servidores em fase de pré-aposentadoria da Polícia Civil do Pará	Auditório da EGPA	Guajará (Belém)	21
			Total	**190**

Fonte: Naps/IGEPPS

Durante o período, foram realizadas seis ações de educação previdenciária, alcançando 190 participantes. As atividades concentraram-se na Região de Integração Guajará (Belém) e contemplaram servidores da SESPA e da Polícia Civil em fase de pré-aposentadoria, além de aposentados do IGEPPS.

Destacaram-se os eventos Papo Previdenciário, que reuniram 139 participantes, os Cursos de Preparação para Aposentadoria, com 36 participantes, e as Rodas de Conversa, que atenderam 15 aposentados. Os resultados demonstram o compromisso institucional com a promoção da educação previdenciária e o fortalecimento das ações de orientação e preparação para a aposentadoria, contribuindo para a disseminação de informações e para a melhoria da qualidade de vida dos segurados e beneficiários.

8 CANAIS DE ATENDIMENTO

Alinhada ao Programa de Governança Pública do PPA 2024-2027, objetivando ampliar a atuação do Regime Próprio de Previdência Social nas principais Regiões de Integração do Estado do Pará e viabilizar o efetivo acesso dos beneficiários e dos cidadãos aos serviços ofertados pelo Instituto, a atual gestão do IGEPPS tem investido ostensivamente na expansão da estrutura física por meio da reforma e ampliação da Central de Atendimento – Caten (Sede), dos postos de atendimento nas Estações Cidadania e nos Núcleos Regionais, bem como a construção e inauguração de Agências nas Regiões de Integração do Estado e o atendimento presencial volante viabilizado pelos caminhões baú.

O IGEPPS por meio de ações voltadas para facilitar o acesso aos usuários disponibiliza canais de atendimentos aos beneficiários, são eles:

a) Atendimento Presencial:

O atendimento presencial é realizado na Central de Atendimento (Caten) e no Núcleo de Apoio Psicossocial – Naps na sede; como também nos postos sediados nas Estações Cidadania (Shopping Pátio Belém, Shopping Grão Pará e no Shopping Metrópole no município de Ananindeua), nas agências dos Núcleos Regionais - Nureg de Castanhal (agência Castanhal, Capanema e Abaetetuba), Nureg de Santarém (agência Santarém e Altamira) e Nureg de Marabá (agência Marabá e Paragominas).

Assim, os postos de atendimento acima relacionados são responsáveis pelo acolhimento ao público e ao beneficiário, realizando o protocolo de requerimentos, atualização cadastral, prestando informações e esclarecimentos em geral, orientando quanto aos procedimentos a serem adotados em cada tipo de demanda, expedindo declarações, recebendo e apurando denúncias, registrando críticas e elogios, além de auxiliar no combate a possíveis fraudes contra a Previdência.

b) IGEPPS Itinerante – Unidades Móveis

Em fevereiro de 2021, com o Plano de Expansão Institucional iniciou o atendimento itinerante por todo Estado do Pará, levando acesso aos serviços previdenciários para além da sede e estações cidadanias.

c) Central Telefônica

A Central Telefônica recebe chamados por meio dos números: (91) 3182-3500 e (91) 3217-7037, prestando o atendimento humano e eletrônico, receptivo e ativo, via Chatbot (humanizado), mensagem instantânea e redes sociais, utilizando o sistema de gestão do atendimento da empresa contratada.

Os telefonistas estão aptos a prestar informações, orientar quanto ao acesso na emissão do contracheque no site, realizar/orientar quanto ao agendamento presencial ou requerimento virtual, posicionar quanto ao andamento de processos, pontos de atendimento do Censo

Previdenciário e documentos obrigatórios a serem apresentados, itinerário das Unidades Móveis, entre outros assuntos inerentes ao Instituto.

d) Ouvidoria

A Ouvidoria é um canal de relacionamento que conduz as opiniões, informações, críticas, sugestões, reclamações e demais anseios da sociedade, sendo um direito do cidadão que busca pela eficiência, a ética e transparência nas relações do instituto com a sociedade. Trata-se, no mais, de um serviço aberto ao nosso usuário, tendo como missão atender a sociedade participativa, cada vez mais exigente e ansiosa por melhorias na qualidade de vida e na concretização de seus direitos como cidadão.

A Ouvidoria do IGEPPS criou e publicou a sua Carta de Serviços em 23 de junho de 2022, por meio do Decreto nº 3.507, de 13 de junho de 2000, passando a fazer parte do Portal Pará Digital, criado pela OGE - Ouvidoria Geral do Estado. Esta lei define padrões para garantir um atendimento de qualidade aos cidadãos pelos órgãos e entidades do governo federal.

Assim, trata-se de um documento elaborado por uma organização pública que visa informar aos cidadãos quais os serviços prestados por ela, como acessar e obter esses serviços e quais são os compromissos de atendimento estabelecidos.

e) E-SIC

O portal E-Sic (https://www.sistemas.pa.gov.br/esic/public/main/index.xhtml) trata-se de um canal que por meio da plataforma SIC, qualquer pessoa física ou jurídica pode encaminhar pedidos de informações sobre assuntos relacionados aos Órgãos/Entidades do Poder Executivo Estadual, conforme determina o Art. 7º do Decreto Estadual Nº 1.359, de 31 de agosto de 2015, que regula o acesso a informações previsto na Lei Nº 12.527 – Lei de Acesso à Informação – LAI. Portanto, O IGEPPS tem melhorado o atendimento ao público, tanto presencialmente quanto online, para facilitar o acesso aos serviços e aproximar a gestão das pessoas.

f) Totem

O Totem de Autoatendimento do IGEPPS iniciou suas atividades em 09/02/2026, ampliando as opções de atendimento ao público com mais agilidade, autonomia e segurança. A solução oferece serviços como Prova de Vida, emissão de contracheque, declarações de benefícios, histórico financeiro e reconhecimento facial para validação da identidade do usuário, proporcionando maior praticidade e eficiência no acesso aos serviços previdenciários.

g) App Mobile

O App IGEPPS facilita o acesso dos beneficiários aos principais serviços do Instituto, proporcionando mais agilidade, segurança e comodidade no atendimento. Por meio do aplicativo, é possível realizar a Prova de Vida, consultar Contracheques e emitir a Declaração de Benefício, além de contar com autenticação por reconhecimento facial, tornando o acesso

aos serviços mais seguro e prático e reduzindo a necessidade de deslocamento para atendimento presencial.

8.1 ESTRUTURA FÍSICA DE ATENDIMENTO PRESENCIAL

8.1.1 Caten, Estação Cidadania, Terminal Hidroviário e Unidades Móveis

No 2º Trimestre de 2026, os atendimentos presenciais realizados pelo IGEPPS, por meio da CATEN - Sede, das Estações Cidadania, do Terminal Hidroviário e das Unidades Móveis, totalizaram 11.994 atendimentos, demonstrando a relevância dos canais presenciais na prestação dos serviços previdenciários aos segurados e beneficiários.

No período, manteve-se a estratégia de alocação das Unidades Móveis em pontos fixos localizados nos municípios com maior demanda de atendimento. A medida teve como finalidade ampliar a capacidade operacional, reduzir o tempo de espera dos usuários e aumentar a eficiência na instrução e análise dos processos previdenciários. A permanência das equipes nos municípios possibilitou maior absorção da demanda reprimida, melhor integração com as estruturas locais e otimização da utilização dos recursos humanos, materiais e logísticos.

Ressalta-se que o atendimento itinerante foi instituído em fevereiro de 2021, por meio do Plano de Expansão Institucional, com o objetivo de ampliar o acesso aos serviços previdenciários em todo o Estado do Pará, alcançando localidades não atendidas diretamente pela sede administrativa ou pelas Estações Cidadania.

Conforme demonstrado na tabela abaixo, a CATEN - Sede concentrou o maior volume de atendimentos do trimestre, com 8.497 registros, representando aproximadamente 70,8% do total realizado. Esse resultado evidencia que a sede permanece como a principal porta de entrada dos serviços previdenciários do Instituto. As Unidades Móveis contabilizaram 1.992 atendimentos (16,6%), reforçando seu papel na descentralização do atendimento e na ampliação do acesso aos serviços em municípios sem estrutura permanente do IGEPPS. As Estações Cidadania registraram 1.485 atendimentos (12,4%), enquanto o Terminal Hidroviário realizou 20 atendimentos no período.

Tabela 103 - Quantitativo de Atendimentos Presenciais Realizados por Canal de Atendimento do IGEPPS no 2º Trimestre de 2026

Canal de Atendimento	Abril	Maio	Junho	Total
Caten - Sede	3.475	2.761	2.261	8.497
Estações Cidadanias	653	528	304	1.485
Terminal Hidroviário	-	-	20	20
Unidades Móveis	-	865	1.127	1.992
Total	**4.128**	**4.154**	**3.712**	**11.994**

Fonte: SIAAG/Caten/IGEPPS

Os atendimentos realizados nos postos localizados nas Estações Cidadania dos

shoppings Metrópole (Ananindeua), Pátio Belém e Grão-Pará, bem como nas agências vinculadas aos Núcleos Regionais (NUREGs) de Castanhal, Santarém e Marabá, refletem a capilaridade da rede de atendimento do IGEPPS e a diversidade das demandas previdenciárias dos segurados e beneficiários.

Em comparação ao mesmo período de 2025, quando foram contabilizados 15.587 atendimentos presenciais, observou-se uma redução de aproximadamente 23,1% no volume de atendimentos realizados pelos canais presenciais do Instituto. Esse comportamento pode ser atribuído à ampliação dos canais digitais de atendimento, à modernização dos serviços previdenciários e à otimização dos fluxos internos de processamento das demandas. Ainda assim, os postos presenciais permanecem estratégicos para assegurar o acesso aos serviços, especialmente para usuários que necessitam de atendimento especializado ou possuem limitações no uso de ferramentas digitais.

Paralelamente, observa-se o fortalecimento dos canais remotos de atendimento. Conforme demonstrado na tabela abaixo, foram registrados 18.022 atendimentos remotos no 2º Trimestre de 2026, volume superior ao total de atendimentos presenciais realizados no mesmo período, evidenciando o avanço da estratégia de transformação digital adotada pelo Instituto.

Tabela 104 - Quantitativo de Atendimentos Realizados pelos Canais Remotos do IGEPPS no 2º Trimestre de 2026

Atendimentos Remotos	Abril	Maio	Junho	Total
Requerimento Virtual	226	266	207	699
Totem	574	3.046	2.823	6.443
App Mobile	-	-	10.880	10.880
Total	**800**	**3.312**	**3.910**	**18.022**

Fonte: SIAAG/Caten/IGEPPS

Em relação aos atendimentos realizados por meio dos Totens de Autoatendimento, verificou-se maior demanda para a emissão de contracheques, com 3.934 registros, seguida da Prova de Vida, com 1.487 registros, e da emissão da Cédula C, com 729 atendimentos. Destacam-se, ainda, 293 solicitações relativas à emissão de histórico financeiro e declarações positivas e negativas, evidenciando a relevância desse canal para o atendimento de demandas administrativas de rápida resolução.

Outro destaque do período foi o lançamento do Aplicativo Mobile, disponibilizado em junho de 2026. Em seu primeiro mês de operação, o novo canal registrou 10.880 atendimentos, demonstrando elevada adesão dos usuários e reforçando a estratégia institucional de digitalização e ampliação do acesso aos serviços previdenciários.

De forma geral, os resultados do trimestre demonstram uma mudança gradual no perfil de atendimento dos segurados e beneficiários, com crescimento da utilização dos canais digitais e redução da demanda pelos canais presenciais. Esse cenário evidencia os avanços do processo de modernização dos serviços do IGEPPS, contribuindo para a ampliação do

acesso, redução de deslocamentos, maior comodidade aos usuários e aumento da eficiência operacional do Instituto.

8.1.2 Núcleos Regionais

Os Núcleos Regionais foram criados por meio da Lei n° 8.613/2018, art. 4°, inciso XI c/c art. 11-G com finalidade "planejar, coordenar, controlar, avaliar e executar as atividades referentes ao cadastro e habilitação de beneficiários do Regime Próprio de Previdência dos Servidores do Estado do Pará, desenvolvidas nos municípios sob sua jurisdição".

Para descentralizar o atendimento da sede em Belém e ampliar a cobertura dos serviços prestados com agilidade, eficiência e qualidade, o IGEPPS possui três Núcleos Regionais, são eles:

a) **Núcleo Regional de Castanhal** composto por três agências: Castanhal (Região Guamá), Capanema (Região Rio Caeté) e Abaetetuba (Região Tocantins).
b) **Núcleo Regional de Santarém** composto por duas agências: Altamira (Região Xingu) e Santarém (Região Baixo Amazonas).
c) **Núcleo Regional de Marabá** composto por duas agências: Marabá (Região de Carajás) e Paragominas (Região Capim).

Os Núcleos de Castanhal, Marabá e Santarém, além de prestarem os mesmos serviços previdenciários da sede do IGEPPS, também, realizam análise e concessão de benefícios previdenciários, contribuindo diretamente para atribuir agilidade e humanização do atendimento dos pleitos.

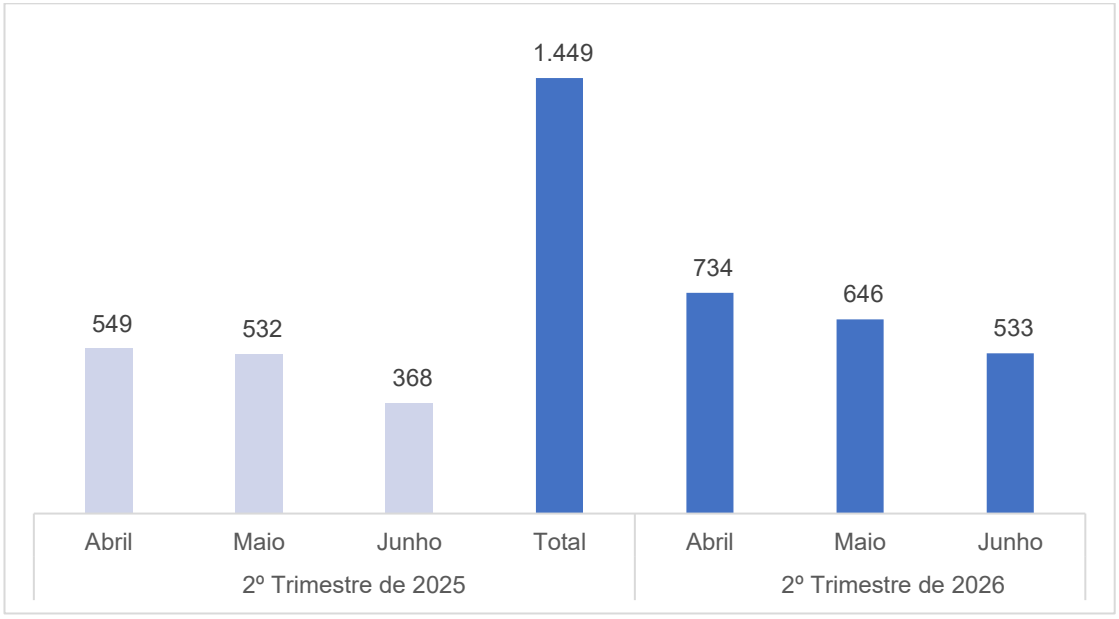
8.1.2.1 Núcleo Regional de Castanhal

a) Agência Castanhal

A Agência Regional de Castanhal, na Região Guamá, abrange cerca de 5.004 beneficiários entre civis e militares inativos e pensionistas residentes nos municípios de Castanhal, Colares, Curuçá, Igarapé Açu, Inhangapi, Magalhães Barata, Maracanã, Marapanim, Santa Izabel do Pará, Santa Maria do Pará, Santo Antônio do Tauá, São Caetano de Odivelas, São Domingos do Capim, São Miguel do Guamá, São Francisco do Pará, São João da Ponta, Terra Alta e Vigia.

No 2º Trimestre de 2026, a agência realizou 533 atendimentos, uma redução de 21,4% no volume de atendimentos comparado com o mesmo período em 2025. Os serviços mais demandados no período analisado foram: a emissão de contracheque, a consulta de processos/requerimentos e o atendimento relacionado a outros assuntos administrativos.

Gráfico 61 - Atendimentos Registrados na Agência Castanhal no 2º Trimestre de 2025 e 2026.

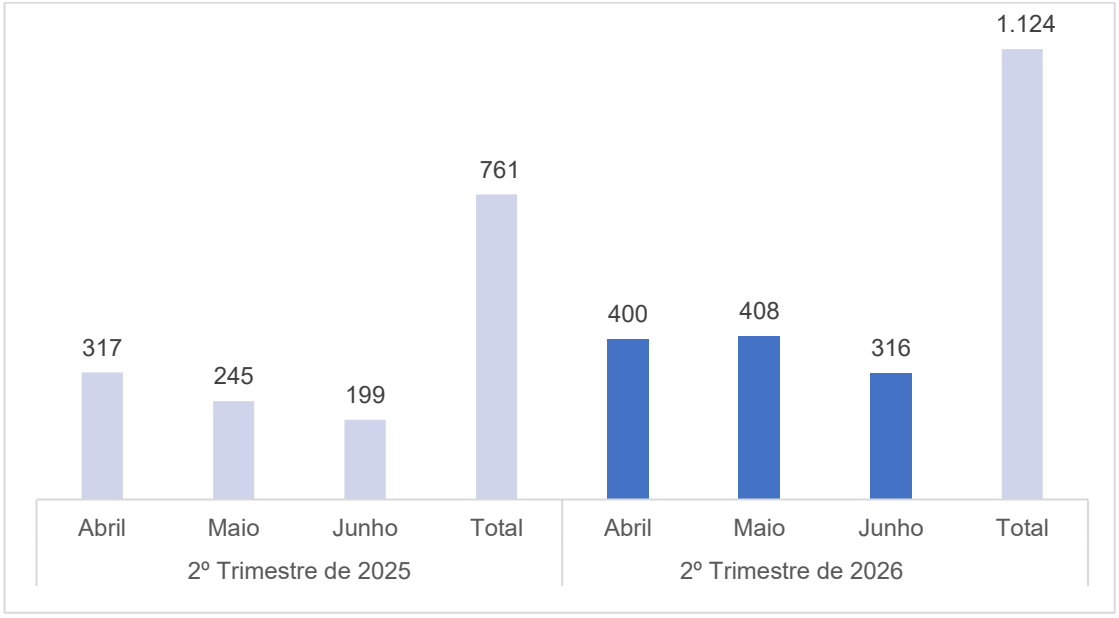


Fonte: SIAAG/IGEPPS

b) Agência Abaetetuba

No 2º Trimestre de 2026, a agência de Abaetetuba realizou 1.124 atendimentos, um aumento de 47% no volume de atendimentos em relação ao mesmo período em 2025, como demostrado no gráfico a seguir. Os serviços mais demandados no período analisado foram: a emissão de contracheque, outros assuntos administrativos e consulta de processos.

Gráfico 62 - Atendimentos Registrados na Agência Abaetetuba no 2º Trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: SIAAG/IGEPPS

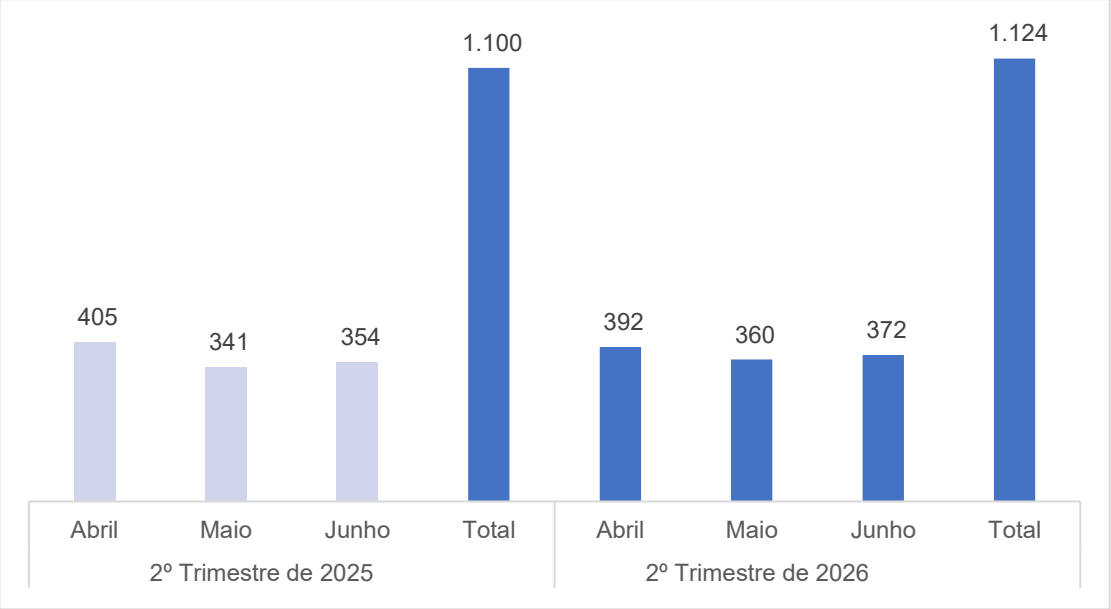
A agência de Abaetetuba, Polo Região Tocantins. abrange cerca de 2.419 beneficiários entre civis e militares inativos e pensionistas residentes nos municípios de

Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Miri, Limoeiro do Ajuru, Mocajuba, Moju e Tailândia.

c) Agência Capanema

No 2º Trimestre de 2026, a agência de Capanema realizou 1.124 atendimentos, representa um aumento aproximado de 2% em comparação ao mesmo período do ano de 2025, como demostrado no gráfico a seguir. Os serviços mais demandados no período analisado foram: outros assuntos administrativos, emissão de contracheque e consulta de processos.

Gráfico 63 - Atendimentos Registrados na Agência Capanema no 2º Trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: SIAAG/IGEPPS

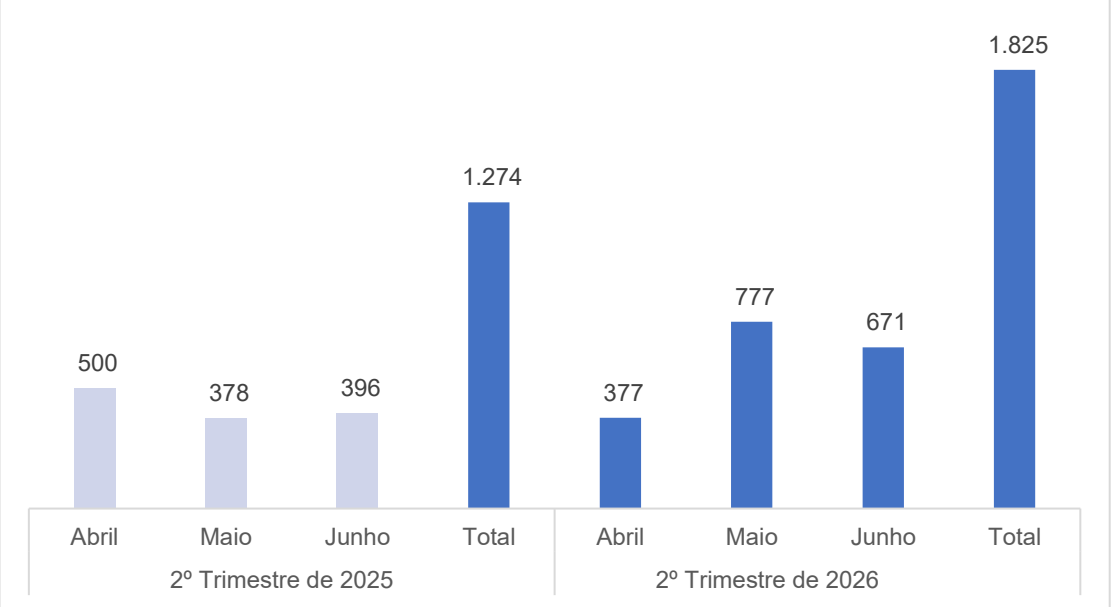
A agência de Capanema na Região Rio Caeté, abrange atualmente 2.857 beneficiários entre inativos e pensionistas distribuídos nos municípios de Capanema, Augusto Corrêa, Bonito, Bragança, Cachoeira do Piriá, Nova Timboteua, Peixe-Boi, Primavera, Quatipuru, Salinópolis, Santa Luzia do Pará, Santarém Novo, São João de Pirabas, Tracuateua e Viseu.

8.1.4 Núcleo Regional de Santarém

a) Agência Santarém

No 2º Trimestre de 2026, a agência de Santarém realizou 1.825 com aumento aproximado de 43% comparado com o mesmo período em 2025. Os serviços mais demandados no período analisado foram: emissão de contracheque, consulta de processos e emissão de cédula C.

Gráfico 64 - Atendimentos Registrados na Agência Santarém no 2º Trimestre 2025 e 2026



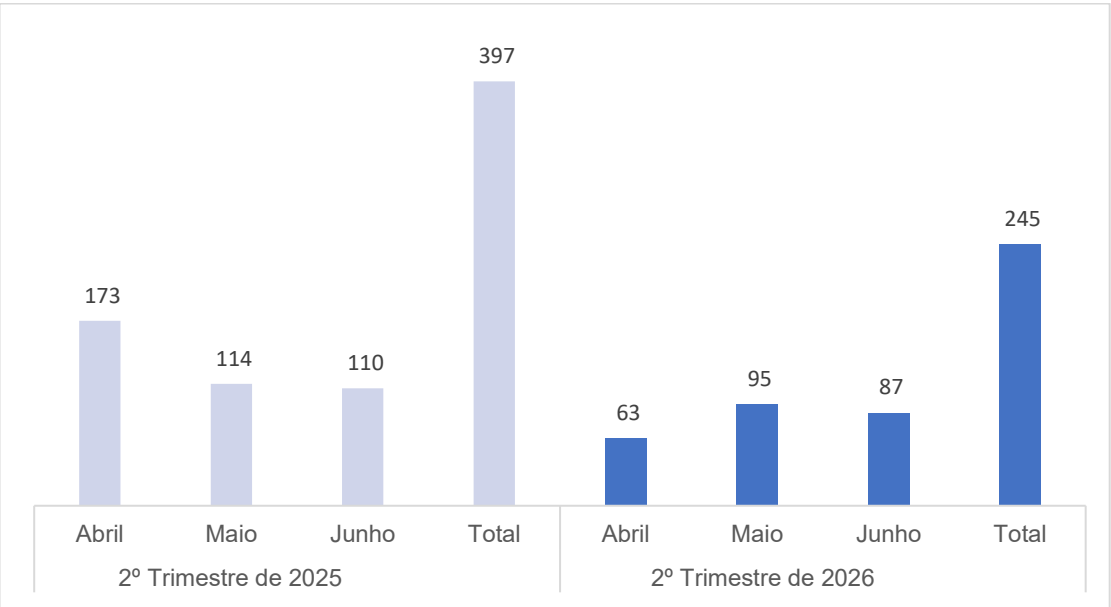
Fonte: SIAAG/IGEPPS

O Núcleo Santarém, abrange cerca de 2,6 mil beneficiários residentes nos municípios de Alenquer, Almeirim, Belterra, Curuá, Faro, Juruti, Mojuí dos Campos, Monte Alegre, Óbidos, Oriximiná, Prainha e Terra Santa.

a) Agência Altamira

A agência de Altamira, atua no atendimento dos segurados residentes nos municípios de Anapu, Brasil Novo, Medicilândia, Pacajá, Placas, Porto de Moz, Senador José Porfírio, Uruará e Vitória do Xingu.

Gráfico 65 - Atendimentos Registrados na Agência Altamira no 2º Trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: SIAAG/IGEPPS

No 2º Trimestre de 2026, a agência de Altamira realizou 245 atendimentos, uma redução de 38,3% comparado com o mesmo período em 2025. Os serviços mais demandados foram: a emissão de contracheque, a consulta de processos e a emissão de cédula C.

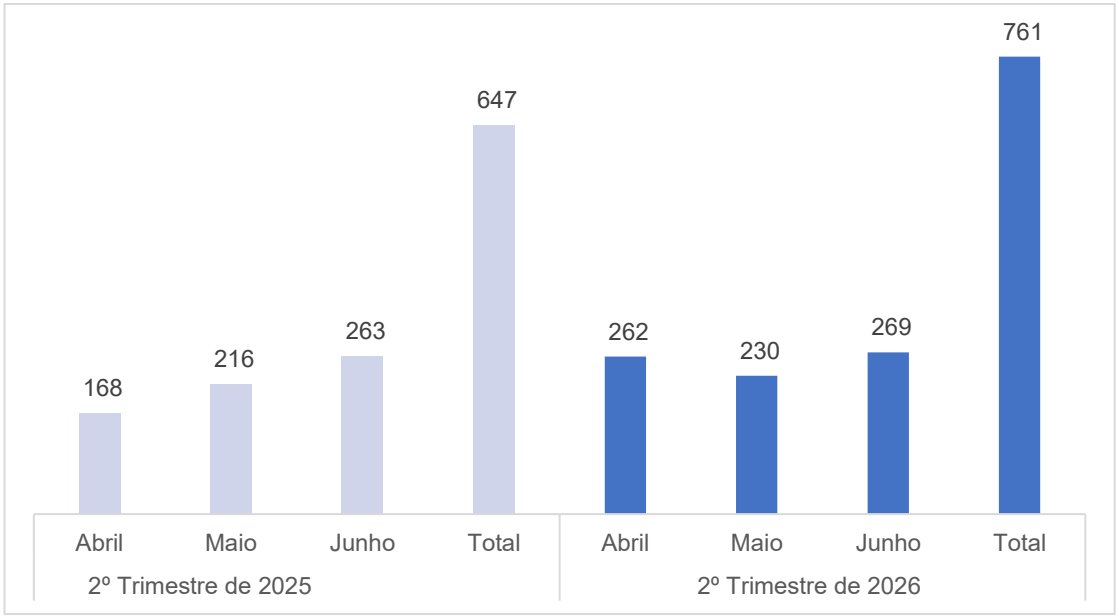
8.1.5 Núcleo Regional de Marabá

a) Agência Marabá

A Agência Regional de Marabá atende cerca de 2.790 beneficiários residentes nos municípios das Regiões de Integração Carajás (Bom Jesus do Tocantins, Brejo Grande do Araguaia, Canaã dos Carajás, Curionópolis, Eldorado dos Carajás, Marabá, Palestina do Pará, Parauapebas, Piçarra, São Domingos do Araguaia, São Geraldo do Araguaia e São João do Araguaia) e Região Araguaia (Conceição do Araguaia, Cumaru do Norte, Redenção, Rio Maria, Santa Maria das Barreiras e Santana do Araguaia).

No 2º Trimestre de 2026, a agência de Marabá realizou 761 atendimentos, um aumento de 57% comparado com 2º Trimestre de 2025. Os serviços mais demandados foram: consulta de processos, a emissão de contracheque e a emissão de cédula C.

Gráfico 66 - Atendimentos Registrados na Agência Marabá no 2º Trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: SIAAG/IGEPPS

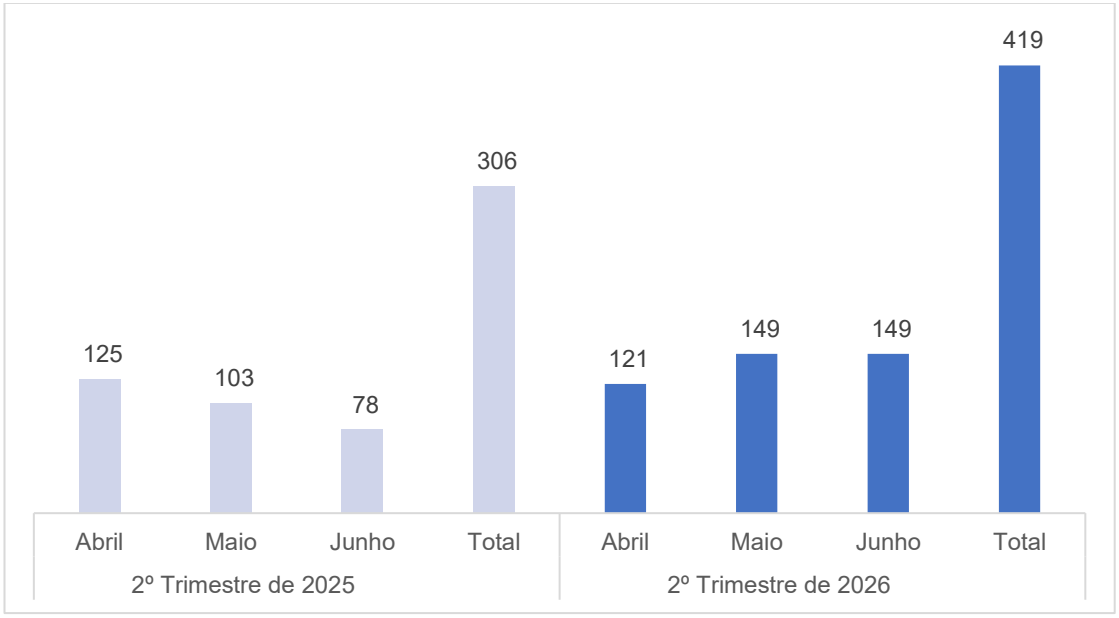
b) Agência Paragominas

A agência de Paragominas, na Região de Integração Rio Capim atende às demandas dos residentes dos municípios de Paragominas, Abel Figueiredo, Aurora do Pará, Bujaru, Capitão Poço, Concórdia do Pará, Dom Eliseu, Garrafão do Norte, Ipixuna do Pará, Irituia, Mãe do Rio, Nova Esperança do Piriá, Ourém, Rondon do Pará, Tomé-Açú e Ulianópolis.

No 2º Trimestre de 2026, a agência realizou 419 atendimentos, aumento de 36,9% comparado com 2º Trimestre de 2025. Os serviços mais demandados foram: emissão de

contracheque, a consulta de processos e outros atendimentos administrativos.

Gráfico 67 - Atendimentos Registrados na Agência Paragominas- 2º Trimestre de 2025 e 2026.

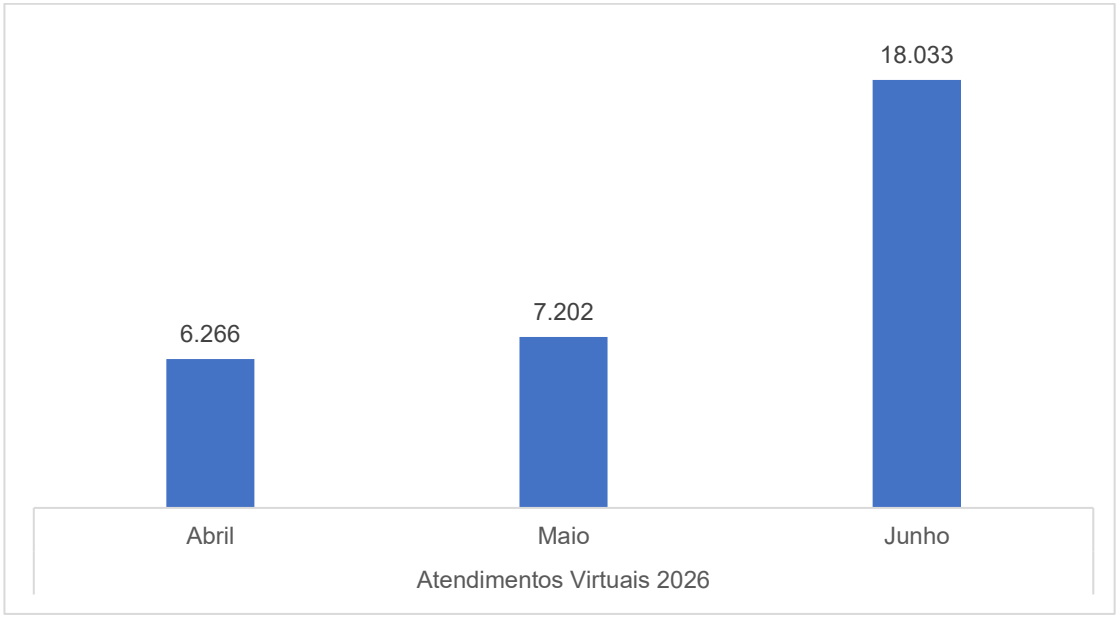


Fonte: SIAAG/IGEPPS

8.2 ATENDIMENTO REMOTO E VIRTUAIS

No 2º trimestre de 2026, foram contabilizados 31.501 atendimentos remotos e virtuais, realizados por meio dos canais de atendimento do IGEPPS, incluindo telefone, ramais setoriais, WhatsApp, WebChat, requerimentos virtuais e totem de autoatendimento.

Gráfico 68 - Atendimentos via Call Center, Totem e requerimento virtual pela CATEN no 2º Trimestre de 2025 e 2026.



Fonte: Siafe/Cofin/IGEPPS

Destaca-se que o totem, implantado em março de 2026, registrou 6.443 atendimentos, alcançando 3.407 usuários, ampliando os canais digitais de acesso aos serviços

previdenciários e de proteção social.

8.3 OUVIDORIA

A Ouvidoria é um canal de relacionamento que conduz as opiniões, informações, críticas, sugestões, reclamações e demais anseios da sociedade, sendo um direito do cidadão que busca pela eficiência, a ética e transparência nas relações do instituto com a sociedade. Trata-se, no mais, de um serviço aberto ao nosso usuário, tendo como missão atender a sociedade participativa, cada vez mais exigente e ansiosa por melhorias na qualidade de vida e na concretização de seus direitos como cidadão.

A Ouvidoria possui um papel fundamental, enquanto promotora dos direitos humanos, da boa governança e do Estado de direito, qual seja: Promoção da boa governança na administração pública e na melhoria das suas relações com os cidadãos, promoção do respeito pelos direitos humanos e liberdades fundamentais, reforço da prestação de serviços públicos, promovendo o Estado de direito, a boa governança, a transparência, a responsabilização e a equidade.

Os dados estatísticos aqui apresentados referem-se às manifestações de solicitações externas e internas feitas ao Instituto, recebidas no período supracitado, que foram encaminhadas, acompanhadas e respondidas, com base nas informações prestadas pelas unidades administrativas.

8.3.1 – Manifestações Recepcionadas na ouvidoria

As Manifestações podem ser realizadas pelos seguintes canais de atendimento:

1. Eletrônicos (Site do Instituto/OUVIDORIA > E-OUVE);
2. E-mail da Ouvidoria – ouvidoria@igeprev.pa.gov.br;
3. Atendimento presencial – OUVIDORIA (08hs as 15hs);
4. Serviço de Informação ao cidadão – (SIC-PA);
5. Sistema Geral de Ouvidoria do Estado – SIGO.

No 2º Trimestre de 2026, a Ouvidoria recebeu um total de 311 (trezentos e onze) manifestações, conforme abaixo.

Tabela 105 - Fluxo de Manifestações Recebidas Durante no 2º Trimestre de 2026

Mês	Tipo de Manifestação					
	Reclamação	Denúncia	Elogio	Solicitação	Sugestão	Total
Abril	44	13	7	35	1	100
Maio	55	10	2	39	1	107
Junho	59	4	0	40	1	104
Total	**158**	**27**	**9**	**114**	**3**	**311**

Fonte: Ouvidoria/IGEPPS

8.3.2 Total por tipo de atendimento

A tabela a seguir, apresenta a distribuição quantitativa e percentual dos canais de

atendimento aos segurados e usuários do IGEPPS, considerando o total de 311 (trezentos e onze) manifestações registradas no Trimestre. Observa-se a predominância do canal E-ouve, com 215 (duzentos e quinze) registros (69,13%), seguido pelo E-mail da ouvidoria, com 31 (trinta e um) registros (9,97%), o Fale Conosco IGEPPS com 29 (vinte e nove) registros (9,32%), o SIGO com 26 (vinte e seis) registros (8,36%), e o canal SIC - PA, com 10 (dez) registros (3,22%).

No 2º Trimestre de 2026 foram registradas 311 manifestações na Ouvidoria, as quais foram analisadas e consolidadas por similaridade temática, considerando repetições e convergência de conteúdo, conforme tabela a seguir.

Tabela 106 - Assuntos demandados no 2º Trimestre de 2026

Assunto	Quantidade
Celeridade Processual / Morosidade / Andamento de Processo	92
Pensão por Morte (incluindo continuidade, revisão, implantação e dependentes)	37
CTC – Certidão de Tempo de Contribuição	28
Valores Retroativos / Retroativos de Benefícios	25
Aposentadoria (concessão, andamento, revisão e celeridade)	18
Conduta de Servidor(atendimento)	10
Contracheque	10
Atraso / Falta de Pagamento / Implantação de Pagamento	10
Cédula C / Imposto de Renda / Retificação	10
Salário / Reajuste / PCCR	10
Aplicativo / Acesso / Senha / Sistemas	9
Revisão de Proventos	7
Atualização de Dados / Cadastro / Situação	7
Documentos / Informações / Declarações / Protocolos	7
Perícia Médica / Isenção de Imposto de Renda	5
Denúncias / Descumprimentos / Apurações	4
Descontos Indevidos	3
Abono de Permanência	3
Auxílios (Auxílio Morte, Auxílio Acidente, Recadastramento)	3
Estrutura Física / Serviços Internos	3
Prova de Vida / Biometria	2
Tempo de Contribuição / DTU	2
Canais de Atendimento	2
Pedido de Pecúnia	1
RPV – Requisição de Pequeno Valor	1
Domicílio no Exterior	1
Elogio	1
Total	**311**

Fonte: Ouvidoria/IGEPPS

A análise comparativa entre os dados registrados pela Ouvidoria do IGEPPS no 2º Trimestre de 2025 e no 2º Trimestre de 2026 demonstra crescimento significativo no volume de manifestações recebidas, passando de 164 (cento e sessenta e quatro) registros em 2025

para 311 (trezentos e onze) manifestações em 2026, representando um aumento de 89,63% no período analisado.

O crescimento observado está relacionado, principalmente, à ampliação dos canais de atendimento disponibilizados aos usuários, especialmente com a utilização do sistema E-OUVE, que passou a concentrar a maior parte dos registros no Trimestre de 2026, com 215 manifestações (69,13%). Em comparação ao 2º Trimestre de 2025, quando o principal canal utilizado era o Fale Conosco IGEPPS, responsável por 101 manifestações (62%), verifica-se uma mudança no comportamento dos usuários quanto à escolha dos meios de comunicação com a Ouvidoria.

Quanto ao perfil das manifestações, observa-se que, em ambos os períodos, houve predominância das manifestações classificadas como Reclamação. No 2º Trimestre de 2025, foram registradas 80 reclamações (49%), enquanto no mesmo período de 2026 esse número aumentou para 158 registros (50,81%), acompanhando o crescimento geral das demandas.

As manifestações do tipo Solicitação também apresentaram aumento, passando de 65 registros (40%) em 2025 para 114 registros (36,66%) em 2026. Embora tenha ocorrido redução proporcional, a quantidade absoluta de solicitações aumentou em razão do maior volume geral de manifestações recebidas.

As Denúncias apresentaram crescimento de 12 para 27 registros, passando de 7% para 8,68% do total, enquanto os Elogios aumentaram de 7 para 9 manifestações. As Sugestões, que não apresentaram registros no 2º Trimestre de 2025, passaram a contabilizar 3 manifestações (0,96%) em 2026.

CONSIDERAÇÕES

O Relatório de Governança Corporativa referente ao 2º Trimestre de 2026 evidencia o compromisso do Instituto de Gestão Previdenciária e Proteção Social do Estado do Pará (IGEPPS) com a transparência, a responsabilidade na gestão dos recursos públicos e o fortalecimento contínuo da governança previdenciária. Os resultados apresentados demonstram a atuação integrada das áreas administrativas, previdenciárias, atuariais, financeiras, jurídicas, tecnológicas e de atendimento, reforçando a capacidade institucional de responder aos desafios inerentes à gestão do Regime Próprio de Previdência Social do Estado do Pará e do Sistema de Proteção Social dos Militares.

No campo financeiro e atuarial, destacam-se a manutenção da solidez patrimonial do FUNPREV, que encerrou o período com patrimônio líquido superior a R$ 4,7 bilhões, o desempenho dos investimentos alinhado à meta atuarial e a continuidade das ações voltadas à preservação do equilíbrio financeiro e atuarial dos planos administrados pelo Instituto. Paralelamente, a gestão eficiente dos recursos financeiros, o acompanhamento permanente das despesas previdenciárias e a recuperação de créditos contribuíram para o fortalecimento da sustentabilidade do sistema previdenciário estadual.

Na gestão institucional, destacaram-se a modernização dos serviços, a ampliação dos canais digitais, o fortalecimento da segurança da informação e o aperfeiçoamento dos processos internos, proporcionando serviços mais acessíveis, eficientes e seguros aos segurados e beneficiários. Também merece destaque a atuação dos órgãos de governança, controle interno e assessoramento jurídico, que contribuíram para o fortalecimento dos mecanismos de conformidade, mitigação de riscos e segurança jurídica das decisões administrativas. O desempenho dessas unidades demonstra o amadurecimento institucional do IGEPPS e sua aderência às melhores práticas de gestão pública e previdenciária.

Os resultados alcançados ao longo do trimestre evidenciam que o IGEPPS segue avançando na consolidação de uma gestão pública moderna, transparente, eficiente e orientada para resultados, alinhada às diretrizes do Plano Plurianual 2024-2027, aos princípios da boa governança e aos requisitos do Programa Pró-Gestão RPPS.

Por fim, o IGEPPS reafirma seu compromisso com a excelência dos serviços prestados, a valorização dos servidores, a proteção dos direitos dos segurados e a sustentabilidade financeira e atuarial dos regimes administrados, contribuindo para o fortalecimento da Previdência Pública Estadual e para a geração de valor à sociedade paraense.

Esse é o nosso Relatório.

Welliton Marques de Albuquerque

Presidente do IGEPPS